

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

MARIANA DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA

A COMUNICAÇÃO POPULAR, O DEBATE E O PROCESSO
CONSTITUINTE NO BRASIL (1977-1988)

GOIÂNIA, GO – Brasil

2012

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

- 1. Identificação do material bibliográfico:** ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**
2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Mariana de Oliveira Lopes Barbosa			
E-mail:		mariana-oliveiralopesbarbosa@uol.com.br			
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?		☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:				Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO		CNPJ:	
Título:	A Comunicação Popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1988)				
Palavras-chave:		Comunicação Popular; Constituição de 1988; Movimentos Sociais			
Título em outra língua:		The Popular Communication, discussion and constitutional process in Brazil			
Palavras-chave em outra língua:		Constitution of 1988. Popular Communication. Social Movements			
Área de concentração:		História			
Data defesa: (dd/mm/aaaa)		19/03/2012			
Programa de Pós-Graduação:		Programa de Pesquisa e Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás			
Orientador (a):		Prof. Dr. David Maciel			
E-mail:		macielaudavid@ig.com.br			
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

MARIANA DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA

A COMUNICAÇÃO POPULAR, O DEBATE E O PROCESSO
CONSTITUINTE NO BRASIL (1977-1988)

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração. Orientador: Prof. Dr. David Maciel

GOIÂNIA, GO – Brasil

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UF

Barbosa, Mariana de Oliveira Lopes.

B238c A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil
(1977-1988) [manuscrito] / Mariana de Oliveira Lopes Barbosa. – 2012.

200 f.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de História, 2012.

Bibliografia.

1. Brasil - Constituição de 1988. 2. Comunicação popular. 3.
Movimentos sociais I. Título.

CDU: 930.2:342.4(81)

MARIANA DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA

**A COMUNICAÇÃO POPULAR, O DEBATE E O PROCESSO
CONSTITUINTE NO BRASIL (1977-1988)**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre aprovada em _____ de _____ de 2012, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. David Maciel – Universidade Federal de Goiás - UFG

Presidente da Banca

Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto – Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa – Universidade Federal de Goiás – UFG

Suplente

Modificar

(Dead Fish)

E então veio 1985 e o sonho por liberdade voltou.
E por todas as ruas o povo gritava louco por Diretas já.
Já era hora se fez o tempo, aqueles tempos foram escuros demais.
Toda a esperança vinha das ruas e não havia como perder.
Mas desta vez fomos logrados
por um colégio eleitoral,
transição segura, fria e lenta
para os que estavam no poder.
E nosso sonho por saúde e educação
se foi
largado pra depois.
E os militares que esperávamos que um dia iriam pagar
continuam no poder.
Então veio 88,
foi determinado agora sim poderíamos votar
Mas um ano depois percebemos o quão estávamos enfraquecidos.
Corações e mentes agora guiados por uma tela de TV.
Nossa vontade já não existia pois agíamos como zumbis.
Pagamos caro pela ilusão,
o moderninho nos enganou.
E enquanto retinha nossa poupança
roubava mais que os ladrões.
E nosso sonho por um dia sermos iguais
se foi,
foi deixado pra depois.
E os corruptos que esperávamos que um dia iriam pagar
acabavam de se eleger.
Quando vieram os anos 90
e o caos e o cinza tomou conta de tudo.
Salvadores de pátria agora não iriam mais ajudar.
Não há mais culpados nem inocentes, agora todos irão pagar.
Mas na guerra sublimada aleijados e analfabetos ainda tentam modificar.

A escolha desta música para epígrafe deste trabalho se deu por ela tratar do período estudado nesta dissertação, mas, sobretudo, indica, a meu ver, que ainda podemos modificar, mesmo com todas as derrotas sofridas pela classe trabalhadora, ainda é possível, na luta cotidiana, pensar e lutar pelo fim da exploração. É este o sonho. É esta a dedicatória e a minha dedicação. Para, por e pela luta da classe trabalhadora!

Agradecimentos

Se é chegado o momento, pois, então, de se agradecer, e talvez essa seja a parte de uma dissertação onde podemos perceber com menos máscaras acadêmicas a pessoa por trás do grande intelectual que brilha, mas sim, o ser humano, que, para chegar ao determinado ponto em que se chegou, precisou de outros seres humanos para lhe agüentar as dores e frustrações, para o carinho e a palavra amiga e para também dividir as alegrias.

Escrever não é fácil. Para muitos pode ser. Para mim não foi. Não foi fácil deixar de lado o sentimento que fazia o coração bater forte de esperança a cada documento que noticiava a vitória dos setores populares para, logo em seguida, ter que noticiar golpes da direita, por exemplo. Não foi fácil deixar de lado algumas opiniões, muitas vezes não tão bem embasadas teoricamente, mas cheias daquilo que a academia chamaria de ‘vícios’. Vícios, sobretudo percebidos nas falas dos que já foram militantes, de quem pesquisa, como intelectual, mas que se vê em suas investigações, de quem acredita que o saber teórico de nada tem serventia se não for enviesado pela prática.

Por me fazer ter um pouco mais de pé no chão, agradeço a necessária rigidez de meu orientador David Maciel, que é meu orientador hoje, mas é meu professor e, porque não dizer, mestre, desde os tempos de escola.

E já que falamos dos tempos de escola, é preciso lembrar que para se chegar aqui, a uma dissertação de mestrado, antes fomos crianças que tiveram seus momentos lúdicos tão necessários para a formação futura. Neste sentido, os agradecimentos de uma dissertação, do resultado de um trabalho pronto aos 20 e poucos anos de idade, deve, a meu ver, remeter a todas as fases de uma vida que culminam em uma obra.

Se quisermos falar em nomes, então, que falemos sobre Marília, Nara, Ana Rita, Camila, as amigas de infância, do ensino fundamental, que estão comigo até hoje. À ‘Tia Márcia’, a professora que me alfabetizou e me visitava no hospital quando adoeci e que, num momento de sincera emoção, depois soube, batizou sua própria filha com meu nome, tamanha a dedicação daquela minha primeira mestra. À Ana Cristina, professora de História da 5ª série que me fez começar a entender e gostar da disciplina.

Podemos ainda falar em Mila, Ana Paula, Mônica, Aline, Mariana, Lúcia, Hugo e Thiago, os poucos amigos mais próximos da época de ensino médio. Mas podemos falar também, desta mesma época, das contribuições sensíveis à minha formação dos professores Marcos, Fábio, Rose e Catelan. E lembrar que foi nesta fase que conheci David Maciel, meu professor de História desde meus quinze anos de idade. Ainda podemos agradecer, mesmo que simbolicamente, ao quanto foi importante o grupo de teatro daquela época, que tanto me ensinou não só a me portar e falar em público (o que talvez eu não saiba à contento até hoje, mas, que se não fosse aquele grupo, seria até pior), mas a sentir e viver a arte. E, mesmo que pareça redundante, devo falar novamente de Mila, que viveu comigo esta experiência sensível do grupo de teatro.

Ao falar, então, do período na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, me vem à mente a todo o momento que não devo deixar de agradecer imensamente à tudo aquilo que aprendi no movimento estudantil, desde o primeiro ano de faculdade no Centro Acadêmico (que continuou nos quatro anos seguintes) à militância exaustiva, porém, gratificante no Diretório Central dos Estudantes por três anos. Desta militância, que chegou a me trazer problemas em alguns momentos em outros âmbitos da vida e da própria faculdade, guardo com imenso carinho os ensinamentos que esta prática me trouxe. E também às amizades daqueles que neste contexto tanto me ensinaram: Paulo Winícius, Camila Campos, Nara Letycia, Diogo, Marta Jane, Bruna, Mariana Araguaia, Taísa e aquela que, para além do DCE, é hoje, além de uma companheira de luta, uma amiga quase “comadre”, Kárita. Mas não só esses - com certeza muitos nomes me fogem à memória - mas que, sem dúvida, são pessoas que na prática cotidiana souberam vivenciar à duras penas junto comigo a defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e, além disso, voltada para a classe trabalhadora, que é, ainda hoje - e sempre será - a pauta de luta pela qual rejeito minha atuação enquanto intelectual e profissional e a própria confecção deste trabalho.

Ao professor João Alberto, hoje em minha banca como arguidor, mas que durante a graduação tanto contribuiu como meu orientador de pesquisa no Prolicen.

Aos meus amigos “calouros” tardiamente encontrados na faculdade, mas que, depois de encontrados, ficaram e ficarão para sempre: Tâmara, Karine, Natália e Rodrigo. Aos amigos de grupo de estudos e de tantos outros momentos importantíssimos: Ricardo e Carol. Ao Ivan, a amizade mais inusitada da Faculdade de História. Ao André, Zé, Victor e Tiago pelos cafés e risadas no pátio.

Da minha breve passagem pelo curso de Jornalismo na PUC-GO, agradeço à Carolina Tulim, Tiago Brandão, Mariana Magalhães e Suellem Mendes, pela amizade mantida e até mesmo pelas dicas neste processo à uma historiadora que já quis ser jornalista e hoje se arrisca a pesquisar sobre comunicação e imprensa.

Aos colegas de trabalho na Faculdade de Educação pela compreensão e ajuda nos momentos em que não pude estar presente nos meus compromissos trabalhistas por conta do mestrado, o que foi, na maioria das vezes, bem entendido por estes. Especialmente agradeço nominalmente à Miriam, Margarida, Tânia, Susie, Roney e Andrea.

Aos meus novos companheiros de militância, agora sindical, que compreendem minhas ausências e aguardam meu retorno às atividades, bem como os companheiros do CEPEC.

A todos os colegas da minha turma de mestrado e ao Marco Aurélio da Secretaria da Pós-Graduação, sempre tão solícito. À Luísa do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, de onde vieram todas as minhas fontes, e que me recebeu tão bem para esta pesquisa, com o agradecimento e admiração por sua militância para manter vivo este tão importante centro de memória da classe trabalhadora. Agradeço também à professora Carla Luciana Silva, por aceitar o convite para minha banca e pelas críticas e contribuições na qualificação e ao longo do processo de produção deste trabalho. Agradeço ao professor Élio Serpa por ter aceitado o convite para estar presente em minha banca e pelas contribuições que serão levantadas.

Um agradecimento mais que especial à seres que talvez nem saibam que a eles dedico e agradeço, mas que com seu carinho e alegria, me deram sempre forças para continuar, em todas as etapas de minha vida: Sadam, Dalila, Lucy, Melvin e Rosinha.

Por fim, mas não menos importantes, aliás, pelo contrário, deixa-se para o fim aqueles que sabemos que só com palavras não seremos capazes de agradecer por tamanha dedicação.

Nenhuma palavra será capaz de mensurar o quanto agradeço por todo apoio, carinho, atenção, cuidado e amor dedicados por Matheus Germano, uma das pessoas que mais acompanhou todo este trabalho, que me acalmou em minhas crises, que me aconselhou e que cuidou de mim quando nem eu mesma lembrava-me mais de cuidar.

À toda a minha família, os Lopes e os Barbosa. E, acima de tudo, àqueles a quem dedico, àqueles a quem devo agradecer até mesmo por estar viva e onde estou, àqueles que se dedicaram integralmente a mim desde o dia em que nasci, àqueles que, de uma vez por todas, não conseguiria agradecer nem que usasse as 200 páginas deste trabalho para isto: Edna, Gilmar, Hugo e Joaquim. À vocês todo o meu amor!

Resumo

O período e tema que será abordado nesta dissertação diz respeito ao debate e ao processo constituinte de formulação da Constituição de 1988 no Brasil, que se iniciou em 1977 na ocasião do início da distensão e abertura política lenta e gradual da Ditadura Militar à Nova República, portanto, definimos como recorte temporal o período de 1977 a 1988, em outras palavras, do lançamento do Pacote de Abril e início dos debates sobre a Constituinte à promulgação da Constituição em cinco de outubro de 1988. Todos estes processos históricos serão vistos através dos movimentos sociais e sua atuação na Comunicação Popular, que, em contraposição a grande mídia, promoveu uma politização no processo Constituinte.

Palavras-chave: Constituição de 1988. Comunicação Popular. Movimentos Sociais.

Abstract

The period and theme that will be addressed in this dissertations concerns the debate and the constitutional process of formulation of the 1988 Constitution in Brazil, which began in 1977 on the occasion of the beginning of the distension and slow and gradual political opening of the New Republic Military Dictatorship, therefore, defined as the time frame between 1977 and 1988, in other words, the release of the package in April and early discussions on the Constituent Assembly the enactment of the Constitution in October 1988. All these process will be seen through the historical social movements and their role in Popular Communication, which, in contrast to mass media promoted a Constituent politicizing the process.

Keywords: Constitution of 1988. Popular Communication. Social Movements.

Sumário

Introdução.....	14
 Capítulo 01 - Os antecedentes do Processo Constituinte: do Pacote de Abril à aprovação do Congresso Constituinte (1977-1985).....	20
1.1. A escalada autoritária na ditadura: do golpe ao “Milagre”.....	20
1.2. A transição política, o Pacote de Abril e as reformas de 1979-1982.....	25
1.3. O debate sobre Constituinte: as propostas e as divergências.....	29
1.4. As Diretas Já e a eleição de Tancredo.....	37
1.5. A luta por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana através da Comunicação Popular.....	45
1.6. A vitória do Congresso Constituinte e a continuação da transição lenta, gradual e segura.....	63
 Capítulo 02 - As eleições para o Congresso Constituinte, a vitória dos movimentos no regimento interno e a intervenção popular nas subcomissões (1986-1987).....	74
2.1. Introdução ao debate sobre Comunicação Popular.....	74
2.2. A luta para as eleições de 1986.....	98
2.3. O cruzado e as eleições de 1986.....	106
2.4. A instalação da Constituinte, vitória dos movimentos no regimento interno e as pressões sobre a relatoria para o 1º anteprojeto.....	109
2.5. A intervenção popular nas subcomissões: as emendas populares, as propostas e pautas de discussões.....	112
 Capítulo 03 - Da formação e Golpe do Centrão à promulgação da nova Constituição (1987-1988).....	137
3.1. A crise política e a formação do Centrão: a aprovação do novo regimento interno da Constituinte.....	137
3.2. A nova etapa da luta: a reação dos movimentos sociais à ofensiva conservadora.....	160
3.3. Os movimentos sociais e a nova Constituição.....	174
 Conclusão.....	183
Referências Bibliográficas.....	189
Referências das fontes documentais.....	193

Introdução

O presente trabalho intitulado “A Comunicação Popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1988)” pretende tratar do debate e processo de formulação da Constituição de 1988 no Brasil pela visão dos movimentos sociais e, sobretudo, sobre como a Comunicação Popular, em sua maioria impressa, produzida por estes, influenciou este processo que se iniciou em 1977 ainda durante a Ditadura Militar na distensão e abertura política lenta e gradual para a Nova República. Portanto, definimos como recorte temporal o período de 1977 a 1988, proporcionando, assim, uma melhor historicização do objeto. Nosso objeto de estudo é, então, a imprensa veiculada por partidos, organizações, movimentos sociais e grupos de esquerda, inseridos no debate do processo Constituinte de 1988, ou seja, a relevância e o impacto social que este tipo de Comunicação teve na sociedade civil e sua interlocução com as pautas discutidas neste processo.

O período ditatorial brasileiro é marcado por um Estado forte, militar, que se posiciona acima de todas as classes sociais, dando suporte para a manutenção das frações burguesas. Com a Nova República, o bloco no poder amparado pelos militares, que havia traçado como forma de transição “lenta e gradual”, a formação de um Congresso Constituinte se vê antagonizado com a proposta dos movimentos sociais e partidos de esquerda que se manifestam pela necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte iniciando os debates em 1977 e lançando em janeiro de 1985 o Movimento Nacional pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Tal antagonismo se expressa pela forma de elaboração da Constituição, ou seja, no Congresso Constituinte a participação da sociedade seria diminuída devido ao caráter representativo, enquanto na Assembléia Constituinte, a participação popular seria potencializada, permitindo, assim, maiores avanços legais para os trabalhadores. Dentro de circunstâncias favoráveis à classe trabalhadora e setores populares, no qual estas se encontravam num alto nível organizativo – greves, criação da CUT, fundação do PT e grandes expectativas de mudança pelo fim da ditadura militar – a institucionalidade autoritária, manteve o Congresso Constituinte, tentando subtrair a participação dos setores populares e, acima de tudo, mantendo o projeto burguês hegemônico.

Mesmo com mecanismos que garantem a autocracia burguesa – um Estado forte, sem democracia e com desenvolvimento capitalista – como a lei de segurança nacional, a lei de imprensa e o decreto que autoriza a censura prévia nos órgãos de imprensa, a Constituição quando promulgada se torna dual em seu teor, ao observarmos concessões às camadas populares como direito da infância e do adolescente, extinção do conselho de segurança nacional, criação do SUS, criação do habeas data, criação do mandato de segurança coletivo, etc. que a configuram como uma Constituição com caráter democrático liberal em alguns aspectos.

Tendo feito o aparato histórico do processo Constituinte e a dinâmica dos movimentos sociais e partidos de esquerda no que tange a sua intervenção por meio da Comunicação Popular, considero como hipótese que a veiculação deste tipo de imprensa, em contraposição a grande mídia, promoveu uma politização no processo Constituinte alcançando mudanças, mesmo que conjunturais, na realidade e no bojo do debate político. Considero esta hipótese, porque dentro da correlação de forças naquele momento, e tendo como mecanismo de controle empreendido pela burguesia amparada pelos militares, a constituição de um Congresso Constituinte, que também contribuiu para a despolitização do processo, coube aos movimentos sociais e partidos de esquerda que através da Comunicação Popular empreenderam um amplo esforço contra-hegemônico dentro do processo Constituinte, o que possibilitou a incorporação de alguns direitos sociais na Constituição. Neste sentido, procuraremos estabelecer relações entre o que era veiculado nestes jornais e demais publicações destas organizações e a realidade concreta, ou seja, o que realmente foi conquistado na constituinte e demonstrar o papel importante que esta imprensa cumpriu.

Este trabalho apresenta um debate atual acerca da História Social e Política do Brasil contemporâneo. Muitos são os estudos que trataram da relação entre mídia e poder, porém, a maioria com o foco voltado para a grande mídia e suas relações com o poder instituído, ou seja, o Estado. A intenção é de trabalhar a história a partir de outra perspectiva, a história vista pelos movimentos sociais, por aqueles atores políticos que não atuam necessariamente no ordenamento burocrático do Estado, e sim nas lutas diárias reivindicatórias, de discussão e ação de massas.

A escolha por se trabalhar o processo Constituinte se deu pelo também relevante debate que este tema suscita tanto na historiografia quanto em sua repercussão na sociedade,

por ser, justamente, a Carta de 1988 a última Constituição feita no Brasil, que vigora ainda hoje e que necessita de novos olhares e estudos a respeito.

O processo constituinte formalmente é compreendido no período em que este entrou em discussão no Congresso, ou seja, de fevereiro de 1987 a outubro de 1988, porém, considero que este processo para as classes subalternas se iniciou em 1977, pois, desde o Pacote de Abril em 1977 este debate começa a ser pautado e, posteriormente, com a formação do Movimento Nacional pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1985, os setores organizados da sociedade (partidos e movimentos sociais) começam a tratar de forma mais enfática o tema.

O processo político brasileiro não se manifesta enquanto ruptura em sua passagem da Ditadura Militar à Nova República. Neste sentido, o processo constituinte, tendo sido realizado em um período de crise de hegemonia burguesa, mas que, mesmo assim, foi bastante institucionalizado e com pouca participação popular, reforça mais ainda o papel da Comunicação Popular no debate e na defesa dos direitos sociais incorporados à Constituição.

Vários campos das Ciências Humanas se vêem correlacionados nesta pesquisa. Pode-se tanto abordar a diretriz da comunicação, ao se investigar a mídia e os conceitos de Comunicação e imprensa popular, imprensa alternativa, etc. Pode-se pensar do ponto de vista até mesmo do Direito em sua interdisciplinaridade com o processo histórico em questão. Porém, para que se possa delimitar de forma mais abrangente o assunto, é necessário que este seja tratado dentro de uma perspectiva histórica, que será capaz de demonstrar de forma mais detalhada e aprofundada todos estes viés de discussão com base nos aportes teóricos da História, alguns conceitos da Sociologia e buscando interdisciplinaridade com as demais áreas já citadas.

A divisão dos capítulos deste trabalho tentou seguir o método da análise das situações e correlações de forças (criado por Marx e Engels e sistematizado por Gramsci) onde tentamos perceber na dinâmica histórica os períodos datados segundo as mudanças na posição das classes sociais no processo da luta de classes.

No capítulo 01, intitulado “Os antecedentes do Processo Constituinte: do Pacote de Abril à aprovação do Congresso Constituinte”, trataremos dos anos de 1977 a 1985. Nosso

marco temporal é demarcado pelo início da Ditadura e, portanto, da criação da institucionalidade autoritária, por isso, iniciaremos com o Golpe Militar e iremos até as Diretas Já e a eleição de Tancredo até isso culminar em nosso objeto específico: o debate sobre a Constituinte, as propostas e as divergências, onde procuraremos tentar enxergar a proposta de Constituinte como uma alternativa à reforma da institucionalidade autoritária. Faremos ainda o levantamento de como foram as lutas por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana através da Comunicação Popular e ainda as reformas de 1985, com a derrota da perspectiva de Assembléia Constituinte dos movimentos sociais com a aprovação do Congresso Constituinte e a continuação da transição lenta e gradual.

No capítulo 02, intitulado “As eleições para o Congresso Constituinte, a vitória dos movimentos no regimento interno e a intervenção popular nas subcomissões”, trataremos especificamente dos anos de 1986 e 1987, onde teremos uma introdução teórica ao debate sobre Comunicação Popular. Fizemos este parêntese na narrativa para tratar de questões teóricas, porque a partir deste capítulo entraremos na parte mais expressiva do corpus documental do trabalho, e neste a perspectiva de Comunicação Popular que defendemos se mostrará com maior clareza. Logo após, trataremos da luta para as eleições de 1986 e como o Plano Cruzado influenciou esta. Posteriormente, trataremos da instalação da Constituinte e da vitória dos movimentos no regimento interno deste, bem como das pressões sobre a relatoria para o 1º anteprojeto de Constituição, onde procuraremos mostrar, sobretudo, como foi a intervenção popular nas subcomissões através das emendas populares, propostas e pautas de discussões. O marco temporal deste capítulo é a relativa vitória das forças populares nesta primeira fase da Constituinte.

No terceiro capítulo chamado “Da formação e Golpe do Centrão à promulgação da nova Constituição” trataremos do final do ano de 1987 à promulgação da Constituição em outubro de 1988, ou seja, ficaremos sabendo da crise política pela qual o Governo Sarney passava naquele momento que culminou com a formação do Centrão, grupo ligado às forças conservadoras que aplicaram um verdadeiro golpe na Constituinte com a aprovação do novo regimento interno desta, quando os debates, como vimos, já aconteciam há anos nas classes subalternas. Após este golpe, veremos, então, como se deu a nova etapa da luta, ou seja, a reação dos movimentos sociais à ofensiva conservadora, negociando direitos anteriormente já conquistados e que agora a direita tentava, através de um golpe, retirar da Constituição. Por fim, faremos uma breve exposição sobre como ficaram os movimentos sociais após a

promulgação da nova Constituição e também alguns apontamentos de como esta ficou, seus avanços, conquistas, direitos, etc.

Mostraremos todos estes processos históricos pela visão dos movimentos sociais e sua atuação na Comunicação Popular. Nossas fontes, portanto, são jornais, revistas, cartilhas, panfletos, cadernos de formação, boletins, etc. veiculados pelos movimentos sociais e demais organizações de esquerda no período estudado. Estas fontes foram coletadas no Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) em São Paulo. Ressalta-se aqui a importância deste centro, que abarca uma rica documentação acerca dos movimentos sociais e partidos de esquerda da História Recente do país, desde a ditadura aos dias atuais.

O CPV, que no início se chamava apenas Centro Pastoral Vergueiro, iniciou sua fase de implementação no ano de 1969, no bairro Jardim Saúde em São Paulo-SP em uma pequena sala da Igreja Sagrada Família. Quando foi introduzido o setor de documentação, ali já funcionava um curso de alfabetização de adultos dentro de uma perspectiva de educação popular. Em 1969, com a fase de maior repressão política durante a Ditadura, alguns militantes, a maioria do movimento estudantil resolveu, por motivos de segurança, se desfazer de seus arquivos pessoais que diziam respeito a lutas políticas e começaram a armazenar todo este material nesta igreja. Aos poucos, o primeiro grupo, que organizava os cursos de alfabetização, foi se integrando ao segundo, que começou a cuidar de forma mais metódica daquela documentação que ali estava sendo armazenada, daí surgiram ações militantes e concatenadas de produção de materiais, divulgação e educação popular, mantida inicialmente por três religiosos e voluntários que eram, em sua maioria, militantes universitários paulistanos. Com o crescimento do grupo, estes começaram a se articular com outros que tinham atuação semelhante no país. A documentação existente naquele momento era: documentos de organizações políticas, textos teóricos, livros, recortes de jornais, boletins e panfletos do movimento estudantil. Este material ainda está lá até hoje, mas, seu caráter foi ampliado, congregando documentações de diversas outras entidades e organizações de esquerda, não só do movimento estudantil, mas de sindicatos, associações de moradores, alguns partidos, etc. Há também hoje materiais que datam até os dias atuais não só impressos, mas em vídeos, áudios, etc.

Todos os documentos foram coletados em janeiro de 2010 no Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro e lá estão separados por pastas de organização própria da entidade,

porém, a análise das fontes para este trabalho seguiu uma determinada ficha de catalogações por nós elaborada de forma a atender as dúvidas iminentes desta pesquisa. Nas fichas elaboradas constam informações como: local onde o documento foi produzido, entidade que o produziu, data e principais informações contidas neste. Vale ressaltar que em “principais informações” estão analisados dados tais como: linguagem utilizada, formato do documento (alguns eram verdadeiros jornais, outros histórias em quadrinhos, roteiros para aulas e encontros, poesias, etc.), análise de fotos, charges e figuras e, por fim, seu próprio conteúdo, em uma tentativa de desvendar, amparado pelo conhecimento do contexto histórico do momento, quais eram os reais interesses e proposições de ações daquelas entidades e quais destas realmente tiveram êxito posteriormente na implementação de suas propostas na Constituição. Tentaremos enxergar, sobretudo, qual foi a importância deste tipo de Comunicação neste processo histórico.

Capítulo 01

Os antecedentes do Processo Constituinte: do Pacote de Abril à aprovação do Congresso Constituinte (1977-1985)

Neste capítulo trataremos do início dos debates sobre Constituição, ainda em 1977, com o lançamento do Pacote de Abril dentro da distensão política da Ditadura. Para isso, faremos um breve histórico institucional da Ditadura Militar no Brasil, falando sobre a escalada autoritária do Golpe Militar, da emenda Constitucional de 1969, da repressão do período, do “Milagre Econômico”, da distensão e caracterização da transição, bem como do Pacote de Abril e Reformas de 1979 e 1982. Em seguida, relataremos as Diretas Já e a eleição de Tancredo, para, então, entrarmos no debate específico sobre a Constituinte, com suas propostas e divergências, onde procuraremos mostrar a proposta de Constituinte como uma alternativa à reforma da institucionalidade autoritária promovida pelos governos militares.

1.1. A escalada autoritária na ditadura: do golpe ao “Milagre”

Embora pareça redundante falar de um tema já tão conhecido como a Ditadura Militar brasileira, inevitavelmente, faz-se necessário, neste momento, estabelecer alguns pontos principais desta, para que possamos entender melhor sua transição e, posteriormente, o debate sobre Processo Constituinte que emerge deste contexto.

A Ditadura Militar que teve como marco zero o Golpe Militar que derrubou João Goulart em 31 de março de 1964 foi influenciada principalmente pela instabilidade política no governo deste, com ocorrências de greves e manifestações políticas e sociais, agravado pelo alto custo de vida enfrentado pela população, porém, sobretudo, pelas promessas de João Goulart sobre Reformas de Base, que propunha mudanças em questões como agricultura, economia e educação, o que suscitou medo de que o socialismo fosse implantado no Brasil, medo este embasado pela influência externa particularmente dos EUA não só aqui, mas em todos os países da América Latina, com exceção de Cuba. Vale lembrar que este é o período da Guerra Fria internacionalmente, e, além disto, deste total apoio e patrocínio ianque aos governos militares, setores da Igreja Católica, setores conservadores e classe média também eram base de apoio dos militares.

Na opinião de muitos a burguesia brasileira nunca conseguiu (ou só conseguiu por intermédio do Estado) realizar uma revolução burguesa no Brasil, por conta da forte influência externa não só aqui, mas em demais países da América Latina, por isso, a tática de no período anterior a ditadura, quando partidos como o PCB propunha uma aliança com a burguesia nacional, se mostrou equivocada, pois esta, com o Golpe Militar de 1964, preferiu se aliar aos militares, pelos motivos mencionados acima, mas também porque haviam abandonado (ou sequer tiveram) a idéia de autonomia, e assumem um papel claramente de subordinação em relação ao grande capital internacional e aos militares, que atuam como uma espécie de “guardião” que “paira sobre as classes”, necessários para manter a ordem, conter os movimentos sociais e conter também a crise econômica instalada na época, crise esta que, para ser contornada, além da vinculação direta ao capital externo, adotou o modelo desenvolvimentista.

Como principais características do regime militar no Brasil, podemos destacar: a cassação dos direitos políticos de opositores a esta, a enorme repressão aos movimentos sociais, inclusive com uso de métodos violentos como tortura, a censura aos meios de comunicação, o controle dos sindicatos, a implantação do bipartidarismo (ARENA como partido do governo e o MDB como uma oposição controlada) e, no plano econômico, foi o momento do que foi chamado de “Milagre econômico”, com forte crescimento da economia (entre 1968 a 1974), altos investimentos em infraestrutura e, conseqüente a isso, aumento da dívida externa e, como dito anteriormente, aproximação muito especial com os Estados Unidos.

Cronologicamente, em termos institucionais, temos que o golpe dado em 31 de março de 1964, já tem em 11 de abril daquele mesmo ano, a “eleição” do general Humberto Castelo Branco com 361 votos no Congresso (72 abstenções, 37 ausências e cinco votos em outros gerais). Na linha sucessória, em 15 de março de 1967, toma posse o general Arthur Costa e Silva, cujo nome havia sido homologado pelo Congresso em outubro de 1966, porém, este sofre uma trombose cerebral em agosto de 1969 e fica com metade do corpo paralisado, com isso, obviamente, sua agenda presidencial é cancelada, porém, a imprensa é instruída a noticiar que o presidente tinha apenas uma forte gripe. Nesta ocasião, assume uma junta militar, com um general, um almirante e um brigadeiro para impedir que tomasse posse o vice-presidente eleito, o civil Pedro Aleixo, que havia discordado do AI-5, ou os sucessores previstos, pela ordem: presidentes da Câmara, do Senado e do STF. Em 22 de outubro de

1969, o Congresso é reaberto para sagrar como presidente Emílio Garrastazu Médici, que havia sido escolhido depois de uma consulta feita ao alto Comando das Forças Armadas. O general Albuquerque de Lima que houvera sido muito bem votado é preterido com a desculpa de que não era um general de quatro estrelas, mas sabe-se que isto tem real motivo no fato de Médici ser daqueles militares mais identificados com a chamada “linha dura”. Após Médici, em 15 de março de 1974 assume a presidência o general Ernesto Geisel. Ele fora eleito em janeiro deste mesmo ano pelo Congresso que tinha também delegados das assembleias estaduais (para aumentar a maioria da ARENA). Geisel vence com 400 votos contra 76 da anti-candidatura Ulysses Guimarães, que havia denunciado a tortura, a censura, os privilégios às multinacionais, a “anticonstituição” e a “antieleição”. Em outubro de 1978, há a eleição indireta do general João Batista de Figueiredo (355 votos contra 226 para o também general Euler Bentes); Sabe-se que Figueiredo já havia sido anunciado por Geisel como seu sucessor (tendo o civil Aureliano Chaves como vice). Este é o último militar no poder.

Os atos institucionais e a escalada da repressão de 1964 a 1978 são permeados por diversos decretos institucionais que nos dão notícia de como foi este processo na arena política institucional de decisões do regime. Ainda sem número, em abril de 1964 é feito o primeiro Ato Institucional, que depois corresponderia ao AI1. Este estabelece a eleição indireta para presidente da República a ser feita pelo Congresso em sessão pública e votação nominal em dois dias a partir deste AI. Chama a atenção ainda o artigo 10º deste que diz: “No interesse da paz e da honra nacional, sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos” (Art. 10º). Ou ainda o artigo 8º que dizia: “Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política ou social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente” (Art. 8º)¹. Com o AI1, portanto, se vê inaugurada institucionalmente a Ditadura Militar no Brasil.

Em apenas 90 dias de regime, já se tinha notícia de milhares de pessoas presas, centenas torturadas e algumas primeiras mortes. Alguns líderes começam a serem cassados, em Pernambuco, por exemplo, Gregório Bezerra, militante do PCB, é um dos primeiros a ser preso ao tentar organizar um grupo de militantes camponeses em apoio ao presidente deposto

¹Parágrafos retirados de documentos oficiais da Presidência da República disponíveis em: www.planalto.gov.br

João Goulart. Mas, não só preso, Gregório também foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. Cenas parecidas com essa aconteceram constantemente ao longo dos vinte anos de regime militar no Brasil.

Até maio ainda de 1964, contabilizam-se 441 cassados, 55 congressistas, militares, sindicalistas, intelectuais. São demitidos ou forçados a se aposentar 2.985 funcionários civis e 2.757 militares. Os militares elaboram uma lista de milhares de inimigos. Até nas universidades a repressão também é intensa: em 1º de abril de 1964, logo depois do golpe, as Faculdades de Filosofia da UFRJ e da USP são metralhadas. Centenas de professores universitários são demitidos ou aposentados compulsoriamente. Segundo Silva (1990, p. 294-298) a UnB, por exemplo, é uma das mais afetadas, quando é invadida por militares em outubro de 1965 e perde 210 de seus professores.

O Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965 estabelece a eleição indireta (e com voto descoberto) para presidente, extinção dos partidos políticos e aumento dos poderes do presidente. Em 20 de novembro ele recebe um complemento que impunha regras tão rigorosas que só surgiram dois partidos: ARENA e MDB.

Em cinco de fevereiro de 1966, decreta-se o Ato Institucional nº 3, que estabelece como ponto principal o fim das eleições diretas para governador. Em sete de dezembro de 1966 vem o Ato Institucional nº 4, quando Castelo Branco convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação do projeto de Constituição, que revogava definitivamente a Constituição de 1946 (esta já havia recebido tantas emendas, que estava totalmente descaracterizada). Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada pelo Congresso Nacional uma nova Constituição, que dava grandes poderes ao presidente da República. Porém, com o próximo Ato Institucional, o de nº 5, este poder seria maior ainda e permitiria ao presidente o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado (o que ele acaba mesmo fazendo), bem como as Assembléias estaduais e as Câmaras municipais, a cassação de mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais e municipais, a suspensão de direitos políticos, o poder de demitir ou remover juízes, decretar estado de sítio sem as condições previstas na Constituição, confiscar bens para punir a corrupção e legislar por decreto. Além disso, os acusados de crime contra a segurança nacional perdem o direito a habeas corpus e passam a ser julgados por tribunais militares sem direito a recurso. Deve-se ressaltar que o AI5 expressa o movimento de endurecimento da institucionalidade autoritária, pois ele

delimitou um aprofundamento nas ações coercitivas sob os movimentos estudantil, sindical e popular, na medida que este período (1968) representa pro mundo uma onda de protestos anti capitalistas, no Brasil ele teve um teor anti-ditadura militar, se expressando na contestação estudantil e organizações no campo e cidade, bem como as guerrilhas.

Para se ter idéia de como foi o período ditatorial brasileiro, além de falarmos sobre as torturas e repressões que já são conhecidas, podemos também indicar metodologicamente alguns números da repressão aos trabalhadores. Conforme dados apresentados por Silva (1990, p. 294-298), entre 1964 e 1965, ocorreram 804 intervenções por parte do governo em sindicatos, destas, 456 são ainda em 1964 e 358 em 1965, quando o governo destituía as lideranças destes, fechava alguns sindicatos e nomeava interventores nos outros. Alguns destes interventores eram militares. Destas lideranças, entre 1964 e 1969, 47 são dados como “desaparecidos”. No campo específico da cultura, cerca de 500 peças são proibidas; teatrólogos e atores são presos e alguns expulsos do país.

Entre 1969 e 1973, o crescimento econômico do Brasil alcançou níveis exorbitantes, combinando repressão aos trabalhadores e “Milagre Econômico”. Os militares, assim que assumiram, criaram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como objetivos combater a inflação e realizar reformas estruturais, que permitissem o crescimento. Com a estabilidade política proporcionada pela maciça repressão, os recursos estrangeiros retornaram ao Brasil, aumentando o volume de capital e estabilizando a economia. Porém, ainda em 1967 a economia dava sinais de recessão. Delfim Netto, que à época assumia a economia do país passa a investir em estatais, nas áreas de siderurgia, petroquímica, geração de energia, entre outras. Os investimentos nas estatais renderam e o processo de industrialização tomava conta do país. Empregos foram gerados, muitos se enriqueceram neste processo e a classe média estava satisfeita. Médici assume a presidência neste contexto. Porém, pouco tempo depois, em 1973, o Milagre Econômico já dava sinais de seu colapso, principalmente pelo aumento da dívida externa e da concentração de renda. As vantagens do crescimento econômico não foram igualmente distribuídas pelas diversas camadas da população e ficaram concentradas, principalmente, nas classes sociais de renda mais alta. O salário mínimo continuou a ser achatado graças à situação de "pleno emprego", que havia no período, os operários mais especializados conseguiram, na sua maioria, diferenciar seus salários do salário mínimo oficial e foram, assim, parcialmente beneficiados pelo crescimento econômico ocorrido, gerando, assim, uma nova classe média no país. Esta nova classe média

também foi formada pelas camadas de trabalhadores não manuais especializados e pela pequena burguesia).

Com o colapso do chamado ‘Milagre Brasileiro’ (1968-1974), desencadeou-se também uma crise política da Ditadura Militar como crise da dominação burguesa das frações de classe do bloco no poder. Esta crise se deu pelo esgotamento deste “Milagre”, pois este, como vimos, estava fortemente baseado no endividamento externo do Estado. O fim do Milagre coincide com o início da crise na Ditadura e o aumento das mobilizações dos trabalhadores. Estes dois fatores deram início, por sua vez, à transição.

1.2. A transição política, o Pacote de Abril e as reformas de 1979-1982

Com a crise na Ditadura, começa a se pensar numa distensão política, porém, esta amparada pelos militares e por alianças entre frações de classes dominantes, de forma “lenta, gradual e segura”, nas palavras do próprio Geisel, com o intuito de evitar os conflitos sociais. A transição se dá e tem como principais marcos institucionais a partir da significativa vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974, Pacote de Abril em 1977, fim do AI-5 e restauração do habeas-corpus em 1978 e a volta do pluripartidarismo em 1979.

O Pacote de Abril encontra-se aqui delimitado como um recorte temporal na questão da transição, porém, se quisermos, como vimos, poderemos abarcar esta desde o início do Governo Geisel, em março de 1974, como nos indica David Maciel em “A Argamassa da Ordem – Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)”:

A etapa inicial da transição da Ditadura Militar à Nova República foi demarcada temporalmente pelo início do governo Geisel, em março de 1974, e pela edição do Pacote de Abril, em abril de 1977. Essa etapa deu início ao processo de transição da forma ditatorial à forma democrática do Estado burguês, sem que tivesse ocorrido a desmontagem da institucionalidade autoritária. (MACIEL, 2004, p. 85)

Porém, foi a partir do “pacote” que o debate sobre Assembleia Nacional Constituinte começa a ser suscitado, daí vem nossa escolha.

Em linhas gerais, podemos dizer que o que foi designado como “Pacote de Abril” na história política brasileira foi um conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977, pelo presidente Geisel, que se baseava em uma emenda constitucional e seis decretos-leis que

alteraram as futuras eleições e fecharam o congresso temporariamente. Isto se explica, pois, havia a desconfiança de que nas eleições de 78 poderiam ser renovados dois terços do Senado, porém, diante deste temor do governo, fez-se com que uma nova norma garantisse a maioria governista no Senado: metade das vagas em disputa seria preenchida pelo voto indireto do Colégio Eleitoral (com membros da Assembléia Legislativa local e delegados das Câmaras Municipais). Com estas medidas, estes senadores não foram legitimados pelo voto direto e sim por uma indicação do presidente. Estes eram os chamados “senadores biônicos”².

Outras medidas importantes do Pacote de Abril foram: a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos e manutenção de eleições indiretas para governador. Também anteciparam a eleição presidencial para que o colégio eleitoral ainda fosse composto pelo Congresso eleito em 1974, e não o eleito em 1978.

Obviamente, esta série de medidas autoritárias do governo em pleno “projeto de distensão”, causaram movimentações de oposição na sociedade e, nesse bojo, vieram as primeiras propostas quanto a uma Assembléia Nacional Constituinte, conforme nos indica David Maciel:

(...) a resposta imediata do campo da oposição democrática às alterações operadas pelo Pacote de Abril foi a proposta de realização de uma Assembléia Nacional Constituinte. Em linhas gerais, para os diversos setores de oposição a proposta de Assembléia Constituinte implicava a ruptura com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos, pois requeria tanto a anulação da Constituição de 1967 e dos atos institucionais (principalmente o AI5) quanto a saída dos militares do governo. Além disso, a convocação da Assembléia Constituinte era contrária à lógica “lenta e gradual” dada pelo governo à distensão e reforçada pelo “pacote”. Portanto, o campo de oposição radicalizou sua postura anticesarista, apesar de suas divergências internas, questionando o compromisso do governo distensionista e seu próprio controle. (MACIEL, 2004, p. 154-155)

Além do Pacote de Abril, houve outros marcos institucionais na transição lenta e gradual que reforçaram ainda mais este seu caráter, que foram as reformas institucionais, para canalizar os conflitos e contradições sociais para a arena da disputa domesticada. Todo este conjunto de medidas tinha o claro objetivo de fazer com que as contradições de classe, os conflitos sociais e políticos fossem transferidas para a questão meramente institucional, campo onde poderia ser melhor controlado pela institucionalidade autoritária³. E esta é uma

²Curiosamente, para que se explique a origem deste apelido de “senadores biônicos”, vale lembrar que este veio de um seriado da década de 70 que na época era exibido no Brasil pela Rede Bandeirante que contava a história de um homem que, em linhas gerais, após um acidente, havia recebido membros de seu corpo transplantados por membros “biônicos” que lhe deram “super-poderes” como força e visão ampliada. Daí podemos compreender a analogia com os referidos senadores.

³Segundo David Maciel entende-se por institucionalidade autoritária: “[...] a institucionalização da ordem autoritária equivaleu a uma verdadeira “revolução institucional”, que estabeleceu uma “ditadura de classe burguesa aberta e rígida” e redefiniu as relações entre classes sociais e Estado no âmbito da preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, de acordo com o padrão de articulação entre dominação burguesa e transformação capitalista, vigente no Brasil na fase do capitalismo monopolista” (MACIEL, 2004, p. 28).

atitude cada vez mais comum no governo militar em todo o período da transição, tendo em vista que este já se encontrava em crise devido à crise econômica provocada pelo fim do Milagre e impossibilidade de formatar um novo padrão de acumulação para o Brasil, o que gerou mais e mais embates entre os setores do capital monopolista e militares. Tudo isso gerou divergências e divisões entre os próprios militares e também aumento da insatisfação popular na cidade e no campo e seu conseqüente protesto quanto a isto. Porém, este protesto popular não é novo, ele existiu durante toda a ditadura, mas de forma mais restrita (pois, além dos limites institucionais, muitos setores ainda não estavam suficientemente mobilizados). A diferença deste momento com o agora mencionado é que agora os protestos populares se combinavam também com os enfrentamentos à institucionalidade autoritária em crise. Neste sentido, as reformas políticas, a distensão e a abertura surgiram da urgência de se superar a crise conjuntural, antes que essa se tornasse uma crise de hegemonia, atualizando as alianças no bloco no poder⁴, mantendo a autocracia burguesa e contendo a emergência das classes subalternas (MACIEL, 2004, p. 152-153).

Outra questão que merece destaque no período da transição e que também faz parte do conjunto das reformas institucionais é a Lei de Anistia de agosto de 1979, que permitiu a volta de lideranças políticas que haviam sido cassadas durante o regime militar e também permitiu a criação de novos partidos, justamente para tentar canalizar as disputas políticas e as mobilizações pungentes para a esfera institucional, caracterizando-se, assim, mais um passo no transformismo da transição.

⁴Se entendermos que o conceito de “Bloco no Poder” frequentemente é utilizado para apontar diversas classes e/ou frações de classe, constituídas sob a hegemonia de uma delas, que formam o poder em determinada situação. Esse conceito indica as classes no poder referindo-se às formações sociais e não apenas aos modos de produção. Assim, um bloco no poder pode ser formado tanto pela classe dominante (e suas frações) do modo de produção predominante (burguesia, por exemplo, no Brasil), quanto pela classe (ou frações de classe) vindas de demais modos de produção (caso da classe média, dos médios produtores rurais e do pequeno e médio capital que apoiaram os militares no Brasil, por exemplo) (POULANTZAS, 2000, p. 149).

Este passo em direção ao transformismo⁵ dado pela Lei de Anistia foi semelhante ao que aconteceu também em relação às forças políticas de oposição com a reforma partidária neste período e contexto, pois esta cumpriu um papel importantíssimo, já que deu a oportunidade de criação de partidos, porém, estes institucionais⁶, que acabavam por levar a luta para o caráter controlado pelos próprios militares, sem levar em conta as contradições sociais. Isto porque se criou uma contradição entre a opção pelo crescimento eleitoral e parlamentar e o avanço da mobilização e organização populares. Processo semelhante também é observado quando se analisa a política de abertura sindical, que reduziu a repressão e controle do governo, mas não do Estado, sobre os sindicatos, ou seja, reduziu a repressão, o que fez com que parte dos militantes do novo sindicalismo ou novo movimento operário⁷ emergente neste período adotasse medidas corporativistas e aparelhistas, o que esvaziou parte deste movimento crítico, que, por sua vez, dificultou sua capacidade de mobilização e organização social. A falsa idéia de abertura acabou por esvaziar e dificultar as mobilizações nestas organizações (MACIEL, 2008, p. 45-46).

⁵ A abordagem que historiciza o fim da ditadura militar, pretende trazer à tona também o conceito de transformismo, que é, na concepção de Gramsci, um conceito explicativo imbricado ao conceito de Revolução Passiva. Ou seja, o transformismo se manifesta quando da cooptação das forças contrárias aos dominantes, tirando suas potencialidades revolucionárias ou transformadoras. Caracteriza-se como forma de ação das forças dominantes uma cooptação “privada”, “individual” e molecular. Também pode ocorrer a cooptação ampla, de grupos inteiros. A privada ou molecular incide sobre lideranças individuais (GRAMSCI, 2002, p.63). Por Revolução Passiva entende-se o processo no qual se domestica os conflitos sociais através de reformas moleculares, mantendo as frações burguesas no poder e concedendo benefícios para as camadas populares. Por Revolução Passiva entende-se ainda um processo de mudanças históricas e da ordem política, econômica e social que se explica em função das condições e contradições presentes em determinadas formações sociais. Essas condições impedem, a grosso modo, um processo de mudança advinda de “baixo para cima”. Mesmo empregando um processo de mudança, não há rupturas sociais ou nas relações de produção, dando sentido a um consenso entre classes ou das classes em relação ao Estado. O conceito de Revolução Passiva pode ser aplicado a todo este processo porque este se dá por diversas circunstâncias, com a procura de soluções “passivas e graduais” de algum fator que impede o desenvolvimento capitalista, restringindo a margem de reação das classes subalternas. Contudo, mesmo transparecendo que há uma equação exata do processo histórico de modificações “moleculares”, uma Revolução Passiva detém em suas entranhas as contradições, antagonismos e alianças das classes sociais e do Estado. De acordo com Gramsci: “pode-se aplicar ao conceito de Revolução Passiva (...) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2002, p.317).

⁶ Por partidos institucionais, entendemos aqueles com inclinação a encaminhar a disputa política para um âmbito altamente seletivo e fiscalizado pelos militares, o que faz com que estes não expressem efetivamente a dinâmica das contradições sociais. Segundo Maciel, “esta situação impôs aos partidos e setores partidários ligados às classes subalternas um forte *dilema institucional*, criando uma contradição entre a opção pelo crescimento eleitoral e parlamentar e o avanço da mobilização e da organização populares” (MACIEL, 2008, p. 45-46).

⁷ Adotamos esta possível diferenciação entre “novo sindicalismo” e “novo movimento operário” seguindo uma metodologia explicitada por José Welmowicki em sua obra “Cidadania ou Classe? O Movimento Operário da Década de 80”, onde ele diz que é comum na historiografia brasileira atribuir a este período estudado pelo autor (final de 70 e início de 80) o nome de “novo sindicalismo”, posição que ele discorda e chega a substituir pelo termo “novo movimento operário”, isto porque: “só se pode entender o processo brasileiro se o tomamos de conjunto: desde as razões objetivas, com o novo surto industrial e a nova classe operária que surgiu, e em dialética greves/reorganização sindical e política. E ainda porque em comparação com os movimentos operários de outros países que tiveram fenômenos que receberam esse mesmo nome, como é o caso dos ingleses no final do século XIX e o americano na década de 30, o caso brasileiro é talvez o único em que a organização sindical e política se dão simultaneamente e extremamente relacionado nas lutas, em suas estruturas, e nos personagens centrais, como se expressou na CUT e no PT nos anos 80”. (WELMOWICKI, 2004, p. 13,14). Ou seja, o autor interpreta que o caso brasileiro teve uma particularidade interessantíssima que não pode ser meramente atribuída a uma mudança na estrutura de lutas sociais através dos sindicatos, e sim, que o “novo sindicalismo” é, na verdade, uma nova dinâmica de luta de classes no país, em uma perspectiva mais crítica no contexto da distensão e abertura da Ditadura.

Com esta exposição que explica a transição política promovida pela Ditadura, queremos mostrar que a proposta da Constituinte, e depois das Diretas Já, emergia como alternativa à transição lenta, gradual e segura, pois pretendia interromper a institucionalidade autoritária e não reformá-la, como queria o governo. Neste sentido, podemos entender que a proposta da Constituinte representa uma alternativa dentro do Estado autocrático burguês - que é produto da combinação entre dominação burguesa e transformação capitalista e que dissocia desenvolvimento capitalista e democracia (FERNANDES, 2006, p. 239) - , ou seja, a Constituinte emergiria como uma nova institucionalidade, desta vez, não autoritária, simbolizando uma ruptura com este modelo de transição travado pelos militares e forças conservadoras.

1.3. O debate sobre Constituinte: as propostas e as divergências

A falta de legitimidade da Constituição de 1967, elaborada de forma completamente autoritária, como vimos, era problema grave para ser enfrentado em qualquer forma de reorganização do país para a futura democracia. Com todo este contexto de transição, crise na ditadura, crise econômica e as primeiras falas que defendiam a proposta de uma nova Constituinte, aos poucos, o movimento popular foi compreendendo essa necessidade, “porém as elites dirigentes sempre temeram um processo constituinte e preferiram uma reforma constitucional” (MICHILES, 1989, p. 21), ou seja, o que eles queriam era mais uma reforma na institucionalidade autoritária.

Segundo o livro “Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares”, “na década de 70, o simples mencionar da palavra Constituinte implicava uma certa dose de inconseqüência política. Ou seja, havia inoportunidade conjuntural para os movimentos sociais e populares, imposta pelo controle das classes dominantes, que não toleravam nenhuma alteração das regras do jogo político de então” (MICHILES, 1989, p. 19).

Sabemos através desta obra e também nas fontes que, durante algum tempo, antes da Nova República, também houve resistência nos movimentos sociais: “Para muitos a complexidade dos assuntos constitucionais e o seu distanciamento do cotidiano do cidadão impediriam a popularização de uma campanha pela Constituinte” (MICHILES, 1989, p. 21), o que, como veremos, foi parcialmente revertido através da Imprensa Popular e o caráter

formativo e educativo desempenhado por esta. Porém, alguns grupos e organizações, por motivos ideológicos resistiam à idéia de uma Constituinte, segundo Michiles, “por terem uma visão de saídas revolucionárias em curto prazo para o país”. Porém, por outro lado, o regime militar também “combatia qualquer especulação sobre a Constituinte e, no caso de um programa de abertura, preferiria a reconstitucionalização, retornando à Constituição de 1967 ou reformando-a” (MICHILES, 1989, p. 21).

O MDB, a oposição controlada da ditadura, por ocasião do Pacote de Abril em 1977, com o recesso forçado do Congresso e a cassação de um de seus líderes, Alencar Furtado, levaram o partido a uma série de reuniões para se discutir uma forma mais efetiva de oposição que passasse a ir além das suas “notas de protesto”. Este momento trouxe crise interna no partido e desta, surgiu, como pauta, a fixação na Constituinte como prioridade suprema, decidindo desencadear uma campanha nacional pela sua convocação. A partir disso, “o MDB passou a promover atos, editar publicações e realizar seminários sobre a Constituinte, generalizando-se a discussão nos quadros partidários e em setores de ponta da sociedade” (MICHILES, 1989, p. 22).

Outro momento importante neste contexto foi a tomada de decisão sobre este ponto da Ordem dos Advogados do Brasil, no Congresso Pontes de Miranda, realizado em Porto Alegre-RS em 1981, no qual aprovou o anteprojeto de sugestão para uma futura Constituição.

São raros os documentos que encontramos no arquivo pesquisado que tratam da Constituinte em período anterior à década de 80. Como exemplos de documentos que tratam sobre o tema ainda na década de 70, podemos citar, por exemplo, o documento “Sobre Constituinte: união da classe operária ou união da burguesia (o começo de um debate)”, documento de maio de 1977, sem assinatura de nenhuma entidade ou autor (porém, tudo indica que o documento pode ser de alguma entidade que, posteriormente, construiu o PT, pois como veremos, esta afirma que “os trabalhadores ainda não têm seu partido”. O provável motivo para este não ter assinatura é, obviamente, por ser de um período ainda ditatorial, com uma ainda grave censura aos movimentos sociais, organizações de esquerda e suas publicações), inicia-se o texto informando que o Brasil passa por um momento complexo onde o MDB e setores da esquerda começam a levantar a bandeira da Constituinte como forma de “redemocratização” para uns e queda da ditadura para outros. E depois diz que:

“Nossa preocupação, neste documento é demonstrar que empunhar esta bandeira de luta neste momento, em que a classe operária está ainda desorganizada e não tem o seu partido, significa lançar a confusão em suas fileiras, é reforçar o poder de seus inimigos na medida em que setores da burguesia, descontentes com a Ditadura também lançam mão desta bandeira para garantir uma nova rearticulação do poder dominante. Significa atrelar a classe operária às ilusões constitucionistas da burguesia e seus aliados mesmo que se “jure” que a Constituinte deva ter como pressupostos a liberdade de expressão e de organização de Partidos e de sindicatos e a Anistia”. (DCPV 18/1985, p.1)

Na primeira parte do texto que contém apenas cinco páginas, nas quais são reproduzidos trechos de um texto em que Lênin fala sobre a proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte na Rússia em 1905 e no período que antecede a Revolução, os trabalhadores pautam questões para serem cobradas em forma de lei no Estado. No período posterior, quando os trabalhadores já detêm maior poder, a burguesia se posiciona contra a Constituinte por um claro motivo: por saber que naquele momento a correlação de forças não os favorece. Neste sentido, o documento tenta mostrar o quanto esta bandeira da Constituinte, dependendo da correlação de forças, pode se tornar vazia e confundir a classe trabalhadora. O texto chama a atenção para o alerta de Lênin: “Os mencheviques e os socialistas revolucionários deslocavam o centro de gravidade para a ação jurídica. O anúncio, a promessa e proclamação da Assembléia Constituinte” (DCPV 18/1985, p. 2).

A segunda parte do texto faz referência à Constituição de 1946, para dar um exemplo do que pode acontecer com a de 1988. O documento afirma que “a Constituição de 46 significou uma redivisão do poder político entre as várias facções da classe dominante e permitiu a articulação de uma facção hegemônica – a burguesia industrial financeira, ligada ao capital estrangeiro – que completou sua dominação no golpe de 64”. E atribui isso ao fato de que o movimento operário que estava desarticulado e confuso, com vários de seus líderes mortos na Ditadura de Vargas e o PCB que no final da ditadura se aliou “e aderiu à campanha pela Constituinte e Anistia e acabou tendo que ceder as reivindicações aos demais partidos burgueses que eram maioria” (DCPV 18/1985, p. 3).

Em seguida, o documento define a situação atual como o momento “em que a classe dominante paralisada por uma crise política, lança mão da saída constitucional e em que setores da esquerda, diante do ascenso do movimento de massas se encaminham para dentro do barco da burguesia” (DCPV 18/1985, p. 4). Para, posteriormente, explicar que: “O golpe de 64 completou no plano político um processo que era determinante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o da monopolização da economia nacional – porém isso trouxe crises

intraburguesas e fez com o Estado se tornasse estranho a muitas frações da própria burguesia” (DCPV 18/1985, p. 4). Afirma-se, didaticamente, que contradições interburguesas são: burguesia industrial versus burguesia financeira, produtora de bens de capital versus produtora de bens de consumo durável; voltada para o mercado interno versus para o externo. Tudo isso, segundo o documento, pode ser resumido na contradição entre burguesia monopolista nacional e burguesia monopolista estrangeira. E essa contradição coloca em jogo a forma do Estado. A inflação, a “desaceleração da economia” faz a crise aumentar, e já não adianta tentar solucioná-la com medidas paliativas. Vemos, tanto neste trecho quanto no citado em que se faz citações de Lenin, que o objetivo desta publicação era, além do convencimento de um posicionamento político em relação à Constituinte, também explicar aos leitores alguns conceitos e contextos históricos que serviriam de base para uma análise aprofundada daquele vivido.

O documento torna claro que para alguns setores da burguesia a convocação de uma Constituinte pode alterar essa crise de hegemonia, porém, segundo ele, o setor estatal da economia e os militares defendem a Ditadura. Daí é outra crise onde as frações burguesas não se entendem quanto a uma proposta única. Por outro lado, segundo o documento, “a classe operária vem se reorganizando e ao mesmo tempo sabe que a crise econômica será transferida para os trabalhadores e, justamente por isso, crescem as mobilizações também de estudantes”. Indica ainda que “essa é uma situação absolutamente favorável à luta revolucionária, porém as ações ainda estão isoladas e dispersas (ou presos, mortos e exilados – a classe como um todo) e não há um bom grau de organização e consciência do proletariado”. Diante da situação descrita acima, a palavra de ordem expressa e levantada pelo documento é “Unir-se à classe para unir a classe”. E indica no último parágrafo do documento, a ingenuidade e/ou oportunismo dos setores de esquerda que acreditam na aliança com a burguesia e por isso empunham a bandeira Constituinte:

Diante dessa situação cabe perguntar se cabe a palavra de ordem da Constituinte? A resposta só pode ser não. Concretamente a palavra ordem da Constituinte tem apenas o sentido de unir a burguesia e nesse sentido ela serve simplesmente para lançar a confusão nas fileiras da classe operária e para mantê-la isolada, desorganizada, à reboque da milagrosa saída constitucional da burguesia. Levantar essa palavra de ordem para o proletariado é um grande erro de alguns setores da esquerda. Alguns setores de esquerda se encontram ainda dominados por ilusões a respeito da classe dominante. Reconhecendo as divisões do bloco, se subordinam inteiramente a um dos setores dominantes e ignorando o caráter não antagônico dessas contradições estabelecem toda a sua estratégia no pretenso caráter progressista do setor com o qual se comprometem. O simples lançamento de uma campanha pela Constituinte os leva, por seu oportunismo, a se colocarem a reboque

do MDB. Outros da esquerda levantam a mesma bandeira partindo do pressuposto de que a ditadura está se desmoronando e que a classe operária está prestes a tomar o poder. Levantam a bandeira da Constituinte para combatê-la. O seu oportunismo então é duplo, pois servem à burguesia se escondendo por trás de bandeiras avançadas. Gritam Abaixo a Ditadura e eternizam a dominação burguesa. (DCPV 18/1985, p. 5)

Ou seja, este documento nos mostra o que falamos anteriormente, no início houve resistência quanto à pauta da Constituinte de alguns setores populares, principalmente os que tinham uma perspectiva de que as mudanças da transição democrática do país seriam por saídas mais radicalizadas. Esta desconfiança se justifica se levarmos em conta ainda mais que este documento trata-se de 1977, momento em que o MDB começa, através de sua oposição burguesa, pautar a questão da Constituinte. Além do que, a proposta de Constituinte, se lançada sob estes parâmetros, serviria como mais uma reforma institucional de contenção da abertura política, reformando a institucionalidade autoritária e tirando-a das mãos dos trabalhadores.

No começo de 80 o debate estava ainda muito difuso. A publicação do PT “PT de Luta e de Massas”, ligado à “esquerda do PT”, formada pelo PCBR e MT, por exemplo, chegou a lançar a cartilha “Os dez motivos pelos quais o PT não deve abraçar a bandeira da Constituinte” (DCPV 11/1985). Este documento é posterior às reformas institucionais de 79 e 82.

Este texto tem caráter argumentativo com clara intenção de convencimento. A linguagem utilizada por este não é muito simples, com vários termos que necessitam de certo amadurecimento intelectual para serem compreendidos, por isso, cabe perguntar se este talvez não se tratasse de um documento de circulação interna do partido, até por se tratar de uma corrente que está veiculando-o. O texto todo, na verdade, tenta convencer o leitor de que a pauta da Constituição vindo antes da abertura política de fato desmobilizaria os trabalhadores e desviaria o foco da luta.

No documento em questão era dito que a bandeira da Constituinte era uma bandeira contraditória, pois: “não dá para entender, por exemplo, como é possível conciliar a luta por uma Constituinte no sentido de derrubar o regime, com a afirmação de que a Constituinte só deve vir depois do regime derrubado”. Dizia também que esta bandeira só iria “confundir as massas com falsas esperanças de soluções de seus problemas através de reformas no plano institucional. Neste sentido, acumula na direção da transição burguesa”. Afirma ainda que a

Constituinte “cristalizaria uma correlação de forças que hoje é desfavorável aos trabalhadores”, posição esta compartilhada com o documento que citamos anteriormente:

(...) E, assim, uma bandeira radicalmente diferente das Eleições Diretas Já. Enquanto as eleições diretas levam a um confronto entre candidatos e programas, demarcando o campo popular do campo das classes dominantes, a Constituinte dilui esse confronto de propostas sob a falsa idéia de uma união nacional para salvar o país da crise. (DCPV 11/1985, p. 2)

É apresentada, logo em seguida, mais uma vez, a ênfase de que: “uma Constituinte eleita pelo voto popular (...), estaria credenciada a realizar mudanças que legitimam uma nova institucionalidade e contribuem decisivamente para dar maior estabilidade a nova forma de dominação burguesa em nosso país”. E ainda sobre a questão da discussão, que não tinha posição unificada na esquerda ainda sobre as táticas de luta contra o regime que envolviam a Constituinte, o documento justifica:

(...) Porque a Constituinte sai fora da tática que, na atual conjuntura, aponta simultaneamente para o combate ao regime militar e para a desestabilização da transição conservadora que está se impondo. Ao combater a ditadura via Constituinte, estamos reforçando, não a ruptura popular com este regime, mas a sua transição controlada para outro tipo de regime autoritário. **Não é a toa que a Constituinte é uma proposta estratégica para a oposição burguesa e figura em todos os programas dos liberais e conservadores.** (...) Não existe no horizonte do possível, a Constituinte ideal: aquela que seria convocada no futuro, depois do regime derrubado e cuja agitação, no presente, contribuiria para derrubar o regime. Existe sim, a Constituinte realmente possível, ou seja, aquela que será convocada possivelmente, por pressão dos liberais, pelos conservadores da oposição para reordenar a estrutura jurídico-política do novo regime autoritário. (DCPV 11/1985, p.2-3. Grifos nossos.)

O texto como um todo, coloca em parâmetros muito claros que a pauta da Constituinte antes das Diretas, desviaria mais ainda o curso das lutas para o campo institucional, o que colocaria o movimento e o próprio partido em um dilema institucional, pois:

Se o PT se render a proposta da Constituinte, estará colocando-se, juntamente com o movimento popular, num campo de trabalho definido pelos marcos dos liberais e conservadores da oposição. O PT ficará então em uma situação extremamente difícil, tendo que trabalhar com dois centros de acumulação: um, fundado teoricamente na mobilização de massas com base num projeto de ruptura com o regime; outro, real, que realimenta a condição da burguesia de revitalizar o seu estado. (DCPV 11/1985, p.3)

E quem eram esses “campos liberais e conservadores” da oposição? Como vimos a Aliança Democrática lançada em torno da transição atrelada aos militares composta majoritariamente pelo PMDB, representa grande parte destes aos quais o documento do PT sempre se refere. Porém, existiam outros, como nos mostra o documento feito pelo

Movimento dos Trabalhadores de Goiânia-GO em que critica “A ridícula situação dos reformistas” (DCPV 22/1985):

O papel mais solerte nessa estória toda cabe, no entanto aos reformistas agrupados, em sua maior parte, no PCB, no PCdoB e no MR8. Desertores da luta pelas diretas antes mesmo dos liberais, os reformistas esmeraram-se como nunca no cumprimento da sua tarefa de comprometer a independência de classe do movimento operário e popular. O PCB chegou ao cúmulo de propor publicamente Tancredo para presidente por via indireta num momento em que a mobilização das diretas estava apenas começando e a disputa entre o projeto conservador e o projeto liberal ainda estava acesa. O PCdoB, por sua vez, logo que viram reduzidas as chances de aprovação das diretas, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, abandonou a mobilização de massas dedicando-se a convencer suas próprias bases e os setores sobre os quais mantêm alguma influência, da necessidade de apoiar Tancredo no Colégio para conquistar a democracia. O MR8, pusilânime como sempre, já havia “tancredado” há muito tempo. O fato é que estas manifestações de oportunismo se encaixam perfeitamente na lógica reformista: não tendo significativo enraizamento no movimento de massas, os reformistas ficaram totalmente subordinados aos governos estaduais da oposição conservadora, nos quais conseguiram cargos de confiança. Ao romperem com a orientação conservadora desses governos, perderiam estes aparelhos duramente conquistados em troca dos serviços prestados nas eleições de 1982. (DCPV 22/1985, p. 10)

Já no documento “Que Assembléia Constituinte interessa à classe operária?” de Ronald Rocha (sociólogo, na época militante do PCdoB e, mais tarde, fundador do PRC, Partido Revolucionário Comunista, uma dissidência do PCdoB, e integrou-se ao PT em 1984), edição nº 1 da Revista Teoria e Política (1980) apresenta um texto acadêmico, bem embasado, em que toca em temas como “o democratismo da classe operária e a Constituinte”, “a classe operária e as liberdades democráticas”, “Constituinte e reforma” e “Constituinte e revolução”.

O interessante é que, apesar de ser um texto acadêmico, enquadramo-lo em Imprensa Popular, pois, nas fontes que tivemos acesso para a pesquisa, este texto não se encontrava na citada revista e sim, reproduzido em forma de cartilha para circulação, o que indica que ele foi reproduzido em larga escala. Neste, Rocha nos indica as contradições que já estavam sendo lançadas em relação ao debate da Constituinte e que a população de uma forma geral, ainda não tinha conhecimento desta:

Reacende-se, nos meios políticos, o debate sobre a Constituinte. Embora este assunto permaneça à margem das preocupações das grandes massas, vem provocando controvérsias nas fileiras dos partidos e grupos políticos de oposição, nos círculos democráticos em geral e em ativistas do movimento operário. Note-se que, a exemplo da campanha pela Anistia, a questão da Constituinte, muito ao contrário de ter saído da artificialmente da cabeça de tal ou qual pessoa, vem se impondo a tantos quantos se interessem pelos rumos da política nacional. De uma forma ou de outra, é curioso: todos são levados a opinar. Tal debate se dá precisamente numa conjuntura em que a estratégia de “abertura” do regime,

conturbada pelos efeitos conjugados do agravamento da crise econômica e do prolongamento da crise institucional, corre o risco de ser atropelada, seja pelo fluxo das lutas operário-populares, seja por uma saída liberal, seja por um retrocesso ao fascismo e (...) seu resultado não deixará de exercer influência sobre os rumos da luta pela liberdade política. (DCPV 02/1986, p. 1)

Em uma rica análise sobre a correlação de forças do período, em que o autor esmiúça qual era o posicionamento de cada uma das correntes políticas presentes no período, podemos citar também:

O debate da Constituinte se exacerba na medida em que o país vivencia uma fase de transição, a tal ponto que todas as correntes políticas de maior expressão, incluindo os porta-vozes do regime, reconhecem, cada qual a seu modo, a impossibilidade de as classes dominantes manterem sua dominação sob a mesma forma. (...) A bandeira da mudança das leis, serve, em princípio, a todas elas. O regime fala em reformas constitucionais no quadro da “abertura lenta, gradual e segura”, vale dizer, da manutenção da espinha dorsal da legislação e do aparato repressivos. **Os setores mais conservadores da oposição burguesa** solicitam do regime, ora a aceleração do ritmo de suas reformas, ora a convocação de uma Constituinte. **A corrente liberal-reformista** se define pela “Constituinte livre e soberana”. **Os democratas radicais** colocam a derrubada da ditadura como condição prévia para a convocação de uma Constituinte. **O movimento operário**, mais do que qualquer uma delas, não pode deixar de se opor radicalmente à Constituição vigente. (DCPV 02/1986, p. 3. Grifos nossos.)

O autor também defende as lutas das liberdades democráticas, dos direitos mínimos do cidadão em relação à Constituinte e diz que no Brasil, o movimento operário sempre teve que lutar para garantir direitos mínimos (considerados por muitos, burgueses) e que, com o fascismo da ditadura militar, se acirraram mais ainda as lutas por liberdades democráticas:

Dezenas de milhões de mortos em defesa das liberdades, especialmente trabalhadores: quem ousaria dizer-lhes que morreram em vão? A luta pelos direitos democráticos destaca-se como uma das características do movimento operário brasileiro nas últimas cinco décadas. [...] As experiências acumuladas em dezesseis anos de ditadura, nos permitem sistematizar as principais razões pelas quais hoje interessa à classe operária se colocar à testa da luta democrática. Só como combatente de vanguarda pela democracia a classe operária poderá manter seus direitos conquistados e alcançar vitórias parciais, especialmente no plano das liberdades sindicais, indispensáveis ao desenvolvimento de suas lutas. (DCPV 02/1986, p. 7)

Sobre a tentativa da burguesia de “enganar as massas” (onde ele diz que os liberais se dizem de oposição para poderem resolver tudo de cima para baixo contendo as massas e propondo um “pacto social”) e convocar a Constituinte sob a égide de seus interesses junto aos militares, o autor faz uma clara defesa de que a classe trabalhadora não deve ficar alheia ao debate da Constituinte e “não podem se não assumir a tarefa de nela intervir e lutar para que em relação a ela prevaleça a sua atitude revolucionária e de classe”. (DCPV 02/1986, p. 8) E finaliza enxergando a Constituinte como uma política mínima, porém extremamente

necessária, ou, um desdobramento das demais lutas que os trabalhadores não podem perder de vista:

(...) Significa considerá-la como um desdobramento da luta pela completa liberdade política e ao lado das reivindicações econômicas imediatas do proletariado, de medidas antiimperialistas e antimonopolistas e da reforma agrária, dentre outras. Significa também exigir a realização deste programa mínimo tão logo a ditadura chegue ao fim e não condicioná-la à aprovação da Constituinte, o que equivaleria a aceitar como legítima a velha ordem de coisas e sobrepor o formalismo constitucional da burguesia ao democratismo real das massas. (DCPV 02/1986, p. 11)

Como sabemos a proposta de Constituinte ainda durante a Ditadura não foi vitoriosa, como era o medo dos movimentos citados acima. Percebemos na análise destes três documentos que são representativos de posições diferentes acerca da Constituinte dentro do mesmo campo político, ou seja, esta pauta ainda não era consenso antes da abertura entre a esquerda e os movimentos sociais. Muitos ainda buscavam outros meios para a transição, como a luta pelas Diretas, como veremos a seguir.

1.4. As Diretas Já e a eleição de Tancredo

Também neste contexto da transição, uma campanha nacional teve grande importância: as Diretas Já que, em poucas palavras pode ser caracterizado com um movimento civil ocorrido basicamente entre os anos de 1983 e 1984, de diversas frações de classes da sociedade brasileira, que reivindicou eleições diretas para Presidente do Brasil e teve como mote a Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Uma Emenda Constitucional para ser aprovada precisaria de dois terços da votação, ou seja, 320 deputados para prosseguir ao Senado, porém, o resultado foi: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 113 não compareceram ao plenário. Com a rejeição da emenda, a eleição para presidente da República de 1985 foi novamente indireta, frustrando a sociedade brasileira. Porém, apesar desta frustração, a Campanha das Diretas Já teve seus ganhos, pois feria a lógica da acomodação, tão frequente em toda a transição, conforme nos indica Maciel: “Mesmo derrotada, a campanha determinou a inviabilidade política da perspectiva de continuidade do regime militar, abrindo caminho para que o movimento de acomodação se consolidasse através de uma alternativa política francamente definida pela composição entre as diversas frações do bloco no poder e entre os mais variados setores da oposição autocrática e do campo governista” (MACIEL, 2008, p. 47).

Michiles considera que a campanha Diretas Já, pode-se, sim, ser considerada “um marco no processo de construção da cidadania brasileira” e que esta mudou os rumos das vontades dos brasileiros, que tinham um desejo de mudança impregnado em todos os espaços sociais, cuja reivindicação maior era a democracia, contra a tradição autoritária da formação política do Brasil. E após essa campanha, o autor aponta que: “[...] dessa vontade coletiva pelas mudanças no país surge a necessidade de se romper com o entulho autoritário do Ancien Régime, expressa na palavra de ordem: Constituinte Já. Aspiração que vinha envolta numa expectativa de solução a todos os males do povo brasileiro” (MICHILES, 1989, p. 19).

Explicitamos anteriormente os principais fatos que marcaram o processo de distensão da Ditadura no Brasil e, recordamos agora, que este se deu, basicamente, a partir de 1977, com o Pacote de Abril e como consequência de uma crise política no então regime. Ficando a par das principais questões que envolvem a “transição democrática brasileira”, sabe-se que esta se deu primordialmente sob a tutela militar e unificação do campo conservador para preservar a institucionalidade autoritária com mudanças democráticas que também estavam submetidas a esta tutela. Com isso, conclui-se, segundo Maciel, que: “A substituição institucional definitiva seria transferida para outro momento, o da Constituinte, quando as condições políticas fossem mais estáveis e favoráveis para os interesses do bloco no poder” (MACIEL, 2008, p. 51.).

Após a transição, o governo que Tancredo estava planejando (e negociando) seria composto majoritariamente por PMDB e PFL, baseado na Aliança Democrática. Para ficar mais claro o que estamos dizendo e visualizarmos melhor o que foi a composição do Governo proposta por Tancredo e, posteriormente, mantido por José Sarney após seu falecimento, vale dizer que nos anos de 85 e 86, tivemos 19 Ministros do PMDB – para citar alguns nomes dos que atuaram nestes anos: Almir Pazzianotto (Trabalho), Jader Barbalho (Reforma Agrária), Pedro Simon (Agricultura); 6 do PFL, como, por exemplo, Marco Maciel (Educação), Paulo Lustosa (Desburocratização) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicação); Militares como Octávio Júlio Moreira Lima (Segurança Institucional) e Leônidas Pires Gonçalves (que negociou diretamente a posse de Sarney como ministro do Exército).

Através deste rápido detalhamento das forças políticas que atuaram no Governo Sarney nos anos de 85 e 86, percebemos claramente que mesmo com a chamada democratização do país, foram mantidos muitos militares no poder e vários egressos da

Ditadura e de notórios membros dos setores mais conservadores da oposição e, principalmente, não se tratou de uma ruptura com o antigo regime e sim, como vimos, de um processo de Revolução Passiva, pois observamos não só os militares, mas a composição da Aliança Democrática que privilegiava claramente também o PFL, por exemplo, que era nada menos que a antiga ARENA, base de apoio dos militares durante seus vinte anos de governos ditatoriais.

Ainda em fevereiro de 1985, nas definições de suas políticas de governo, Tancredo dava declarações genéricas em relação a vários assuntos pertinentes principalmente aos interesses das classes subalternas. Este plano de governo foi elaborado pela COPAG (Comissão para o Plano de Ação do Governo) e esta, por sua vez, era presidida por José Serra. Existem quatro pontos principais neste projeto que influenciavam diretamente os movimentos sociais e que foram também levados à sua comunicação e imprensa popular e que trataremos aqui: economia (crise, inflação, política econômica em geral), questão institucional (de autoritária para democrática e Constituinte, principalmente), questão agrária e a proposta de “Pacto Social”.

Porém, mesmo com esta Comissão (a COPAG) montada somente para estudar seu plano de governo, Tancredo revelava relativa autonomia em relação a esta, o que pode ser confirmado ao percebermos que, contrariando as indicações do PMDB, ele indicou para Ministro da Fazenda Dornelles e não Serra (o mais cotado para o cargo à época). Interessante notar que Dornelles era sobrinho de Tancredo, o que pode nos indicar também sua intenção até de controle pessoal sob este. Mas, além de sobrinho de Tancredo, Dornelles tinha uma segunda característica importante a se destacar: esteve sempre ligado ao Governo Figueiredo! Além disso, ligava-se também ao capital monopolista, porém, com primazia clara ao setor bancário e capital externo. Esta informação também nos revela muito sobre as aspirações econômicas daquele novo governo que estava sendo gestado. Tancredo revelara as intenções de, em um primeiro momento, manter o que estava sendo feito nesta área no Governo Figueiredo e, quem sabe, depois do devido “saneamento econômico”, partir para alguma mudança econômica.

Uma importante questão que nos interessa neste trabalho ao caracterizarmos o que teria sido o Governo Tancredo, diz respeito à retirada do “entulho autoritário”, a questão dos militares e, sobretudo, a Constituinte. Sobre, especificamente deste “entulho”, Maciel afirma que:

Em vez da anulação imediata e da substituição dos diversos institutos jurídicos e aparelhos que deram sustentação à institucionalidade autoritária – como o SNI, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, a Lei de Imprensa, a legislação partidária, a legislação eleitoral, entre outras –, Tancredo propunha mais uma reforma nesta legislação, basicamente atenuando seu caráter mais autoritário, dando continuidade prática ao reformismo institucional iniciado pela própria Ditadura Militar (MACIEL, 2008, p. 56).

Quando perguntado sobre a questão dos militares, Tancredo dizia que esta era uma definição que seria feita na Constituinte, mas já adiantava que estes poderiam atuar não só na defesa externa, mas também interna do país, em um posicionamento conciliatório, conforme podemos perceber na citação abaixo:

[...] Tancredo defendeu o “não-revanchismo” em relação aos governos militares e criticou o “radicalismo”, considerado agressivo aos sentimentos e tradições nacionais, endossando na prática a manobra operada pelo governo Figueiredo na Lei de Anistia, de 1979, para inocentar os próprios militares e demais agentes de repressão responsáveis por crimes de tortura e assassinato de presos políticos. (MACIEL, 2008, p. 56).

A questão da Constituinte seria um dos pontos mais polêmicos deste novo governo, e causou divisões até mesmo dentro do próprio PMDB, apesar de haver consenso quanto à necessidade de reformas. De um lado, setores dentro do partido que tinham uma perspectiva de convocação de um Congresso Constituinte que seria eleito em 1986, e do outro, os que se mantinham fiéis à tradicional bandeira do partido, de convocação de uma Assembléia Constituinte. No fim das contas, o partido seguiu a linha de Tancredo, expressa anteriormente.

Resumidamente, a proposta de Pacto Social de Tancredo correspondia a uma espécie de “congelamento branco” dos preços no país e era uma, sobretudo, “tese da união nacional” que, na prática, se concretizaria em uma “trégua” entre empresários e trabalhadores em nome do controle da inflação.

Neste Pacto, estaria reservado aos trabalhadores a suspensão das greves por seis meses e reajuste de no máximo 100% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), também por seis meses.

Aos patrões: redução de lucros e compromisso com não demissões por seis meses.

Aos banqueiros: redução dos juros com reformulação dos prazos de vencimento e dos juros dos títulos da dívida pública.

As reações na sociedade se dividiram entre aqueles que aceitaram “de primeira mão” a proposta (empresários foram os que melhor aceitaram), os que tentaram negociar reivindicações (banqueiros, que estavam descontentes com a questão da renegociação da dívida pública e alguns setores da esquerda que também tentaram negociar) e os que

recusaram completamente a proposta (os trabalhadores que, apesar de um pouco divididos em relação à esta questão, no geral, reagiram com desconfiança e resistência).

Um dia antes de sua tão esperada – por ele e por todos – posse, Tancredo Neves passa mal e é internado⁸. Tancredo sabia que estava doente, mas adiou o tratamento justamente para tomar posse.

Com sua internação às vésperas da posse, era para Ulysses Guimarães assumir, por ser este o presidente da Câmara dos Deputados, mas Sarney acabou assumindo por uma proposta original de Tancredo, aceita por Ulysses, pelas cúpulas civil e militar do novo governo e pelo próprio Figueiredo (MACIEL, 2008, p. 65).

Na verdade, não só teria que ter sido Ulysses empossado, como este também teria que ter convocado eleições para, no máximo, 30 dias depois. Porém, para o próprio Ulysses também não seria vantagem assumir, já que este tinha pretensão de se candidatar nas eleições seguintes.

A esquerda do PMDB não aceitava a posse de Sarney. Alguns militares também não, como o próprio Figueiredo, que se recusou a passar a faixa de presidente para Sarney.

Mesmo assim, no dia seguinte à internação de Tancredo, Sarney tomou posse e empossou os ministros que Tancredo havia recomendado. Figueiredo, que deveria lhe passar a faixa presidencial, se recusou a fazê-lo e saiu da cerimônia pelas portas dos fundos do Palácio do Planalto. A posse de Sarney foi realizada mediante uma contingência não imaginada (a internação de Tancredo), mas foi feita através de uma resolução política, que não atendia às questões legais. O importante naquele momento seria manter a conciliação conservadora. Vale lembrar que Sarney, que agora assumiu pelo PMDB, maior partido de oposição, era, anteriormente, ex-presidente do partido do governo militar.

Tancredo ficou cinco semanas hospitalizado. Neste período, Ulysses Guimarães, presidente e principal liderança do PMDB assumiu o comando do governo, reunindo-se com ministros e deputados e apenas comunicando as decisões a Sarney. Essa disputa entre os dois dentro do PMDB aconteceria muito nos anos seguintes. Enquanto isso, a situação da saúde de Tancredo piorava até culminar em sua morte.

⁸Ele tinha Divertículo de Meckel, que é definida como uma pequena protuberância do intestino delgado presente desde o nascimento do indivíduo. Aproximadamente 98% das pessoas que têm este problema não sentem os seus sintomas que são, geralmente, sangramento retal indolor e, posteriormente, obstrução intestinal

Setores da esquerda chegaram a apoiar que Sarney permanecesse no cargo à princípio, mas, caso fosse confirmada a morte de Tancredo, defendiam a convocação de nova eleição. Com esta confirmação, torna-se elucidativo – para não restar dúvida sobre a tutela militar em todo este contexto - a frase proferida pelo general Leônidas Pires Gonçalves que dizia que “a posse seria mera formalidade para ratificar o que já providenciamos”. Principalmente, porque com “o medo do renascimento da campanha das Diretas levou o governo e os partidos da Aliança Democrática a reafirmarem a solução adotada na posse, aventando que, em caso de morte de Tancredo, Sarney assumiria definitivamente a presidência” (MACIEL, 2008, p. 66), como, de fato, assumiu.

A princípio, após sua posse, Sarney buscou se legitimar principalmente frente ao PMDB. Naquele momento, greves e pressões para eleições diretas novamente aumentaram. Tudo isso levou também a uma crise dentro do PMDB. Porém, a unificação do campo conservador em torno do novo governo se deu pela tutela militar, como vimos.

Sarney manteve a equipe de Tancredo e até leu seu discurso de posse, sinalizando que este também estava comprometido com as mesmas “promessas de campanha” daquele, principalmente em relação ao Pacto Social, com sua postura de “congelar” os conflitos sociais e políticos.

Como apresentamos, a chegada de José Sarney à presidência esteve cercada por fortes desconfianças. Nas oposições, inclusive, circulavam palavras de ordem como: “O povo não esquece, Sarney é PDS” e “Sarney não dá, diretas já”.

Sobre a Constituinte no governo de transição, sabemos que a lei que aprovou o Congresso Constituinte em dezembro de 1985 faz parte de um pacote de diversas outras reformas efetuadas pelo Governo Sarney que mudaram completamente o curso anterior que fora apontado pelos movimentos sociais: o de Assembléia livre e soberana.

Sobre essas reformas, sabe-se que de março a julho de 1985, o governo Sarney fez várias reformas que aprofundaram a perspectiva iniciada com as primeiras reformas e o projeto distensionista do governo Geisel, onde a orientação da perspectiva reformista era, de acordo com Maciel, conforme vimos: “a ampliação e a pluralização da esfera de representação política em relação à esfera de representação burocrática, fortalecendo os partidos, o processo eleitoral, o poder Legislativo e o poder Judiciário no processo de tomada de decisões” e significava também, mais uma vez, maior controle do conflito político, privilegiando os setores não-hegemônicos do bloco no poder e fortalecendo a “oposição consentida” em detrimento dos

conflitos, reivindicações e organizações do conjunto das classes subalternas (oposição popular, partidos de esquerda, trabalhadores e movimentos sociais). “Desta forma, o caráter democrático das medidas reformistas limitou-se a estabelecer mudanças secundárias na institucionalidade política, sem alterar-lhe a essência” (MACIEL, 2008, p. 79-80). Estas reformas institucionais foram, portanto: a formação de uma Comissão Interpartidária com 21 membros, sendo a maioria pessoas do PMDB, PFL e PDS, onde os demais partidos tinham apenas um representante cada um, para viabilizar mudanças nas legislações eleitorais e partidárias. Neste contexto fora aprovada também a Emenda Constitucional (EC nº 25, de maio de 1985) que extinguiu o Colégio Eleitoral e aprovava eleições diretas para presidente, mas, sem data especificada para isto. Criou-se o voto dos analfabetos e convocaram-se eleições municipais para novembro de 1985. Foram legalizados os partidos comunistas. O Distrito Federal passou a ter eleições para Assembléia Distrital e direito à representação no Congresso Nacional. A representação proporcional dos Estados na Câmara dos Deputados não foi alterada, segundo Maciel “mantendo a forte disparidade criada pelos governos militares para privilegiar os Estados menos povoados e mais conservadores politicamente (Norte, Nordeste e Centro- Oeste), bastante dependentes do governo e controlados pelas oligarquias rurais, onde a antiga Arena e o seu sucessor, o PDS, eram mais fortes, em detrimento dos Estados com forte tendência ao “voto de protesto (Sudeste e Sul)” (MACIEL, 2008, p. 81). Foi definido o tempo do horário eleitoral gratuito na campanha de 1985, uma lei que foi apelidada de Lei Ulysses e substituiria a Lei Falcão. Segundo esta, o tempo dos partidos seria calculado de acordo com a sua representação parlamentar, o que favoreceria os partidos governistas. Houveram mudanças também na questão sindical onde foi dada anistia para os dirigentes sindicais punidos pelos governos ditatoriais, foi revogada a portaria que proibia a formação de entidades intersindicais, foram reconhecidas centrais sindicais como CUT, USI, CGT e Conclat, além de ter sido afirmado o compromisso político de não-intervenção do governo nos sindicatos.

Sobre a Constituinte, seguindo a orientação que Tancredo havia traçado, que é completamente diferente da perspectiva que fora apontada pelos movimentos sociais de ANC livre e soberana, Sarney convoca, em julho de 1985 a “Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada por 50 “notáveis” e encarregada de elaborar um anteprojeto constitucional que deveria orientar a elaboração da nova Constituição pela Assembléia Constituinte” (MACIEL, 2008, p. 83). Essa comissão era composta por juristas, intelectuais, representantes de entidades corporativas, empresários e políticos, alguns poucos ligados à

oposição democrática e os demais que haviam sido apoiadores dos governos militares. Sobre esta Comissão, Sarney e o ministro da Justiça discordavam, tendo em vista que:

Se a perspectiva do ministro da Justiça, com a criação da Comissão Constitucional, era criar uma instância de discussão e negociação que pudesse fortalecer o pacto social, a perspectiva de Sarney era de pautar a Assembléia Constituinte com uma proposta completa, retirando dos partidos e dos movimentos sociais a primazia na sua elaboração. Isso porque, segundo ele, “o que faz a autenticidade das constituições não é a forma de convocar-se o colégio constituinte: é a submissão do texto fundamental à fé e à vontade dos cidadãos” (SARNEY, 1985, p. 233). (MACIEL, 2008, p. 83)

No contexto da transição, o então candidato do MDB em 1978, General Euler Bentes Monteiro havia assumido compromisso com a pauta da Constituinte, já Figueiredo, que fora eleito, “sempre insensível à idéia de uma Constituinte, como os demais dirigentes do regime militar” (MICHILES, 1989, p. 23). Tancredo, por sua vez, antes de eleito, quase não falava muito sobre o tema em público, até mesmo quando se reunia com representantes de esquerda, apesar de recolher “pacientemente propostas e sugestões técnicas de como fazê-la” (id. Ibidem). Depois, já com a Aliança Democrática, passa a dar mais importância ao tema.

Nos primeiros meses do Governo Sarney, ocorreram intensos debates sobre a convocação da Assembléia Constituinte, que veremos mais detalhadamente depois. Na sociedade havia uma concordância geral de que havia a necessidade de uma nova Constituição, pois a que estava vigente já havia passado por diversas reformulações durante a Ditadura e era necessário retirar este “entulho autoritário” da Lei Magna do país. Porém, havia divergências quanto à composição e à natureza do Processo Constituinte. Podemos dividir basicamente em dois setores essas diferenças: uns mais progressistas, que defendiam a Assembléia de representantes eleitos com função exclusiva de elaborar a nova Constituição, por esta ter maior representatividade e soberania. Porém, como vimos, acabou prevalecendo a segunda visão, ou seja, o Congresso Constituinte, onde os representantes (os deputados federais e senadores) eleitos em novembro de 1986, além dos senadores eleitos em 1982 que estavam no meio do mandato, que acumulariam as funções de congressistas e de constituintes, o que significou uma primeira grande derrota aos movimentos sociais em relação à Constituinte.

1.5. A luta por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana através da Comunicação Popular

A proposta de uma nova Constituição começa a surgir no final do período ditatorial, ainda no final da década de 70, conforme investigamos. Podemos explicar, porém, antes, que as propostas de ANC partiram de dois tipos de oposição ao regime militar, que continuaram depois na Nova República: a oposição anticesarista e a oposição antiautocrática. Entende-se que, para preservação de um determinado tipo de Estado e manutenção da ordem, em determinados momentos históricos, o Estado atua de modo policial na preservação da ordem vigente. No Brasil a necessidade de potencializar o capitalismo monopolista, sufocando os movimentos sociais e até mesmo as próprias contradições interburguesas, fez com que os militares assumissem não só o comando do Estado, mas também a direção política do bloco no poder, constituindo o fenômeno histórico do cesarismo militar, conforme conceituação de Maciel (2008, p. 41)⁹.

Já “autocracia”, se pegarmos de forma literal esta denominação em dicionários, veremos que se trata simplesmente de “governo exercido por monarca de poderes ilimitados”, porém, Florestan Fernandes foi além nesta conceituação e ao longo de décadas se destacou nos debates políticos e acadêmicos ao conceituar de formas mais aprofundada e abrangente e aplicar autocracia ao se falar especificamente de “autocracia burguesa”, que restringe a sociedade civil, principalmente as classes oprimidas da participação política e social, impedindo a ascensão dos trabalhadores como sujeitos políticos, como o fez os regimes ditatoriais no Brasil. Porém, como já foi mencionado uma vez neste trabalho, no Brasil, a burguesia parte de uma incapacidade histórica de enfrentar a contento a pressão externa do imperialismo e dos países capitalistas centrais, bem como também, não consegue enfrentar a pressão interna, exercida pelos proletários urbanos e rurais cada vez. Neste caso, então, a autocracia burguesa surge, segundo Florestan Fernandes (2006), a partir de uma:

[...] extrema concentração social da riqueza, drenagem para fora de grande parte do excedente nacional, a conseqüente persistência de formar pré ou subcapitalistas de trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer em uma direção puramente regressiva) (FERNANDES, 2006, p. 341).

Neste sentido, a partir de tais condicionamentos:

⁹ A este tipo de relação, Gramsci conceituou de “cesarismo”, ao analisar distintos tipos de Estado e seus personagens heróicos. Segundo David Maciel: “(...) conceito de cesarismo de Antonio Gramsci, aplicado por ele na análise de distintos tipos de Estado e de personalidades “heróicas” como César, Cromwell, Napoleão I e Napoleão III. Esta gama variada de personagens indica a utilização do conceito tanto nas passagens de um tipo de Estado a outro, quanto nos processos de preservação de determinado tipo de Estado e de manutenção da ordem. Neste caso, analisando o papel de Napoleão III na França, Gramsci considera que o cesarismo moderno assume um papel fundamentalmente regressivo na sociedade burguesa, atuando de modo “policial” na preservação da ordem vigente, seja mantendo a debilidade relativa da força progressiva antagônica, o proletariado, seja potencializando as possibilidades de desenvolvimento da referida ordem social que ainda não tinham se esgotado” (MACIEL, 2008, p. 41)

Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação com o fascismo com expansão capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2006, p. 341).

Podemos dizer, então, diante desta formulação que a autocracia burguesa não reconhece as classes subalternas como sujeitos políticos e que para desenvolver o capitalismo se usa de uma contra-revolução ampliada, o que é uma particularidade de países periféricos.

Da idéia de autocracia burguesa, surgem as conceituações sobre Estado autocrático burguês que para Florestan Fernandes é produto da combinação entre dominação burguesa e transformação capitalista, fundindo infra-estrutura e superestrutura, expressando um tipo de “Revolução Burguesa” que dissocia desenvolvimento capitalista e democracia. Assim, para se intensificar o desenvolvimento capitalista, pouco importa se naquele contexto não houver democracia ou qualquer direito de ordem social, como foi na Ditadura Militar brasileira, onde os militares atuam em uma contra revolução preventiva, unificando as frações burguesas sob sua hegemonia para repressão dos trabalhadores e avanço e consolidação do capital monopolista (FERNANDES, 2006, p. 239).

Diante disto, podemos resumir, então, que oposição anticesarista era aquela que era somente contra os militares no poder, já a oposição antiautocrática era aquela que era contra o modelo de Estado autocrático-burguês (e o modelo econômico subjacente a ele, ou seja, aquele baseado na concentração de renda, no favorecimento do capital monopolista e na dependência do capital externo). Em outras palavras, uma era uma oposição de retirada dos militares, mas de manutenção do capitalismo e suas premissas de exploração e a outra, geralmente, mas não em todos os casos, de extinção deste modelo, ou ainda, uma oposição burguesa e a outra uma oposição mais à esquerda.

E assim também se dividiam as propostas quanto à Constituição. Como vimos no capítulo anterior, quando a proposta começou a surgir em 1977, o que era consenso era a necessidade de se fazer uma nova Carta para retirar o entulho autoritário dos militares no poder. Alguns enxergavam que aquela não seria a conjuntura ideal e este debate deveria ser feito após a abertura. Outros achavam que se deveria fazer uma nova Constituição antes da abertura. A Constituinte acabou sendo deixada para depois, para outro momento, após a abertura, posse de Tancredo, etc. Após isso, em janeiro de 1985, é lançado, nacionalmente, o

Movimento Nacional pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Sabemos que, desde final da década de 70, vários setores da sociedade começavam a se articular para a convocação de uma Constituinte, mas essa proposta não foi consenso, tendo em vista que para o próprio bloco no poder também interessava mais adiar este processo para um momento em que tivessem maior controle da situação, ou seja, quando as crises pelas quais estas frações de classe estavam passando (conflitos interburgueses), estivessem sido contornadas.

Na ocasião das primeiras tentativas de convocação da Constituinte, não só a esquerda se engajou neste processo, mas também a OAB, o MDB, etc., que enxergavam que, no contexto da transição, após o Pacote de Abril, a proposta de Constituinte seria contrária à lógica que estava sendo aplicada de transição lenta e gradual. Porém, como vimos, este tipo de oposição, vindas deste partido, principalmente, se caracteriza como aquela que é somente antiesarista, ou seja, de conteúdo liberal e hegemônico pelas frações burguesas do médio e pequeno capital. O MDB levantou esta bandeira no final da década de 70 como tentativa de se vincular a algum tipo de mobilização popular. A eleição de uma nova direção na OAB em 1977, com Raymundo Faoro na presidência, fez com que esta entidade começasse a pensar na questão da Constituinte com mais afinco, porém, com uma postura conciliadora, aliada ao processo de elaboração da reforma do Judiciário, a OAB criticava o não-restabelecimento das garantias da magistratura, da plenitude do habeas corpus e da soberania do Judiciário no projeto outorgado em abril pelo governo, “por isso, a entidade aprofundou sua postura crítica e passou a defender a Assembléia Constituinte como instrumento para reformulação da ordem jurídica e constitucional do país”. Raymundo Faoro chegou a declarar claramente que a Assembléia Nacional Constituinte seria como “forma de conciliação. É quase que propor um debate livre, nacional, para um grande problema. E a condição é que a Assembléia Constituinte seja eleita na maior liberdade, eliminados os ódios antigos de todas as partes. (MACIEL, 2004, p. 155)

Então, finalmente, em janeiro de 1985, em uma postura mais unificada do que a que percebemos no capítulo anterior que retratou o final da década de 70, a esquerda lança, em um movimento forte e de clara oposição anti-autocrática o Movimento Nacional pela convocação da Assembléia Constituinte com entidades como o PT (Partido dos Trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), parte do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), ANDES

(Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), UNE (União Nacional dos Estudantes), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) e setores da Igreja Católica. Até março daquele mesmo ano o movimento já conseguiu mais adeptos como PC do B (Partido Comunista do Brasil), MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Arquidiocese de São Paulo. O movimento também tinha grande força nos sindicatos e entre militantes da igreja progressista.

Falaremos agora de algumas principais entidades envolvidas neste processo numa tentativa de historicizar suas atuações.

Um documento que pode nos servir de aporte para a exposição destas diversas posições em relação à Constituinte em 1985 é o “A Constituinte interessa aos trabalhadores rurais?” (DCPV 04/1985) de abril de 1985, do MST de Belo Horizonte - MG. Podemos, antes, fazer uma breve explanação sobre a história e importância do MST, um dos que mais atuou de forma organizada no processo constituinte, um dos mais importantes e significativos movimentos de lutas por reforma agrária no Brasil e que surgiu neste contexto que estamos apresentando de fim da Ditadura Militar e início da Nova República.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, nasceu em 1984, em Cascavel (PR), quando centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais que julgavam ser necessárias para o país. Estas centenas de trabalhadores rurais eram, em sua maioria, pequenos agricultores, posseiros, migrantes, atingidos por barragens e meeiros. Muitos deste foram expulsos de suas terras ou perderam seus direitos de produzirem por conta do projeto autoritário do regime militar destinado ao campo brasileiro, que anunciava uma modernização deste quando, na verdade, estimulava o uso excessivo de agrotóxicos, mecanização das lavouras que para serem obtidos, baseava-se em créditos rurais cedidos pelo governo somente aos latifundiários. Vale lembrar que este é também o período em que, mundialmente, passava-se pela chamada Revolução Verde, um projeto em larga escala disseminado para os países menos desenvolvidos principalmente nas décadas de 60 e 70 que pressupunha invenção de novas sementes, alterações genéticas nestas, uso de insumos industriais e mecanização, ou seja, utilização massiva de máquinas no campo. Máquinas essas que geralmente são bastante caras, sendo possível sua compra e uso somente

àqueles que dispõe de capital para tal ou incentivos do governo, porém, estes eram dados somente aos grandes latifundiários, como dito, numa clara tentativa do regime militar de destinar a agricultura brasileira para as mãos dos grandes conglomerados agroindustriais

Porém, o próprio movimento afirma que seria injusto se dissessem que ele próprio surgiu apenas em 1984, pois se consideram herdeiros de lutas anteriores que vão desde quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra. Ou ainda outras lutas em outros tempos históricos como Canudos, Contestado ou das Ligas Camponesas e o Movimento de Agricultores Sem Terra (Mater) dos períodos anteriores à ditadura. Assim como também reconhecem a importância dos movimentos contemporâneos ao surgimento deste como o sindicalismo combativo e ascendente naquele período chamado por muitos de "novo sindicalismo", os movimentos por liberdade e democracia com os da Diretas Já, etc. O MST, sem dúvida, nasce neste bojo de lutas por democracia e afirmava já em seu primeiro Congresso, ainda em 1984, que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E foi com esta mesma maneira de pensar que eles também se propuseram a participar ativamente do processo Constituinte de 1988.

Deve-se levar em conta que no Governo Sarney, apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida, o que corresponde a cerca de 90 mil famílias, e que isto só foi conseguido graças à pressão das ocupações da terra¹⁰.

O MST reconhece sobretudo também o que eles chamam de "valor da solidariedade", vindos de diversas maneiras, seja por meio das ações de sindicatos, partidos de esquerda e progressistas e de setores da Igreja como a Comissão Pastoral da Terra.

A compreensão sobre Reforma Agrária do MST não é estanque no sentido de achar que esta é uma luta por benefícios apenas para os camponeses, mas por pensar também que esta é uma forma de melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos acessíveis aos trabalhadores.

Tomando conhecimento, portanto, da posição geral que rege o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra, podemos, então, agora, partir para a análise do documento apresentado acima “A Constituinte interessa aos trabalhadores rurais?” (DCPV 04/1985) de abril de 1985, do MST de Belo Horizonte – MG, especificamente na parte “As diversas formas de ver a Constituinte hoje” em que apresenta as diversas visões sobre a Constituição presentes no país à época, onde afirmam e diferenciam: Aliança Democrática ou “a turma do

¹⁰Dado apresentado no documento: MST: Lutas e conquistas. Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular de Janeiro de 2010.

Tancredo”, que busca respaldar o poder burguês. O documento também critica grupos de esquerda com ações cupulistas. Segundo Setor ou pequena burguesia radicalizada: acham que a classe trabalhadora já está suficientemente organizada e, por isso, não se preocupam em organizar ações de conscientização. Terceiro Setor: “enxergam a Constituição unicamente como principal elemento de mobilização do povo, como fator de agitação e como bandeira unificada das várias forças de oposição” (DCPV 04/1985, p. 24). Não se preocupam com organização e tratam a Constituição como se fosse campanha das Diretas. Quarto Setor: perspectiva maior de luta. Claramente é a perspectiva que a entidade em questão (MST) segue:

Não há dúvidas que o Brasil precisa de uma nova Constituição e devemos lutar por novas leis, mais democráticas. Mas, junto com a luta para se conseguir uma legislação que atenda às necessidades da classe trabalhadora é necessário aproveitar a discussão sobre o tema para promover uma politização das classes populares. Sem abandonar a luta pelas conquistas concretas, da resolução dos problemas. (DCPV 04/1985, p. 24)

Outra entidade importante neste processo é o PCB, que, inicialmente achava que a Constituinte seria um instrumento para aprofundar a aliança político-social entre os diversos setores de oposição (das frações oposicionistas da burguesia ao proletariado) e “para o estabelecimento de uma legalidade democrática (mesmo que liberal) que permitisse a liberdade de ação política para os trabalhadores como condição para a construção de sua hegemonia” (MACIEL, 2004, p. 156).

O PCB, partido que só foi novamente reconhecido pelo TSE após a Ditadura em julho de 1985, junto com outros 24 partidos. Segundo Maciel, muitos deles “eram partidos efêmeros, de pequena expressão social e baseados, fundamentalmente, em lideranças individuais motivadas por interesses fisiológicos e personalistas e geralmente preteridas como candidatos nos outros partidos” (MACIEL, 2008).

O PCB nas eleições municipais de 1985 conseguiu eleger prefeitos em algumas cidades brasileiras sozinho ou em coligações e nas eleições para o Congresso Constituinte em 1986, também conseguiu eleger candidatos. Vale lembrar que os partidos que conseguiram eleger deputados no Congresso foram: PMDB, PFL, PDS, PTB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B, PL, PSC, PDC e PMB.

O PCB teve suas principais lideranças, militantes e intelectuais torturados, mortos ou exilados durante a ditadura, é novamente reconhecido pelo TSE com o início da Nova República e fez um enorme esforço de reinserção na dinâmica política institucional da

sociedade, chegando a lançar a campanha “O PCB é legal”. Essa campanha e toda a intencionalidade de passar uma imagem de “dentro da ordem”, acabou por transformar o PCB em um partido reformista, aliado ao PMDB e apoiando Tancredo.

O PCdoB, partido nascido de um “racha” do PCB na década de 60, após as experiências com luta armada durante a Ditadura, também volta à legalidade em um contexto parecido com o do PCB, aliado à Aliança Democrática, e, por isso, não consegue enxergar as possibilidades, por exemplo, do novo sindicalismo, com a CUT e o PT que começava a surgir. Os dois partidos apoiaram e insistiram em sua orientação de conciliação e unidade em prol da Aliança Democrática, a fórmula do Congresso Constituinte e, para tal (...) sua tática para influenciar o processo de elaboração da nova Carta era eleger o máximo possível de parlamentares comunistas e formar um bloco progressista com membros de vários partidos que viabilizassem as mudanças democráticas.

Especificamente na questão da Constituinte, tanto o PCB como o PC do B não apresentaram propostas muito inovadoras. Eram de caráter antiautocrático, “apesar de não avançarem medidas de cunho socializante, antimonopolista e antiimperialista”, que podia ser encontrado, por exemplo, na proposta do PT, como veremos a seguir. Estes partidos acabaram ficando presos a perspectivas democráticas liberais. Isso se explica mais uma vez, pelo medo dos comunistas de ficarem isolados novamente e também para, como nos indica Maciel, “fortalecer a frente democrática ampla no interior da Constituinte, que deveria abranger desde o operariado e os trabalhadores rurais até as frações nacionais do capital monopolista” (MACIEL, 2008, p. 174).

O Plenário Pró Participação Popular na Constituinte e o Movimento de Participação Popular na Constituinte talvez tenham sido os com maior destaque em todo o contexto da Constituinte. Junto a estes também se juntam o Projeto Educação Popular na Constituinte que tem a participação de entidades como ISER (Instituto de Estudos da Religião), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), CEDAC (Centro de Ação Comunitária), SEP (Serviço de Educação Popular), CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), CPO (Comissão Pastoral Operária), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), como podemos verificar na obra “Cidadão Constituinte: a saga da Emendas Populares”, feito por seis autores no ano de 1989, numa clara tentativa de “guardar essa pedagógica memória” e também contribuir “para

avaliações do movimento popular e para os próximos passos de participação, construção de cidadania e organização de nossa sociedade” (MICHILES, 1989, p. 15).

O Plenário Pró Participação Popular na Constituinte nasceu da seguinte maneira:

Quando se despertava para a participação do povo na Constituinte a nível nacional, estadual e municipal, o Plenário não ficou alheio a esse momento histórico e, por conseguinte inseriu-se nessa luta. O trabalho basicamente, no primeiro momento, desenvolveu mais através de debates sobre o que é e o que representa uma Constituição, o que é uma Constituinte, qual a sua função, etc. O início do processo começou a partir de julho de quando a Igreja de Lages convocou o povo que participou, sobretudo através dos movimentos populares. A participação não foi total, mas no primeiro encontro do grupo no dia 14 de julho, 300 pessoas participaram. Neste encontro assessorado por Cláudio Nascimento, do SEDAC – Rio de Janeiro se estruturou a secretaria executiva regional, responsável mais direta pelo desencadear dos trabalhos. (DCPV 28/1986 – “Histórico do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, Município de Lages-SC”, p. 2)

Esta característica, como veremos em itens a seguir, é comum a quase todos os movimentos que se envolveram no processo Constituinte: há uma primeira etapa em 1985 de início das movimentações, com conscientização sobre qual é o papel deste processo, o que é uma Constituição, qual é o histórico da Constituições brasileiras, reuniões, formação de secretarias executivas nos bairros, municípios, estados. Especialmente as secretarias nos bairros tinham papel essencial, com “formação de grupos que se preocupasse no seu bairro de levar à frente as discussões do trabalho constituinte e ao mesmo tempo fosse um setor de polarização e difusão de informações”, sendo que mensalmente essas secretarias se reuniam no segundo domingo de cada mês para analisar como estava sendo o processo em cada bairro e debater temas como “análise da atual conjuntura nacional e estadual”, “análise da repressão e entulho autoritário”, “o que é sindicalismo”, “o que é comunismo” (DCPV 28/1986, p. 2), enfim, verdadeiros trabalhos de educação popular e formação, cujo papel da Imprensa Popular foi importantíssimo neste contexto:

(...) Elaboração e aquisição de subsídios (cartilha, boletins, slyds) com conteúdo popular tratando de questões da Constituinte, Constituição, etc. A Diocese elaborou um texto com vários itens que foram debatidos no primeiro encontro como: a questão da saúde, trabalho, habitação, transporte, educação, etc. e foi repassado aos grupos de família e Mov. Populares de toda a Diocese com o objetivo de colher propostas de base para a nova Constituição e o povo, de um modo geral, respondeu com seriedade esse questionário. (DCPV 28/1986, p. 2)

O documento ainda relata um evento importantíssimo, a Semana do Povo na Constituinte:

(...) este evento teve seu início no dia 14 de agosto com a presença do representante da CDDH e OAB de São Paulo, Jairo Fonseca que tentou fazer uma análise do

quadro nacional das lutas pela Constituinte. E esta semana prosseguiu com as discussões a partir de slyds nos bairros, associações, faculdade, etc. acompanhando a semana do povo na constituinte se fez urnas e foram colocadas em alguns locais com a preocupação de propiciar espaço para maior participação de todos. A semana encerrou-se com uma passeata pelas ruas centrais da cidade. Participaram aproximadamente 1500 pessoas, a grande maioria proveniente do Congresso de Jovens da Diocese que ocorria naquela data. A passeata termina na Praça Joca Neves, onde aconteceram apresentações teatrais, trovas, músicas e tribuna livre sobre o tema constituinte. (...) O trabalho pela Constituinte não se desenvolveu só no município de Lages. Aconteceu também em outros municípios vizinhos como: Otacílio Costa, Correia Pinto, Campo Belo, Ponte Alta. A primeira etapa consultiva chega ao fim. Houve um distanciamento relativo dos trabalhos, principalmente depois da aprovação do projeto Sarney. Mas temos consciência que a luta continua com relação à organização de candidaturas e partidos que possam assegurar as propostas populares na nova Constituição. (DCPV 28/1986, p. 3)

Como podemos perceber, após a primeira etapa que estamos relatando de educação popular para a Constituinte, debates e formação, houve a segunda etapa, a partir da aprovação do projeto Sarney que viabilizaria a elaboração da Constituição via Congresso, destituindo os sonhos do movimento popular quanto a uma Assembléia livre, exclusiva e soberana, porém, mesmo assim, a maioria dos movimentos não desistiu e permaneceu na luta, como veremos no capítulo seguinte, através das emendas populares. Por ora, focaremos em uma apresentação inicial das entidades e movimentos envolvidos neste processo.

Característica importante que pode destacar tanto quanto em relação ao Movimento de Participação Popular na Constituinte, ao Plenário e ao Projeto Educação Popular na Constituinte é que eles congregavam as demandas de várias entidades, eram formados por várias entidades, numa clara iniciativa suprapartidária. Era interesse do movimento popular naquele momento, ser cada vez mais plural, congregar interesses de diversas camadas da sociedade e colher suas demandas a serem incorporadas na Lei Magna Brasileira, que deveria, por essência, acolher todas essas demandas da população. Muitos deles eram ligados à Igreja, no segundo momento do processo constituinte, quando foram para protocolar as emendas populares, eles apoiaram aqueles candidatos de partidos que se comprometiam com suas demandas, mas, sempre com uma clara intenção de independência e pluralidade.

O documento 09/1985, intitulado “Boletim do MPPC (Movimento Pró Participação popular na Constituinte) em sua primeira edição (nº 01) de junho de 1985 informa sobre como foi a criação do Movimento em Duque de Caxias no salão paroquial da Igreja Bom Jesus, com 300 pessoas e sob a coordenação do Bispo D. Mauro Morelli. O documento contém 08 páginas e traz questões como a oportunidade “do povo constituir-se depois de 20 anos de autoritarismo. “De o povo escolher qual ordem política e que tipo de processo econômico

deseja” e ainda afirma que “talvez este seja o último momento para se empreender uma revolução não violenta no Brasil”. Fala também do “entulho autoritário”. E afirma que os objetivos do MPPC são: “assegurar participação popular em toda Constituinte e buscar uma sociedade mais justa e democrática, exigir eleição da Assembléia Nacional Constituinte só para a Constituição”. Bem como suas tarefas são: “organizar uma campanha educativa, conquistar reformas para remover o entulho autoritário, empenhar-se para uma democratização efetiva dos meios de comunicação para debate e divulgação de propostas constitucionais”. É reafirmado o caráter suprapartidário do movimento:

O plenário procurará assegurar sempre seu caráter de espaço livre e aberto. Para manter sua unidade seus participantes consideram como ponto de referência a sua convergência em torno da preocupação de conquistar a participação popular na elaboração e no conteúdo da Nova Carta Constitucional. Logo, ficará claro o caráter suprapartidário do MPPC. (DCPV 09/1985, p. 8)

Especificamente sobre nosso tema, a Imprensa Popular, o MPPC coloca como uma de suas tarefas prioritárias a “organização de Banco de subsídios, edição de boletins do movimento, elaboração de subsídios didáticos e populares” (DCPV 09/1985, p. 8).

O lançamento do Projeto Educação Popular coincidiu com o lançamento do MPPC em 1985, no mesmo local, inclusive, e contou também com uma manifestação de mais de cinco mil pessoas (MICHILES, 1989). Pode-se assim caracterizar este projeto:

O objetivo desse projeto é desencadear uma campanha educativa da consciência da cidadania com a utilização de materiais didáticos diversos e apropriados. Nesse sentido, o Projeto Educação Popular Constituinte produziu ou co-produziu cartilhas, textos, vídeos e audiovisuais. O projeto também apóia articulações de movimentos locais em torno da participação popular na Constituinte. Com esse propósito, desenvolveu-se um trabalho educativo em torno do tema “Constituição” com comunidades rurais e urbanas de todo o país. A partir da convocação de uma Constituinte congressual, e com as eleições de 1986, esse projeto passou a apoiar diversas formas de pressão popular, estaduais ou nacionais, junto à Constituinte. (MICHELIS, 1989, p. 9)

Uma das formas encontradas pelos movimentos sociais de se expressarem, alertarem a população para a importância do que estava por vir, o processo constituinte brasileiro e realmente realizarem um trabalho de formação política através da comunicação popular era contando a história de como tinham sido as demais constituições do país.

As cartilhas dos anos de 1985 e 1986 geralmente trazem um trecho considerável sobre História das Constituições, por isso nossa escolha por também abordar este tema em nossa pesquisa e também por ser este um dos momentos em que podemos perceber de forma bastante clara a atuação deste tipo de Imprensa em seu papel educativo. E o que pretendemos

destacar é justamente esse caráter formativo dos documentos e a preocupação que havia em denunciar o processo Constituinte controlado pelo governo e as classes dominantes como baseado num comportamento historicamente construído.

Cada uma das Constituições brasileiras guarda uma particularidade quanto ao seu conteúdo, alterações de ordem econômica e política e, até mesmo, quanto à organização do Estado.

A primeira Constituição Brasileira é de 1824 e tem como marco histórico e político a Independência do Brasil, ocorrida dois anos antes desta ser outorgada. Esta foi a Constituição de maior duração de sua vigência na história do país. Ao todo, ela esteve em vigor durante 65 anos, até a proclamação da República, em 1889. Além da proximidade com a proclamação da Independência, a Constituição de 1824 tem outros marcos institucionais como, por exemplo, na ocasião da reunião dos Notáveis em Assembléia para sua elaboração, esta ter sido dissolvida pelo próprio imperador, revelando, desde o princípio, o excesso de poderes garantido por lei a este. O ponto em que os movimentos sociais da década de 80 mais ressaltavam em relação a esta Constituição, como forma de denuncia do caráter desta, era o voto censitário, ou seja, apenas os verdadeiros ricos participavam do processo eleitoral, até mesmo através do voto! Vale lembrar ainda sobre esta Constituição que durante quase toda a sua vigência a escravidão era mantida no país (PINHO, 2011). Podemos, portanto, resumir esta Constituição como um misto de liberalismo conservador e absolutismo, que regulamentava a escravidão e baseava o voto em critérios de riqueza para um parlamento submetido à vontade autocrática (no sentido literal) do imperador.

Sobre esta Constituição, podemos ressaltar alguns trechos da Imprensa Popular sobre o tema. No documento “A Constituinte interessa aos trabalhadores rurais?” (DCPV 04/1985) do MST, já apresentado aqui anteriormente encontramos:

Como em 1822 o Brasil ficou independente de Portugal, o novo Imperador do Brasil, D. Pedro I, resolveu convocar uma eleição para escolher cem deputados, que iriam escrever as leis para o Brasil, e que depois ele, Imperador, iria aprovar ou não. Para escolher esses deputados, só podia votar quem tivesse mais de 25 anos, e que ganhasse mais de 200 mil réis por ano. Para ser candidato, tinha que ter um ganho anual de 400 mil réis (sic). Resultado: foram escolhidos apenas Grandes Comerciantes e Grandes Latifundiários. Os negros, os pobres, os analfabetos, as mulheres e os menores de 25 anos não puderam nem votar, nem ser (sic) deputados. (...) Havia três tendências políticas entre os grandes da época, o que poderia ser os partidos de hoje. Uma era dos aristocratas, liderados por José Bonifácio, que queriam simplesmente copiar as leis de Portugal. Outra era a tendência “democrática” que queria um regime mais federalista, em que as províncias tivessem mais autonomia em relação ao Imperador, para fazer suas leis. Uma terceira era o

“Partido Português”, que tinha sua base nos militares, funcionários públicos e comerciantes portugueses. Depois de eleitos os deputados, deu muita briga entre essas tendências. Ai, o Imperador, em novembro de 1824 cancelou essa assembléia de deputados e ele mesmo impôs uma Constituição que tinha encomendado para um grupo de conselheiros seus. Essa Constituição representava os interesses do Imperador, que queria modernizar um pouco, e do Partido Português. De certa forma foi uma derrota para a aristocracia rural da época, que era mais realista do que o Rei. (DCPV 04/1985, p.4-5)

Como vimos anteriormente, a linguagem simples é uma característica bastante marcante de praticamente toda a comunicação popular, e podemos perceber esta característica fortemente neste trecho citado. Percebemos também a atuação como “escola de adultos”, conforme formulação de Gramsci (2006, p. 229), em toda a explanação que explica com detalhes, quase que como em uma “aula”, sobre determinado momento histórico.

Nas páginas que correspondem a essa explicação citada, na cartilha, temos duas charges: a primeira com uma figura em trajes de Imperador ordenando a um empregado “Faça uma como EU quero!” e uma com um militar que abraça dois senhores com placas nas mãos escritas “comerciantes” e “latifundiários” e diz “É NOSSA!”. As duas charges fazem referência óbvia à forma como a Constituição de 1824 foi elaborada e a quem ela favoreceu. Neste sentido, não só a análise da linguagem e do conteúdo desse tipo de Imprensa é importante, mas também das imagens que freqüentemente aparecem nela.

Continuando sobre as Constituições brasileiras, temos que a de 1891, também apelidada de Constituição Republicana, afinal, foi elaborada três anos depois da Proclamação da República em um contexto em que “a estrutura política, econômica e social do Brasil começava a ser modificada, devido à expansão da lavoura de café, a libertação dos escravos, ao aumento da população nas cidades, ao início da imigração estrangeira e ao princípio da industrialização”, como é dito em “A Constituição e os trabalhadores” do DIEESE – Educação Sindical (DCPV 05/1985, p. 22). Como características principais desta Constituição, podemos destacar: a organização do país em Federação de forma rígida, com forte separação de competências entre Estados e União; grande influência do modelo constitucional norte-americano, facilmente comprovada pelo nome adotado de “Estados Unidos do Brasil”; o catolicismo deixou de ser a religião oficial, sendo assim, era permitido o culto público de todas as crenças; os eleitores já não sofriam restrição de renda, mas ainda não podiam votar os analfabetos, as mulheres, os menores de 21 anos, os soldados e os religiosos; o mandato de deputado seria de três anos e o de Senador de nove anos; as eleições

para presidente seriam de quatro em quatro anos, porém, uma vez eleito, não haveria reeleição.

Sobre esta Constituição temos em “Você é a Constituinte” (DCPV 02/1985), publicação da Universidade Federal da Bahia no Projeto Universidade e Constituinte:

Após a Proclamação da República (1889), foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte, sem o voto secreto, para redigir uma nova Constituição. Essa Constituição definiu: 1) autonomia (governo próprio) dos Estados; 2) criação do ensino público leigo (sic); 3) separação da Igreja Católica do Estado e criação do casamento civil; 4) aprovação do direito de reunião, imprensa, liberdade de pensamento, etc. Continuam sem votar as mulheres, os soldados, cabos e analfabetos (além dos religiosos). (DCPV 02/1985, p. 16)

Há ainda outra peculiaridade desta Constituição explicada em “A Constituição e os Trabalhadores” do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) – Educação Sindical (DCPV 05/1985):

Em novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca tentou dissolver o Congresso e convocar uma nova Constituinte. Encontrou resistência da sociedade (houve, inclusive, uma greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, protestando contra o fechamento do Congresso) e renunciou. Assumiu o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto. (DCPV 05/1985, p. 23)

A terceira Constituição brasileira foi feita 43 anos depois da Constituição Republicana. Naquele contexto, o Brasil havia acabado de passar pela Revolução de 30 e passava por um momento em que eram apontados o esgotamento do modelo político até então vigente (representativo das velhas oligarquias rurais), rompimento da “política do Café com Leite” (alternância de poder entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais), sistema eleitoral baseado no voto aberto, o que favorecia o que ficou conhecido como “voto de cabresto”, por conta do poder exercido pelos coronéis, crise de 1929, que desestruturou o setor cafeeiro (que dava sustentação ao Governo) e, por fim, o “surgimento de novas questões sociais e econômicas decorrentes do processo de urbanização e industrialização e de reivindicações político-econômicas de uma nova classe social: o operariado” (PINHO, 2011, p. 195).

Sobre a terceira Carta Magna brasileira, os movimentos sociais assim diziam - em “Constituinte e Constituição – como pensa o favelado”, documento do MDDF (Movimento de Defesa dos Direitos do Favelado):

Logo depois da Revolução de 30, sob a liderança de Getúlio Vargas, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Nestas eleições o voto foi secreto e direto para homens e mulheres (pela primeira vez), alfabetizados e maiores de 21 anos. Continuaram de fora os analfabetos, os militares rasos e os religiosos. Apesar do voto secreto, dos 254 deputados constituintes eleitos, 214 representavam os interesses dos grandes (latifundiários, industriais, forças armadas, etc.). Na verdade, houve muita safadeza. Embora Getúlio Vargas assumiu (sic) com apoio popular, seu

governo não deixou de defender os interesses dos grandes. “Era o pai dos pobres e mãe dos ricos”. Jogava com duas caras. O povo mais uma vez foi enganado. (DCPV 01/1986, p. 21)

O que percebemos ao longo destes documentos que estamos citando que explicam a história das Constituições brasileiras é que os movimentos sociais, ao apresentarem o passado dessa determinada maneira, ao historicizar o tema, estão dialogando com o presente, a todo tempo, remetendo que à história estão querendo, com isso, fazer com que as pessoas percebam que nas demais Cartas Magnas não houve participação popular, na tentativa de impulsionar a luta para aquele momento a ser vivido no presente.

Apenas três anos depois, o Brasil mais uma vez estava às voltas de um novo Processo Constituinte. A Constituição de 1937, que foi outorgada, teve como marco a estipulação do Estado Novo de Vargas e, conseqüentemente, a determinação da Ditadura deste. Institui também a pena de morte, a suspensão de imunidades parlamentares, a prisão e o exílio de opositores, suprimiu a liberdade partidária e extinguiu a independência dos poderes e a autonomia federativa. Governadores e prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente, cuja eleição também seria indireta. Esta Constituição foi apelidada de “Polaca”, segundo Rodrigo César e Rebello Pinho (2011):

A Constituição de 1934 durou pouco mais de três anos, substituída pela de 1937, imposta por Getúlio Vargas. Foi uma época de avanços dos regimes totalitários em todo o mundo. Influenciado pelo modelo fascista de organização política, instaurou um regime político conhecido como “Estado Novo”. Na verdade, tratava-se de uma ditadura pura e simples, pois o Presidente da República legislava por decretos-leis e aplicava-os como Poder Executivo. Essa Carta Constitucional deveria ter sido submetida a um plebiscito, que não ocorreu. Pelo art. 186, o País todo foi declarado em estado de emergência, com a suspensão de direitos individuais. Esse artigo foi revogado somente em novembro de 1945, com a redemocratização do País e Getúlio Vargas já afastado do poder. Essa Constituição é conhecida como “A Polaca”, dada a influência que recebeu da Constituição da Polônia. (PINHO, 2011, p. 197)

No documento “Participar para mudar – Mudando nossa vida com uma Nova Constituição”, produzido pela Diocese de Montes Claro, Minas Gerais, em 1986, temos que:

Getúlio Vargas influenciado por idéias estrangeiras inicia um processo de fechamento político do país, tornando-se um ditador com todos os poderes. Fecha o Congresso Nacional, estabelece a Ditadura, decretando a Nova Constituição em 10 de novembro de 1937. Cassa a autonomia dos poderes legislativos (deputados e senadores) e judiciário (juízes) e fecha os partidos políticos. A Constituição garantiu aos trabalhadores apenas a Previdência Social, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas e liquidou a autonomia sindical, atrelando os sindicatos ao Ministério do Trabalho e proibindo a greve. (DCPV 20/1986)

A 5ª Constituição Brasileira é uma das mais conhecidas. Apelidada de “Constituição Liberal”, esta, em termos gerais, foi considerada assim, pois assegurava as liberdades

individuais como nenhuma outra até então na história do país. Era assegurada aos cidadãos a liberdade de opinião, organização, propriedade, entre outras. A Constituição Liberal também deu uma autonomia maior aos Estados e Municípios. Entretanto, o controle aos trabalhadores e os sindicatos atrelados ao Estado foram mantidos. Após oito anos fechado, devido à Ditadura do Estado Novo, o Congresso voltou a funcionar em 1946. Eleitos e empossados os parlamentares constituintes iniciaram os trabalhos para a elaboração da nova Constituição. Nesta ocasião, o Congresso se transformou em Assembléia Nacional Constituinte. Esta Constituição foi a primeira no país a possuir uma bancada comunista no seu Processo Constituinte, porém, predominavam as bancadas das elites agrárias e urbanas da UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático). Como sabemos, durante o período de vigência da Constituição de 1946 (1946-1967, 21 anos), ocorreu o Golpe Militar de 1964. A partir daí, a Carta recebeu uma série de emendas que chegaram a descaracterizá-la. Em uma delas foi suspensa por seis meses pelo Ato Institucional Nº 1 e, finalmente, através do Ato Institucional Nº 4, de 07 de dezembro de 1966, por Castelo Branco, proposta de ser substituída.

Sobre esta Constituição, a “Cartilha da Constituinte” da Federação Nacional dos Engenheiros (DCPV 07/1985), explica:

Promulgada por uma Assembléia Nacional Constituinte com relativa participação popular, motivada por um movimento democratizador de base popular e por forças de oposição, ao Governo de Getúlio, de características liberais e conservadoras. Embora as correntes liberais-conservadoras detivessem nítida hegemonia nessa Assembléia – que tinha representação até mesmo de setores ligados ao regime ditatorial deposto –, essa foi a Constituinte de maior participação das correntes populares e nacionalistas. Mesmo assim, não houve tempo para amplo debate sobre os problemas da maioria da população brasileira, pois a escolha dos deputados constituintes se realizou apenas dois meses após a deposição de Getúlio Vargas. A eleição para a Constituinte foi convocada juntamente com a de presidente da República, sendo que esta acabou polarizando as atenções do País. (DCPV 07/1985, p. 19)

Como vimos, através do Ato Institucional Nº 4, Castelo Branco propõe a substituição da Constituição de 1946. As principais características dessa Constituição, como fora apresentado no capítulo anterior, são: a concentração no Poder Executivo da maioria das decisões do país, inclusive o poder de legislar em matéria de segurança e orçamento; o estabelecimento de eleições indiretas para presidente, com mandato de cinco anos, estabelecimento de pena de morte para crimes “de segurança nacional”, restringe o direito de greve, amplia o poder Militar e abre espaço para a decretação posterior de leis de censura e banimento.

Não seria surpreendente que uma Constituição elaborada em um contexto de Ditadura Militar fosse dessa maneira. E, para a Constituição de 1969, como era de se esperar, não foi diferente ou, como veremos, até pior:

(...) a partir de 1967/68, os movimentos operário e popular se reorganizaram e tiveram início as primeiras manifestações contra a ditadura militar. Ocorreram greves de Osasco e Contagem. Os estudantes saíram às ruas das principais cidades. Multiplicaram-se nos campos e nas cidades os protestos contra o regime. (...) No dia 13 de dezembro de 1968, o governo editou o mais repressivo de seus atos institucionais, o famigerado AI-5, que permitiu ao então presidente Marechal Costa e Silva fechar o Congresso, legislar como bem quisesse, demitir e prender sem qualquer apreciação judicial. Em 1969, um golpe dentro do golpe: morreu o Marechal Costa e Silva e o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil, foi impedido de tomar posse. Uma Junta Militar, com representantes das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tomou o governo. Essa Junta assumiu para si poderes constituintes e, em 17 de outubro de 1969, decretou a Emenda Constitucional nº 1, que incorporou à Constituição de 1967 não só o AI-5, mas todos os atos institucionais baixados pelos governos militares desde 1964. A partir daí, os governos militares passaram a dispor de amplos poderes para legislar através de decretos-leis e punir arbitrariamente, acima das leis, da Justiça, dos outros poderes, passando por cima da própria Constituição, em nome da “Segurança Nacional”. (DCPV 05/1985, p. 29)

O trecho acima, retirado do documento “A Constituição e os trabalhadores”, publicado pelo DIEESE explicita bem que, em uma clara perspectiva que nos mostra o papel educativo dessa imprensa através dessas cartilhas, esta, por sua vez, não tinha este papel como algo desinteressado. Esta imprensa educava os trabalhadores na perspectiva dos próprios trabalhadores, atuando como “escola de adultos” e também como partido.

Retomemos, então, à nossa argumentação inicial: fez-se necessário fazer esse breve retrospecto da história das Constituições brasileiras, pois este é um forte elemento presente nas fontes analisadas, especialmente aquelas datadas dos anos de 1985 e 1986, que, como veremos a seguir, serão consideradas como uma primeira fase do movimento, onde ainda não tinha sido eleito o Congresso Constituinte e os movimentos sociais através de sua imprensa, ainda estavam em um processo de, primeiramente, explicar (ou educar) a população sobre o que era uma Constituição, o que era um Processo Constituinte, como poderiam participar deste, como foram as outras Constituições do Brasil, etc.

Especificamente a explicação da história das Constituições brasileiras insere-se na argumentação encontrada nas próprias fontes que dizem:

Nós já falamos, aqui, de uma série muito grande de características das constituições, algumas ainda em vigor e outras até bem pouco tempo. Por exemplo: as mulheres,

no Brasil, começaram a votar em 1934 (portanto, há 52 anos); já os analfabetos, só no ano passado (1985), e os cabos e soldados ainda não podem votar. Estamos dizendo essas coisas para vocês perceberem que as leis vão mudando, através das “emendas constitucionais” ou da própria Constituinte – congressual como essa ou soberana e livre, como algumas outras já citadas. (“Você é a Constituinte”, DCPV 02/1985, p. 14)

Ou ainda em formas mais lúdicas, como é o caso da cartilha “Participar para mudar”, produzida pela Diocese de Montes Claro-MG em 1986:

- Sei que no Brasil está tudo

De cabeça pra baixo.

Quase nada está

Funcionando direito.

Só que não sabia

Que a Constituição

É tão importante assim.

Vou bater um papo com a D. Tiana.

Ela entende melhor

Esse negócio de Constituição.

- ô Tiana, me conta

Essa história direito.

É a primeira vez que

Ouçó falar em Constituição

Me disseram que já foram feitas

Várias Constituições no Brasil.

Isso é verdade?

- É Tião, o Brasil já teve

07 Constituições.

Só que quase nunca houve

Participação do povo.

Aprendemos isso nas reuniões

Lá do bairro.

Algumas Constituições tiveram

Alguma coisa boa, mas foram pouco

Aplicadas, ficaram no papel.

(DCPV 20/1986, p.24)

No documento do MDDF (Movimento de Defesa do Favelado), o recado passado é mais ou menos este também: “Já tivemos, até hoje no Brasil, sete (7) Constituições, sendo que em nenhuma delas o povo esteve verdadeiramente representado (DCPV 01/1986, p. 19). Assim como em “Cartilha da Constituinte” da Federação Nacional dos Engenheiros, que também diz após um breve retrospecto histórico das Constituições brasileiras: “A participação popular em todas elas, no entanto, pode ser considerada inexpressiva” (DCPV 07/1985, p. 15).

Como podemos ver, além do caráter educativo-explicativo, a história das Constituições brasileiras nestas cartilhas tinha também um caráter otimista, pois, na perspectiva sempre apresentada, usava-se a história das demais Constituições como exemplo de que não houve participação popular para, logo em seguida, justificar que, dessa vez, o processo será diferente justamente por este motivo. Como podemos ver, por exemplo, em “O que é Constituinte e qual a sua importância para os trabalhadores”, documento feito pela ECOS (Equipe de Comunicação Sindical) em 1986, que diz: “É preciso que os trabalhadores e o povo em PARTICIPEM REALMENTE, uma coisa que os grupos dominantes têm sempre procurado impedir, ao longo de nossa história” (DCPV 14/1986, p. 7, grifos do próprio documento).

O que pretendemos destacar, portanto, foi o caráter formativo dos documentos e a preocupação que eles tinham em denunciar o processo constituinte controlado pelo governo e pelas classes dominantes, como havia sido nos demais processos, como vimos

1.6. A vitória do Congresso Constituinte e a continuação da transição lenta, gradual e segura

Como podemos comprovar em itens anteriores, o Governo Sarney à princípio seguiu à risca tudo aquilo que Tancredo já havia deixado preparado antes de sua morte, então, seguindo uma de suas plataformas junto aos militares - que sempre se diziam estar de prontidão caso a ordem estivesse ameaçada pela subversão - “em novembro de 1985 através da Emenda Constitucional nº 26, o governo aprovou a transformação do Congresso Nacional a ser eleito em 15 de novembro de 1986 em Assembléia Constituinte, para discussão e elaboração da nova Constituição durante o ano de 1987” (MACIEL, 2008, p. 107).

Além de contrariar as expectativas da população que, como vimos, almejava uma Assembléia livre, exclusiva e soberana, ainda puderam participar os 25 parlamentares que não foram eleitos em 1982! A aprovação da emenda gerou polêmica, até mesmo dentro do próprio PMDB, especialmente a esquerda deste, porque além da questão dos eleitos em 1982, também por manter a desproporção na representatividade dos Estados na Câmara dos Deputados. O PT e o PDT continuavam com a proposta de Assembléia Constituinte, exclusiva e soberana. “Para combater estas distorções, surgiram desde propostas de convocação de um plebiscito para decidir se a Constituinte deveria ser congressional ou exclusiva, até a eleição de 100 constituintes avulsos, além dos congressistas, indicados por entidades da sociedade civil, e não pelos partidos, e distribuídos de modo a favorecer os Estados mais prejudicados pela representação desproporcional.” (MACIEL, 2008, p. 107), o que foi derrotado. PCB e PCdoB, apesar do caráter autocrático da proposta de Congresso Constituinte, apoiaram. A vitória desta emenda proposta pelo governo fez bem para este como um todo e pessoalmente para Sarney.

Sabemos que “pela Mensagem nº 30, que tomou o número 48 no Congresso Nacional, em 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney encaminhou o projeto de convocação da Assembléia Nacional Constituinte” (MICHILES, 1989, p. 24). Interessante que a forma escolhida pelo presidente para anunciar algo tão importante e tão reivindicado pela população tenha sido uma emenda constitucional à Constituição que estava em vigor, ou seja, ainda vinculada à ditadura.

Porém, mesmo assim, o movimento popular ainda não havia perdido suas esperanças de intervir neste processo. “Dentre os documentos que marcaram essa posição está a “Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, de julho de 1985, escrita pelo jurista Goffredo Telles Junior, em nome do Plenário Pró Participação Popular na

Constituinte” (MICHILES, 1989, p. 27) que, em linhas gerais, repudia a Constituinte via Congresso, pois “convocar a Constituinte é convocar o povo, convocar o eleitorado para as eleições constituintes” (id. Ibidem).

Alguns partidos de esquerda também não deixaram a luta da Constituinte. O PT, por exemplo, para as eleições de 1986 tinha uma clara intenção de crescer eleitoralmente e aumentar sua inserção em campos institucionais, não deixando de lado a mobilização e organização junto aos movimentos populares. Especificamente sobre a questão da Constituinte, pode-se dizer que este fora o partido que mais deu importância a este debate em sua campanha, assim como se destacou também por sempre deixar claro seu posicionamento de oposição ao Governo Sarney.

Interessante notar também que na medida em que a população ia percebendo esse continuísmo de Sarney em relação aos militares, crescia a atuação dos movimentos sociais e até mesmo sua inserção institucional, seja através das greves que cresciam cada vez mais – em 1986, por exemplo, houve 1665 greves em todo o país! Os trabalhadores começaram a se sindicalizar mais também. E, é claro, a própria atuação das classes subalternas no processo Constituinte que, mesmo tendo sido congressual, acabaram negociando uma série de direitos sociais e políticos.

Uma pauta importantíssima para as classes subalternas era a questão da reforma sindical e esta acabou ficando para ser decidida na Constituição de 1988. O governo ainda continuou seguindo a orientação de Tancredo e constituiu uma comissão provisória de estudos constitucionais formada por 50 “notáveis”, que elaborariam um anteprojeto que serviria de base para a Assembléia Constituinte. A Comissão era formada por: juristas, intelectuais, representante de entidades corporativas, empresários, políticos (poucos de oposição). O Presidente da Comissão era Afonso Arinos. Percebe-se neste período que Sarney queria literalmente dar a linha na Assembléia Constituinte e retirar isso dos partidos de esquerda e movimentos sociais.

Mesmo com toda a luta dos movimentos sociais que sempre bateram na tecla da retirada do entulho autoritário, ainda ficou para a Constituição um pouco deste entulho, como a Lei de Segurança Nacional; o instituto do Decreto Lei; a lei de imprensa e o Decreto 1077 (que autorizava a censura prévia nos órgãos de comunicação, em 1985).

Quando dizemos que a proposta de Congresso Constituinte contrariou ao que a população esperava de Assembléia exclusiva livremente eleita, podemos comprovar nas próprias fontes da Imprensa Popular.

Já entrando um pouco na questão das fontes após a notícia de que a Constituinte seria através do Congresso, podemos analisar a fonte “Quem é quem” do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) (DCPV 13/1986) que é extremamente elucidativa para o momento que os trabalhadores iriam eleger seus candidatos ao Congresso, que também seria Constituinte, o que pode ser considerada uma derrota do movimento ou um verdadeiro golpe contra toda a perspectiva popular de Constituinte, como vimos. A cartilha é extremamente elucidativa na medida em que mostra em detalhes a atuação de diversos parlamentares, seu histórico político contra ou a favor da classe trabalhadora. A capa deste documento traz uma imagem de homens trabalhadores e homens caracterizados como burgueses puxando uma corda, cada um para um lado e a seguinte pergunta: “Será que você não está do lado errado?”. Especificamente sobre a sua própria função, o documento se diz:

O DIAP presta assim serviço objetivo para instruir a classe para a qual trabalha, dando-lhes dados pessoais, como votou projetos do interesse dos trabalhadores, os cargos públicos exercidos, os redutos eleitorais e os endereços. A partir desses dados os militantes poderão definir suas opções, localizando no tempo e no espaço o papel dos falsos e dos verdadeiros amigos de sua classe. (DCPV 13/1986, p. 2)

Na Introdução, é feita uma reflexão de que a maioria dos trabalhadores acaba escolhendo representantes que vão contra os seus interesses e objetivos e pergunta como será possível entender isto para, logo em seguida, responder: “Pela nossa avaliação, isto ocorre porque os trabalhadores não sabem como os Parlamentares têm se comportado no Congresso Nacional. Não sabem quais os projetos apresentados, nem o andamento desses projetos, nem mesmo como os seus escolhidos votam em matérias de seu interesse” (DCPV 13/1986, p. 3). São atentados para problemas comuns à época como a venda de votos em troca de brindes, o engano pelos “discursos bonitos” e que existem até “alguns parlamentares chegam a apresentar projetos a favor dos trabalhadores com o objetivo de ter seu nome divulgado na ‘Voz do Brasil’” (DCPV 13/1986, p. 3). Explica ainda que

Algumas vezes, no Congresso Nacional, parlamentares conhecidos por votarem contra os trabalhadores, ao perceberem que seu voto não mudará o resultado da votação, adotam a posição favorável aos trabalhadores. Por exemplo, na votação do Projeto Um do DIAP, que proíbe a demissão imotivada dos trabalhadores, dezenas de parlamentares ficaram fora do plenário para não dar “quorum”, para que o projeto não pudesse ser votado. Configurada a presença de número suficiente para a votação, como que por encanto esses parlamentares surgiram de trás das pilastras,

dos corredores, correndo para responder à segunda chamada. Sendo assim, o melhor guia para se conhecer os verdadeiros amigos é a análise do comportamento do parlamentar nas votações dos projetos de interesse dos trabalhadores. Se um parlamentar votou um projeto de lei contra os trabalhadores, evidentemente não pode ser confiável para os trabalhadores. (DCPV 13/1986, p. 4)

Para isto, o DIAP, neste documento, selecionou oito projetos cuja votação foi feita através de chamado nominal, uns que levaram a arrochos salariais, outros que suprimiram direitos dos trabalhadores nas empresas estatais, a Emenda à Constituição nº 5/83 (a Dante de Oliveira), etc., e explica e analisa cada uma delas e como foi a atuação dos parlamentares em relação a estas. Por fim, alerta:

No próximo dia 15 de novembro, todos os trabalhadores brasileiros irão votar. Só por ignorância, muita fraqueza de caráter ou por vontade de sofrer, uma vez que o voto é secreto, pode um trabalhador dar o seu voto para quem votou contra os seus interesses. Os deputados que apoiaram os trabalhadores e estiveram com eles, na hora decisiva da votação, devem ser eleitos. Mas aqueles que, ao contrário, fizeram discursos lindos prometeram muitas coisas, deram presentes, mas na hora em que precisavam dar o seu voto para aprovar um projeto de lei a favor dos trabalhadores, estiveram contra o povo, esses devem ser repudiados, democraticamente, pelo voto. (DCPV 13/1986, p. 4)

Tudo isto era para já alertar a população para o que estava por vir: as eleições para o Congresso Brasileiro e, em consequência, para a Constituinte.

No documento DCPV 01/1985 “O povo e a Constituinte, produzida por Gilvan Souza dos Santos (autor) do Movimento de Participação Popular na Constituinte de Curitiba em 08/06/1985, temos que, trata-se de um jornal de 08 páginas, em tamanho pequeno, onde há em todo o documento um poema em formato de literatura de cordel. Fornece informações básicas sobre o que é e para que serve uma Constituição, tentando chamar atenção da população de uma forma leve e acessível (pela linguagem e por ser cordel) para o tema. **Defende que é necessária uma Assembléia** e que nesta deve “haver delegados representando patrão, empregado e desempregado” (DCPV 01/1986, p. 3). Conta também sobre outras Constituições e diz que nunca houve participação do povo. Indica ainda a insatisfação do povo com o governo da época, eleito por voto indireto e, por fim, convoca a todos a ficarem atentos às eleições e, sobretudo, não venderem seus votos.

O documento “Constituinte: O que é isso?” (DCPV 03/1985), produzido em junho de 1985 pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae¹¹ de São Paulo – que, curiosamente, eram vinculados ao CPV, arquivo de extrema importância para nossa consulta

¹¹Este instituto existe até hoje e fornecem cursos de formação política, atendimentos psicológicos comunitários entre outros serviços assistenciais. No contexto da Constituinte era um dos grupos que estavam envolvidos com este debate e produziam materiais de Educação Popular com este intuito.

nesta pesquisa, onde as publicações como esta (“Cadernos de Educação Popular”) também podiam ser adquiridos – talvez seja um dos mais ricos materiais até então pesquisados deste período pré-Congresso Constituinte, por se tratar de um verdadeiro roteiro de “aulas” para início das discussões sobre a Constituição.

Na apresentação do documento já diz que se trata de um texto elementar para fomentar discussões de grupos que ainda não começaram ou estão no começo da discussão sobre Constituição. Trata-se de um roteiro para discussão, mas já alerta que não é intenção levantar uma proposta de Constituição, pois, para isso, seriam necessários textos mais avançados. Como se trata de um roteiro, o texto é dividido em encontros, que vão do um ao seis e há indicações o tempo todo do tipo “conversar como o grupo sobre isso”. Os temas dos encontros são: 1º encontro: O Estado; 2º encontro: Quem manda no Estado; 3º encontro: Como nasceu a Constituição; 4º encontro: a Constituinte; 5º encontro: A Constituição que queremos; 6º encontro: Como não ser enganado (encerramento).

Na parte específica do Estado é dito:

(...) para o trabalhador, pouca diferença faz se estamos na “Nova República” ou na “velha”. O governo sempre favoreceu o patrão! Só podia: todos os Ministros, Governadores, Secretários, Diretores das grandes empresas, ou são patrões ou são seus aliados. Você conhece algum Ministro, Governador ou Secretário que seja trabalhador? A gente vê uma divisão muito clara: de um lado, os trabalhadores, do outro, os patrões. E do lado dos patrões, controlando tudo, está o governo... Mas o que é o Estado? O Estado é o governo, as leis, as Forças Armadas, os tribunais... toda a máquina que controla a vida do país. (DCPV 03/1985, p. 3)

No 2º Encontro diz-se logo que “Quem manda no Estado estabelece, logo de início, que os trabalhadores não mandam”. E ainda: “Os militares aqui estão a serviço dos patrões e, no Brasil, a maioria dos patrões são estrangeiros” (DCPV 03/1985, p. 6). É afirmado que “a situação ficou desse jeito”:

Tudo começou há milhares de anos atrás, quando surgiu a sociedade escravagista. Até então não existiam exploradores e explorados. No começo da humanidade, tudo que as pessoas produziam era repartido entre todos. Era a “Sociedade Primitiva”. A “sociedade primitiva” era parecida com a sociedade na qual vivam índios aqui no Brasil, antes do descobrimento no ano de 1500. Com o desenvolvimento da Sociedade Primitiva, apareceu a divisão de classes: de um lado, os exploradores que vivam à custa do trabalho de outras classes, os explorados. A partir daí precisou uma melhor organização da sociedade, para garantir a exploração. Surge então o Estado, para facilitar esta organização. (DCPV 03/1985, p. 7)

O documento fala ainda de como nasceu a Constituição, fazendo um breve retrospecto sobre a criação das Constituições no mundo. (1ª: 1685 – Inglaterra); retrospecto sobre as

demais Constituições do país. E, como era de praxe, ao final propõe a reflexão do encontro: “Como podemos lutar para garantir nossos direitos na Constituição. Se a Constituição é a maior lei do Estado, e o Estado está a serviço dos patrões, como podemos fazer uma Constituição a favor dos trabalhadores?” (DCPV 03/1985, p.9-10).

É dito que a Constituição de 1946, de Vargas, era boa porque teve a participação dos trabalhadores e que os militares a modificaram e ainda, para a Constituinte atual, que os patrões querem mudar a Constituição par atender aos interesses deles e que “para os trabalhadores, está claro que só quando estivermos bem organizados vamos conseguir uma Constituição toda a nosso favor, por enquanto, precisamos lutar para garantir pelo menos algumas conquistas” (DCPV 03/1985, p.11).

É defendido que para os trabalhadores só serve se for a Assembléia Nacional Constituinte:

(...) para os trabalhadores é prejuízo misturar as coisas pelo seguinte: Fazer uma campanha eleitoral para eleger deputados que fariam duas coisas (substituir os atuais e fazer a Constituição) não permite a gente esclarecer bem a população a diferença dessas duas coisas. Se a gente faz uma campanha para cada coisa, fica mais fácil mostrar ao povo o papel de cada eleição, e o povo votaria mais consciente. Se a gente elege deputados que vão fazer as duas coisas ao mesmo tempo, está claro que uma delas vai ficar mal feita. e quem vai se aproveitar disso? Se os deputados que já vão ser eleitos em novembro de 86 para continuar os trabalhos dos que já existem, forem fazer também uma “lei maior”, há o perigo de fazerem esta puxando a brasa para sua sardinha. E participariam também os senadores que foram eleitos em 82, sem ter nada com a Constituinte, quando as eleições eram diferentes de hoje. (DCPV 03/1985, p.13)

O documento finaliza com “A Constituição que queremos” em que fala explicitamente das pautas dos trabalhadores: reforma agrária, salário digno, estabilidade, previdência social, escola gratuita até o 2º grau, liberdade sindical e de organização para todos os trabalhadores e partidos.

Já o documento “A Constituição e os trabalhadores” feito pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em 1985 (protocolo no CPV em 22/08/1985) de circulação nacional e escritório nacional em São Paulo traz uma história em quadrinhos, com linguagem simples e extremamente acessível e ilustrações de Laerte. É um documento de 32 páginas e apenas nas páginas finais, ao se falar sobre a História das Constituições é que há um texto corrido e mais denso. Há também um texto maior ao se explicar “porque precisamos de uma nova Constituição”. O documento todo alterna-se com trechos da última Constituição em vigor, mostrando o que se deve mudar na

próxima (ou que não estão sendo cumpridos): exemplos: estabilidade no emprego, salário, educação, moradia, saúde, terra, etc. Para eles Constituição é “a lei maior que determina, entre outras coisas, quais são os direitos econômicos, sociais, culturais, políticos de todos os brasileiros” (DCPV 05/1985, p.5). Ao final de cada tema é feita uma pergunta provocativa sobre o que trabalhadores podem fazer. Ao final de uma detalhada explicação sobre a história das Constituições Brasileiras, fala-se ainda sobre “retirar o Entulho Autoritário”:

É por isso que no atual momento político está se colocando a necessidade de fazer uma nova Constituição democrática e representativa dos interesses da grande maioria da população. Uma Constituição que possibilite uma sociedade livre, justa e democrática, com eliminação de todo “entulho autoritário”, como: proibição das greves e das eleições diretas, censura à imprensa, lei de segurança nacional, impedimento à livre formação de partidos políticos, prisão e cassação por razões políticas e impedimento aos cassados de serem votados em eleições sindicais, leis que impedem o pagamento de reajustes salariais acima da inflação. Enfim, fazem parte deste “entulho autoritário” os atos institucionais e os decretos que limitaram os direitos básicos de todos os cidadãos brasileiros durante o período do governo militar. Então, qual a importância de uma nova Constituição no atual momento político? (DCPV 05/1985, p. 13)

Tem-se neste documento uma visão mais realista em que diz que:

A construção da sociedade que queremos não se consegue só com a mudança da Constituição. A nova Constituição não vai mudar a sociedade por encanto... Só vamos ter a sociedade que nós queremos se nos organizarmos para construí-la. Na Constituição estarão os direitos básicos que a gente deve ter. (DCPV 05/1985, p.15-16)

Mais uma vez (por ser repetida em vários documentos.), são explicitadas táticas para se difundir o debate em sindicatos, bairros, partidos, local de trabalho, etc.

Por fim, defende-se claramente que “O atual Congresso (Senado e Câmara Federal) não pode virar Constituinte, porque não foi eleito com essa finalidade. A Assembléia Constituinte que precisamos deve ser eleita do modo mais democrático, para ser realmente legítima” (DCPV 05/1985, p. 19).

Para reiterar o que estamos dizendo, de que o debate da Constituinte através da circulação dessas cartilhas e todo o trabalho de formação junto às bases tomaram conta em várias partes do país podemos dar um exemplo do documento “Constituinte: Eventos” (DCPV 08/1985), feito pelo próprio CPV em 05/08/1985 para sistematizar e divulgar eventos em todo o Brasil nos anos de 1985 e 1986, sobre a Constituinte. Há 12 eventos no Rio de Janeiro (5 da Federação Nacional de Engenheiros; 1 da Associação Brasileira de Imprensa; 1 do Conselho Regional de Biblioteconomia; 2 da Universidade Federal Fluminense; 1 do Projeto Educação

Popular para a Constituinte e 1 da ANPED – Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. 06 eventos no Distrito Federal: 4 organizados pela OAB (em um ciclo de debates sobre Assembléia Nacional Constituinte e um sobre “Forças Armadas e Ass. Nac. Const. Proferida por um General). 1 no Encontro Nacional de Jornalistas. E 1 na Convenção Nacional Negro na Constituição. 07 eventos em São Paulo (destaque para o evento “Lançamento da Campanha ‘Mulher na Constituinte’). 03 em Minas Gerais. 1 no Maranhão. 1 no Espírito Santo e 1 em Pernambuco. Ou seja, todas as áreas, categorias, setores das classes subalternas estavam debatendo a questão que não podia ser eximida de debate por nenhuma das partes que compõe a sociedade, pela importância que ela teve, e tem.

O documento DCPV 12/1985 chamado “CETRA Responde” em seu ano 01, nº 1 de setembro de 1985 produzido em Fortaleza-Ceará, traz um texto extremamente didático que responde de forma clara e objetiva às perguntas. O que é Constituinte? O que é Constituição? O que é uma lei? O caráter ambíguo da Constituição. Que tipo de direitos aparecesse na Constituição? Como pode ser convocada a Constituinte? É um documento curto (4 páginas) com respostas curtas, porém claras. Destaque para a explicação sobre o que é lei:

(...) um direito de uma classe ou grupo social transformado em interesse universal
(...) na verdade, nenhuma lei é neutra. As leis correspondem sempre aos interesses de alguma classe ou grupo social, que através de sua forma política, impõe seus direitos conquistados ao conjunto das outras classes ou grupos sociais. A Constituição é um retrato da correlação de forças existentes entre as classes e grupos sociais (DCPV 12/1985, p. 2)

O documento estabelece ainda os três tipos de direitos fundamentais do cidadão: políticos, individuais e sociais. Defende a Assembléia Nacional Constituinte e não o Congresso, por esta ser soberana. Finaliza o documento fazendo algumas perguntas provocativas à população e indicando quais assuntos serão tratados no próximo número (que serão ligados às perguntas).

O documento “De Olho”, feito pelo CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) em maio/junho de 1985 em Salvador-BA é um caderno suplemento desta entidade. Trata-se de um poema sobre a Constituinte e conta com 05 quadros explicativos sobre o que é Assembléia Nacional Constituinte, o que é Constituição, histórico das Constituições e porque uma nova Constituição e a convocação de uma Constituinte. Encerra o documento (de 04 páginas) com duas perguntas sobre como garantir a participação popular e que direitos estarão na Constituição. Todos de forma resumida e simples, porém, didáticos e explicativos. Avisa ainda que após a Constituinte, a luta deve continuar: “Ao lado de tudo isso/temos que

avisar/que por mais que se consiga/quase nada vai mudar/se depois de tudo visto/não se tiver já previsto/como se garantirá/que o direito do pobre/trabalhador brasileiro/não seja engabelado/pelo rico e o grileiro (...)” (DCPV 12/1985, p.4).

O documento “Porque lutar por uma Constituinte livremente eleita, democrática e soberana” (DCPV 19/1985) já diz em seu título à que veio. Este documento é produzido por uma escola, o Curso Politécnico. No início, informa-se em apenas 03 linhas o que uma Constituição. E afirma:

Pela sua importância, as Constituições só deveriam ser elaboradas de forma democrática, com ampla participação popular, no entanto, é comum que as Constituições sejam feitas de modo autoritário (...). E explica a diferença entre autoritário e democrático, defendendo a Assembléia Nacional Constituinte, para depois explicar a diferença entre os métodos democráticos. Democrático elitista: pouca participação popular e nos trabalhos da Constituição predominam forças liberais conservadoras (grandes empresários e fazendeiros); Democrático populista: prevalecem correntes nacionalistas, médios e pequenos empresários e lavradores ricos, fazem maiores concessões aos trabalhadores, mas não levam até o fim a oposição ao capitalismo dependente e monopólio de terra, nem a luta por democratização profunda no regime político; Democrático popular: quando os trabalhadores conseguem ser força significativa através de seus representantes ou entidades de massa. Só a Assembléia Nacional Constituinte garantirá isso nos países de capitalismo dependente como o nosso “livrando-os da espoliação estrangeira, do monopólio da terra, da industrialização dependente e abrindo o caminho para que eles construam uma nova ordem social, baseada na propriedade coletiva, no trabalho em comum e no planejamento da economia voltado para a elevação do padrão de vida dos trabalhadores. (DCPV 19/1985, p. 1-2)

Como percebemos, a vontade de participar de forma efetiva na construção da Constituição brasileira era latente em vários segmentos da população, porém, através da aprovação do modelo de Congresso Constituinte, houve um grande descontentamento da população, porém, isso não os impediu de continuar na luta. A dinâmica dos movimentos sociais que passaram deste momento inicial que acabamos de descrever de educação, reuniões, conscientização, educação popular feita através da Imprensa Popular muda até mesmo em seus escritos com esta notícia do Congresso:

Na busca da superação do regime tecnocrático-militar, a sociedade brasileira tomou consciência de que na Constituinte se elaborava efetivamente uma lei maior, que resultaria no enfrentamento dos interesses de todos os segmentos. Nessa perspectiva, ela percebeu que não bastava ter eleito representantes para realizar tarefa tão importante. Os diferentes interesses contataram que teriam que lutar pelos seus pontos de vista específicos. Era preciso levar diretamente suas propostas, acompanhá-las de perto, pressionar. Assim, ainda que atuassem quase sempre corporativamente, só nos momentos em que se decidiam questões de interesse particular, pouquíssimos setores da sociedade organizada – se é que houve algum – deixaram de seguir atentamente o que se decidia na Constituinte ou de tentar influir nessas decisões, dos sindicatos às multinacionais, dos juizes aos militares. (MICHILES, 1989, p. 37)

Estes documentos apresentam em comum a denúncia em uma perspectiva crítica e contra-hegemônica do modo como a Constituinte seria convocada juntamente com a proposta sempre recorrente dos movimentos sociais, que era de Assembléia livre e soberana que pretendemos destacar, pois ela ia na contramão da perspectiva da reforma institucional que o governo adotou, ou seja, para os movimentos sociais, convocar uma Constituinte e não um Congresso Constituinte era uma forma de romper com a transição lenta, gradual e segura.

Capítulo 02

As eleições para o Congresso Constituinte, a vitória dos movimentos no regimento interno e a intervenção popular nas subcomissões (1986-1987)

No capítulo anterior tivemos acesso a como se deu a transição política brasileira da Ditadura à Nova República, baseada, sobretudo, em reformas institucionais que visavam, o tempo todo, a contenção dos conflitos e mobilizações da classe trabalhadora. Vimos também como se deu a posse do primeiro governo pós-ditadura, que seria de Tancredo e acabou sendo de Sarney, bem como qual era a visão dos dois quanto à Constituinte, nosso tema de investigação, bem como as lutas das classes subalternas por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e, posteriormente, quando esta proposta foi derrotada pelas reformas de 1985 que proclamou a vitória do Congresso Constituinte e a continuação da transição lenta e gradual. Veremos agora as lutas para as eleições de 1986, fortemente influenciada pelo Plano Cruzado. Posteriormente, após a instalação do Congresso Constituinte. Saberemos como se deu a vitória dos movimentos sociais no regimento interno deste e suas intervenções nas subcomissões: as emendas populares, as propostas, as pautas de discussões e as pressões sobre a relatoria e o 1º anteprojeto. Como veremos todos estes processos históricos pela visão dos movimentos sociais e sua atuação na comunicação popular, necessitamos, portanto, de um levantamento inicial de alguns pontos teóricos de maior importância sobre este tema, que veremos a seguir.

2.1. Introdução ao debate sobre Comunicação Popular

Para falarmos de como se deu a intervenção popular no processo constituinte brasileiro de 1988 através da comunicação popular, carecemos de, antes de tudo, expor algumas questões teóricas que nos servirão de base para a análise deste contexto e das fontes em todo o trabalho. Para isso, então, abriremos um parêntese necessário, porque a partir de agora entraremos na parte mais expressiva do corpus documental, onde a perspectiva de Comunicação Popular que defendemos aparece com maior clareza.

Ao se falar sobre Comunicação, geralmente, costuma-se dar um sentido conservador, bastante criticado ultimamente, de se tratar a comunicação apenas como um instrumento: ou seja, a mídia como um instrumento pelo qual se consegue exercer a cidadania, reivindicar algo, se informar, se formar, se entreter, etc. Neste tipo de visão, a comunicação é colocada de

forma subalternizada, porém, o que buscamos neste trabalho é tratar a comunicação como sujeito de processos históricos.

Vejamos a seguir autores de extrema importância para o trabalho com comunicação que estamos propondo e que fundamentam nossa argumentação. Cabe aqui, portanto, uma reflexão teórica anterior de estudo comparativo entre Comunicação Popular e Grande Imprensa, essas duas formas de expressão, especificamente no processo Constituinte, para que possamos perceber a perspectiva de como cada uma age e porque a Imprensa Popular se constitui como diferencial neste processo. Um destes principais autores é, sem dúvida, Gramsci.

No momento em que formula a respeito de Jornalismo e Comunicação de uma forma geral, Gramsci encontra-se em 1930, e começa a perceber na sociedade fatores de coesão e modernização, bem como a intensificação da industrialização, modificações demográficas, expansão dos mercados e o início de perspectivas autoritárias no mundo. Se anteriormente tínhamos uma sociedade cujos intelectuais fundamentais desta eram praticamente o clero, no caso específico, a Igreja Católica hegemônica na sociedade italiana até o início do século XIX, neste novo contexto, começa a emergir um novo tipo de intelectual para uma nova forma de hegemonia. A estes intelectuais, Gramsci denomina de “intelectuais orgânicos”, que não se caracterizam apenas pelo seu saber, mas por conjugarem este saber a realização de funções específicas nas relações sociais e estão profundamente integrados e em consonância com sua classe, cientes de suas funções nesta. O surgimento deste novo tipo de intelectual está, portanto, conjugado às próprias mudanças estruturais da sociedade. A estes novos intelectuais nesta nova sociedade, cabem o papel de criar novas culturas e propagá-las, aliando teoria e prática, estes passam a agir de forma orgânica e participam das disputas de hegemonia na sociedade.

É também neste contexto que Gramsci começa a formular especificamente sobre jornalismo, não só em questões instrumentais de jornais e revistas, mas também no sentido da atuação daqueles mesmos intelectuais orgânicos de que falávamos dentro destes meios na disputa por transformações, consenso e, novamente, hegemonia. Gramsci consegue reconhecer a dimensão estratégica do jornal historicamente, sua eficácia, interação e organização neste novo terreno moderno em que está inserido.

Em Cadernos do Cárcere temos acesso a estas formulações e outras, como a que Gramsci denomina como “jornalismo integral”, que é aquele jornalismo que não somente

pretende satisfazer todas as necessidades de certa categoria do seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área, implantando neste as modificações nos modos de pensar, já que estes são “meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura”. É neste sentido, portanto, que ao se falar sobre Comunicação de uma forma geral, é importante que se recorra fundamentalmente a Antonio Gramsci e suas formulações sobre a possível atuação da imprensa como um partido político. Para Gramsci (2006) a imprensa formula, organiza e dirige rumos políticos. Formula projeto, organiza e gerencia, age pedagogicamente, como a “escola dos adultos” (GRAMSCI, 2006, p.229). Todas estas são ações partidárias, nos moldes propostos por Gramsci, que entende jornais e revistas como partes ativas do processo político, como sujeito político construtor de consenso e de hegemonia, como vimos anteriormente. E é nesta imprensa que atuam os novos intelectuais, os intelectuais orgânicos (mas não apenas, os intelectuais orgânicos podem atuar em diversas outras esferas).

Porém, organizar e difundir novos tipos de cultura é tarefa que, além de ser desempenhada pelos intelectuais orgânicos que podem se utilizar da imprensa como escola de adultos, também merece destaques por parte de Gramsci. As concepções de mundo e formas de organização da cultura que estão já no senso comum da sociedade, são porque já conseguiram se tornar hegemônicas, já viraram de fato manifestações culturais destes.

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção de vida e do homem mais difundida. (...) O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar. (GRAMSCI, 2006, p. 209)

Porém, estas concepções de mundo aparecem no senso comum de forma até mesmo incoerente ou desconexa, diferente das concepções de mundo dos intelectuais, que já são mais sistemáticas. A função do intelectual, portanto, na nova organização da cultura que se pretende hegemônica é concatenar em uma unidade dialética entre estrutura e superestrutura as condições históricas e materiais para a propagação de determinada transformação enquanto mudança pensada.

Fato significativo de se notar que o próprio Gramsci em 1915, começa a atuar como jornalista, fazendo um jornalismo militante, justamente por sua idéia de que toda revolução deveria ser precedida por um trabalho de difusão ideológica para que os trabalhadores aprendessem e tivessem consciência do que poderia ser mudado. Em 1919, ele e um grupo de

intelectuais lançam o jornal L'ordine Nuovo (A nova ordem), um órgão de luta política, em que este chegava a fazer análises políticas da situação italiana através de coisas simples (como por exemplo, o futebol) da realidade dos trabalhadores, público alvo deste jornal que era entregue nas portas de fábricas, mas que apontavam, a partir disto, para reflexões mais profundas e teóricas. Especificamente sobre esta questão da linguagem e caráter educativo, Gramsci, aponta que é necessário que a imprensa voltada para os trabalhadores, exija um intelectual que tenha:

(...) a capacidade profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., constitui uma “especialidade” uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar. É por isso, portanto, que não basta a premissa da “difusão orgânica”, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo. O mesmo raio luminoso, passando por diversos prismas, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (GRAMSCI, 2006, p. 206)

E, mesmo utilizando-se de linguagem simples, assim como nossas fontes da imprensa popular no processo constituinte também utilizam, Gramsci se mostra crítico na questão específica da linguagem quando esta se diz respeito à repetição:

A “repetição” paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não é mecânica, obsessiva, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, situando sempre cada aspecto parcial na totalidade. (GRAMSCI, 2006, p. 206)

E nos dá indicação sobre como seria a comunicação popular:

A informação científica deveria ser parte integrante de qualquer jornal italiano, seja como noticiário científico-tecnológico, seja como exposição crítica das hipóteses e opiniões científicas mais importantes [...]. Um jornal popular, mais do que outros, deveria ter essa seção científica, a fim de controlar e dirigir cultura de seus leitores, que muitas vezes possui elementos de “bruxaria” ou é fantástica, bem como para “desprovincianizar” as noções correntes. Dificuldade de contar com especialistas que saibam escrever popularmente. (GRAMSCI, 2006, p. 211)

Para que possa falar da imprensa popular, como dito, é necessária também um aporte teórico sobre a caracterização da mídia em geral e também da grande mídia, que é grande contraponto à mídia alternativa, popular ou comunitária.

A grande imprensa se configura enquanto promotora de consenso, **ocultando seu sentido real**, ou seja, **dentro dos parâmetros liberais**, ela tem como função vigiar o poder do Estado, aferir a opinião pública e atuar com responsabilidade social. O discurso da representação nacional, os “olhos e ouvidos” da sociedade ocultam a ligação da grande mídia

com o grupo empresarial no qual é ligada e obviamente à sua classe social ou frações de classe. Como nos explica Carla Luciana Silva em sua tese de doutorado “Veja: o indispensável partido neoliberal”:

Ao se falar “em nome da sociedade” é como se ela própria não fosse parte da sociedade [...] Desta separação artificial, deriva a noção do quarto poder, aquele que **vigiar**a os demais poderes. Este veículo de imprensa **quer mostrar-se** não apenas neutro e independente, mas fora do processo, sem vínculos, sem projetos. A concepção gramsciana que estamos trabalhando não nos permite fazer esta divisão estanque, pois no sistema capitalista, Estado e sociedade se confundem e os poderes convergem para um mesmo sentido, a dominação de classes. (SILVA, 2005, p. 626,627)

Esta conceituação de mídia – como os “olhos e ouvidos” da sociedade - se contrapõe ao que Gramsci formula. Para ele a imprensa pode ser um agente partidário, pois ela existe enquanto sujeito político, que formula e organiza programas.

A organicidade do jornal, dadas pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de atuação partidária, atendendo a objetivos previamente definidos. [...] Isso se dá porque eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação.” (SILVA, 2005, p.31)

Aprofundando na leitura de Gramsci sobre a imprensa enquanto partido, as relações orgânicas proporcionadas por um espaço como um jornal, confere aos intelectuais orgânicos mais do que simplesmente criar ou elaborar projetos políticos, culturais ou sociais. A estes intelectuais é permitido acima de tudo, articular-se com a sociedade civil, num movimento de significação e resignificação conferindo assim, um consenso na opinião pública. A imprensa é um partido, pois nela reside um projeto político, um programa, que se relaciona com a sociedade, sem que defenda esse ou aquele partido. E esta formulação de imprensa como partido pode ser aplicada não só à chamada “grande mídia”, mas também na imprensa popular que também formula e age pedagogicamente, como veremos a seguir.

Cicilia Peruzzo e Regina Festa são duas autoras principais que nos vêm servir de aporte para o próprio tratamento das fontes da imprensa popular da década de 80 no Brasil. Porém, para se entender o próprio estudo das fontes temos que entender o conceito que as delimita epistemologicamente como comunicação e imprensa popular.

O termo Comunicação Popular, que representa uma forma alternativa de comunicação, começou a ser usado – e praticado - nas décadas de 70 e 80 no Brasil e na América Latina, tendo iniciado e ganhado destaque principalmente nos movimentos vinculados à igreja

católica e, especificamente no Brasil, na emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo. O principal neste tipo de comunicação é que ela não emerge da grande mídia, pelo contrário, emerge da ação de grupos populares, movimentos sociais e tem caráter explicitamente mobilizador. Porém, até mesmo em relação ao uso deste termo (popular), há certa divergência, mas que pode ser facilmente explicada se tomarmos como ponto de partida o sentido político deste tipo de comunicação, como nos diz Cicilia Peruzzo:

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. (PERUZZO, 2006, p. 2)

Contudo, na bibliografia corrente, se faz uma distinção entre popular e alternativo:

No Brasil, a expressão “imprensa alternativa” tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. Também chamada de “nanica”, foi lançada no mercado a partir da década de sessenta, para tornar-se mais freqüente e variada nos anos setenta. Ela “identifica um tipo jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos setenta, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição em frentes políticas emitiam uma corajosa condenação do regime político. São exemplos dessa época: Posição, Movimento, Pasquim, Coojornal, Versus, Extra. A imprensa alternativa foi a expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares. (...) Fez mais que opor-se à forma política – ditadura militar – assumida pelo regime: opôs-se ao conteúdo antinacional e antipopular, opôs-se à monopolização da economia, à sua integração com grandes trustes financeiros internacionais. (PERUZZO, 1998, p. 120)

Porém, não é com este tipo de imprensa que trabalhamos nesta pesquisa, mas, sim, com a comunicação popular de uma forma geral, uma imprensa que muitas vezes não tinha uma periodicidade linear, não era vendida e servia principalmente para a mobilização de um movimento social ou uma categoria; que era produzido, fotocopiado e distribuído pelos militantes daqueles movimentos. Muitos deles não eram jornais com diagramação própria e trabalho jornalístico institucionalizado, não eram elaborados com metodologias uniformes, como é no caso da imprensa alternativa, mas, sim, cartilhas, livretos, panfletos, informativos, cadernos de formação, feitos muitas vezes à mão e distribuídos nas ocasiões de encontros, reuniões e assembléias destes ou até mesmo nas portas de fábricas. No caso específico da Constituinte, nosso corpus documental agrega muito mais cartilhas educativas e explicativas numa primeira fase do processo e numa segunda fase informes de como andavam as decisões no Congresso e as ações dos movimentos sociais.

Se podemos considerar que a imprensa alternativa é característica principalmente do momento específico da ditadura militar no Brasil, Peruzzo considera que com o seu enfraquecimento e quase desaparecimento, ela deixou suas “herdeiras”, que seriam a imprensa popular e a sindical. Porém, a própria autora admite que:

[...] no nível teórico, até este momento, há carência de uma sistematização mais globalizante sobre o tema. Num primeiro momento ela foi identificada como aquela comunicação simples, de circulação limitada, produzida quase artesanalmente por grupos populares. Em seguida, passou-se a dizer que ela não se refere ao tipo de instrumento utilizado, mas ao conteúdo das mensagens, vendo-se como expressão dos interesses, do conteúdo das classes subalternas, entendido enquanto crítico-libertador. Depois apareceram aqueles que sustentam que não são os meios técnicos em si que definem a comunicação popular, nem tampouco são os seus conteúdos. O alternativo seria no processo de criação conjunta, diálogo, construção de uma realidade distinta na qual a pessoa seja sujeito pleno. O que torna a comunicação popular é sua inserção num contexto alternativo, caracterizado por sua tendência a romper a ordem do capital, integrar aquilo que o fragmenta. (PERUZZO, 1998, p. 123)

Aparentemente o termo popular pode nos parecer à primeira vista vago, mas, se entendermos que este adjetivo denota “comunicação do povo”, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência, vemos que este tipo de comunicação é, portanto, acima de tudo, uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista e, justamente por isso:

O estudo da comunicação popular redefiniu os marcos de problemática de comunicação. Durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. Agora, falar de comunicação popular implica em falar de cultura, relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo. Trazer a comunicação popular para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito histórico do qual o popular se define enquanto movimento de resistência. E, conseqüentemente, a idéia de ação, de práxis. A comunicação popular é uma prática em conflito interclasses, mas também intraclasses. (BERGER, Christa, 1989, p.19. op cit PERUZZO, Cíclia, 1998, p. 113)

Assim como Gramsci e Peruzzo, o autor Mário Kaplún (1985) também nos indica que este tipo de comunicação é produzida para que o povo tome consciência de sua realidade ou para suscitar uma reflexão, ou ainda para gerar uma discussão, funcionando como um verdadeiro instrumento para uma educação popular transformadora, ou seja, o mesmo caráter educativo da imprensa a que Gramsci nos refere.

Podemos dizer ainda que aquele que não tem como falar na grande mídia, através da comunicação popular tem a oportunidade de falar. Cíclia Peruzzo, então, sintetiza:

Em síntese, a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um

instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2006, p. 4)

Em outro momento, a autora aprofunda as discussões sobre o que vem a ser este “povo” que fala na comunicação popular:

Quando se fala de comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo. [...] Segundo Luiz Wanderley, uma primeira abordagem, do senso comum, entende por “povo”, de maneira vaga e abstrata, os que não têm recursos, posses e títulos, em contraposição ao não-povo, formado por empresários, profissionais liberais, intelectuais, etc. Uma segunda interpretação, baseada na dicotomia elite-massa, sustenta que existem, na história, minorias compostas por aristocratas, plutocratas e membros de organizações partidárias, constituindo a elite governante ou a “classe política” e, por outro lado, a massa atomizada e desorganizada, o “povo”, dominado por aquela, dada a sua superioridade. Uma terceira concepção vê no “povo” um conjunto de indivíduos iguais e com interesses em comuns, que conflitam apenas por pequenas diferenças, ocorrendo aqui aqueles que acreditam na unidimensionalidade provocada por uma cultura imposta por uns poucos que detêm o poder. Uma quarta corrente, ligada à questão do nacional-popular, identifica como “povo” aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro, sendo o “não-povo” todos os que (elite e grupos nativos) se aliam ao colonizador. Uma quinta formulação toma por “povo” as classes subalternas, em oposição às dominantes. Por fim, o sexto posicionamento é o que diz respeito à “povo” como um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico, encerrando uma rica negatividade, que o dinamiza e atualiza permanentemente, na relação dialética entre povo e antipovo. (PERUZZO, 1998, p. 117)

E informamos que, metodologicamente a essas explicações, o sentido que usamos este termo nesta pesquisa é o de que é usado na maioria dos estudos da comunicação popular na perspectiva dos movimentos sociais, que “parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente às classes dominantes” (PERUZZO, 1998, p. 117). E ainda:

[...] forma-se nesses casos um grande elo, uma identificação em torno de um objetivo muito forte, uma coisa que aglutina e que tem um caráter de oposição ao status quo. Povo, neste sentido, é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria. (PERUZZO, 1998, p. 117)

O que há consenso em todas as visões sobre imprensa e comunicação que abordamos é que se deve tratar a mídia como sujeito do processo, formulação que é encontrada tanto em Gramsci quanto em Peruzzo e que apontamos concordância de que a comunicação não deve ser apontada apenas como meio ou como somente fonte e sim como objeto histórico de pesquisa, produtor de algo além do que simples mensagens (que nunca é em nenhuma forma de comunicação ou imprensa), mas também de projetos sociais passíveis de serem problematizados. É por isso que nos estudos da comunicação popular há que se compreender

não só as técnicas ou as mensagens destas; há que se investigar a processualidade do contexto histórico em que os atores sociais que a produziram estão envolvidos.

As investigações sobre comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados. Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles das estruturas então dominante, da chamada “grande imprensa”. Nesse patamar, a “nova” comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas, etc. (PERUZZO, 1998, p. 115)

O próprio surgimento da comunicação popular parte de um pressuposto de que não é alguém dizendo de fora, mas, um intelectual orgânico de sua classe que está dizendo aos mesmos. São posições pensadas e escritas que viram ação. É o sentimento e a prática de que a educação e a comunicação dos trabalhadores não podem ser se não, obras deles mesmos.

A comunicação popular, em sua gênese, não é um tipo qualquer de mídia, como mídia grupal, rádio local ou material impresso. Não é também uma instrução religiosa ou o desempenho comunitário de especialistas em agricultura falando a camponeses em linguagem singela. Ela surgiu de um movimento em nível mais profundo: grupos de camponeses ou de trabalhadores discutindo entre si ou com outros grupos similares. Quer dizer, ela é resultado de um processo, realizando-se na própria dinâmica dos movimentos populares, de acordo com as suas necessidades. Nessa perspectiva, uma de suas características essenciais é a questão participativa voltada para a mudança social. (PERUZZO, 1998, p. 115)

Cicília Peruzzo ainda nos traz explicação elucidativa que nos diz que por comunicação popular, freqüentemente tem-se confusões em torno do termo. O que é comunicação popular? Aquilo que é folclórico, ligado às culturas tradicionais? O que é massivo, ou seja, ligado à comunicação de massas? Ou ainda o alternativo? Sobre estas três, as diferenciações são muito claras se pensamos que o primeiro é popular, mas que abarca o universo das expressões culturais tradicionais como festas, danças, crenças, costumes, objetos, etc. Enfim, tudo o que compõe o folclore de um povo e por isso é, obviamente, popular. Já o popular-massivo é:

[...] o que circunscreve-se ao universo da indústria cultural, pautando-se os estudos em três linhas, definidas pela maneira como cada uma vê o popular: a) na apropriação e incorporação das linguagens, da religiosidade e de outras características da cultura do povo pelos meios de comunicação de massa; b) nos meios massivos e em certos programas de elevado poder de penetração, influência e aceitação, a exemplo de “fenômenos de audiência” como as novelas e os programas Silvio Santos, Faustão, Aqui e Agora, Cidade Alerta e outros desse tipo, que

podemos caracterizar mais como “popularescos”; c) em programas massivos sintonizados com as problemáticas de bairro ou comunitária, os quais, entendidos em geral como de utilidade pública, abrem espaço para as pessoas fazerem denúncias, pedirem esclarecimentos ou externarem reivindicações quanto a questões que afetam interesses comuns a determinados grupos de pessoas. (PERUZZO, 1998, p. 118)

E, por fim, o popular-alternativo, que é, particularmente, o foco deste estudo, ligando comunicação e cultura e ligando também a comunicação popular-alternativa, sobretudo, a uma “contracomunicação” da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa:

Ela ocupa-se da comunicação no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas ou, como dizem enfaticamente, da comunicação “ligada à luta do povo” por melhores condições de existência e pela sua emancipação, mediante movimentos de base organizados. (PERUZZO, 1998, p. 119)

Em obra contemporânea ao período ao qual estamos investigando, Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva organizaram o livro “Comunicação popular e alternativa no Brasil”, em 1986. Envolvendo vários temas e depoimentos, um, inclusive, sobre o Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, principal arquivo por nós consultado para obtenção das fontes deste trabalho, os autores discutem como este tipo de comunicação foi inserida no país em três momentos distintos marcantes na história recente do país: inicialmente uma “comunicação de resistência”, como Festa nos indica, correspondente ao período ditatorial brasileiro. Um segundo caracterizado pela abertura política que, segundo a autora, traz como característica uma comunicação popular e quase desaparecimento da alternativa e a terceira fase de “atomização do processo comunicacional”, como nos explica:

No Brasil, três fases distintas da vida política, econômica e social registram igualmente três processos diferentes de comunicação alternativa e popular. A primeira fase, que corresponde ao período de 68 a 78 – entre o AI5 e a abertura política – caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de força por parte das oposições; a segunda fase, de 78 a 82, período de explosão social, eleições nacionais, abrandamento das restrições políticas, caracteriza-se por projetos políticos mais definidos e pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios nas bases e pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa; e o terceiro período, de 82-83, caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual vivida pela sociedade brasileira. (FESTA, 1986, p.10)

A autora também nos traz o interessante posicionamento de que a comunicação alternativa e popular no Brasil se deu concomitantemente com o desenvolvimento das forças produtivas e avanço do capitalismo e, além disto, em mesma medida em que crescia este tipo

de comunicação, crescia também, juntamente, os movimentos sociais de base, que são, como estamos tentando provar, amplamente amparados por esta forma de comunicação.

[...] o Brasil insere-se entre os países em que todos os processos de comunicação – de massa, alternativa e popular – mais se desenvolveram nos últimos anos como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se com inovadas formas de acumulação, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe. Aqui, o desenvolvimento da comunicação de massa se deu na mesma dimensão da internacionalização do capital; o da comunicação alternativa, de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional; e o da comunicação popular, segundo a capacidade de organização dos movimentos sociais de base. (FESTA, 1986, p. 10)

Como sabemos, com este avanço do capitalismo traz em seu bojo contradições sociais latentes, o que faz com que surjam classes subalternas e reivindicativas, por isso:

Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder. [...] Os movimentos sociais existem em sociedades tensionadas por conflitos de interesse entre as classes sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais estruturam-se de acordo com a conjuntura, com interesses de grupos específicos, classes ou extrações de classes e em torno de projetos alternativos de sociedade. (FESTA, 1986, p.11)

Assim como vimos em Peruzzo, Festa também nos traz a distinção entre a comunicação de massa e a popular e alternativa e esta diferenciação se dá, sobretudo, como percebemos também no processo constituinte, na disputa de hegemonia exercida por estes dois tipos, nos projetos históricos-políticos e objetivos de cada uma delas.

[...] na medida em que a comunicação de massa atua permanentemente, refletindo e transmitindo os interesses da classe dominante sobre a capacidade de articulação das próprias forças de oposição. Ainda sobre a comunicação de massa, parece-nos importante frisar que, apesar das brechas existentes no seu processo tanto ao nível de produção como da recepção, o pior entrave ideológico que ela impõe à sociedade civil é o de definir e estabelecer a temática e as áreas do discurso social. Ou seja, os meios de comunicação de massa basicamente direcionam a discussão da sociedade civil, quer seja através da permanente explicitação de interesses políticos e econômicos da classe dominante. (FESTA, 1986, p. 11)

Outro autor que nos serve de importante aporte teórico e que também corrobora com a tese das autoras é Marcelo Benfica Marinho, que em seu trabalho é fundamental a distinção e categorização dos “tipos de imprensa” a serem consideradas. Para Benfica, a imprensa alternativa se caracteriza pela capacidade de avançar em processos de rupturas sociais dentro de um perfil ideológico e unificado expresso nos jornais. Contrapondo a imprensa alternativa com a grande mídia:

O conceito de imprensa alternativa contrapõe ao de grande imprensa. A grande imprensa também chamada de jornalões são os jornais empresariais ou governamentais geralmente de circulação diária e formato standard (tamanho

grande) decorrentes dessas características básicas advêm outras. Compromisso com a informação do fato (a notícia), a representação dos interesses de grupos econômicos, políticos ou do governo, ou todos estes juntos. [...]. A chamada grande imprensa geralmente mantém, em algum momento de sua gênese ou de sua trajetória, uma ligação de representatividade com o Estado ou grupos econômicos. (MARINHO, 2009, p.31)

Como forma de contraposição à concepção de comunicação da grande mídia, os estudos sobre comunicação popular possibilitaram abordagens mais amplas, ou seja, implicam em se falar de cultura, relações, pois a comunicação popular, segundo o autor, é a prática de conflitos entre as classes e no interior delas, é movimento de resistência, ação e práxis.

Um dos grandes autores que também formulam sobre comunicação e imprensa é o sociólogo Perseu Abramo, porém, este, sobre o outro lado da questão, ou seja, a grande imprensa com suas táticas e estratégias para obtenção de consenso, que o autor chama de “padrões de manipulação”. Abramo considera, assim como Gramsci e demais autores que já vimos, que a mídia constitui hoje:

[...] com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e as suas contradições, uma coluna de sustentação de poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das estratégias de mercado adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados. (ABRAMO, 2009, p. 8)

Além dos padrões de manipulação que veremos a seguir, José Arbex Jr., jornalista brasileiro que também tenta pensar de forma crítica as relações entre comunicação e poder, ainda nos alerta para uma questão que não foi contemplada por Abramo em seus estudos, mas que estão cada vez mais em voga no mundo contemporâneo: “a ‘revolução conservadora’ propiciada pela tecnologia introduziu pelo menos um ‘novo padrão de manipulação’ não analisado por Abramo: o que permite fabricar socialmente a amnésia, mediante a imposição da velocidade informativa” (ARBEX Jr. In: ABRAMO, 2009, p. 9). Mas este aspecto, como veremos, inclusive com fontes, já estava sendo preocupação por parte dos movimentos sociais não com a dimensão que temos hoje com a internet e a velocidade mais acelerada ainda de informações, mas, já com a televisão, onde informações do mundo inteiro começavam a chegar com tamanha rapidez que aos telespectadores mal é permitido refletir sobre o que acabavam de ver segundos atrás sobre determinado assunto, e um novo já vinha à tona “fazendo que rapidamente seja esquecido aquilo que havia pouco ainda era considerado

“fundamental”. A “aceleração tecnológica” do mundo prova-se em eficaz instrumento de dominação. (ABRAMO, 2009, p.9)

Isso, sem contar que o poder político e econômico da comunicação está cada vez mais concentrado em verdadeiros impérios empresariais e multinacionais, restringindo mais ainda aqueles que podem ter acesso à comunicação em seu sentido pleno: de não apenas ver, ouvir ou ler informações, mas também de pensá-la e produzi-la, objetivo este que só é alcançado através da comunicação popular.

As reflexões de Abramo acerca da atividade jornalística especificamente entram em concomitância com Gramsci e suas teorias de jornalismo e intelectuais orgânicos, pois, para ele a atividade jornalística “somente pode ser entendida e analisada como categoria política, como instrumento de propagação ideológica de grupos, setores e classes sociais” (ABRAMO, 2009, p.16).

Se quisermos falar sobre grande imprensa no Brasil, quase que automaticamente, nos vêm à cabeça nomes como Revista Veja, Globo e Folha de São Paulo, para citar alguns mais famosos e que mais atuaram de forma partidária na defesa de consensos, sejam eles neoliberais, a favor da ditadura militar, etc. Especificamente sobre a Folha de São Paulo, Abramo nos diz que seu manual de jornalismo, utilizado em larga escala até hoje nas faculdades de jornalismo de todo o país, o chamado Projeto Folha:

(...) transformou o antigo jornal da família Frias numa espécie de seita dirigida por manuais e “decretos” de revelação dogmática. Os estudos do professor Perseu desmascaram a auto proclamada “objetividade” da imprensa comercial-burguesa, mostram que se trata de uma “falsa objetividade” e situam o jornalismo praticado pelo mercado como um instrumento de controle político das elites, contrário aos interesses maiores do povo brasileiro. No debate sobre a verdadeira motivação da empresa de comunicação em manipular a informação e distorcer a realidade, Perseu coloca o campo econômico, a busca do lucro, num segundo plano, já que esse pode ser obtido melhor resultado em outras atividades empresariais. Para ele, a motivação real está no campo político, na lógica do poder. (ARBEX Jr. In: ABRAMO, 2009, p. 17)

Ora, se este manual cheio de dogmas e macetes são usados nas próprias universidades para ensinar futuros jornalistas, seria muito dizer que a imprensa já nasce manipulada em sua formação? O que Abramo nos indica é que:

A manipulação não reflete a realidade da sociedade brasileira, está estruturada no modo de produção do jornalismo e é exercida por profissionais egressos das universidades, muitos dos quais com perfeito domínio das técnicas de comunicação e dos “macetes” adotados pelos jornalistas tanto para ocultar, fragmentar ou inverter os fatos. Nada mais atual do que a ocultação total, parcial ou de aspectos da

realidade; a fragmentação das edições; a inversão da relevância das informações ou a mais primitiva descontextualização dos acontecimentos – práticas observadas hoje em cada página do jornal diário, da revista semanal e nos noticiários das emissoras de rádio e TV. (ABRAMO, 2009, p. 19)

Muito disso, deste *modus operandi* que esconde uma ideologia e é ensinado nas universidades, se deve ao fato de que o texto começa a ser apresentado como se ele próprio tivesse maior importância do que o fato que ele reproduz, a forma da frase, da palavra, os estilos de escrita no lugar da informação; o tempo e espaço, geralmente reduzidos, predominam sob a necessidade de explicações mais aprofundadas; a estética do jornal ou programa dando uma aparência de harmonia, escondendo a veracidade e, por fim, o ficcional, espetaculoso, beirando ao místico ou ao dramático no lugar da realidade e dos fatos. A gravidade deste fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa brasileira.

A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto, como também não é sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao real. [...] A imensa parte da realidade, ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento. [...] A manipulação das informações se transforma assim em manipulação da realidade. (ABRAMO, 2009, p. 24)

O que nos permite falar em “padrões de manipulação na grande imprensa” foi a tipificação das formas mais usuais de manipulação que Abramo nos traz e que tentaremos expor a seguir. Tal estudo nos servirá de base na batalha das idéias na Constituinte: de um lado os grandes latifundiários e empresários (muitos deles donos de redes de comunicação) aliados ao “Centrão”, do outro, os movimentos sociais e partidos de reivindicando, explicando e mobilizando através da imprensa popular.

Há um trabalho monográfico de Suzane Tostes, defendido na Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), intitulado “A luta da classe trabalhadora no processo da Assembléia Nacional Constituinte na Revista Veja” em que a autora nos mostra a análise desta revista naquele contexto e nos traz a conclusão de que a revista pouco falava sobre as emendas populares que a classe trabalhadora estava protocolando naquele processo e quando o fazia, era para alertar a seus leitores de que aquelas medidas seriam prejudiciais à economia do país. Ao ocultar demandas da classe trabalhadora, a revista obedece a um dos padrões identificados por Abramo: o padrão da ocultação, que não se refere simplesmente apenas à presença ou à ausência dos fatos, não se trata de desconhecimento destes também, mas, sim, de um

“deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”. E este padrão começa a acontecer na redação, na busca das informações, na escolha dos que vão ser ouvidos e os que não, do que será noticiável naquela revista ou não, ou seja, são pautas que já nascem com objetivos claros a serem cumpridos. Naquele contexto, noticiar que a classe trabalhadora estava obtendo avanços, para uma revista como a Veja que historicamente atua como “indispensável partido neoliberal” serviria de quê? Serviria apenas se fosse para fazer o jogo do Centrão, desqualificando estas conquistas e convencendo a população que queria se informar sobre o processo de que aquelas medidas seriam ruins para o país. Ocultando as emendas populares, se manipula facilmente a opinião pública, utilizando de outros padrões de manipulação também. Assim, “o fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa” (ABRAMO, 2009, p. 27).

Bom, e se depois que foram devidamente ocultadas as informações que não serviriam para a obtenção do consenso pretendido por aquele jornal ou revista, o que fazer com todo aquele “resto de realidade”? Abramo então nos apresenta o padrão da fragmentação, onde:

(...) o resto da realidade é apresentado ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios (...). O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos, desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligado de seus antecedentes e de seus conseqüentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e artificialmente inventados. (ABRAMO, 2009, p. 27)

Mais uma vez, podemos retomar ao exemplo de Veja já citado anteriormente para exemplificar este padrão: as emendas populares, quando eram apresentadas na revista, vinham fragmentadas, não se pautava a luta dos movimentos sociais para que estas fossem protocoladas e muitas vezes se utilizavam até mesmo de chacotas no momento de passar essas informações, como no caso da notícia sobre a quantidade de assinaturas conseguidas para cada emenda, onde a revista diz: “(...) Do ponto de vista contábil, realizou-se uma proeza com a reunião de autógrafos em número equivalente a um quinto de eleitorado brasileiro. (VEJA, 19/08/1987, p. 27, op. cit. TOSTES, 2009, p. 33). Suzane então nos explica que o uso do termo “autógrafo”, como dito, trata-se quase como uma chacota ou, nas palavras da autora: “A revista ao se referir as assinaturas dos eleitores brasileiros, chamando de autógrafos, nega que as assinaturas dos eleitores sejam atos políticos e ainda por cima ridiculariza ao dizer que

as assinaturas são autógrafos” (TOSTES, 2009, p. 33). Ou seja, além de distorcida e ridicularizada, a realidade é apresentada aos leitores de *Veja* de forma fragmentada, desligada de todo o seu processo.

O terceiro padrão de manipulação que Perseu nos fala é o da inversão, que, por sua vez, pode se dividir em três formas: inversão da relevância dos aspectos, inversão da forma pelo conteúdo e inversão da versão pelo fato, onde o primeiro trata-se especificamente de apresentar o que é secundário como principal e vice-versa ou o particular pelo geral; o segundo trata sobre o que já comentamos anteriormente, do tratamento em que o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz e o terceiro que é quando o fato em si passa a não importar, mas, sim, a versão que aquele órgão de imprensa quer fazer dele. “Tudo se passa como se o órgão de imprensa agisse sob o domínio de um princípio que dissesse: se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato” (ABRAMO, 2009, p. 29).

Ainda sobre este padrão, um de seus extremos é o chamado frasismo, que é o abuso da utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade:

[...] o frasismo surge, assim, quase como uma manipulação levada aos seus limites: uma frase, um trecho de uma frase, às vezes uma expressão ou uma palavra, são apresentados como a realidade original. O abuso é tão excessivo que quase todos os grandes órgãos de imprensa chegam a criar uma “seção de frases” (ABRAMO, 2009, p. 30)

Outro extremo desse padrão da inversão é o chamado oficialismo, que não deixa de ser uma inversão do fato pela versão, de preferência, a versão oficial e ela “sempre vale mais do que as versões de autoridades subalternas (...), assim, o oficialismo se torna autoritarismo” (ABRAMO, 2009, p. 31).

O quarto padrão de manipulação é, na verdade, o resultado da combinação final dos demais padrões, pois, como nos informa o autor:

É possível, até, que o número de matérias em que tal ocorra seja eventualmente superior ao daquelas em que seja possível identificar a existência de padrões de manipulação. (...) Mas o que torna a manipulação um fato essencial e característico da maioria da grande imprensa brasileira hoje é que a hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada. É isso que eu chamo de padrão de indução. (ABRAMO, 2009, p. 33)

Por fim, o último padrão de manipulação utilizado pela grande imprensa e explicado pelo autor diz respeito à algo que entraremos em uma discussão um pouco maior nas

próximas páginas: o jornalismo de televisão e rádio, que ele chama de “padrão global”. Isto porque na década de 80, período que estamos estudando, a televisão estava em franca ascensão no Brasil e com a manipulação de todos estes padrões que vimos, concatenados com aqueles específicos deste meio, levantava sincera preocupação por parte dos movimentos sociais quanto ao que esta poderia veicular para atingir, induzir e manipular a população na situação específica da Constituinte.

O padrão global tem esse nome, pois a expressão “global” especificamente, como nos explica Abramo, porque é sua intenção expressar um sentido total, completo ou “redondo”, “isto é, do problema à sua solução” (ABRAMO, 2009, p. 35). Então, o autor nos explica que este padrão se divide em três etapas: o 1º Momento ou 1º Ato ou ainda o da exposição do fato, onde este é apresentado, mas sob ângulos menos racionais e mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas. O 2º Ato é da “sociedade fala”, com testemunhos de dor ou de alegria, queixa, apoio, críticas, etc. E, por fim, o 3º Ato, que é o da autoridade resolve, onde esta tem a função de não só resolver, apontando possíveis soluções futuras em qualquer caso que seja noticiado, seja um patrão dizendo sobre uma greve dos funcionários de sua fábrica, seja um governante apontando medidas para a contenção de desastres de uma catástrofe natural, etc. A função desta autoridade, além de fazer isso, é também, seguindo o padrão do oficialismo, dar a sua versão final. Especialmente, “se se trata de um fato social (greve, passeata, reunião de partido, sessão do parlamento, homicídio, assalto, etc.) a autoridade reprime o mal e enaltece o bem” (ABRAMO, 2009, p. 36).

E, freqüentemente, ao Terceito Ato – o da autoridade resolve – segue-se um epílogo, em que a própria emissora, por seu apresentador ou comentarista, reforça o papel resolutório, tranquilizador e alienante da autoridade ou a substitui ou contesta quando a mensagem da autoridade não é suficientemente controladora da opinião pública. (ABRAMO, 2009, p. 36)

Esses padrões de manipulação podem ser percebidos na grande mídia no contexto específico do processo constituinte, principalmente nas reações dos movimentos sociais a estes, que é o que trabalharemos melhor a seguir, porém, antes, cabe-nos mostrar uma derradeira conclusão de Perseu Abramo em concomitância com demais autores que estamos falando, especialmente Gramsci, quando este nos prova, didaticamente em tópicos comparativos, como os órgãos de comunicação se transformaram em órgãos político-partidários, e “é por isso, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade, precisam manipular informações” (ABRAMO, 2009, p. 44).

Assim como os partidos têm manifestos de fundação, os órgãos de comunicação têm seus projetos ou linhas editoriais. Enquanto o primeiro tem seus regimentos internos, estatutos e regulamentos, o segundo, por sua vez, tem seus manuais de redação e normas de trabalho. Quanto a seu aparato material que compreende sede, móveis, etc, isto é comum aos dois, sendo que, além da sede principal, o primeiro conta com diretórios regionais, núcleos, células e áreas de influência, assim como os órgão de comunicação da grande mídia contam com suas sucursais, seus correspondentes, enviados especiais e convênios com demais órgãos regionais ou internacionais. Enquanto os partidos têm filiados ou militantes, seus quadros dirigentes centrais e intermediários, os órgãos de comunicação têm o equivalente: empregados, redatores, chefes, diretores, editores, “que exigem adesão e fidelidade freqüentemente maior que a que os partidos exigem de seus filiados” (ABRAMO, 2009, p. 44). Aos que descumprem as normas de um partido, são destinadas sanções. Aos que descumprem as normas disciplinares e a linha editorial em órgãos de imprensa reserva-se rebaixamentos, suspensões, expulsões. Enquanto os partidos têm seus simpatizantes e seu eleitorado, “os órgãos de comunicação também são um ponto de referência para milhares ou milhões de leitores/espectadores, têm seus simpatizantes e seguidores, o seu leitorado” (ABRAMO, 2009, p. 45). Enquanto os partidos têm seus jornais, boletins, seus meios de comunicação, os órgãos de comunicação, são os meios de comunicação de si mesmos. Enquanto os partidos buscam conduzir a sociedade com um projeto histórico relacionado ao poder, os órgãos de comunicação também procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, e também com projetos históricos de poder. Enquanto os partidos têm seus mandatos,

(...) os órgãos de comunicação agem como se também recebessem mandatos de representação popular, e alguns e proclamam explicitamente como detentores de mandatos (...) e confundem o consumo de seus produtos ou o índice de tiragem ou audiência com o voto popular depositado em urna (ABRAMO, 2009, p. 46).

Sobre esta última comparação entre partidos e órgãos de comunicação, podemos citar como exemplo, o que Carla Luciana Silva em sua tese “Veja, o indispensável partido neoliberal” nos traz que ao discorrer sobre o impeachment de Collor, por exemplo, Veja lança, logo em seguida, uma campanha publicitária que dizia: “Mesmo sendo imparcial e apartidária, Veja já mudou mais a história do país do que muito revolucionário por aí. Veja. Os olhos do Brasil”. Carla mostra-nos que o intuito de Veja era, justamente, o de se consolidar como “os olhos do Brasil”, aqueles que supostamente vigiam e que seriam capazes de representar todos os sentimentos do Brasil” (SILVA, 2010, p. 79) ou, como Perseu Abramo nos diz, se comporta como se tivesse sido “eleita”. E a direita no processo constituinte soube

usar destes padrões junto à grande imprensa de forma muito perspicaz, não só na comunicação impressa, mas também na televisão, que oferece um alcance até maior aos seus objetivos de manipulação.

Quando dizemos que a televisão era uma das principais fontes de preocupação dos movimentos sociais pelo seu alto grau de manipulação, podemos perceber isto de forma mais clara quando vamos às fontes. Tivemos acesso a um documento chamado “Cuidado! Plim, plim: Televisão e Constituinte” de Sergio Ferreira de Mattos, professor do curso de Jornalismo da UFSC de 1985 que nos mostra claramente isto. Trata-se de um artigo de opinião com fortes bases acadêmicas sobre a relação entre a televisão e a Constituinte. O documento possui nove páginas, mas sai em formato de informativo com o nome do próprio autor e sem nenhuma entidade. O autor informa que na época havia 75 milhões de televisores no Brasil e busca responder às seguintes perguntas: Tem a televisão notificado a população da importância da Constituição? Pode a televisão contribuir para elucidar dúvidas da população relativas à Constituição? Pode a população ter nas emissoras de TV fontes confiáveis e isentas de informações sobre a Constituinte?

Em seu texto, destaca-se a qualidade dos adjetivos usados ao dizer que a cobertura da TV em relação à Constituinte é baseada em pesquisas de opinião **sumárias**, enquetes **superficiais**, programas de **curta duração**, etc., e estas revelam que a população como um todo não tem uma idéia clara do que seja uma Constituinte e para que sirva. O autor diz que esta certa alienação por parte da população em relação a este tema talvez se justifique pela árdua luta por sobrevivência que a população passa ao enfrentar “a pior crise econômica da atual fase do capitalismo no país” (DCPV 20/1985, p. 1), porém, reconhece que “não obstante este contexto e certa desinformação, já setores, categorias ou mesmo classes, quer por suas lideranças quer por expressão coletiva, estão trabalhando, discutindo e pinçando idéias para a Constituição” (DCPV 20/1985, p. 2)

Se levarmos em consideração que de 1970 a 1980 aumentou em 250% a quantidade de televisão nos domicílios brasileiros, podemos ter idéia da dimensão que as informações veiculadas por este meio toma e, por isso, “grande parte da população tem ainda dependência da TV para obter informação” (DCPV 20/1985, p. 3). O autor ainda destaca a relação intrínseca entre a ascensão da TV como fenômeno de comunicação e a Ditadura Militar no Brasil e, justamente por isso, segundo o autor, a necessidade de manter sua concessão faz

com que “a etapa que resulta na televisão como meio hegemônico fique intimamente associada à manutenção da ordem institucional decretada no período” (DCPV 20/1985, p. 4).

As mais de 100 emissoras particulares existentes no país buscam sobrevivência numa relação íntima com o poder econômico e o poder político, buscam sobrevivência na ordem que as viabiliza, por isso, a suposição de que os meios de comunicação, enquanto empresas tenham interesse numa Constituinte democrática é falsa, tendo em vista que esta pode alterar sua própria existência. (DCPV 20/1985, p. 4)

Isto, segundo o autor, ocorre porque a produção televisiva tem que lidar com um tripé nada desprezível: o Estado, os interesses econômicos privados e o grande público. À parte disto, não nega que a informação via TV é importante, porém, o que se percebe é que através desta, o grande público torna-se passivo.

O autor também considera que a televisão é um meio caro para sobreviver, por isso “precisar de muito dinheiro, continuamente, é a fraqueza da televisão. Torna-a vulnerável, dependente da submissão do poder político e da publicidade do poder econômico” (DCPV 20/1985, p. 6).

Naquele período, além da televisão estar já espalhada em todos os cantos do país, outro fator também estava em franca ascensão e é levantada sua importância: “pouco a pouco, nos damos conta de que o local onde trabalha a publicidade é estratégico (...) na publicidade e com ela nossa sociedade constrói e reconstrói dia a dia a imagem desde a qual se vê e nos faz cada um”. (DCPV 20/1985, p.7).

Alguns alertas são feitos pelo autor, como, por exemplo, a manipulação que a Rede Globo fez das greves do ABC em 79 e 80; e também indica que a correlação de forças no país ainda era conservadora naquele momento (em 1985) e já tinha manipulado através da grande mídia a questão da Reforma Agrária e então, mais ainda, deveriam ficar atentos, pois as grandes redes de televisão poderiam manipular este debate de novo na Constituinte.

Para ele o caso não é que a televisão omita as desigualdades sociais, a questão é que: “A televisão e a publicidade não omitem os pobres. Eles são representados nas novelas e seriados. Mas não aprofundam nem se interessam pelas causas estruturais da pobreza” (DCPV 20/1985, p.8), para, então, finalmente, estabelecer uma relação entre publicidade e televisão e destas com a Constituinte: “A publicidade remete à televisão uma estética que se manifesta na mudança da embalagem para fazer crer na mudança de todo o produto. É esse o grande risco

que corre o telespectador diante da alienação sobre Constituinte que a televisão possa lhe oferecer” (DCPV 20/1985, p.8), e conclui:

Com certeza, a televisão será o espaço onde o grande público, ou pelo menos, mais de 75 milhões de brasileiro que assistem em média 2 horas e meia por dia de programação, terão informações do que convém à ordem que ela expressa. Neste sentido, tanto sindicatos, entidades organizadas, associações, partidos ou pensadores devem se alertar. (...) É necessário estalar os dedos e impedir a hipnose coletiva. (DCPV 20/1985, p. 8-9)

A televisão, que chegou ao Brasil em setembro de 1950 foi se firmando, ao longo de sua história, como a mídia de maior impacto na sociedade brasileira, sendo a principal (se não única) opção de entretenimento e informação da grande maioria da população. “O que há de comum em uma casa de quarto e sala de um município pequeno no interior do país e um apartamento moderno, recheado da mais avançada tecnologia?”, perguntam os autores do livro “A História da Televisão no Brasil” Ana Paula Goulart Ribeiro, Igor Sacramento e Marco Roxo; a resposta óbvia: os dois têm, certamente, algum aparelho de televisão. “Por vezes, até onde a eletricidade ainda não chegou, a televisão está lá. Funciona a óleo” (RIBEIRO, 2010, p. 7). Este aparelho é o que ele vincula, inevitavelmente, fazem parte da vida nacional, política, econômica e cultural. Como aparelho privado de hegemonia das classes dominantes, talvez seja a mais eficiente até então no Brasil. Não é a toa que levantava preocupação por parte dos lutadores sociais de esquerda no momento da Constituinte, como vimos no documento apresentado anteriormente.

Na década de 60, após dez anos de sua existência no país, a televisão brasileira começa já a se popularizar, esta década pode ser considerada como o “prenúncio da massificação da televisão e a formação definitiva da indústria cultural brasileira (RIBEIRO, 2010, p. 57), o que vem acompanhado, não sem sentido algum, do início da Ditadura Militar no país. Neste período, por sua popularidade, ela começa também a se modernizar, a ter profissionais mais especializados, ou melhor, a ter pela primeira vez profissionais que pensavam técnicas exclusivamente para este meio, a pensar de forma gestorial. A televisão na década de 60 produziu os novos ídolos da música no país, através de seus festivais, pautou debates e ocultou outros, forjou consenso, em um momento crucial para a história brasileira. É nesse período que se consolidam algumas práticas vigentes até hoje do “como fazer televisão”, dos profissionais da área e de um público que, se antes restrito a Rio de Janeiro e São Paulo, agora começava a se diversificar e popularizar. Se os profissionais e as técnicas começaram a se especializar a este meio, o público também, que passa a ser diferente do de rádio, teatro ou

cinema. Se antes as novelas que existiam se pareciam muito com teatros filmados, começa-se a falar já em teledramaturgia, com linguagem especificamente voltada para as câmeras, não mais para os palcos, como o teatro e não mais como as novelas do rádio. As grades de programação, pela primeira vez, começam a ser pensadas de forma a trazer a família como público, modelo que é seguido até hoje, com programas que se adequam aos horários em que cada um está em casa: programas infantis de manhã, jornais na hora do almoço e à noite, para os pais, novelas, e por aí vai. Os autores nos mostram que a publicidade começava a se utilizar deste poderio recém-descoberto da televisão, colocando a televisão explicitamente como o centro de “reunião da família” na casa.

Quem se apropriou e ajudou a popularizar mais ainda este “fazer televisão” foi a maior emissora do país, a TV Globo, não sem antes contar com uma mui grata ajuda dos militares para se tornar hegemônica.

A questão de se “pensar no público”, para além da publicidade e retorno financeiro que este pode gerar, contou também com os novos aparelhos de aferição de audiência que começavam a surgir, “eles seguiram essa direção específica: sondagem dos horários e da rotina familiar perante a televisão, levando em conta que famílias de classes sociais diferentes têm também rotinas diferentes” (RIBEIRO, 2010, p. 64). E, nessa perspectiva, o “povo” passou a ser o público principal da TV também quando a teledramaturgia ainda não tinha surgido como gênero específico, então, tentavam transpor peças teatrais para a televisão, o que não dava certo, tendo em vista próprio depoimento citado pelos autores de que estavam tentando levar para a TV “histórias onde nem o diretor sabia pronunciar direito o nome dos personagens. Imagine o ator!” e completamos, imagine o público. Sendo assim, a teledramaturgia na TV, sempre um dos maiores focos de ibope desta, começa seguindo muito mais o estilo das rádonovelas, onde o público poderia participar enviando cartas, etc. e as histórias eram mais simples, já que se partia de um pressuposto de que o “povo” era ingênuo e puro, que reduzia os conflitos a questões meramente morais:

Essa imagem do “povo” remonta às rádonovelas e aos profissionais que a faziam. Está, assim, na origem das disposições dos profissionais que, depois, migraram para a televisão. Colaboraram para a elaboração desta imagem as intervenções, por meio de cartas e ligações telefônicas, dos ouvintes nas tramas das rádonovelas, marcadas por gestos de apoio, torcidas, promessas ou censuras aos personagens. Foram essas cartas e ligações telefônicas, para expressar apoio ou reprovação ao comportamento dos personagens, que permitiram que se formasse a imagem de um público e, sobretudo, de um “povo” intelectualmente ingênuo e, em muitos aspectos de uma inocente pureza. Elaborou-se, com isso, uma imagem de “público” e de “povo” que é essencialmente moral. Essa imagem, de caráter moral, enraizou-se de tal maneira

que passou a estruturar, naquele momento e nos anos posteriores, a dramaturgia de televisão, em especial as tramas das telenovelas, cujas oposições entre os personagens são marcadamente morais. Parte substancial da crítica feita à teledramaturgia de televisão, a partir dos anos 1970, por exemplo, consiste no fato de que ela reduz os conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais a conflitos morais. (RIBEIRO, 2010, p. 71)

Tal citação remete-nos ao que o autor da fonte que alerta quanto ao perigo da televisão no debate Constituinte (“Cuidado! Plim, plim: Televisão e Constituinte”, DCPV 20/1985) quando este diz que “a televisão e a publicidade não omitem os pobres. Eles são representados nas novelas e seriados. Mas não aprofundam nem se interessam pelas causas estruturais da pobreza” (DCPV 20/1985, p.8). Tal citação comprova, então, o que autor havia alertado: propositalmente, a TV, mesmo em seu início, já tenta transpor questões muito mais complexas a questões morais. Saber o motivo de mazelas, misérias e pobreza no país não era sua intenção. A intenção era manter os altos índices de audiência, apostando que o “povo” é ingênuo e não sabe e nem deve saber que os conflitos aparentemente morais têm raízes estruturais na sociedade.

Mas não só como inspiração ou integração este contato com o público era importante. Gradativamente o “povo” foi transformado em números, números estes que contavam a situação do ibope das emissoras.

Tendo em vista que tudo isso que foi característico da história da televisão brasileira especificamente na figura de sua maior emissora, a Rede Globo, perdurou durante a década de 80 também no Brasil. A TV no Brasil continuou necessitando de concessões públicas dos quais poucos grupos com bastante influência econômica e política do país tinha acesso; continuou dependendo de muito dinheiro para se manter e, conseqüente a isso, tendo que se adequar à publicidade, e tudo isso contribuía ainda mais para que a manipulação de informações aumentasse. Em relação à Constituinte, isso foi latente. René Dreifuss em “O Jogo da Direita” nos mostra que sempre que se formava um grupo, os “militantes da direita” tinham como principal objetivo a ser alcançada a inserção de suas idéias em programas de televisão, inclusive, a própria UDR buscou ter um programa exclusivo para si. Os movimentos sociais por sua vez percebiam isto, tanto é que na ocasião do lançamento do livro “A história secreta da Rede Globo” de Daniel Hertz que fala, entre outras coisas, dessas relações que relatamos sinteticamente entre Rede Globo e militares no Brasil, se deu no mesmo dia, local e horário que o recolhimento de assinaturas para emendas populares, tendo sido organizados conjuntamente. Se lembrarmos que é na década de 80 que outra grande

emissora nacional surge, o SBT que, claramente, contratou em sua fundação artistas que haviam caído no ostracismo após suas demissões da Globo para trabalharem nesta nova emissora que recuperava não só estes artistas, mas a fórmula de televisão popularesca, com programas de auditório, jornalismo “mundo cão”, misticismos, nudez, etc. que faziam enorme sucesso na época, temos que a manipulação, se não feita pela Globo e militares envolvidos, é feita por Silvio Santos, que também é um grande empresário da comunicação.

Todas essas formulações acerca de Comunicação de uma forma geral, comunicação popular, grande mídia ou grande imprensa e especificamente sobre televisão, veremos a seguir, na análise das fontes, como estes conceitos e apontamentos dados pelos autores podem ser percebidos na dinâmica histórica da Constituinte. Veremos como os movimentos sociais veicularam suas pautas através da comunicação popular, primordialmente, afinal, é este o nosso objeto de estudo, mas, veremos também e, como dito pelos autores, não podemos analisar a comunicação popular se não levarmos em conta que ela é uma antítese da grande mídia, então, neste sentido, veremos também como a direita se manifestou em seus aparelhos hegemônicos neste contexto e como os movimentos sociais reagiram a isto.

2.2. A luta para as eleições de 1986

Congresso e não Assembléia Constituinte convocada, o que fazer? Com certeza esta pergunta foi uma das que rondou as cabeças de muitos lutadores sociais a partir de que foi dada a fatídica notícia de que, ao contrário da expectativa destes, o que seria instalado para proposição da Carta Magna do país seria um Congresso Constituinte, e não uma Assembléia livre, soberana e exclusiva. Vale ressaltar novamente o que isto significa: na proposta dos movimentos sociais de Assembléia, por exemplo, os cidadãos poderiam se quisessem se candidatar para serem Constituintes, independentemente de serem de algum partido ou não. Com o Congresso, apenas aqueles que já eram, por assim dizer, “políticos profissionais”, vinculados a partidos e estes por sua vez com seus registros burocráticos devidamente registrados junto ao TSE. Esta medida claramente favorecia aqueles que tinham uma estrutura para se candidatarem, em outras palavras, o imperativo de ordem econômica das campanhas milionárias e estruturas partidárias. Outra mudança drástica é este congresso não ser exclusivo, ou seja, uma das atividades dos parlamentares eleitos seria a Constituinte, mas essa não seria a única, o que poderia prejudicar nas discussões e decisões desta. Entre estes parlamentares que participariam do processo constituinte, tinham até os eleitos em 1982.

Mas, como vimos, isto não foi suficiente para calar os movimentos sociais! Eles continuavam pautando a Constituinte e não se retiraram da luta. Esta apenas mudou um pouco o seu caráter e, conseqüentemente, o caráter da imprensa produzida por estes movimentos também mudou.

Tem-se em um primeiro momento na maioria das vezes cartilhas, instruções para reuniões ou assembléias nas comunidades e entidades, já neste período, após a instalação do Congresso, observamos que o caráter destas publicações muda: elas passam a não ter tanto mais aquele viés propriamente educativo de forma explícita, com explicações até básicas como “o que é Constituinte”, “quais Constituições o Brasil já teve”, etc. Neste segundo momento, os textos são muito mais informativos (o que não deixa de ser formação também, é claro), com jornais mesmo, e não mais cartilhas, que davam notícias atualizadas de como estava a situação no Congresso em Brasília, bem como orientações da entidade para esta fase da luta, algumas vezes alguns artigos de opinião.

A forma congressual da Constituinte no Brasil teve conseqüências graves na própria forma da Constituição. Quando decidiram que o próprio congresso iria ser constituinte, subjugaram a vontade da maioria da população de expressar como queria viver, como queria fazer suas leis, como queria fazer sua economia, como queria participar politicamente.

Se a soberania popular não é obedecida, como seria no caso da ANC, ela está, de alguma forma, sendo autoritária, no sentido, especificamente neste contexto, de obedecer à, primeiramente, o projeto Sarney, de Constituinte Congressual; aos ditames do poderio econômico e eleições; à não exclusividade da pauta constitucional e, sobretudo, autoritária por não ouvir os reclames da maioria da população que travava o debate diariamente e exigia uma redemocratização real do país. Após a derrota das Diretas Já em 1984, com Tancredo sendo eleito por colégio eleitoral, era forte a vontade de que no processo constituinte, este fosse, de fato, democrático. E veio mais uma derrota com o processo congressual. Ainda assim, as lutas continuaram a serem travadas.

Observamos uma mudança na forma de atuação dos movimentos sociais e conseqüentemente de sua comunicação neste contexto, tendo em vista que agora, tinha-se passado de uma primeira fase que foi: explicar à população o que era Constituinte, situar o debate historicamente e pautar a reivindicação por uma Assembléia. Esta segunda fase é: o congresso constituinte foi instalado, a pauta da Assembléia foi derrotada. O que fazer? Lutar

dentro do Congresso? Como? Primeiramente, houve uma campanha para não venderem os votos, para candidatos a parlamentares assinarem juntos aos movimentos populares cartas de compromisso com suas pautas e após a eleição, começou uma segunda fase: as primeiras falas em relação a protocolar no regimento interno da Comissão de Sistematização a proposta de iniciativa popular, que passou, através da pressão exercida por estes movimentos a estes mesmos parlamentares. Feito isso, há uma terceira fase: a elaboração das propostas de emendas populares. Por fim, a última fase deste período: o recolhimento das assinaturas.

Contraditoriamente, apesar de liberado a criação de partidos através da Emenda 25, como vimos, o governo liberou, mas não chegou a legislar a respeito até a data da eleição do Congresso e governadores, sendo assim, os novos partidos concorreram com meras habilitações. Para se ter uma idéia, dos 30 partidos concorrentes, apenas cinco tinham registro, os demais, apenas habilitados provisoriamente para a eleição. Desses, apenas 13 conseguiram eleger ao menos um representante para a Constituinte. E, quanto aos partidos pequenos, estes “utilizaram em geral a coligação com outros para superarem as dificuldades dos elevados quocientes de legenda necessários para eleger um deputado” (MICHILES, 1989, p. 35). Outros problemas surgiram nesta eleição, como, por exemplo, a cédula única aprovada pelo TSE que, apesar de simples, dificultava o voto dos analfabetos, que só agora podiam votar, pois na cédula precisava-se escrever com próprio punho o nome ou número do candidato. Atribui-se a isso uma possível explicação para grande quantidade de votos brancos e nulos desta eleição.

Além disso, a propaganda eleitoral gratuita a ser veiculada no rádio e na televisão favorecia os grandes partidos:

A propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e pela televisão precisava equacionar a questão do grande número de partidos participando da campanha em alguns Estados. A fórmula aprovada favoreceu os maiores partidos. O tempo de propaganda gratuita foi de duas horas diárias durante sessenta dias. (MICHILES, 1989, p. 36)

Porém, mesmo com este tempo para as campanhas, poucos foram os candidatos que pautaram questões relacionadas à Constituinte nestas.

Na prática, a disputa entre os candidatos a governador e a discussão em torno do Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), à época ainda com uma aparência de sucesso, ocuparam a cena da campanha eleitoral muito mais do que o necessário debate sobre os temas constitucionais. Poucos foram os Estados onde os partidos trataram na televisão e no rádio das questões da Constituinte. **A chamada “grande imprensa” realizou cobertura ampla sobre as possibilidades e campanhas dos candidatos a governador, mas foi escasso o noticiário referente**

ao caráter constituinte do pleito e sua temática. Digna exceção foi a atuação de entidades suprapartidárias da sociedade civil, que buscaram colhe compromissos de candidatos e partidos em relação a alguns pontos da futura Constituição e realizaram encontros, congressos e debates públicos sobre o que era fundamental na campanha. (MICHILES, 1989, p. 36. Grifos nossos.)

Na perspectiva de tentar superar estes entraves colocados institucionalmente, os trabalhadores, através da consciência gerada por movimentações de base e pela comunicação popular oriunda destes, percebeu que não bastava ter elegido representantes para formularem a Carta Magna do país. Este trabalho deveria ser acompanhado de perto, lutar pelos seus pontos de vista específicos, levar diretamente suas propostas e pressionar para que fossem atendidas. Pode-se dizer que nenhum setor ou categoria da sociedade ficou de fora deste debate.

Ainda que atuassem quase sempre corporativamente, e só nos momentos em que se decidiam questões de seu interesse particular, pouquíssimos setores da sociedade organizada – se é que houve algum – deixaram de seguir atentamente o que se decidia na Constituinte ou de tentar influir nessas decisões, dos sindicatos às multinacionais, dos juizes aos militares. Em decorrência disso, a característica mais marcante da Constituição de 1988 será certamente o alto nível de participação da sociedade na sua elaboração. (MICHILES, 1989, p. 37)

Uma característica extremamente relevante destes movimentos é que, mesmo que partissem muitas vezes de iniciativas partidárias, um ponto central na maioria dos movimentos populares de reivindicações na Constituinte era suprapartidário. Surgiam em associações de bairros, sindicatos, pastorais, etc. e a maioria deles baseava suas ações somente com recursos próprios.

Os partidos, neste contexto, apenas os de esquerda, se aproximavam ou se afastavam de determinado movimento ou demanda em questões pontuais, mas resistiam sempre núcleos que, com incentivos institucionais ou não, permaneciam realizando ações. Estes eram os plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte que conseguiam, minimamente, convergir diversos interesses de diversas entidades em uma luta conjunta. E esta prática, segundo Michiles:

De certo modo podem ter ajudado no desenvolvimento de uma prática de negociação e entendimento que teve de ser assumida pelos próprios Constituintes comprometidos com as causas populares. Tanto na fase anterior às eleições como durante o funcionamento da Constituinte, nos diversos estados e em Brasília, os plenários organizaram múltiplas reuniões com parlamentares de diferentes partidos, unindo-os no apoio às propostas populares. Eram situações de fato que se criavam, ajudando a superação de barreiras partidárias sem a necessidade de negociações muitas vezes difíceis. (MICHILES, 1989, p. 39)

O autor divide a atuação destes plenários e comitês em fases bem parecidas com as que estamos trabalhando nesta pesquisa. Segundo ele, houve uma primeira fase que vai de 1984 à aprovação em novembro de 1985 da emenda constitucional que convocou a Constituinte:

[...] foi uma fase de sensibilização para a participação organizada e de início da articulação, a nível nacional, na luta por uma Constituinte eleita especificamente para este fim. Este objetivo não foi alcançado, mas, apesar da frustração resultante, os grupos, entidades e movimentos que atuaram em 1985 se lançaram numa segunda fase: formular propostas para a Nova Constituição, combinada com a mobilização com vistas às eleições do Congresso Constituinte e ao engajamento de candidatos na defesa das propostas populares. (MICHILES, 1989, p. 40)

Ainda em 1985 além dos trabalhos de esclarecimentos à população sobre a Constituição e a pauta que visava a eleição de uma Assembléia Constituinte livre, soberana e exclusiva, foi feita também uma carta chamada “Carta dos Brasileiros ao Presidente da República”, organizada pelos plenários e comitês que defendia este e outros pontos dos movimentos sociais. Para a entrega desta foi realizada caravana com pessoas do Brasil todo. Os plenários e comitês começaram a surgir especificamente no Rio e em São Paulo, mas em pouquíssimo tempo o movimento já havia ganhado um caráter nacional, penetrando em todos os estados do país. O último local onde ele foi criado foi em Macapá, no Amapá, em setembro de 1986 consolidando uma discussão que estava sendo feita naquela região desde fevereiro daquele mesmo ano.

Foi fundada também, em 7 de maio de 1986 a ABAP (Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte) que visava dar bases legais, jurídicas a atuação dos movimentos sociais.

Em abril era lançada uma nova iniciativa nacional, já visando a eleição dos constituintes: procurando diminuir o falseamento da representação parlamentar, encaminhou-se à apreciação do Congresso um projeto de lei modificativo da legislação eleitoral vigente, visando coibir o abuso do poder econômico no processo eleitoral. [...] O resultado dessa iniciativa correspondeu à segunda grande derrota dos plenários [...] A já escassa presença de parlamentares no Congresso, em ano eleitoral, fez com que a questão fosse votada somente na Câmara, por um acordo de lideranças, com um texto que pouco alterava as condições vigentes. Em 24, 25 e 26 de maio reuniu-se novamente, no Rio de Janeiro, um Plenário Nacional, com 150 pessoas vindas de 10 Estados. Decidiu-se declarar o dia 7 de setembro de 1986 como o “Dia Nacional Constituinte”, no quadro de um projeto intitulado “O povo discute o Brasil”. Esse projeto visava recolher os resultados da discussão popular sobre o conteúdo da nova Constituição (...) e preparar um texto com as “Propostas do povo para o Brasil” esse texto seria encaminhado aos candidatos a deputado e senador para obter o seu comprometimento com o que seria uma plataforma popular para a nova Constituição. Nessa mesma reunião nacional decidiu-se que um grupo de trabalho se constituísse em São Paulo para propor aos demais plenários e movimentos do Brasil sugestões de instrumentos de participação popular a serem

conquistados. Era o início do processo que culminaria com a adoção da iniciativa popular no regimento interno da Constituinte. (MICHILES, 1989, p.47-48)

Assim, nas vésperas da eleição de 1986, a estratégia dos movimentos sociais era de elaborar suas propostas e buscar o compromisso registrado e assinado de candidatos com elas. Eles chegaram a se reunir com estes candidatos em sessão solene de adesão destes às 53 diferentes propostas que faziam parte da plataforma mínima dos movimentos. Tiveram demais marcos históricos nesta luta, como na ocasião de celebração do 1º Dia Nacional Constituinte na Praça da Sé em São Paulo, em um comício com três mil pessoas, onde as posições se inverteram: “os representantes de grupos e movimentos populares que haviam trazido suas propostas subiram no palanque para apresentá-las, e os políticos e candidatos se mantiveram nas ruas, para ouvi-los” (MICHILES, 1989, p. 49).

Nessa busca do compromisso dos candidatos, há relatos de que essa houvera sido a fase mais difícil até então neste processo, afinal, havia a já conhecida tarefa de conscientização e alerta à população sobre eleições e Constituição, a luta contra a grande mídia e a elaboração das propostas.

Esse tão inevitável quão necessário direcionamento dos militantes acentuado pela estratégia pragmática de busca de votos por candidato, tornou-se mais pesado o trabalho dos que sustentavam o projeto suprapartidário de reflexão e esclarecimento junto aos eleitores e de produção de propostas à Constituinte. Duas tarefas básicas se impunham: primeiro o de alertar a população – **numa luta desigual travada com os meios de comunicação de massa, que relegavam a segundo plano as eleições ao Legislativo** – sobre a necessidade de se escolher bem os que iriam fazer a Constituição. A segunda consistia na elaboração de programa mínimo de propostas populares à Constituinte visando o compromisso dos candidatos. (MICHILES, 1989, p. 50. Grifos nossos.)

Especificamente sobre como este processo era árduo tendo em vista o clientelismo ainda arraigado nas relações políticas eleitorais brasileiras, pelas promessas vãs, individualistas e imediatistas, sabemos que a poucos meses das eleições à Constituinte foram raros os partidos, mesmo os de esquerda, que deram a conhecer ao público suas propostas ou projetos de Constituição. Para se ter uma idéia, o PT, que foi um dos mais atuantes e foi bem assessorado pelo jurista Fábio Konder Comparato, um dos mais atuantes neste processo, mas, sua proposta enquanto partido só saiu mais tarde e por causa do pouco tempo, só circulou praticamente entre os militantes daquele partido.

Neste processo de estabelecer o programa mínimo, entregar aos candidatos e, se eles aceitassem, começar a fazer campanha para estes, porém, em um movimento suprapartidário, o que queria dizer que não importava de que partido fosse, apesar de que os da esquerda (os

comunistas PCB e PCdoB, o PDT, a esquerda do PMDB e PT principalmente) eram os que mais se mostravam solícitos às reivindicações populares, há relatos de que o material produzido pelo DIAP já citado anteriormente (“Quem é quem”) foi bastante utilizado, assim como demais publicações de comunicação popular:

A primeira medida era estabelecer um crivo, a partir do já conhecido. Ou seja: divulgar, o quanto fosse possível, o desempenho parlamentar anterior e a história de vida política daqueles que se recandidatavam. Em Curitiba, por exemplo, o Movimento Popular Pró Constituinte publicou, com tiragem de 50 mil exemplares, um boletim do “Quem é quem” com base em material do DIAP e da imprensa, **que foi utilizado com sucesso pelas comunidades urbanas e rurais nos debates sobre eleições e com os candidatos**. A Secretaria Nacional dos Plenários, sediada no Rio de Janeiro, editou, com o apoio da Imprensa Oficial daquele município, cartilha de “pedagogia cívica e política, feita por gente e para gente de vários partidos e sem partido”, no sentido de esclarecer e mobilizar a população sobre o caráter das eleições à Constituinte, não só daquele Estado, mas através dos setores organizados, de todos os Estados para onde as 30 mil publicações foram enviadas. (MICHILES, 1989, p. 51. Grifos nossos.)

Neste processo também, diversas foram as entidades específicas de determinadas categorias que se reuniram e fizeram suas cartas sobre a Constituinte, como é o caso da ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, que teve papel importante nas formulações da Constituinte desde sua entrada no Movimento Nacional pela convocação da Constituinte. Os jornalistas pautaram suas demandas de uma forma geral e, como é objetivo deste trabalho fazer um retrato da imprensa à margem da grande mídia, a imprensa popular, não poderíamos deixar de dar a devida importância a estes profissionais que atuam enquanto intelectuais orgânicos na sociedade através de seus escritos em jornais, revistas, etc. (GRAMSCI)¹².

Em 21 de abril de 1986, reunidos em Brasília no Encontro Nacional dos Jornalistas, “A comunicação e a Constituinte” organizada pela FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, foi lançada a “Carta de Brasília – O que queremos da Constituinte”, que resume as principais resoluções dos jornalistas reunidos neste encontro e seu compromisso assumido publicamente pela luta por estes pontos apresentados.

O documento pelo qual tivemos acesso a esta carta trata-se de uma cartilha (DCPV 06/1986) de 18 páginas que, além da carta, que ocupa apenas duas páginas destas, há também

¹²“Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político. (...) Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu a luz”.(GRAMSCI, 2006, p. 15-16)

a transcrição de uma das palestras do encontro. Sabe-se que essa cartilha teve circulação em Pernambuco em dezembro de 1986 entre os trabalhadores desta categoria.

O primeiro ponto da carta diz sobre o caráter do processo Constituinte e opina: “repudiamos a forma de convocação do Congresso Constituinte que se instalará em 87, por considerá-la restritiva, antidemocrática, anti-popular”, mas também informa que:

(...) não obstante tais limitações, os jornalistas consideram de fundamental importância que haja a mais ampla participação de todos os segmentos da sociedade para garantir conquistas democráticas na Constituinte. Nesse sentido, os jornalistas, como parte da sociedade brasileira que são, lutam pela revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa e demais leis restritivas e ao lado das outras bandeiras empunhadas pela maioria da população. (DCPV 06/1986, p. 16)

Tocam-se também em outros pontos como o direito social à comunicação, onde a opinião da entidade é de que esse direito é “indissociável da construção de uma sociedade democrática, tanto quanto outros direitos, como os que a população reivindica em relação à terra, ao trabalho, educação, saúde, etc.” E também dizem que é dever da Constituição consagrar e assegurar este direito e, para isto, é preciso que se institua um novo modelo de comunicação social, com a participação de todos os setores da sociedade na definição das políticas de comunicação: “deve ser garantido, também, o pleno e **livre acesso de todos os setores aos meios de comunicação para informar, serem informados e se auto-expressarem**” (DCPV 06/1986, p.16. Grifos nossos.). Para a garantia desse direito, a entidade informa que é necessária a criação de instrumentos para tal e um deles é o Conselho Nacional de Comunicação Social

(...) cuja criação é urgente e unânime dos jornalistas. (...) O Conselho será composto pelas entidades que representam os trabalhadores em comunicação, os empresários do setor, os demais segmentos da sociedade, as nações indígenas, bem como o Governo e os partidos políticos com representação parlamentar. As entidades representativas dos trabalhadores terão maioria no Conselho. (DCPV 06/1986, p. 16)

Os trabalhadores ainda pautam a necessidade de se criar um sistema público de comunicação social, para garantir à sociedade o direito à informação e à auto-expressão.

Nesse sistema, a comunicação social deve ser entendida como um serviço público prestado por meios de comunicação – rádio, TVs, meios impressos – explorados por fundações ou sociedades civis sem fins lucrativos. Os serviços de rádio e TV dependerão de concessão pública, por indicação do Conselho Nacional de Comunicação Social, mediante critérios definidos por esse Conselho e pelo Congresso Nacional, a legislação deverá impedir o monopólio na radiodifusão. Na programação dos meios de comunicação, devem ser atendidas a pluralidade de opiniões e a adequada adaptação às peculiaridades regionais. (DCPV 06/1986, p. 17)

Sobre o processo de automação que começava a se expandir na época, diz-se que este processo não pode resultar em demissões de empregados, e exige a reciclagem e readaptação de mão-de-obra, bem como o controle médico regular da saúde dos trabalhadores. “A incorporação de novas tecnologias deve ser feita resguardando-se tanto a soberania tecnológica nacional, quanto os direitos individuais e a privacidade do cidadão”.

Por fim, é feita uma reflexão que ainda hoje é atual: a questão da regulamentação da profissão de jornalista.

E, finalmente, os jornalistas brasileiros aqui reunidos, denunciam a campanha ora desencadeada contra o diploma de comunicação. Essa é uma ação inspirada na Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP – entidade que reúne proprietários de jornais do continente e orquestrada por empresas de comunicação, com o amparo da Comissão de Estudos Constitucionais do Governo. A campanha apresenta-se sob o pretexto de defender a liberdade de expressão. Mas, na verdade, visa destruir a regulamentação profissional e, por extensão, a organização sindical dos jornalistas e outros trabalhadores e suas conquistas. Nossa resposta a esses ataques é essa: nós repudiamos, por não representativa da sociedade, a Comissão de Estudos Constitucionais do Governo; nós defendemos a regulamentação da profissão e, conseqüentemente, a manutenção da exigência do diploma, e intensificaremos nossa luta em defesa dessas conquistas; nós lutamos pela melhoria de ensino, inclusive de Comunicação. E reiteramos veementemente nossa denúncia de que não é destruindo a categoria dos jornalistas que se conseguirá a liberdade de imprensa. Bem ao contrário, a verdadeira liberdade de expressão somente será conquistada com a dignificação profissional do jornalista e com vigência dos princípios das propostas que garantam o direito à comunicação, como proclamado nesta Carta. (DCPV 06/1986, p. 17)

Como podemos perceber, por se tratar de um documento elaborado durante um encontro da categoria, este trata bastante de questões específicas da categoria. Porém, isto não quer dizer que deixa de pensar na Constituição. Como este era um debate do qual quase nenhuma categoria poderia se eximir, todos trataram de elaborar suas demandas específicas, o que só enriqueceu mais o processo e os debates e, posteriormente, a própria Lei.

Como vimos, as dificuldades eram muitas, especialmente dificuldades até mesmo financeiras para divulgação, por isso, chegava-se a buscar apoio da Imprensa Oficial dos municípios para poderem fazer uma tiragem maior de algum material como o citado acima. Além das dificuldades financeiras, a “concorrência” com os meios de comunicação de massa eram desleais, levando-se em conta não só questões financeiras, mas também até mesmo acesso a meios eletrônicos, etc.

Diversas iniciativas que surgiram em vários lugares tinham, no entanto, **escala insuficiente para contrapor a enxurrada da propaganda de efeitos muito mais expansivos, embora não conscientizadores**. Foram úteis e louváveis, mas sentidas, no ato mesmo de sua produção, como gotas no oceano. Deplorava-se a **falta de**

recursos financeiros e o escasso acesso aos meios eletrônicos de comunicação de massa. (MICHILES, 1989, p. 51. Grifos nossos.)

Estas plataformas mínimas que foram apresentadas pelos movimentos sociais aos candidatos de forma suprapartidária correspondiam a uma forma inédita de participação popular, de propagação de idéias através de sua comunicação popular, de elaboração e debates coletivos, de formulação, de aprendizagem e conscientização.

Finalmente eleito o Congresso, este se mostrava em sua composição claramente desfavorável aos interesses populares. O PMDB foi o grande vencedor das eleições congressuais de 1986, beneficiado pela popularidade do Cruzado, como veremos no item a seguir.

2.3. O cruzado e as eleições de 1986

Trataremos neste tópico, de forma sintética, alguns pontos considerados essenciais na política econômica do Governo Sarney: a questão da inflação gritante, cujos índices nos dois últimos anos de seu governo chegaram a atingir uma média de quase 1350% (!) e as tentativas de contenção dela e de toda a crise com os planos econômicos, além dos arrochos salariais que tanto atingiram a classe trabalhadora. Tratar destes temas econômicos faz-se importante, pois, como veremos o Plano Cruzado, por exemplo, foi fundamental para as Eleições do Congresso Constituinte, tendo em vista que o Plano Cruzado, por exemplo, foi usado pelo governo para garantir popularidade e conseguir maioria nas eleições para o Congresso. Além do que, todas as políticas econômicas do governo influenciam direta ou indiretamente a vida da classe trabalhadora.

Neste governo, a economia brasileira atravessou uma grave crise que, na opinião de muitos, é sem precedentes na história republicana do país. Foram lançados diversos planos de estabilização inflacionária, sem que nenhum obtivesse êxito.

A questão mais relevante do Plano Cruzado, a ser considerada é o congelamento de preços e também dos salários pelo período de um ano. O plano teve um efeito imediato no controle da inflação e relativo aumento do poder aquisitivo da população, mas depois de muita euforia, com a população até mesmo vigiando preços e denunciando remarcações (os “fiscais do Sarney” como ficou conhecido), a inflação voltou a crescer. Foi lançado, então, o Cruzadinho. Este Plano é considerado uma “correção de rota” do Cruzado, pois a inflação já estava explodindo novamente, visto que:

Três meses após a implantação do Plano Cruzado, os desequilíbrios criados em seu nascedouro e surgidos no processo de reconversão da economia já eram evidentes. (...) O Cruzado gerou um excesso de demanda, que permitiu o crescimento acelerado da economia, com aumentos na produção industrial, no nível de emprego e nas vendas; porém, causando escassez de alguns produtos essenciais, como carne e leite, e também de automóveis novos, já nesta fase. (MACIEL, 2008, p. 147)

O Plano Cruzado, iniciado em 28 de fevereiro de 1986, havia estabelecido o congelamento de preços por um ano, a correção monetária fora extinta, e os salários também foram congelados, pelo valor médio de seis meses e se, mesmo assim, a inflação atingisse 20% ao mês, poderia ser colocado em prática o "gatilho salarial", onde todos os salários teriam correção automática com o mesmo índice. Sendo assim, a inflação foi contida e o poder de compra da população cresceu rapidamente. Porém, quatro meses depois, a demanda aumentou, mas as mercadorias desapareceram com os preços haviam sido congelados, pois “o aquecimento da demanda e a relativa melhoria na renda salarial, que poderiam funcionar como estimulantes a novos investimentos produtivos no setor privado, tiveram como resposta do grande capital o desabastecimento e o ágio” (MACIEL, 2008, p.195). Por isso, como vimos, em fins de julho, foi decretado o chamado “Cruzadinho”, porém este:

Em vez de ampliar os estoques de capital fixo por meio de novos investimentos produtivos, o empresariado reagiu especulativamente, principalmente o grande capital, driblando o congelamento por meio do ágio e do desabastecimento intencional e esperando pelo seu fim. Os resultados do “Cruzadinho” foram o inverso do que se pretendia, pois, em vez de resolvidos, os desequilíbrios existentes foram ampliados. A balança comercial começou a deteriorar-se, com a redução crescente do superávit conseguido no ano anterior, tornando a questão externa mais grave ainda, e o surgimento de um movimento especulativo contra a moeda, devido à expectativa de uma maxidesvalorização, que, de fato, levou o governo a desvalorizar o cruzado em 1% em outubro. (BIER, PAULANI & MESSENBURG, 1987, pp. 125-132) (op. cit. MACIEL, 2008, p. 151)

O governo estava decidido a sustentar o Cruzado até as eleições em novembro de 1986, por causa da popularidade que havia atingido o Plano Cruzado, o que, de certa forma acabou dando certo, visto que a base aliada do governo conseguiu naquele pleito quase dois terços da Câmara dos Deputados, do Senado e das Assembléias Legislativas. Passadas as eleições, seis dias depois, em 21 de novembro, o governo lança o Cruzado II (tentando controlar o déficit fiscal aumentando a receita tributária) com liberação dos preços dos produtos e serviços, reajuste de aluguéis (a serem negociados ao bel prazer entre proprietários e inquilinos), alteração do cálculo da inflação, que passaria a ter como base os gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos, aumento de impostos sobre bebidas e cigarros, aumento até de tarifas de serviços públicos, aumento da carga fiscal e reindexação da

economia. O gatilho salarial foi mantido. A população teve que enfrentar vários aumentos de preços, muitas vezes ocorridos de uma só vez sob vários produtos em um só dia. Como era de se esperar, a população reagiu quanto a isso em diversos tipos de protestos e manifestações.

Como vimos, com a reforma monetária e o congelamento de preços do Cruzado (última tentativa de superação da crise do padrão de acumulação dependente, associado nos marcos da aliança desenvolvimentista com medidas monetaristas), quem mais ganhou com o Cruzado foram os trabalhadores do setor informal e diversas frações do capital produtivo industrial e agrário. Antes de seu colapso, o Cruzado garantiu a legitimação do governo e das forças que o apoiavam frente à sociedade e no interior do Congresso Constituinte. Mantido artificialmente até o mês de julho, o congelamento de preços viabilizou a vitória dos partidos governistas nas eleições para governadores e para o Congresso Constituinte de 1986 (MACIEL, 2008, p.122).

Quem mais se beneficiou com isso, é claro, foi o PMDB (que obteve a maior vitória eleitoral de sua história), partido do governo. Um fato importante a se levantar antes que se dê o resultado das eleições congressuais é que estas, além de ter sido claramente influenciado pelo Cruzado, também foram polarizadas pelas disputas de governos estaduais, onde o PMDB conseguiu vencer em todas as instâncias. Elegeram 22 dos 23 governadores, 38 dos 49 senadores, 261 dos 487 deputados federais e 448 dos 953 deputados estaduais. O PFL foi o segundo maior partido após as eleições. Entre os partidos de esquerda, o PDT foi o que apresentou menor crescimento, enquanto o PT o contrário: cresceu significativamente. Sua bancada federal subiu de 6 para 16 parlamentares. Os partidos comunistas que haviam sido legalizados recentemente também tiveram dificuldades para eleger seus representantes. Em 1985, o PCB tinha três deputados federais, o mesmo número apresentado nas eleições de 1986, ou seja, não houve crescimento. O PCdoB possuía quatro deputados federais antes da legalização (todos do PMDB, destes, dois formalmente filiaram-se ao partido em 1986). Porém, os partidos comunistas ainda tinham a tática de, em algumas situações, lançar seus candidatos pelo PMDB, por isso, explica-se que nas eleições de novembro de 1986, o PCdoB elegeu três pelo partido e mais três pelo PMDB. O saldo das eleições de 1986 pode ser, então, assim resumido: Senado com 38 do PMDB, 07 do PFL, 02 do PDS, 01 do PTB e 01 do PDT. Entre os deputados federais nada menos que 261 do PMDB, 116 do PFL, 32 do PDS, 17 do PTB, 25 do PDT, 16 do PT, 6 do PCdoB e 03 do PCB. Já entre os deputados estaduais

ficaram: 448 do PMDB, 233 do PFL, 80 do PDS, 63 do PDT e 39 do PT (MACIEL, 2008, p. 176-177-178).

2.4. A instalação da Constituinte, vitória dos movimentos no regimento interno e as pressões sobre a relatoria para o 1º anteprojeto

Com os dados vistos acima, podemos ver que este resultado das eleições foi desfavorável à classe trabalhadora, tendo em vista que, destes, poucos eram ligados à partidos de esquerda ou à esquerda do PMDB, ou seja, poucos que se comprometiam com as pautas populares e uma maioria claramente ligados à forças conservadoras, tornava-se então, extremamente importante começar a batalha pelo regimento interno, já que daqueles candidatos que haviam assinado aquelas plataformas mínimas, poucos haviam sido eleitos. Este era um esforço para assegurar uma real participação popular nas decisões da futura Carta Magna do país num “esforço consistente para conjugar o risco que o Congresso tem corrido, desde os tempos do arbítrio, de se isolar e deixar de exprimir os anseios nacionais” (trecho da carta enviada aos constituintes pelo Plenário de São Paulo no momento da instalação do Congresso) (MICHILES, 1989, p. 52).

Quando todas as lutas anteriores, pela Constituinte exclusiva, por uma lei que coibisse o abuso de poder econômico nas eleições, pela eleição de um Congresso com maioria favorável às mudanças propostas pelos movimentos sociais já haviam falhado, a aprovação do regimento interno em março de 1987, que passa a contemplar as iniciativas populares veio para garantir uma primeira vitória a estes lutadores sociais depois de dois anos luta (de formas contar a partir de 1985, mas, sabemos que esta pauta vem de bem antes) e várias derrotas.

Na verdade, não se tratava de uma proposta nova. Em outros países a “iniciativa popular” já surgira como mecanismo de democracia direta que poderia completar e corrigir as insuficiências do sistema representativo. Desde o início da mobilização da sociedade brasileira em torno do processo constituinte, ela já era proposta por diversos juristas. O que na realidade ocorreu de inteiramente novo foi o seu aproveitamento no próprio processo de elaboração constitucional. (MICHILES, 1989, p. 55)

Não só a vitória em relação ao regimento interno, mas também a abertura dos debates internos nas subcomissões à participação de entidades da sociedade civil, especialistas e grupos de pressão, onde os movimentos sociais puderam apresentar suas propostas.

E como, afinal, os movimentos sociais conseguiram essa vitória especificamente? É o que veremos a seguir.

O Plenário de São Paulo foi o primeiro a começar a pensar de forma mais pragmática sobre a questão da participação popular, tentando encontrar instrumentos para tal, porém, logo em seguida, tanto este plenário como os demais acabaram centrando suas forças mais na questão da convocação da assembléia livre, exclusiva e soberana do que necessariamente nos debates para as buscas deste mecanismo de participação. O tema só voltou a ser debatido no início de 1986, na preparação para as eleições daquele ano. Em abril a questão foi retomada com todo o vigor por uma entidade de peso nacionalmente, a CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil) que, em seu principal documento de 1986, defendia a necessidade de participação popular no processo de elaboração constitucional, que foi, inclusive, colocada como imprescindível, com especial destaque para determinados instrumentos - entre os quais a "iniciativa popular legislativa" - enumerados e apontados como importantes "alavancas de transformação social (MICHILES, 1989, p. 56).

O Plenário de São Paulo então retomou também os debates ganhando força também do Plenário do Rio Grande do Sul que formaram um grupo de trabalho para discutir a questão, porem, até então cogitava-se a possibilidade somente de incluir a participação popular somente dentro da Constituição, ou seja, como uma lei que seria sagrada depois da Constituição aprovada, mas, depois, começa-se a pensar que seria necessária a intervenção popular até mesmo para elaborar a Carta. Na reunião nacional de plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte, realizada no Rio de Janeiro nos dias 24, 25 e 26 de maio de 1986, que se criaram condições para começar a vincular o assunto com a questão do regimento interno. Foi, então, levantada a possibilidade de concentrar esforços nos mecanismos de participação popular, que poderiam se transformar numa proposta específica dos plenários para a nova Constituição, a partir dos resultados do trabalho feito nos diversos Estados, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Mas nessa reunião se decidiu também criar um grupo de trabalho para examinar a questão do regimento interno da Constituinte e declarar o dia 7 de setembro de 1986 como o "1º Dia Nacional Constituinte", quando se recolheriam, em assembléias municipais em todo o Brasil, propostas de cidadãos para a nova Constituição (MICHILES, 1989, p. 56).

Este grupo de trabalho conseguiu concluir o recolhimento das sugestões em 17 de julho, e enviou aos demais plenários do Brasil. Nestas propostas, além daquela plataforma mínima da qual já havíamos falado, foram incluídas as sugestões pela primeira vez da incorporação da iniciativa popular na própria elaboração da Constituição. Após a eleição do Congresso, concentrou-se mais ainda as lutas na questão do regimento interno e o funcionamento do Congresso Constituinte e em 19 de janeiro de 1987 em reunião nacional, foi preparada a ida a Brasília de pessoas dos movimentos do Brasil inteiro nos dias 30, 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro para a apresentação das propostas no momento em que se instalasse o Congresso. Foi entregue então, nesses dias, a cada um dos parlamentares um impresso com as propostas recolhidas e também foram recolhidas juntos a estes parlamentares assinaturas daqueles que concordavam em colocar no regimento interno a questão da iniciativa popular. A essa altura, os movimentos já contavam com alguns apoios institucionais declarados em relação a esta proposta como do PT e do diretório de São Paulo do PMDB. E, finalmente, no dia 3 de fevereiro, a proposta foi entregue oficialmente a Ulysses Guimarães, em sua primeira audiência depois de eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Após este primeiro trabalho inicial de apresentação da proposta, uma outra tarefa estaria por vir: adaptar o texto às possibilidades possíveis a partir das observações feitas pelos parlamentares que se dispuseram a apresentá-la como emenda ao projeto de regimento interno.

Foi feita, então, uma campanha de pressão sobre o relator do Regimento Interno, o Senador Fernando Henrique Cardoso que "chegou a receber, em pouco mais de uma semana, mais de mil telegramas de todo o país" (MICHILES, 1989, p. 58). Este, por sua vez, por ter recebido também outras emendas com este mesmo sentido, acabou aceitando-a e até defendendo-a nas discussões no Congresso. As oposições à proposta que eram enfrentadas tinham por base a argumentação de que esta proposta estaria violentando os princípios da representação. "Outros a consideravam inócua ou temiam os desvirtuamentos das campanhas de assinaturas" (MICHILES, 1989, p. 58). Por fim, a proposta foi acatada, como uma vitória significativa dos plenários, movimentos e comitês, tendo em vista que seu texto final aprovado era praticamente o mesmo que estes tinham elaborado. Foi incluída a possibilidade de apresentação de sugestões e audiências públicas nas subcomissões temáticas.

Na íntegra, este item no regimento interno dizia o seguinte no artigo 13, parágrafo 11: "Às Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e Tribunais, bem como às entidades

representativas da sociedade, fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembléia às respectivas Comissões".

2.5. A intervenção popular nas subcomissões: as emendas populares, as proposta e pautas de discussões

Com a aprovação da iniciativa popular no regimento interno, o funcionamento do Congresso Constituinte se dava da seguinte maneira: eram 8 comissões e dentro destas existiam 3 subcomissões que assim se organizavam: **Comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher**, cuja sub comissões eram: da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais; dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias; dos direitos e garantias individuais. **Comissão da organização do Estado**, cujas subcomissões eram: da União, Distrito Federal e territórios; dos Estados; dos municípios e regiões. **Comissão da organização dos poderes e sistema de governo**, cuja subcomissões eram: do poder Legislativo; do poder Executivo; do poder Judiciário e Ministério Público. **Comissão da organização eleitoral, partidária e garantia das instituições** cujas subcomissões eram: do sistema eleitoral e partidos políticos, da defesa do Estado, da sociedade e de sua segurança, de garantia da Constituição, reformas e emendas. **Comissão do sistema tributário, orçamento e finanças**, cuja subcomissões eram: de tributos, participação e distribuição das receitas, de orçamento e fiscalização financeira, do sistema financeiro. **Comissão da ordem econômica**, cujas subcomissões eram de princípios gerais, intervenção do estado, regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica; da questão urbana e transportes; da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. **Comissão da ordem social**, cujas subcomissões eram: dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos; de saúde, seguridade e meio ambiente; dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. **Comissão da família, da educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia e da comunicação**, cujas subcomissões eram: da educação, cultura e esportes; da ciência, tecnologia e da comunicação; da família, do menor e do idoso.

Das sugestões recebidas pelos Constituintes de Emendas Populares, a subcomissão recordista foi a que tratou dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, com o elevado número de 1418. A subcomissão que tratou de direitos individuais é a segunda que recebeu mais propostas: 832. Em contrapartida, a que menos recebeu foi justamente a subcomissão de

garantia da Constituição, reformas e emendas, com apenas 108 sugestões. O que esses números podem nos mostrar? Por um lado, que as maiores preocupações dos movimentos sociais eram justamente naquilo que mais os atinge: os direitos da classe trabalhadora. Porém, esta mesma regra não pode ser aplicada se levarmos em conta que a subcomissão de garantias constitucionais, apesar de sua enorme importância até mesmo para assegurar posteriormente as conquistas dos trabalhadores neste processo constituinte, trata-se de uma subcomissão que necessita de diversos conhecimentos técnicos e jurídicos para a sua elaboração, o que dificulta bastante os trabalhos dos lutadores sociais que nem sempre têm acesso à estes conhecimentos específicos.

Se analisarmos por Comissões e não Subcomissões, vemos que a que menos recebeu propostas foi a da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Juntando as propostas das três Subcomissões, essa Comissão recebeu ao longo do processo apenas 688 propostas. A esse baixo número nesta Comissão, atribuímos também a justificativa anterior: não se enviava muitas propostas não por não serem importantes, mas por serem temas muitas vezes distantes da realidade da maioria da população, especialmente as classes subalternas.

Porém, o que os autores de "Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares" nos atentam é para o fato de que: "Vale lembrar que a distribuição das propostas recebidas pelas subcomissões foi feita pela Presidência da Constituinte. Uma sugestão, por exemplo, tratando de punir a discriminação racial pode ter sido despachada para a dos direitos individuais, tecnicamente mais correto, e não para a do negro" (MICHILES, 1989, p. 64). A catalogação acima, portanto, tem limitações para se verificar tendências sociais em termos mais rígidos e mais detalhados em algumas temáticas.

Estes números, porém, não são ainda os de emendas, eram, numa primeira fase, apenas sugestões que deveriam ser encaminhadas pela população até a data em que o relator daquela subcomissão elaborasse seu trabalho. O relator, então, consultava as sugestões populares e os constituintes e formava um texto base para aquela subcomissão. Vemos que então o caminho percorrido para uma sugestão virar emenda constitucional era: relator-subcomissão, comissão temática, sistematização e plenário. Essas subcomissões constituíram o ponto de partida do texto que, depois de momentos polêmicos em sua tramitação, enfrentaria a etapa derradeira da votação no plenário da ANC (MICHILES, 1989, 66).

Como vimos além das propostas de emendas, que era o objetivo final dos movimentos, estes poderiam também sugerir audiências públicas para discussão de determinado tema e estas eram consideradas como "um momento privilegiado no processo pedagógico de propiciar um amplo debate das grandes questões da ordem política, social, econômico e cultural contemporânea da sociedade brasileira" (MICHILES, 1989, p. 65). Na prática, as audiências públicas eram o primeiro passo do funcionamento da Constituinte, onde poderiam se ter manifestações livres das propostas.

Para os que ali estavam nos corredores do Congresso se manifestando, muitas vezes acampados, lado a lado com parlamentares, juristas, "notáveis", este era um momento único, da população poder falar em seu palanque sobre suas vontades. Este "momento único" fora ressaltado, inclusive, por Florestan Fernandes, intelectual brasileiro de grande envergadura que também foi, neste período deputado e constituinte:

A presença da sociedade com suas propostas e idéias foi colocada por várias vias: "Gente de diversas categorias sociais, profissionais, étnicas e raciais surge no centro do palco e assume o papel de agente, de senhor da fala. Um indígena, um negro, um professor modesto saem da obscuridade e se ombreiam com os notáveis, que são convidados por seu saber ou lá compareceram para advogar as causas de entidades mais ou menos empenhadas na autêntica revolução democrática. O lobismo encontra, assim, um antídoto e os constituintes são devolvidos ao diálogo com o povo, agora não mais à cata de voto e em busca de eleição" (FERNANDES, Florestan, 1989, p. 87).

Com a proposta das comissões e subcomissões, ficava assegurada a participação popular que, depois disso aprovado, ainda adotaram uma outra tática: a de colocar nas relatorias das comissões temáticas parlamentares ligados às classes subalternas ou minimamente mais à esquerda., porém, na relatoria da Comissão de Sistematização, acabou vencendo Bernardo Cabral, da ala moderada do PMDB. Segundo nos explica Maciel, "essa tática visava reduzir a influência das forças conservadoras por meio do controle do relatório das comissões, em que as diversas propostas eram sistematizadas". E esta tática se mostrou correta, pois foi através dela que diversas propostas avançadas do ponto de vista da classe trabalhadora foram incorporadas aos relatórios das comissões chegando à Comissão de Sistematização. Enquanto isso, a direita queria mesmo era manter a Constituição que ainda estava em vigor (da Ditadura!) apenas com algumas reformas, justamente por isso, o anteprojeto de Constituição encomendado pelo governo na Comissão de Notáveis nem chegou a ir para discussão do Congresso.

Sabemos que o Governo Sarney, já caracterizado no capítulo anterior, instituiu através do Decreto nº 91.450 em 18 de julho de 1985 aquela que ficou conhecida como “Comissão de Notáveis”, cujo nome oficial era Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Com a fala de que esta seria responsável por elaborar um anteprojeto de Constituição para o país, ela saiu, na visão da maioria dos lutadores sociais como um “projeto de Constituição do Governo” (MICHILES, 1989, p. 34). Além de gerar desconfiças, esta proposta também fez surgirem diversas críticas em relação ao seu caráter antipopular. Mesmo assim, a Comissão funcionou, tendo concluído seus trabalhos apenas em setembro de 1986, mais de um ano após ter sido instituída. Neste meio tempo, diversos debates foram travados. Milhares de sugestões foram enviadas pela população ainda nesta época, o que fez com que a direita se incomodasse e colocasse praticamente todo o trabalho da Comissão em vão:

O anteprojeto despertou maior reação nas correntes conservadoras porque se revelou com avanços e inovações. Não se tornou um texto-base para a futura Constituição, nem foi encaminhado oficialmente à Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, teve forte presença nos debates que aconteceriam, especialmente na fase das subcomissões e comissões temáticas, quando alguns de seus capítulos foram tomadas como referência por relatores e autores de propostas e emendas. A futura Constituição seria influenciada em alguns pontos pelo anteprojeto. O governo, cauteloso, deserdou o resultado da Comissão que instituíra. (MICHILES, 1989, p. 35)

Quando se passa para a nada fácil tarefa da coleta das 30 mil assinaturas por emenda constitucional a ser protocolada, os movimentos sociais, sabendo dessa difícil missão, começam uma nova fase de organização: é formada a Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, que lançou seu primeiro documento em maio de 1987 com assinaturas de mais de 75 entidades¹³.

¹³Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), Associação Brasileira de Reforma Agrária, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Associação Nacional Pró-Federação Nacional de Assistentes Sociais, Associação Brasileira de Antropologia, Associação Profissional dos Empregados Domésticos, Associação Profissional dos Sociólogos/DF, Associação dos Moradores do Jardim de Cuiabá, Associação dos Moradores do Bairro de Santo Antônio de Barra do Garça/MT, Associação dos Funcionários da FEMIG de Minas Gerais, Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte/Universidade de Brasília (CEAC/UnB), Coordenação Interestadual de Ecologistas na Constituinte, Coordenação Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Enfermagem, Comissão Nacional Rural na Constituinte, Conselho Nacional dos Seringueiros, Centro Ecumênico de Documentação e Estudos Sociais, Conselho Regional dos Assistentes Sociais, Comitê Municipalista na Constituinte/Volta Redonda/RJ, Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno, Comissão Estadual Universidade Constituinte/RJ, Conselho dos Direitos da Mulher de Cuiabá, Clube das Mães Carentes de Cuiabá, Comissão Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Acompanhamento à Constituinte-CNBB, Conselho de Saúde/Cuiabá, Central Geral de Trabalhadores de Alagoas, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Arquitetos, Fórum de Educação, Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, FAMEP, FAMENS, FEMAB do MT, FITEL, Federação Nacional das Associações de Medicinas Alternativas Naturais, Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras, Movimento Nacional de Meninos de Rua, Movimento Negro/Memorial Zumbi, Movimento Nacional pela Reforma Agrária, Movimento dos Sem-Terra de SP, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto de Estudos Economicos, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Economicas (IBASE), Instituto de Estudos Socio-Economicos (INESC), Instituto Alberto Pasqualini (IAP-DF), Plenário Nacional de Saúde para Constituinte/DF, Plenário Unitário/PR, Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, Partido Democrático Trabalhista/PDT, Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo, Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de Ouro Preto, Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte/RJ, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil, Partido Verde, Partido Trabalhista Brasileiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sindicato dos Economistas do DF, Sindicato dos Enfermeiros do DF, SENALBA/DF, SINDTEXTIL, Sindicato dos Professores (SINPRO/DF), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União das Nações Indígenas, União da Juventude Socialista, Universidade Federal de Ouro Preto,

A Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte foi formada justamente para juntar forças dessas diversas entidades supracitadas e demais que entraram depois, pois se tinha consciência de que essa nova fase seria oportuna para aproveitar a rara oportunidade do processo constituinte, para reunir um maior número possível de entidades, associações, sindicatos, movimentos populares, fóruns, plenários e outras formas de pressão social na Constituinte a fim de mobilizar forças em uma campanha que não seria nada fácil: mobilizar a população e garantir as 30 mil assinaturas mínimas para cada emenda popular. Taticamente, as primeiras ações desta Articulação seriam preparar um lançamento da campanha nacional de apoio à emendas populares (16 de junho de 1987, Brasília), instituir o Dia Nacional de Mobilização para coleta de assinaturas (17 de julho), com realização de atividades, para arrecadar assinaturas, atos públicos, debates, comícios, shows, em cada Estado e município, realizar entrega conjunta e unitária de caráter nacional dos milhões de assinaturas coletadas relativas às emendas de iniciativa popular (MICHILES, 1989, p. 69).

Formou-se, então, para colocar em prática todas essas ações uma Comissão Executiva formada pelas entidades ANDES, CONTAG, CONAM e CUT, porém, "infelizmente, essa Comissão Executiva não conseguiu colocar de pé nem uma secretaria administrativa, nem um plano de sustentação financeira. Recorreu ao Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte/Universidade de Brasília (CEAC/UnB) para as inadiáveis tarefas" (MICHILES, 1989, p. 69). Além disto, os relatos nos contam que outras dificuldades foram encontradas ao longo do percurso desta Articulação, muito disso, provinha, sobretudo, da diversidade das entidades e movimentos que a compunham.

É corrente em literatura e documentos do período das entidades que fizeram parte desta Articulação uma autocrítica no sentido de que houve muita dispersão organizativa que impossibilitou um número expressivo de pessoas pudessem expressar a que vieram e quais eram suas reivindicações, e de que faltou, sobretudo, clareza política de condução que permitisse a manifestação "da dupla face do evento: um momento de festa e de forte e inquietante reflexão" (MICHILES, 1989, p. 70).

As caravanas à Brasília eram, sem dúvida, momentos importantes no processo de mobilização. Elas existiam em menor quantidade em 1985 e 1986, mas em 1987 e 1988

ocorriam quase que semanalmente. Os autores de “Cidadão Constituinte”, que eram militantes neste contexto, nos contam da importância delas:

Foram as "caravanas atos públicos", algumas delas de porte, como as que se realizaram por ocasião da instalação da Constituinte, em janeiro de 1987; em agosto para a entrega conjunta das emendas populares; e em fevereiro de 1988 para protestar contra as ameaças de retrocesso anunciadas pelo Centrão com o grito de "Acorda Brasil" e o significativo cordão popular que cercou externamente a área do Congresso. Em outros momentos as caravanas se constituíram para acompanhar as galerias do plenário, como olheiros do povo, as votações mais polêmicas ou aquelas de interesse mais específico de entidades afins. Nos interstícios, porém, é que se deram as modalidades mais eficazes do ponto de vista de uma pressão dirigida individualmente sobre este ou aquele constituinte. Em pequenos grupos, ou em grupos mais expressivos, uma mesma entidade, ou entidades afins, se fizeram intensivamente presentes através da prática de rodízio de pessoas, sobretudo nos períodos que antecediam as tomadas de decisões relativas às questões de interesse prioritário. (MICHILES, 1989, p. 72)

Os momentos das caravanas também foram importantes, pois essa era a oportunidade de mostrar ao Brasil toda força do movimento nacionalmente, porque, por mais que eles se manifestassem à vontade nas ruas, nas fábricas, nos campos, nas universidades, sabiam que, em Brasília, só chegariam ecos pálidos e afirmam que um dos grandes motivos para que essa mobilização não viesse a tona e fosse noticiada em todo país se deve ao “triste papel desempenhado por uma garroteada imprensa!” (MICHILES, 1989, p. 73), ou seja, por mais que tentassem dar um eco nacional aos movimentos que existiam em todo o país, esbarrava-se na grande imprensa que, poderia, se fosse este o seu interesse, divulgar essas ações, porém, essa fazia era o contrário.

Mas, aos poucos, por dificuldades financeiras, até mesmo estas caravanas ou idas de uma ou outra entidade foram sendo cada vez mais escassas. As entidades não tinham dinheiro para bancar a ida de todos os que queriam sempre para Brasília e os próprios trabalhadores, assalariados, não tinham condições de irem à capital federal na maioria das vezes de ônibus, chegando a demorar dias de viagem, dependendo da localidade em que estivessem e perdendo dias de trabalho. Porém, apesar dessas adversidades, considera-se que estas caravanas cumpriram um papel importante e foram válidas.

Os movimentos sociais denunciavam também que muitos militantes ficavam perplexos ao verem que muitos parlamentares simplesmente não davam a mínima para as denúncias, reivindicações e falas deles, as caras de espanto de muitos com as pessoas acampadas na porta do Congresso. Sensações totalmente novas, principalmente para um país que acabara de sair de uma ditadura de vinte anos.

Não podemos deixar de realçar, do acervo de experiências e sensações acumuladas através das caravanas, os efeitos produzidos pelo contato físico, imediato, com a casa do Congresso e com os constituintes, em sensibilidades agudas e simples, às vezes muito humildes militantes de base que botavam o pé, pela primeira vez, em Brasília. Começamos pela perplexidade ao ver, no âmbito do plenário, uma total desatenção às defesas ou denúncias de parlamentares que ocupavam a tribuna, enquanto os presentes se davam a conversas, de costas até, no maior burburinho, ou liam atenciosamente seus jornais entre uma e outra troca de abraços. "Assim é que se trabalha neste Congresso", comentavam entre si, escandalizados, os caravanistas alojados nas galerias. (MICHILES, 1989, p. 76)

Uma das questões importantes a serem informadas a respeito dessas idas dos movimentos ao Congresso era que não importava somente a reivindicação ou o resultado final desta com a aprovação da emenda, mas, sim, também a atuação dos parlamentares. Um ponto importante que os movimentos sociais haviam requisitado e também saíram vitoriosos quanto ao Regimento Interno é a questão do voto aberto e nominal, assim, na medida em que as propostas eram apresentadas, discutidas e votadas, ia-se conhecendo um por um daqueles que votavam contra ou a favor dos trabalhadores. E este ponto era tão importante que se chegou a fazer em algumas cidades do país outdoors intitulados "placar da Constituinte", geralmente localizados no centro de algumas capitais, onde se informava através de quadros quais emendas tinham sido votadas na semana, qual era o resultado da votação e quem tinha votado contra ou a favor destas. Além dos outdoors, quando não se tinha a possibilidade de fazê-los, eram distribuídos estes placares em informativos, jornais ou em cartazes em cada uma das entidades que participavam do processo.

Neste momento, podemos perceber de forma clara a importância da comunicação popular neste contexto:

No entanto, para que esse mecanismo de pressão chegasse a funcionar razoavelmente, atingindo as bases eleitorais do constituinte-alvo, **todo um sistema de comunicação rápido e fidedigno teria de ser construído com os próprios recursos dos movimentos sociais. A grande imprensa jamais iria fornecer, com detalhes e amiúde, os dados reclamados.** De outro lado, os organismos de assessoria parlamentar, como, por exemplo, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) o Instituto de Análises Sócio-Econômicas (INESC), com os quais os setores populares se identificavam, possuíam um quadro limitado de especialistas, montado para cobrir aqueles temas que justificavam a razão de sua existência. E quanto às outras questões? De onde se poderia extrair a informação metódica e segura? Correndo atrás de alguns gabinetes de lideranças partidárias? De outras entidades? Uma laboriosa arquitetura de fontes complementares de informação teve, a duras penas, de ser construída, sobretudo por aqueles fóruns suprapartidários de entidades, plenários, comitês, movimentos pró-participação popular na Constituinte, que não funcionavam à base de interesses corporativos, mas de motivações plurais intercambiais de interesse mútuo. (MICHILES, 1989, p. 79-80. Grifos nossos.)

Há uma autocritica também quanto à utilização dos cartazes e outdoors que muitas vezes vinham com a foto do parlamentar e dizer do tipo "traidor" e coisas parecidas. Algumas vezes, é verdade, algumas injustiças foram cometidas em relação a um ou outro sendo listado de forma errônea com estes dizeres, mas mesmo assim, pergunta-se:

Em momentos muito especiais, nos indagamos, alguma injustiça de invidade se estaria cometendo com essa qualificação? **De que outra forma os setores populares, privados do meios de comunicação**, de poder político e econômico, poderiam convenientemente assustar o constituinte com pretensões de se reeleger senão através da exposição de seu nome e de seus atos à opinião pública?"(MICHILES, 1989, p. 83. Grifos nossos.)

Nos momentos de formulação efetiva das emendas, após longos debates junto à base, como esta necessitava, pelos tramites do Congresso de uma linguagem mais formal e jurídica, no momento em que elas eram terminadas com estes termos e até mesmo depois de aprovadas, mais uma vez, entra a importância crucial das cartilhas feitas pela comunicação popular ligada aos movimentos para explicar os processos:

Acontece que na passagem para uma formulação mais jurídica, alguns textos assumiram um certo hermetismo, exigindo **retraduções em forma de cartilhas ou panfletos que os tornassem compreensíveis ao grande público**. [...] Preocupados com o perigo de se ganhar o instrumento sem que ele viesse a ser devidamente utilizado, traçaram estratégias: **divulgar amplamente sua conquista e alertar, através de uma cartilha especial, sobre as condições de encaminhamento de campanhas** que aproveitassem e se ajustassem às exigências regimentais. [...] Preocupado sobretudo em **tornar mais inteligível o texto** para as emendas populares que apresentaram dificuldades de aceitação da emenda em função da linguagem. (MICHILES, 1989, p. 92-94-95. Grifos nossos.)

E, em contrapartida às funções mobilizadoras e educativas desempenhadas pela comunicação popular, temos a grande imprensa, tentando confundir a população, entre outras demais dificuldades enfrentadas ao longo de todo o processo, da formulação de propostas, às idas a Brasília, ao recolhimento de assinaturas:

[...] Na coleta de assinaturas tratava-se de vencer várias barreiras: o desconhecimento, pela população, desse novo instrumento de que dispunha; **o descrédito da própria Constituinte, graças à divulgação tendenciosa que os meios de comunicação de massa faziam nos trabalhos até então realizados**; a falta de confiança na possibilidade real de interferir, através de uma emenda popular, nesse processo e na própria solução dos problemas vividos pela população; as dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades promotoras para cobrir despesas desde a impressão de formulários, tarifas postais, materiais de propaganda até gastos maiores como viagens, atos públicos, etc., a escassez de braço para coordenar a distribuição e arrecadação, na volta, dos papéis distribuídos a mil e um lugares. (MICHILES, 1989, p. 95. Grifos nossos.)

A grande imprensa tentou confundir a população também em relação à algumas pautas específicas, como, por exemplo o relatório da Emenda "Nações Indígenas" e da campanha

deflagrada através do jornal O Estado de São Paulo contra a Igreja Católica e o CIMI, a partir de 9 de agosto, distorcendo completamente os objetivos da atuação daquelas entidades junto à ANC (MICHILES, 1989, p. 96). Tivemos acesso à essa documentação do CIMI através da fonte "Notícias Constituinte", encarte no boletim da CNBB de 20 de agosto de 1987 (DCPV 10/1987) em que nos dão notícia rápida, porém, sem comentar em maiores detalhes que a Emenda que dispõe sobre as Nações Indígenas sofreu ataques através de campanha declarada do jornal O Estado de São Paulo. O boletim esclarece aos leitores ao longo de suas quatro páginas o que é de fato a Emenda e os motivos para esta, com forte embasamento teórico e, inclusive, citando, comparativamente, demais Constituições de outros países que possuem regulamentação avançada sobre a questão indígena.

Ainda temos mais um exemplo de manipulação da grande mídia contra os movimentos sociais na questão da Emenda sobre Criança e Adolescente:

[...] O da Criança e do Adolescente, a veiculação pela imprensa da notícia de que essa proposta teria sido anulada por não obedecer aos critérios estabelecidos no regimento interno da Constituinte, quando, na verdade, a informação partia de imensa confusão criada entre o abaixo-assinado e a emenda popular, veiculados, em tempos diferentes, pelo mesmo fórum. O abaixo-assinado foi uma atividade iniciada antes mesmo da instalação da Constituinte e tinha por objetivo sensibilizar a população numa demonstração simbólica de apoio à criança brasileira. **A despeito dos reiterados esclarecimentos tentando desfazer o mal entendido, órgãos de comunicação insistiram na confusão.** (MICHILES, 1989, p. 96. Grifos nossos.)

Neste contexto, apesar de todos estes empecilhos, na opinião de Michiles: “deu-se a volta por cima, chegando-se, no conjunto, a uma variedade de formas de sustentação das campanhas e de **comunicação popular das propostas. Foram criados slogans, esquetes teatrais, bottoms, camisetas, cartazes, cartilhas e vídeos**” (1989, p. 96. Grifos nossos). Percebe-se, então, o quão importante foi o papel da comunicação popular neste contexto de mobilização para a Constituinte em contraposição àquela posição manifestada pela grande mídia, seja ela impressa ou na televisão.

Outra demonstração do trabalho de difamação exercida pela grande mídia contra os movimentos sociais pode perceber no momento em que esta, sem perceber que, na verdade, houve um erro cronológico no momento de protocolar as emendas, pois não contou com tempo hábil para que todos os constituinte ouvissem todas as propostas, ignorando este fato, a grande mídia alegara que as propostas populares é que tinham sido erráticas:

[...] incoerência de uma cronologia cheia de erros políticos e de efeitos reais, ao não prever um tempo mais longo que permitia aos constituintes a possibilidade de

comparecerem às defesas das emendas populares e refletir sobre seus argumentos. Esse clima de desapontamento foi, na época, realimentado pelo **espaço generoso concedido por órgãos de imprensa às afirmações descuidadas de alguns jornalistas que veicularam a impressão de que as propostas populares tinham sido rigorosamente desastradas**, e o texto do relator em nada as contemplava. **Se os meios de comunicação, preocupados com a função de formadores de opinião** que desempenham, tivessem usado os quadros comparativos, na tentativa séria de cotejar as demandas populares, o texto em discussão na Constituinte, se surpreenderiam com resultados mais animadores. (MICHILES, 1989, p. 98. Grifos nossos.)

O corpus documental das fontes que correspondem ao ano de 1987 coletadas no Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) contém 74 documentos, entre eles algumas cartilhas, mas, como dito, nesta fase percebemos que as publicações dos movimentos sociais eram muito mais no caráter informativo, de dizer às pessoas o que estava acontecendo no Congresso e como estavam sendo encaminhadas as propostas de emendas populares do que de explicar questões básicas, como havia sido no período anterior que analisamos. Destes boletins e informativos, temos: 01 (um) documento da Comissão das Mulheres do PT de São Paulo que trata especificamente sobre a questão da pauta Aborto na Constituinte; 05 (cinco) documentos que tratam da questão indígena; 3 (três) publicações do informativo "Plantão Constituinte" de Piracicaba; 10 (dez) publicações do "Todos somos Constituintes" do CEAC/UnB; 12 (doze) publicações do informativo "O povo na Constituinte"; 11 edições do informativo "Conversando sobre a Constituinte"; 4 (quatro) publicações do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte; 2 (duas) edições do Boletim do FUP (Frente de Unidade Popular); 3 (três) documentos que tratam especificamente da questão da Reforma Agrária e demais documentações ligadas à CUT ou ao PT.

O documento DCPV 01/87: "Enquanto isso em Brasília uma Cruzada contra o aborto", de junho de 1987 produzido pela Comissão das Mulheres – PT/SP trata de questões como a luta pela libertação da mulher. Trata-se de uma cartilha com o claro intuito de auxiliar discussões do partido. Informa que o diretório nacional havia aprovado incluir em caráter indicativo o direito ao aborto como projeto para Constituição e em seguida faz uma análise breve sobre as diferenças de classe quando o assunto é o aborto. Diz que a “nova” constituição (da Ditadura) retrocedeu em relação à anterior, que pelo menos permitia a prática em caso de estupro ou de risco para a mãe. A tática das mulheres e da esquerda foi não colocar o tema em pauta por achar que seria esquecida e jogar a discussão para lei ordinária, mas a própria direita pautou o tema para poder criminalizar, afinal, isto, segundo o documento, unifica os setores conservadores, mantém lucros de clínicas clandestinas junto à

polícia e a mulher socialmente em situação de submissão e controle de sua sexualidade: “Às mulheres é proibido com a força da lei dizer não ao papel tradicional que lhe é imposto”. Há também no documento um retrospecto histórico que diz que na antiguidade podia ter aborto, mas com o advento das religiões patriarcais, principalmente gregos, começou-se a achar que no sêmen do homem está a alma do feto e qualquer secreção sua podia ser usado pelas mulheres como magia contra estes. No oriente, até o quinto mês de gestação era permitido o aborto. No cristianismo a postura atual foi definida no séc. XIX por São Tomás de Aquino: o feto só tem alma quando o corpo está totalmente formado. Em 1869 a Igreja proíbe a prática através do Papa Pio IX. O documento aponta ainda que há uma confusão entre o caráter educativo e legislativo por parte da Igreja. No item "A situação no Mundo" traz dados estatísticos de vários países e informa que “O governo norte-americano atual articula-se com a direita internacional para provocar um recuo na situação do aborto no mundo, sujeitando, inclusive, o auxílio financeiro aos países de 3º Mundo à não legalização do aborto”! Por fim o documento aponta para a “Nossa proposta”:

O apanhado histórico feito mostra a insuficiência das respostas dadas pela ideologia dominante, apesar de ser extremamente difícil definir quando a vida se inicia. [...] Trata-se de não ficarmos apenas no campo da argumentação... trata-se de contrapor um princípio líquido e certo, das mulheres terem direitos humanos a lendas e mitos de cada povo”. O abortamento é uma questão social. Legalização do aborto como parte da luta por melhores condições de saúde e libertação das mulheres. (DCPV 01/1987, p. 11)

No final do documento pede-se para quem tiver condições, reproduzir o material, fazer o debate e assinar a proposta de emenda popular em anexo ao documento até o dia 05 de agosto de 1987.

Como podemos ver, como afirmado por Michiles, diversas pautas e anseios de todos os tipos da população vieram à tona naquele momento. Desde questões mais abrangentes que dizem respeito de forma mais direta à classe trabalhadora como questões salariais, direito de greve e reforma agrária, até questões específicas como foi o caso dessa do aborto, pauta esta que sofreu duras críticas no Congresso por parte da direita, mas, não só por eles, mas até setores da esquerda ligados à Igreja Católica por condenarem a prática do aborto se voltaram para as organizações feministas que reivindicavam este direito que, vale dizer, até hoje encontra barreiras imensas para ser discutido na sociedade. Este documento é, portanto, uma evidência de que os movimentos sociais não tiveram sucesso em algumas de suas demandas, ou seja, alguns não conseguiram pautar o debate constituinte ao ponto de incorporar sua proposta na Constituição.

O documento DCPV 02/87: "A constituinte e nós" não contém data e nem local e tão pouco entidade a qual é vinculada. Sabe-se que foi protocolado no CPV em 28 de setembro de 1987. Porém, contém algumas informações valiosas que nos ajudam a desvendar e estudar o período em questão.

O documento começa com um quadrinho já publicado anteriormente pelo DIEESE em 1985. Depois há um denso texto que explica: Sobre Reforma Agrária: que esperava-se ao menos algum avanço em relação ao Estatuto da Terra, porém, que não foi sequer limitada a propriedade no anteprojeto da Constituição. Ainda sobre o anteprojeto diz que este “mutilou o direito de greve e aposentadoria, eliminou jornada de 40 horas e ignorou a estabilidade no emprego”. Conta que foi realizado no dia 20 de agosto um debate com Constituintes e CNBB para rebater denúncias contra o CIMI (Comissão Indigenista Missionária) feita pelo O Estado de São Paulo e que o bispo diz que as “provas” foram implantadas.

O debate teve como objetivo rebater as denúncias contra o CIMI pelo jornal "O Estado de São Paulo". Dom Luciano não poupou palavras para esclarecer a situação e provou que os documentos foram forjados. Deixou claro no debate, que a investida contra o CIMI foi orquestrada por aqueles que tem interesses em explorar as terras indígenas, em detrimento das populações que ali vivem e da própria soberania nacional. Primeiro, com a denúncia se pretendeu desestabilizar a ação da igreja, jogando a opinião pública contra ela. Segundo, pretenderam influenciar as decisões dos parlamentares no sentido de alterar os avanços até agora alcançados pelos índios. Terceiro, impedir a qualquer custo, que o novo texto constitucional assegure os direitos sobre a utilização do subsolo por parte das populações indígenas. (DCPV 02/1987, p. 2)

É dito ainda que "o próprio Ministro Brossard [da Justiça] afirmou em palestra na Escola Superior de Guerra e ao próprio bispo que o CIMI era uma ameaça à soberania nacional", o que, segundo o documento "fica mais transparente a manobra política e a manipulação da opinião pública que está sendo feita pelos grupos de poder político e econômico anti-índio" (DCPV 02/1987, p. 3). Mais uma vez, vemos o confronto grande mídia (O Estado de São Paulo) versus Comunicação Popular aparecer de forma nítida, onde uma tenta denegrir e ganhar a opinião pública contra o outro, que, por sua vez, alerta a população sobre esta manipulação.

Encerra-se o documento com um apelo: “Precisamos, neste momento, de todo apoio daqueles que lutam ou se identificam com a causa indígena através de telegramas ao relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral, reivindicando a manutenção integração de texto sobre os índios” (DCPV 02/1987, p. 3), onde percebemos os mecanismos de pressão que eram utilizados pelos movimentos sociais na Constituinte, porém, podemos apreender

também que o movimento depende da sensibilização de alguém, ou seja, do relator, que detém o poder de colocar a proposta no anteprojeto ou não, o que evidencia os limites da intervenção popular na institucionalidade..

O documento DCPV 04/1987: "Constituinte Urgente" de 18 de julho de 1987 de Xanrerê – SC da CIMI (Comissão Indigenista Missionária) dá informes sobre a conclusão de mais uma etapa da Comissão de Sistematização feita por Bernardo Cabral que apresentou 501 artigos de 10 títulos que foram publicados em jornais no dia 27 de junho. "Os constituintes apresentaram 564 emendas, cujo 300 foram acatadas. Dessas mais ou menos 120 eram regimentais. O relatório foi aprovado. Mesmo as proposta que não foram acatadas poderão ser novamente apresentadas no plenário". É fornecida uma lista de parlamentares que fizeram propostas que o CIMI identificou como “anti-índio” e dos a favor (que são bem menos). Por conta disso, o documento identifica que é urgente o recolhimento de assinaturas e mobilização para emendas populares e ressalta a pressão que deve ser feita sobre os constituintes especificamente na questão da luta contra mineradores em terras indígenas e aponta que o envio de telegramas seja uma forma eficaz para isto. Por fim, é apresentado um calendário de ações que indica que é para priorizar a coleta de assinaturas até 30/07 e em agosto: “pressão na comissão de sistematização” para incluir emendas populares.

O documento DCPV 05/1987 tem o mesmo nome do anterior "Constituinte urgente!", porém, este é de março de 1987 e publicado pelo CEBID – Centro de Estudos, Documentação e Informação de Base – Comissão de Acompanhamento à Constituição. Inicialmente fala-se que os setores populares tiveram participação mais efetiva do que em outros momentos da história do país na eleição de 86. Porém não foi suficiente para eleger um bom número de Constituintes, mas indica que "nem tudo está perdido":

[...] é um fato lamentável que apesar de toda a mobilização dos setores populares, nós não conseguimos eleger um bom número de Constituintes verdadeiramente comprometidos com a nossa luta, conseqüentemente, nós temos um Congresso Constituinte onde predomina a representatividade dos grandes latifundiários, empresários e outros ramos da classe dominante. Mas, nem tudo está perdido, a pressão popular organizada poderá ser um instrumento muito útil no sentido de assegurar que na nova Constituição estejam incluídas alguns dos pontos básicos para propiciar ao nosso povo uma melhoria mínima nas suas condições de vida. (DCPV 05/1987, p. 1)

O documento informa ainda que a publicação cumpre o objetivo de manter os líderes comunitários informados sobre o processo constituinte e mostra um quadro sobre composição do Congresso Constituinte:

Composição do Congresso Constituinte: Número total de parlamentares: 559. PMDB: 307. PFL: 131. PDS: 37. PDT: 26. PTB: 18. PT: 16. PL: 7. PDC: 6. PCB: 3. PSB: 2. PSC: 1. Como vemos, o Congresso Constituinte é formado por 559 parlamentares. Quantos vão ser fiéis às expectativas e às propostas do povo? Já podemos ver que não serão muitos, depois das primeiras discussões e votações. Para evitar um desastre, e que tenhamos uma Constituição pior do que a de hoje, só há um caminho: é o povo abrir os olhos e se organizar em pequenos grupos, no trabalho, na escola, no bairro, no sindicato, na igreja, etc. Mudar o rumo depende de nós: grupo de estudos, comissões, plenários, mobilizações. (DCPV 05/1987, p. 2)

Há ainda no documento o pedido: "leia e divulgue este boletim". E explica o que é a iniciativa popular na Constituinte proposta pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e nomeia que Covas (PMDB-SP), Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) protocolaram a proposta. Explica ainda como as propostas chegarão ao Congresso. E informa das primeiras iniciativas que foram tiradas em reunião nacional em Brasília como eixos centrais de discussões nas bases: mecanismos de participação nos 3 poderes; Questão agrária; Questão urbana; direitos dos trabalhadores e **informação e comunicação de massa**.

Na última página há instruções de como acompanhar os trabalhadores na Constituinte: "Ninguém acompanha sozinho", por isso a importância de se organizarem em grupo. E neste grupo deve-se escolher uma pessoa, **"alguém que leve os informes para a paróquia através deste boletim"** e que seja delimitado o mínimo de 30 minutos de cada reunião para discutir a Constituinte. Por fim sugere que se organize um mural, que é "uma forma muito simples de comunicação popular":

Organizar um mural: uma forma muito simples de **comunicação popular** é o mural, trata-se de um espaço, num muro, parede, quadro, etc. Todos os participantes do grupo devem assumir a tarefa de coletar semanalmente tudo que for possível sobre a Constituinte, depois é só juntar tudo e escolher uma ou mais pessoas que ficarão com a missão de colocar esse material no mural. A vantagem desse tipo de **comunicação é que além de não necessitar de muitos recursos, ele consegue que a mensagem seja lida por um número considerável de pessoas** dependendo do local onde é instalado. **Estar em contato com outros grupos:** é de extrema importância que haja um bom entrosamento entre os diversos grupos. Para tanto, mensalmente devem ser realizados encontros entre os grupos de base de uma mesma paróquia e também de um mesmo distrito, para que as discussões possam ser aprofundadas. (DCPV 05/1987, p. 4)

Nas partes destacadas acima podemos ver, então, claramente, como eram organizados os mecanismos de comunicação popular, de maneiras simples, entre os movimentos sociais para se informarem e mobilizarem para a Constituinte.

O informativo "Você votaria neles de novo?" de 8/10/87 do Movimento de Participação Popular na Constituinte de Curitiba, Paraná, traz um quadro com nomes de

deputados e senadores e suas posições em relação a temas como Diretas, Colégio Eleitoral, Diretas nas capitais, dois turnos para eleição de prefeitos e Congresso Constituinte. Na página seguinte há outro quadro cujo título é: “Atuaram contra os trabalhadores” em temas como estabilidade do emprego e decretos de arrocho salarial e os nomes e partidos dos parlamentares que votaram essas questões. As fontes utilizadas pela publicação é o caderno “Quem é quem” do DIAP já analisado anteriormente.

Como podemos ver, muitas vezes as publicações tinham este caráter de listagens que tentavam indicar à população nomes de parlamentares que não estavam seriamente comprometidos com os interesses populares. Este é o mesmo papel que cumpriram os outdoors citados por Michiles para informar à população os "placares da Constituinte".

O Boletim nº 01 do Plantão Constituinte (DCPV 07/1987) de abril de 1987 de Piracicaba publicado pelo Centro de Documentação e Comunicação Popular 1º de Maio começa com o lema “Constituinte com povo cria algo de novo”. “Queremos manter viva a idéia do “antes – durante – depois” do processo. Agora estamos firmes na hora do durante. Venha caminhar conosco no Plantão Constituinte. Vamos participar juntos para fazer valer os nossos direitos” (DCPV 07/1987, p. 1). Em seguida, afirma que “a briga já começou, a Constituinte é um momento de briga, perigoso”. Fala sobre a luta travada para definir o regimento da Constituinte e da vitória da iniciativa popular. No item seguinte intitulado “Trapaças”: faz indagações do tipo: A constituinte vai mudar o meu salário? E médico e escola para meus filhos? “Para muitos a Constituinte se colocou em um momento de esperança numa mudança de situação”, porém, para outros, não interessa a mudança:

Acontece que uma mudança não interessa para muita gente. Não interessa para os banqueiros, grandes proprietários de terra e indústrias. Eles estão ficando cada vez mais ricos. Para que mudar? Por isto, logo que se começou a falar em Constituinte eles começaram a pensar em trapacear o povo. (DCPV 07/1987, p. 3)

E continua afirmando que “começaram processo para enganar o povo com partidos políticos corruptos, primeiro engravatando a proposta de Diretas”, depois assinalam que Congresso e não Assembléia é mais um golpe e o fato de se fazer uma Constituição enquanto ainda estão vigorando atos institucionais do período da ditadura, mais um. Mas indica que mesmo assim “não conseguiram tirar o povo do cenário” e conseguiram passar a iniciativa popular.

Mesmo com todas essas traições, não conseguiram tirar o povo do cenário. Se esqueceram de que o povo pode se organizar e lutar pela participação. O nossos

representantes conseguiram fazer passar a "iniciativa popular". **A partir desta brecha começaram a se organizar movimentos em todo o país. Em plenárias, plantões, e através de material alternativo como audiovisuais, boletins e cartilhas todo mundo está dando um jeito de ficar por dentro.** (DCPV 07/1987, p. 3. Grifos nossos.)

Vemos aqui, mais uma vez, a importância da comunicação popular para estes movimentos.

Na edição nº02 deste mesmo informativo ("Plantão Constituinte", DCPV 08/1987) de junho de 1987, informa que os Constituintes já fizeram a primeira redação nas sub-comissões e que as propostas já estão sendo analisadas nas 8 comissões e que está chegando a hora da montagem do anteprojeto de Constituição e o movimento estava percebendo que grupos econômicos estavam “puxando os constituintes” para defender seus interesses, mas afirma que “apesar disso ainda resta uma esperança para que o povo faça com que suas propostas sejam incorporadas no anteprojeto”. Em seguida são dadas as instruções para assinar as emendas populares.

O Plantão da Constituinte, após algumas reuniões, resolveu orientar a população para que assinem as propostas que sejam mais significativas e que englobem mudanças gerais a toda população, e que com essas mudanças consigam fortalecer mais as lutas dos trabalhadores oprimidos e o povo de modo geral. Tais como: sobre a criação de formas e instrumentos de participação popular; sobre o direito do trabalhador; reforma urbana, reforma e política agrária e direto à família. [...] Não pensar em 30.000, mas em 1 milhão! Cada assinatura é um tijolo para a construção da liberdade! (DCPV 08/1987, p. 2-3)

No final informa quais atividades o Plantão participou, tais como atos na Praça da Sé, Encontro de CEB's, plenárias e treinamentos em bairros.

Já o documento "O povo – poder constituinte?" (DCPV 11/1987), um informativo CECA (Centro de Evangelização e Catequese), correspondente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1987, do Rio Grande do Sul, município de São Leopoldo, traz que "a entidade tem o compromisso de fomentar o ecumenismo" e anuncia, junto com os demais informes, a entrada de entidades da igreja evangélica também na luta da Constituinte. Das 26 páginas do informativo - que conta também com outros informes, mas já anuncia que o interesse principal é discutir a Constituição, pois esse é um tema que “suscita esperanças em tempos tão difíceis, onde a classe dominante tenta impor seus “modus vivendi” e imaginaram que esse país seja um grande quintal de batatas e nada mais” - 15 são sobre Constituição. Entre os cursos que o CECA faz ou assessora estão “Questão partidária e pastoral”, “seminário sobre democracia e socialismo”, além de específicos da igreja como “introdução

ao novo testamento”. Não há quase nenhuma imagem em todo o documento. Há algumas páginas dedicadas a uma campanha “Nicarágua urgente” de solidariedade a este país.

O povo, para o bem da verdade, até agora foi impedido de participar na construção de seu próprio estado de direito e sempre o viu sendo feito contra os seus próprios interesses. Isso continua, de certa forma, até hoje. Também hoje se tenta afastar o povo daquele trabalho que deveria ser genuinamente seu - de fazer sua própria lei fundamental. Contudo, também esta verdade seja dita, nunca o povo teve tanta chance de conquistar um espaço razoável nesse trabalho como o teve e o tem hoje. (DCPV 11/1987, p. 10)

O documento também justifica com a fé a necessidade de participação no processo: "Entendemos que é sobretudo a nossa fé cristã na vontade de Deus por uma sociedade justa e equitativa na distribuição de suas riquezas que nos deverá levar à luta pela maior participação possível neste processo histórico pelo qual passamos" (DCPV 10/1987, p. 11).

A entidade se diz ser responsável pelo encaminhamento da proposta de criação de uma Secretaria Especial da ANC para “Constituintes” mais “progressistas” junto com outras entidades.

Foi dentro desse espírito que a equipe do CECA encaminhou em janeiro passado, antes de começarem os trabalhos constituintes, uma iniciativa pela qual mais de 30 entidades e movimentos do Vale dos Sinos se dirigiram aos Constituintes mais progressistas das bancadas gaúchas, sugerindo a criação de uma secretaria especial da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) encarregada de receber, encaminhar, acompanhar e prestar contas do andamento das propostas trazidas por entidades populares. Nessa iniciativa fomos amplamente apoiados por outras entidades do país, vinculadas com o nosso trabalho. Em Brasília, a nossa proposta foi muito bem recebida pelos constituintes e entrou na discussão sobre o regimento interno que acabou possibilitando pelo seu artigo 23, a iniciativa popular através de propostas de emendas com 30 mil assinaturas, defendida pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte. (DCPV 11/1987, p. 11)

O documento denuncia que “os curtos prazos do cronograma da Constituição e os requisitos burocráticos deixam pouco tempo para uma mobilização efetiva em cima de propostas populares. Mas uma janela aberta já foi conquistada. E isto é um desafio para continuarmos com a luta”, e informa que neste sentido o CECA desenvolveu um plano de ação. E este plano está muito ligado à informação: “Para tal já montamos um esquema de informação com entidades sediadas no Centro do país (CNBB, CIMI e AGEN) que através de seus serviços de **comunicação rápida, com boletins semanais e telex, nos manterão devidamente informados e atualizados sobre os acontecimentos diários**”. Faz parte desse plano também a elaboração e divulgação de um boletim decenal, de caráter analítico, informativo e mobilizador "que pretendemos distribuir as entidades e organizações vinculadas com o CECA e envolvidos no movimento. Além disso, está sendo pensada a filmagem de

uma peça de teatro, que deverá ser um elemento educativo e motivador de ação sobre o tema Constituição” (DCPV 11/1987, p. 12. Grifos nossos.).

Em seguida, há um artigo intitulado “Constituição: nova etapa da democratização” de Luiz Ináci Gaiger da Equipe do CECA que diz:

Ao contrário de certas visões que vêem na democracia uma perspectiva meramente reformista, pensamos que a instauração e a ampliação crescente da democracia, ainda que basicamente representativa, interessa aos trabalhadores. [...] Os anos de autoritarismo e de desrespeito aos direitos sociais mais elementares mostraram que um reordenamento jurídico-institucional é um passo indispensável para a conquista de melhores condições materiais de vida, de trabalho e de participação sócio-cultural. [...] O fato de que estejamos agora vivendo um processo de transição que aponta para a democracia já é por si uma conquista dos movimentos populares e dos setores sociais favoráveis às mudanças. [...] A intervenção dos movimentos populares e democráticos no processo constituinte assume uma importância vital. [...] Se não houver, urgentemente, uma grande mobilização popular em torno de objetivos políticos bem concretos, que signifiquem a retomada dos avanços conseguidos com a Campanha das Diretas, corremos o grave risco de um retrocesso. A Constituinte é hoje, o desaguadouro natural dessa nova mobilização pela democracia. **Se for desmoralizada e marginalizada, como parece ser o propósito da grande imprensa**, a insatisfação popular nesse vazio de política, poderá ser usada pelos que querem voltar atrás. (DCPV 11/1987, p.13-14. Grifos nossos.)

Esta fonte nos permite, agora, abrir um pequeno parêntese explicativo sobre a importância que estes Centros Ecumênicos geralmente ligados ou ao menos iniciados pela Igreja Católica tiveram no processo constituinte, bem como em diversas fases da história política brasileira.

À época do Golpe Militar, a Igreja encontra-se dividida quanto às propostas de reformas de base de João Goulart. Com o Regime Militar de 1964 crescem os conflitos entre Igreja e Estado, porém, a partir de 1968, com o AI-5, a violência cresce, inclusive chegando a assassinar alguns padres e bispos, o que favorece a uma ruptura entre estes. A partir de então, a Igreja começa a atuar em setores populares, com as comunidades eclesiais de base. Esta guinada de posição da Igreja tem tudo a ver com as idéias inspiradas na Teologia da Libertação, que vinculava o compromisso cristão com a luta por justiça social e também com os abusos contra a ordem jurídica e os direitos humanos cometidos pela Ditadura Militar, o que leva a Igreja a se engajar fortemente na luta pela redemocratização, ao lado de outras entidades de esquerda ou consideradas "progressistas".

Após a Ditadura, ao longo dos anos 80 e 90, a Teologia da Libertação começa a perder força e perde muito de sua influência, muito se deve também ao crescimento Renovação Carismática Católica, uma outra ala da Igreja, com pensamentos muito distintos da Teologia

da Libertação, surgida nos EUA. Em oposição à politização da Teologia da Libertação, a Renovação Carismática Católica, busca, ao contrário da TL, uma renovação das práticas do catolicismo e prega uma despolitização e confere ênfase numa experiência pessoal com Deus, retirando o caráter coletivo e de solidariedade de outrora.

Enquanto a Igreja oficialmente mantinha-se em apoio aos militares no início da ditadura, este parâmetro passa a mudar a partir de alguns fatores concatenados: começam a ser assassinados, perseguidos e torturados alguns padres e bispos; surge através do Concílio Vaticano II a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação pode ser considerada como um movimento cristão de teologia política que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo aplicados às condições econômicas, políticas ou sociais que podem causar injustiças. Para muitos, ela é uma interpretação da fé cristã através do sofrimento dos pobres e também uma crítica da sociedade e da fé católica pela visão dos mesmos. Outros a descrevem ainda como "marxismo cristianizado", isto porque o surgimento da Teologia da Libertação na América Latina se deve principalmente à situação política dos países deste continente, sendo que a TL surgiu especificamente quando a maioria destes passava por seus regimes ditatoriais e também em um contexto de desenvolvimento do marxismo nas ciências sociais.

O Concílio do Vaticano II, de 1962-1965, já citado anteriormente, também foi importante no surgimento da TL, pois esta reunião tinha o objetivo de buscar o diálogo da Igreja com o mundo moderno.

Segundo José de Souza Martins em exposição feita no seminário "Igreja e questão agrária", no Rio de Janeiro, em 1983 e transcrita no livro "Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República" (1986), é preciso, antes que se comece uma análise sobre a atuação da Igreja, uma distinção entre Igreja institucional e Igrejas particulares, ou seja, atuações particularizadas de grupos como o da Teologia da Libertação. Isto porque, segundo ele: "examinando o conjunto da situação nesses vinte anos, nota-se dois grandes momentos na relação entre a Igreja e o Estado [...]: há um primeiro momento de expectativa, de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de concepções e de posições", isto porque, como dito, no início a Igreja apoiou o governo militar e, especificamente na questão da terra, tema de investigação de Martins, a Igreja ainda mantinha uma linha de defesa dos direitos do homem e entre esses, defendia o direito à propriedade privada, mas, a partir de 1963, ela passa a compreender que a propriedade privada pode ter várias formas e, especificamente no Brasil,

ela é inaugurada pela Lei de Terras de 1850, o que garantiu ao longo de todos estes anos o monopólio de classe sobre a propriedade fundiária. Neste sentido, "em 1963, a Igreja, que era uma intransigente defensora da propriedade, da intocabilidade da propriedade, acaba aceitando, num documento pastoral da CNBB, que afinal não era tão mau que houvesse desapropriações territoriais" (MARTINS, 1986, p. 59). A partir daí até 1968, quando começa a haver o rompimento mais declarado entre Igreja e Estado, inaugura-se o segundo momento "que é de conflito cada vez mais agudo, de dificuldades e de tensões muito graves nas relações entre Igreja e Estado, tendo como centro o problema da terra, suas variações e conseqüências" (MARTINS, 1986, p. 58).

Em relação à Igreja, o que se nota é que ela muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas. [...] Acho que o fato de que nesse período não tenha acontecido praticamente nada e tenha havido um número muito pequeno de desapropriações por interesse social, ao lado de uma quase que escandalosa política de expansão do capitalismo no campo, de empresarialização da agricultura, fez com que se acumulassem tensões muito graves, que acabaram envolvendo a Igreja. Até 1973, sobretudo entre 1968 e 1973, há prisões de bispos, padres e agentes de pastoral. [...] A verdade é que quando começam a mexer com padres e com bispos; quando o Estado situa a sua relação com a Igreja em termos que não são novos; {a medida que recrudesce o conflito entre Igreja e Estado, o problema da terra passa a ter importância. (MARTINS, 1986, p. 67)

Mas não só na questão da terra e reforma agrária, mas nas discussões sobre a Constituinte e ao longo de toda a década de 80 a Igreja, mesmo com a Teologia da Libertação perdendo forças progressivamente, continua atuante. Não se pode negar, por exemplo, que muito do que é o PT desde seu nascimento, vem das CEBs da Igreja, muitos de seus militantes saíram desta militância de Igreja também. E o que significou o PT na década de 80 no Brasil se não o partido que realmente defendeu os interesses da classe trabalhadora através de seus parlamentares na Constituinte, nas lutas da Diretas Já e demais movimentos desta década?

Leôncio Martins Rodrigues em seu artigo "As tendências políticas na formação das centrais sindicais" publicado no livro "O sindicalismo brasileiro na década de 80" ainda exalta a importância da Igreja no final da década de 70 e que acabou, claramente, influenciando posteriormente na década de 80 a formação e o impulso de crescimento dos sindicatos e da mobilização sindical:

[...] Mas o dado novo, que viria alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, foi a "esquerdização" do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista. Desse ponto de vista, é importante ressaltar, o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária, sob inspiração da Teologia da Libertação, e seu esforço no sentido de aproximar os

movimentos populares do movimento sindical. Com isso, o bairro tornou-se também um local de articulação operária. Muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias consideradas excessivamente moderadas ou pelegas, induzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábrica, etc.)

Se notarmos bem nos documentos que foram citados neste trabalho a quantidade deles que são da Igreja ou que a citam como locais de reuniões, de recolhimento de assinaturas, etc., do trabalho dos Centros Ecumênicos como o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), da CPT e demais pastorais, etc é bastante expressiva.

É bem verdade que, como citamos em um documento anterior das mulheres que buscavam pautar a questão do aborto na Constituinte, veremos que esta questão específica esbarra em princípios da Igreja, o que acabou gerando polêmica e até divergências no movimento de uma forma geral, mas a posição da Igreja progressista, ligadas aos movimentos de base, às pastorais e à Teologia da Libertação foi, sem dúvida alguma, de grande serventia aos movimentos sociais na Constituinte.

O documento "Jornal DIAP – Informativo 03" (DCPV 14/1987) de 08 de maio de 1987 de circulação nacional é um informativo de 7 páginas que informa inicialmente que

[...] pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro o movimento sindical chega a uma proposta unitária sobre o Direito do Trabalho e Servidor Público. A proposta, coordenada pelo DIAP a nível suprapartidária contou com o apoio e participação de assessores e dirigentes das 3 centrais sindicais (CUT, CGT e USI), das 9 confederações nacionais de trabalho, e de mais 9 entidades nacionais representantes do funcionalismo público. (DCPV 14/1987, p.1)

O Boletim "Notícias da Constituinte" de abril de 1987, produzido pelo Plenário Pró-Participação popular na Constituinte do Amapá começa dizendo da "brecha que a ANC abriu para a participação popular" e explica sobre as 30 mil assinaturas e outras informações básicas como a necessidade de se andar sempre com o título de eleitor, que é necessário o número para assinar as emendas, que cada pessoa só pode assinar 3 destas, que é necessário também o endereço do assinante. Informa ainda que a comissão está escolhendo quais serão as 3 propostas que darão mais enfoque no estado do Amapá. E pede: "Não deixe de cumprir sua obrigação cívica e defenda seu direito de exigir da Constituinte a lei que você acha mais justa para o país" (DCPV 17/1987, p. 1). Em seguida há um texto que traz informes gerais de como estão sendo os trabalhos na ANC e informa a correlação de forças dos relatores nas subcomissões, bem como explicar a função específica destes:

Cada grupo (são chamados de comissões) escolheu seu presidente e relator. O PFL e o PDS ficaram com os cargos de presidentes, que não têm praticamente importância. O PMDB ficou com os cargos de relatores. O cargo de relator é muito importante, porque dele depende a proposta de redação do assunto em discussão no grupo. (DCPV 17/1987, p. 2)

E então explica que: "É este o momento de fazer chegar nossas propostas até a Constituinte. Mas atenção, quem pode fazer isto são somente as entidades representativas, como sindicatos, associações de moradores, etc" (DCPV 17/1987, p.2).

Em seguida há uma apresentação de como tem se dado a atuação dos deputados daquele estado no Congresso: "Achamos muito importante comunicar para todos como estão trabalhando os nossos deputados em Brasília, em qual grupo de trabalho eles estão e quais as propostas que eles estão apresentando para a nova Constituição" (DCPV 17/1987, p. 3).

Por fim, na última página do documento há a relatoria de como têm sido as atividades da entidade no último mês, que incluem reuniões e assembleias regionais ou nacionais, debates, confecção de materiais, etc.

Tivemos acesso para esta pesquisa a algumas unidades das publicações desta mesma entidade (Plenário Pró-Participação popular na Constituinte do Amapá), porém, não em ordem cronológica e nem com todas as edições completas. Portanto, após a análise do n

º 3 deste boletim, partiremos agora para a análise da edição de nº 6 de julho de 1987. A capa do documento já diz: "11000 assinaturas no Amapá!" para, na página seguinte informar: "Terminou o tempo da coleta de assinaturas para as propostas populares. Aqui no Amapá, foram dois meses de muito trabalho, de vários grupos e pessoas. Foi realizado realmente um grande mutirão: estamos de parabéns! Os resultados compensaram o esforço. Enfim, valeu! Valeu trabalhar, assinar, participar" (DCPV 18/1987, p. 2). Em seguida são dados informes sobre como foi a coleta de assinaturas em cada região do estado e, em seguida:

Agora, todas as assinaturas recolhidas, serão entregues, no dia 12 de agosto, em Brasília, com caravanas de todo o Brasil. Será um momento histórico, pois, pela primeira vez, o povo estará participando ativamente da Constituinte. Nós vamos continuar vigilantes, informando a todos sobre os trabalhos em Brasília e denunciando os deputados que votaram contra nossos interesses, como estamos fazendo já neste boletim. (DCPV 18/1987, p.3)

Vimos acima, portanto, a importância das caravanas a Brasília de que Michiles nos falava para estes movimentos. Assim como em outros documentos, este também apresenta um quadro que diz "votaram com ou contra o povo" com os nomes dos parlamentares.

O que podemos apreender de todo este processo é que, mesmo com recursos extremamente reduzidos, com problemas que iam desde ordem financeira até mesmo à própria falta de organização de alguns movimentos, a comunicação popular, nesta disputa desigual de hegemonia perante o processo constituinte brasileiro de 1987, cumpriu um papel importantíssimo, pois era através dela que se difundiam informações, que se formava e informava a população de lugares muitas vezes longínquos que necessitavam estar integradas com outros movimentos no Brasil inteiro para que pudessem fazer valer as 30 mil assinaturas para cada proposta de iniciativa popular, mas que, mais do que isso, através desta comunicação popular, que poderiam, efetivamente, fazer dela um caráter militante, uma atuação orgânica destes intelectuais também orgânicos.

Com todas essas pressões que vimos no tópico anterior, o 1º anteprojeto, chamado de Cabral I, foi o mais avançado em direitos democráticos e sociais, o que seria posteriormente mudado:

Entre junho e novembro, as pressões cruzadas das diversas classes e frações fizeram o texto ser modificado em diversos aspectos, com a inclusão e a supressão de emendas, predominando uma tentativa de acomodação com os interesses conservadores, apesar da resistência das forças de esquerda. Esta perspectiva foi resultado da intensificação das pressões do campo conservador, do governo e do bloco no poder sobre a Constituinte, apesar do predomínio da dispersão dos esforços e iniciativas que levou à explicitação da tutela militar. (MACIEL, 2008, p. 260)

Porém, não há como negar que este texto do 1º anteprojeto, graças a mobilização popular trouxe, por exemplo: a criação da estabilidade no emprego limitando a demissão à falta grave do empregado; pelo projeto, vários direitos já existentes seriam incorporados à Constituição e/ou ampliados, como o 13º salário, pago com base no salário de dezembro; as férias anuais pagas em dobro; o repouso semanal remunerado; o seguro-desemprego; o salário-família, etc. Além disso, a jornada semanal de trabalho foi reduzida para 40 horas, a hora extra foi proibida, o salário-mínimo foi unificado nacionalmente, a licença-maternidade foi ampliada de 90 para 120 dias, os direitos trabalhistas tornaram-se imprescritíveis, podendo ser reivindicados na Justiça do Trabalho a qualquer momento, a locação de mão-de-obra foi proibida e as convenções coletivas de trabalho passaram a ser reconhecidas, sendo a negociação coletiva obrigatória, foram criadas a participação dos trabalhadores nos lucros e ações das empresas e a presença de representantes dos trabalhadores nos órgãos da administração direta e indireta e nas empresas concessionárias de serviços públicos.

Mas, como veremos no capítulo a seguir, estes avanços não foram mantidos por muito tempo, estava por vir um duro golpe da direita organizada, o “Golpe do Centrão”.

Capítulo 03

Da formação e Golpe do Centrão¹⁴ à promulgação da nova Constituição (1987-1988)

Após tratarmos nos capítulos anteriores de como se deu a transição política brasileira da Ditadura à Nova República, as lutas das classes subalternas por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e, posteriormente, quando esta proposta foi derrotada pelas reformas de 1985 que proclamou a vitória do Congresso Constituinte e, depois, a vitória dos movimentos sociais no regimento interno deste e suas intervenções nas subcomissões com as emendas populares e pressões sobre a relatoria e o 1º anteprojeto, veremos, agora, como a direita reagiu a essa primeira vitória das classes subalternas e como foi a luta contra a reação conservadora e pela defesa das conquistas já inseridas no anteprojeto da Constituição até a promulgação desta.

3.1. A crise política e a formação do Centrão: a aprovação do novo regimento interno da Constituinte

Sarney, desde sua posse, como soubemos no capítulo anterior, sempre esteve um tanto quanto isolado dentro do seu próprio governo à princípio, tendo em vista que até mesmo para sua posse, quem negociou não foi ele. Nas primeiras semanas, enquanto Tancredo ainda estava internado, também não, foi Ulysses quem dava as ordens. Com o passar do tempo, Ulysses, por seus interesses próprios de futura candidatura foi se colocando como um entrave para que Sarney governasse do jeito que queria, mas, contudo, com o passar dos anos, Sarney foi fazendo mais aliados dentro de sua base governista, já que a situação dentro do PMDB era instável devido às constantes divisões ocasionadas por esta disputa entre ele e Ulysses. Ainda durante o Plano Cruzado Sarney já tinha se livrado da tutela peemedebista, afinal, o esteio dele sempre foi os militares, já que com o colapso do Cruzado em 1987, ficava mais clara a sua desvinculação com o PMDB e seu alinhamento com as frações do grande capital (MACIEL, 2008, p. 206). O Cruzado serviu para garantir maioria conservadora no Congresso, mas seu colapso estava previsto. Com isso em janeiro e fevereiro o governo tomou medidas

¹⁴O termo “Golpe do Centrão” foi cunhado pelo historiador David Maciel em sua tese de Doutorado defendida em 2008 na Universidade Federal de Goiás chamada “De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise”.

para desaquecer a demanda chegando a gerar recessão e queda nas vendas, pois, segundo David Maciel:

[...] se combinaram queda da renda salarial, aumento dos juros, restrição às importações, elevação dos preços, além de maior redução de novos investimentos externos. Ou seja, o que o Cruzado ainda tinha de positivo, o crescimento econômico, já não havia mais. As implicações políticas disto logo se manifestaram, levando à queda da equipe econômica e a uma nova crise entre Sarney e o PMDB. (MACIEL, 2008, p. 206)

Diante da crise do colapso do Cruzado, a tentativa de implementação de novos planos econômicos, trocas ministeriais, Sarney buscou se legitimar, então, com as forças cesaristas, ou seja, ligadas à Ditadura Militar, que lhe garantiram a posse, e não mais ao seu próprio partido. Procurou também se fortalecer junto às frações do grande capital, abandonou de vez a equipe econômica do Cruzado, e partiu também para seu fortalecimento junto ao Congresso Constituinte, afinal, Sarney precisava garantir governabilidade e, mais do que isso, o que ele queria mesmo era garantir que seu mandato seria de acordo com o que ele tinha pensado: seis anos e presidencialismo. Ele acabou negociando em torno de cinco anos, mas não abria mão das outras prerrogativas.

Neste sentido, na busca de formar uma base sólida de parlamentares que legitimasse seu governo na tentativa de sair da crise que estava instalada, ele começou a pensar e articular o Centrão, que é resultado dessas intenções de Sarney e também dos interesses da direita, dos setores da institucionalidade reformada que, para além desta questão primordial para o presidente de mandato e forma de governo, também viam com o andar da Constituinte muitos direitos aos trabalhadores sendo incorporados e precisavam se unir e lutar contra isso. Assim, uniu-se o útil ao agradável aos olhos da direita: Sarney precisava se legitimar, a direita precisava garantir seus privilégios e os dois queriam garantir que a institucionalidade ficasse mais ou menos como já estavam, como tinham traçado desde o início da transição; precisavam garantir que a institucionalidade autoritária fosse apenas reformada, sem perdas para os setores do bloco no poder, o que quer dizer, em outras palavras, sem ganhos às classes subalternas, com o controle conservador e fisiológico dos setores da direita. É este o sentido e o motivo, o mote inicial que uniu Sarney, direita e, porque não dizer, seus aparelhos privados de hegemonia, como no caso de nossa análise, a grande mídia, em torno do Centrão.

Neste plano de recomposição de sua base política, Sarney, em meio aos debates Constituintes, crise econômica, lançamento de planos e mais planos econômicos que nunca apresentavam soluções definitivas para problemas mais graves da população e muito menos para o fim da inflação, movimentos sociais, sindicatos, greves (1800 só no ano de 1987!) e

manifestações à pleno vigor, Sarney começa a dança das cadeiras ministeriais tirando e colocando outros no lugar em vários ministérios. Talvez, destas trocas em ministérios, a que tenha sido mais significativa foi a saída de Bresser Pereira e a entrada de Mailson da Nobrega, no importante Ministério da Fazenda, isto porque Bresser ainda fazia parte do grupo dos que dentro do PMDB ainda se pautavam pela intervenção do Estado, ou seja, teses intervencionistas, nacionalistas e desenvolvimentistas, enquanto Mailson já marcava que a orientação neoliberal seria adotada como política do governo, no início de forma tímida, mas, posteriormente, de forma definitiva. Essa definição também fazia parte do rol de questões que Sarney e o Centrão deveriam tratar na Constituinte.

Assim, após vários avanços à custa de muita mobilização da classe trabalhadora, como vimos no capítulo anterior, a primeira relatoria, o primeiro anteprojeto, apresentavam avanços significativos que, especialmente a partir de outubro de 1987 começam a serem atacados pelo campo conservador, que se recompôs na Constituinte graças à ação concatenada de entidades da direita (que veremos com maior detalhe a seguir) e governo.

A crise a qual nos referimos, além da questão da legitimidade de Sarney como já falamos, também tinha em seu bojo questões de cunho econômico, se levarmos em conta que o Plano Bresser Pereira foi lançado em junho de 1987, através de Decretos-Lei, pelo então Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira (que assumiu este Ministério em abril de 1987 em meio à crise do Cruzado) em mais uma tentativa de controlar a inflação. Se considerarmos que apenas um mês após a posse de Sarney a inflação já atingia níveis de 23,21% e esta chegou a 4000% ao ano no fim de seu mandato como vimos, iremos perceber que todas as tentativas de planos econômicos deste governo tinham este objetivo em comum: o controle da inflação. O Plano Bresser é considerado um plano econômico de emergência, onde se congelaram os preços, os aluguéis, os salários e instituiu a URP (Unidade de Referência de Preços) para reajuste de preços e salários. Neste momento, o déficit público também já havia atingido 7,2% do PIB e, com o intuito de diminuir este déficit foram tomadas medidas como desativação do gatilho salarial, aumento de tributos, eliminação de subsídios como do trigo, por exemplo, e adiamento de mega-obras que estavam planejadas (a Ferrovia Norte-Sul, por exemplo). Neste contexto, as relações com o FMI voltaram, e a moratória foi suspensa. Mesmo assim, a inflação atingiu 366% em 1987, o que levou ao pedido de demissão do Ministro Bresser Pereira em dezembro de 87 e substituição por Mailson da Nóbrega em janeiro de 88.

Outra questão internacional importante de se salientar neste momento é que a partir da crise do México em 1982, o Governo norte americano começou a marcar em cima dos países credores do 3º mundo, principalmente México, Brasil e Argentina. Para voltar os empréstimos, o Governo norte americano exigiu a abertura econômica, fim da lei de informática, privatização e adotar políticas neoliberais para flexibilizar as negociações. Bresser Pereira tinha proposta diferente da do FMI e um dos motivos deles ter caído é este. A proposta dele era de pagar a dívida com desconto de 20%. Os outros 80% dividir e fazer virar dívida interna (títulos de Estado). Neste momento ainda não havia unidade entre as classes dominantes¹⁵ sobre a abertura comercial e sobre privatização de estatais. É com Mailson da Nóbrega (88-89) que começa a guinada neoliberal do governo Sarney com corte de investimentos nas estatais, com gastos sociais e com funcionalismo público, por exemplo. A preocupação constante da burguesia com a dívida fez com que migrasse de endurecimento contra a dívida para total submissão durante o Governo Sarney e, para esta submissão, deveriam adotar teses neoliberais. Para isso, Sarney precisava contar não só com seus aliados em ministérios, mas também, parlamentares, ou seja, o Centrão, um grupo de mais de 300 parlamentares de direita, a maioria deles ligados ao PMDB, PFL, PDS e demais partidos ligados às forças conservadoras, que fazem parte de uma reação conservadora da qual participaram as entidades das classes dominantes que trataremos com maiores detalhes posteriormente.

Na Constituinte, de Cabral I e seus avanços à Cabral III, muitos direitos já tinham sido negociados. Se lembrarmos de como era o funcionamento da Constituinte, portanto, onde as propostas eram sistematizadas depois passava em plenário, onde poderiam ser propostas emendas, sabemos que até aí mesmo tendo a maioria, a direita não conseguiu unidade nas votações. Esta unidade veio apenas com a formação do Centrão, conforme nos indica Maciel:

Do Cabral I ao Cabral III, o princípio da estabilidade no emprego foi transformado em garantia contra a demissão imotivada; a jornada de trabalho foi aumentada de 40 para 44 horas semanais; o pagamento em dobro das férias caiu para o acréscimo de apenas 1/3; a licença-paternidade caiu de dez para cinco dias; a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas caiu para dois anos após o término do contrato de trabalho; a hora extra foi restabelecida, com pagamento em dobro; o princípio da unicidade sindical foi restabelecido plenamente, com a possibilidade de existência de apenas um sindicato por categoria na base territorial (JD, 1987c. op. cit. MACIEL, 2008, p. 261).

¹⁵Sobre esta falta de unidade que pode ocorrer historicamente nas classes dominantes que não tem unidade, Gramsci chama de crise de hegemonia (GRAMSCI, 2006, Caderno III, p. 37). Esta crise de hegemonia pode ou não evoluir para uma chamada crise revolucionária, que é quando não se tem unidade nas classes dominantes, mas tem-se nas classes subalternas. No Brasil chegou-se apenas até a crise de hegemonia e não na revolucionária, pois logo, no final dos anos 80, a hegemonia nas classes dominantes foi restaurada, com pressões do FMI e adesão às teses neoliberais.

E qual seria a tática da direita para isso? O governo enviou, então, para a Constituinte um projeto de Constituição bem mais conservador até que o projeto da relatoria de Cabral III, este projeto passou a orientar o Centrão no sentido da reversão das conquistas sociais, democráticas e trabalhistas obtidas até então. Conforme o calendário da Constituinte, a fase seguinte àquela altura, novembro de 1987, era de votação em plenário do anteprojeto constitucional, onde novas emendas podiam ser apresentadas, desde que aceitas pela Comissão de Sistematização e aprovadas pela maioria absoluta dos constituintes, ou então, prevalecia o texto do anteprojeto que estava circulando até então. Se assim fosse, o Centrão teria que fazer esforços muito grandes para mobilizar e convencer seus parlamentares a comparecer às votações de todas as emendas substitutivas, que seria quase impossível, então, qual era a “única” saída encontrada pela direita? Golpe!

Em poucas palavras, o Golpe do Centrão foi conseguir aprovar um novo regimento interno, quando a coisa já estava para lá de avançada, era isto ou, como alguns chegavam a defender “zerar” a Constituição, em total desrespeito à população que se mobilizou e à própria organização que estava vigente na organização daqueles trabalhos desde sua instalação. Mas, como desde o começo eles tinham maioria e só não tinham conseguido intervir mais até então porque ainda não tinham conseguido sua unidade (agora conseguida via Sarney e também pelo medo de uma Constituição que abolisse a institucionalidade autoritária, já que Sarney tinha os militares como seu esteio, e de uma eleição presidencial que tivesse Lula e Brizola como favoritos, num momento de intensas mobilizações sociais) porque a tática da esquerda houvera sido acertada quanto à divisão das subcomissões para intervenções temáticas, como vimos anteriormente. Então, se eles tinham maioria, foi fácil fazer passar em votação em janeiro de 1988 com 280 votos a mudança do regimento interno. Após este golpe, a credibilidade da população em relação à Constituinte caiu bastante, mas os militantes dos movimentos sociais ainda tentavam difundir a idéia de que ainda poderiam tentar garantir os direitos que havia, a tanto custo, conseguido até então, como veremos a seguir nas fontes do período.

Michiles, autor de “Cidadão Constituinte” e militante à época, lembra que as caravanas à Brasília que foram tão importantes e válidas no contexto da mobilização popular para suas emendas, sofreram um choque e uma mudança após o Golpe do Centrão, que chegou até a fechar as portas do Congresso para a população que até então poderia acompanhar as votações de forma aberta:

[...] [as caravanas foram] válidas mesmo quando se teve que encontrar saídas de última hora para enfrentar esquemas freqüentes de repressão à presença popular no Congresso, que, ao longo e sobretudo **a partir do Centrão, foram barrando as portas de entrada**, dificultando a circulação no interior da casa, burocratizando o acesso a credenciais para a ocupação de galerias. (MICHILES, 1989, p. 75. Grifos nossos.)

O golpe, portanto, a mudança no regimento protocolada pelo Centrão deu a cada constituinte o direito de apresentar até quatro emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, relativas não só a alteração no texto, mas em qualquer ponto e qualquer hora, seja em títulos, capítulos, etc. e se essas emendas tivessem maioria nas votações, poderiam substituir o texto do anteprojeto, se não, também o anteprojeto iria de novo à votação, necessitando de 280 votos para ser aprovado, ou seja, costuraram tudo para que as emendas populares não tivessem chance de sobressaírem na relatoria do anteprojeto da Comissão de Sistematização que já estava pronto.

Após este golpe restou à esquerda tentar negociar as conquistas que, pensavam, estavam garantidas, pois, caso contrário, perderiam todas. E foi isso que fizeram. O Centrão nesta fase aparentou, para muitos, não ter mais o mesmo vigor de antes, mas tinha e teve até o final, mas teve, ele também, que negociar.

Se de um lado os movimentos sociais se organizaram da forma como puderam, na maioria das vezes com imensas dificuldades, até mesmo financeiras, o mesmo não podemos dizer "do outro lado da moeda", ou seja, a direita, que ao longo do processo constituinte, inicialmente não se organizou efetivamente para isto especificamente mas que, já antes da eleição do Congresso Constituinte começava a se articular para intervir fortemente neste meio. A pauta de convocação da Assembléia não era deles. Como vimos, a maioria das entidades que a reivindicavam eram de esquerda, mas, tendo sido convocado e se necessitando de uma nova ordem constitucional, que esta fosse, nas palavras das forças conservadoras, "sem grandes surpresas".

Na década de 80 começam a se articular organizações de assessoria empresarial e aglutinação política que fugiam dos moldes tradicionais até então impostos a este tipo de organização. Eles começaram a se organizar não só em partidos eleitorais, mas, sim, em centros de estudos e pesquisas, em associações patronais e demais entidades que tinham como objetivo uma atualização ideológica do empresariado. E foi através destas organizações, junto ao Centrão, que a direita conseguiu golpear e definir rumos na constituinte que os

trabalhadores tanto lutaram para que existisse e, posteriormente, para que tivessem pautas que os contemplasse.

Se em "Cidadão Constituinte" os autores nos informam a respeito do que foi chamado "lobby popular", um mecanismo de pressão legítimo que só contava efetivamente com a mobilização popular para tal, deste lado, temos o lobby em seu sentido estrito: com altas quantias monetárias envolvidas na compra de influências, mas não só disso viveu o Centrão e as entidades que o articularam, havia também um trabalho de pregação e conquista ideológica.

Uma dessas principais entidades era o Centro Empresarial de Estudos Econômicos e Sociais (CEES) que atuava principalmente no Rio de Janeiro e tinha como principal objetivo político naquele momento de projetar um candidato que fosse "de confiança" para sucessão de Brizola no governo do Rio de Janeiro. E este candidato de confiança poderia sair de qualquer partido que fosse, desde que este contasse com a ajuda deste grupo para "assessorá-lo". Entre as pessoas envolvidas neste grupo existia até um assessor especial do presidente Sarney: Célio Borja, além de demais empresários, que, posteriormente, também atuaram na Constituinte (DREIFUSS, 1989).

Se antes, no capítulo anterior, estávamos falando de iniciativas de entidades de base, associações de moradores, sindicatos, etc., que muitas vezes não tinham condições sequer para fotocopiar seus materiais de divulgação, agora, estamos, literalmente, falando "do outro lado", estamos agora falando de grupos de empresários, banqueiros e, como veremos a seguir, até militares envolvidos, com grande poderio econômico e dispostos a usar parte de suas fortunas na eleição de "pessoas de confiança", ou seja, pessoas que cumpram os ditames do capital, que sejam o braço político no Congresso e nos governos regionais e nacionais responsáveis por fazer valer nessas instâncias aquilo que fosse necessário para os lucros de suas empresas, para a implementação de planos e modelos econômicos que os favoreçam. Para tal, precisam destas entidades, precisam desta *intelligentsia* que os assessor, que mapeie, que estude, que façam uso até mesmo de aparelhos de última tecnologia para fornecer dados para sua atuação. O CEES era uma dessas entidades com caráter aparentemente de centro de estudos, mas que não faziam pesquisas e nem estudos desinteressados. Eram pesquisas e estudos direcionados para o capital (DREIFUSS, 1989).

Mas não só centro de estudos eram criados para este tipo de "assessoria". Muitas vezes eram associações no mesmo estilo que a esquerda também fazia, agrupamentos de pessoas

que se reuniam para discussões e formulações de táticas e estratégias para tomada de poder em várias instâncias. A estes grupos, Dreifuss nomeou de "pivôs político-ideológicos" no livro "O Jogo da Direita" (1989). Falaremos de forma a fornecer uma caracterização sintética destes principais pivôs que atuaram junto à direita no processo constituinte, pois é através deles que entenderemos como a influência destes sob o Centrão se deu, como o lobby foi organizado para garantir seus interesses.

Certos quadros dirigentes do empresariado começaram um esforço persistente para reativar ou criar organizações empresariais, tendo em vista a necessidade de continuar a influir nas decisões do governo (só que numa situação pluralista e de jogo aberto) e de **preparar-se para enfrentar os desafios da futura Assembléia Nacional Constituinte - um ponto crucial**. Neste contexto, a intenção dos empresários com maior visão política era de criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação patronal, isto é: não só envolvidas com análise, consultoria e lobby, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista. Pretendia-se, que funcionassem como instâncias das quais uma formação política mais ampla - uma classe, um bloco, uma coligação de forças, à qual pertencem e, em última instância, orientam, estimulam - fosse capaz de retirar sua referência ao alterar posições e modificar a sua situação na correlação de forças. Enfim, como pivôs de poder e ação política. (DREIFUSS, 1989, p. 49. Grifos nossos.)

Houve outras entidades e pessoas que se reuniam em caráter regional como, por exemplo o Seminário Nordeste: Ação Empresarial e Política, que ocorreu em 1986 com a presença de diversos grandes empresários da região e que, entre outras coisas, considerava o lobby como "instrumento legítimo de pressão sobre os centros de decisão política".

As principais entidades e/ou organizações da direita que iremos destacar sobre sua ação na Constituinte são: CEDES (Centro de Estudos e Debates Econômicos e Sociais), Instituto Liberal, União Brasileira de Empresários (UB), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), União Sindical Independente (USI), União Democrática Ruralista (UDR), Fórum Informal, Movimento Democrático Urbano (MDU), Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN) e União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD).

A Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES) começou a funcionar em 1980, mas só expandiu suas atividades em 1983, devido ao "quadro econômico político e social considerado alarmante" que começava a se projetar naquele contexto. A Assembléia Nacional Constituinte também era motivo de preocupação desta entidade: "Tendo em vista a escolha de representantes à futura Assembléia Nacional Constituinte, a Cedes intensificaria sua ação política" (DREIFUSS, 1989, p. 50). Para o empresariado reunido na Cedes, a

conjunção - durante o ano de 1986 - de eleições e crise econômico-política era motivo de profunda preocupação. Ou, como diria, na época, o ministro Antônio Delfim Netto, que também foi figura exponencial no antigo regime e que participava desta entidade, "por muito menos, nós colocamos o João Goulart para correr" (DREIFUSS, 1989, p. 50).

Delfim era figura central neste grupo, por suas pretensões de ser eleito para a Constituinte e levar consigo um grupo forte que lhe desse apoio e respaldo lá dentro. Neste intuito, ele reuniu uma lista com 30 nomes que ele desejava eleger junto com ele e distribuiu a grandes empresários brasileiros pedindo apoio financeiro a estes. E esta campanha foi milionária! Delfim conseguiu ter, junto aos seus aliados, a quantia de 40 milhões de cruzados disponíveis somente para a campanha. Este grupo formado era chamado de "Delfim boys". Porém, na hora de definir a entidade, os membros desta a definiam como grupo de "atividades acadêmicas" baseadas em um "apoliticismo absoluto". Este discurso, porém, não convencia muito, tanto é que seu presidente Renato Ticoulat Filho, latifundiário, ex presidente da Sociedade Rural Brasileira, declarou em 1986 que o objetivo desta era "unir o empresário no sentido de demonstrar que o neoliberalismo não é um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social, como mostra o exemplo norte-americano" (DREIFUSS, 1989, p. 52). Ora, se demonstrar a viabilidade do neoliberalismo era um de seus objetivos principais, como dizer que esta não se tratava de uma entidade com intencionalidades claramente políticas? Ele ainda completa que a entidade estaria engajada em provar este ponto de vista na ANC, numa "profícua batalha ideológica" e que, para isto, estavam, nas palavras do mesmo, "criando uma consciência de classe". Mais uma vez vemos o caráter político-ideológico pretensamente negado, mas facilmente identificável neste grupo.

Se o objetivo deles era fazer a batalha ideológica na Constituinte, nada mais óbvio que buscar eleger seus representantes, portanto, os "Delfim boys". De acordo com Dreifuss:

A estratégia de formação de um bloco parlamentar ajustava-se perfeitamente à série de encontros que a Cedes passou a promover, regularmente no ano de 1986. [...] Ali, um grupo de 20 dirigentes de grandes empresas vinha debatendo "a salvo de ouvidos indiscretos, um único assunto: a Constituinte". **A composição da futura Assembléia Nacional Constituinte era, aos olhos do empresariado, muito mais importante do que a eleição presidencial**, nessa época um tanto indefinida, até porque, para eles, o mandato de Sarney era questão fechada em torno dos seis anos. Como parte de sua campanha, a Cedes organizou um encontro em 1986 que produziu uma sofisticada análise neoliberal da situação e dos rumos da economia latino-americana, a cargo de renomados economistas do mundo empresarial. (DREIFUSS, 1989, p. 53. Grifos nossos.)

Além destes encontros citados, a Cedes organizou ainda em 1986 outro evento que chamou mais atenção: reuniram-se em Brasília mais de 140 lideranças empresariais, além de economistas, cientistas político em hotel de Guarujá-SP para tratar abertamente da questão "financiamento de candidatos e a arregimentação de forças para o confronto" da Constituinte. E, neste mesmo intuito neoliberal da Cedes, estes chegaram a contar até mesmo com declarações de apoio de membros do governo, como Marco Maciel.

Em um dos encontros da Cedes começaram a distribuir panfletos que diziam "A constituinte é problema seu!". Em outro, chegaram a fazer contas e concluíram que o setor empresarial conseguiria "facilmente" eleger 100 representantes das forças urbanas e 40 da área rural, totalizando 140 parlamentares comprometidos com a implementação definitiva do neoliberalismo no Brasil através da batalha ideológica na Constituinte. Esta era a meta deste grupo.

Outro grupo importante deste período é o Instituto Liberal. Este, porém, tem um caráter um pouco diferente do anterior, pois trabalhavam em uma perspectiva de longo e médio prazo no plano ideológico, propagandístico e de arregimentação política, e não só em viagens a Brasília ou no burburinho das eleições, o IL se ocupou da edição de livros e da promoção de conferências de personalidades nacionais e estrangeiras. Os membros deste instituto na maioria das vezes faziam parte de outros, já que este se trata de "um esforço de reflexão e aglutinação ideológica do empresariado" que era definido por sua direção como "uma organização litero-cultural voltada para atividades políticas". A atuação do Instituto Liberal, portanto, é aquela estritamente ideológica que deu suporte a todos os demais grupos da direita que falaremos neste trabalho, através de suas publicações de livros, cartilhas e, durante o período da Constituinte, até histórias em quadrinhos com personagens da Turma da Mônica tratando sobre o tema.

A União Brasileira de Empresários foi uma das pioneiras a se preparar para a batalha da Constituinte, ainda em 1985, quando já demonstravam que "a conquista do voto se tornava o novo empreendimento empresarial". Em junho de 1985 "o deputado Maurílio Ferreira de Lima já denunciava que estava sendo organizada uma 'caixinha' de 4,5 trilhões de cruzeiros para eleger pelo menos 300 candidatos que defendessem as posições do empresariado na Constituinte". Enquanto uns achavam absurda esta idéia de 'caixinha', outros, como Afif Domingos e Paulo Maluf "não viam nada de condenável no fato de um grupo de empresários

financiarem candidatos com os quais se identificavam". Em Belo Horizonte, o presidente da Associação Comercial, Hiram Reis, membro da UB, preferia falar em "apoio logístico" aos candidatos que abraçassem os "compromissos filosóficos" da entidade que ele dirigia (DREIFUSS, 1989, p. 58-59). Segundo Dreifuss (1989), um de seus líderes chegou a declarar no Jornal do Brasil em fevereiro de 1986 que:

[...] depois que a Nova República legalizou a CUT e a CGT, não haveria problemas para fundar a UB. E mais: que o inimigo comum - as esquerdas - assim como a luta de todos - a Constituinte - ajudariam a consolidar esta frente de operações, neutralizando as última resistências ao projeto, um velho sonho do patronato brasileiro. (DREIFUSS, 1989, p. 63)

Em ação parecida com que os movimentos sociais ligados à classe trabalhadora faziam, estes também tinham uma "carta de princípios" que eram os compromissos que determinado candidato assumia com o empresariado em troca de seu apoio. E, enquanto os movimentos sociais tinham dificuldades até mesmo na distribuição de seus materiais de divulgação, os membros da UB não contavam com este mesmo problema, pelo contrário, como veremos na citação a seguir, eles tinham e usaram muito o poder que exerciam sob a grande mídia e espaços na televisão, por exemplo:

E para quebrar a apatia empresarial, Amaury Temporal, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, chegou a convocar alguns membros da entidade, ligados à área de propaganda, instando-os a definirem uma estratégia mercadológica, para recolher dinheiro entre os membros da entidade a utilizá-lo em **iniciativas ligadas ao debate em torno da Constituinte - inclusive seminários, através da TV Executiva, atingindo 50 cidades**. Temporal justificava a movimentação política dos organizadores da campanha "Liberdade Sempre" - nome dado ao esforço de chacoalhar o empresariado e de causar um impacto positivo nos formadores de opinião pública e nos tomadores de decisões - com uma frase significativa: "O empresário precisa parar de falar para o espelho". Como parte desta campanha, a Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil, também presidida por Temporal, enviou carta de princípios aos membros do Executivo, do Congresso, à presidência da República e aos governadores; **inseriu anúncios pagos nos meios de comunicação; distribuiu 100 mil folhetos; expôs 100 mil cartazes; espalhou mil cópias em videocassete, narrando fatos relevantes envolvendo a participação dos empresários na história política e econômica do país**. (DREIFUSS, 1989, p. 59-60. Grifos nossos)

A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) foi o pivô político estabelecido pelo setor financeiro em favor da livre iniciativa e da redução da presença do estado na economia. O lançamento desta foi na Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, em dezembro de 1985 e, naquele momento, "a CNF preparava-se para enfrentar as organizações de trabalhadores e outros segmentos da vida política, em um ano em que as demissões em massa, no setor bancário, já atingiam 10% do contingente total" (DREIFUSS, 1989, p. 57). A CNF, como todas, não deixava também de pautar a ANC. Além de suas

tentativas de assegurar diretrizes governamentais que atendessem aos interesses do setor e reduzissem a presença da máquina estatal na economia, avançando no processo de privatização, a CNF também fez esforços para assegurar que a Assembléia Nacional Constituinte tivesse entre seus membros um número substancial de delegados que respondessem aos anseios do setor financeiro (DREIFUSS, 1989, p. 57). Porém, a atuação da CNF foi somente após a eleição, quando o perfil dos parlamentares já estava bem definido e poder-se-ia fazer o lobby do setor financeiro, que se preocupava com as possibilidades estatizantes da economia.

Uma entidade interessante de se noticiar neste contexto é a USI (União Sindical Independente) que se trata não de uma entidade patronal, mas de uma entidade pretensamente dos trabalhadores, mas que estava em concordância direta com o empresariado e fazia, no campo sindical, uma "oposição conservadora interna", incentivada e patrocinada por estes. A USI foi criada em 1985 e um ano depois de sua fundação já contava com 450 sindicatos filiados. O compromisso explícito desta entidade era "o combate ao comunismo e a toda ideologia estranha ao sindicalismo com seu lema 'Deus, Propriedade Privada e Livre Empresa'" (DREIFUSS, 1989, p. 66). Além da USI, os empresários mantinham lideranças chamadas comumente de "pelegas" que faziam a guerra interna à CGT e principalmente à CUT. Além disso, havia o Instituto Cultural do Trabalho, entidade com alta verba anual vinda da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais, do inglês American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations, conhecida por sua sigla AFL-CIO, é a maior central operária dos Estados Unidos e Canadá. Formada em 1955 pela fusão da AFL (1886) com a CIO (1935). É composta por 54 federações nacionais e internacionais de sindicatos dos Estados Unidos e do Canadá que juntos representam mais de 10 milhões de trabalhadores) e que se propõe "ao desenvolvimento de um movimento sindical livre, independente e apartidário". Vemos aqui, então, que além de se organizarem entre si, a direita também tinha seus braços no movimento sindical, junto aos trabalhadores, tentando retirar das lideranças de esquerda a disputa ideológica de caráter classista da relação patrão-empregado, pregando o cooperativismo.

O Fórum Informal surgiu em março de 1987 em São Paulo. Sua função era atuar como uma espécie de salvaguarda que era dado por eles fora da Constituinte, enquanto a UB atuava na Constituinte. Participavam desta entidade: os presidentes do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Paulo Queiroz); Federação das Indústrias

do Estado de São Paulo (Mário Amato); Bolsa de Valores de São Paulo (Eduardo Rocha Azevedo); Federação do Comércio de São Paulo (Abram Szajman); Federação e Agricultura do Estado de São Paulo (Fábio Meirelles); Sociedade Rural Brasileira (Fábio Telles de Menezes); Associação Comercial de São Paulo (Romeu Trussardi Filho); e Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Sul e Centro-Oeste (Benedito Dario Ferraz).

Como espaço de discussão destinado a uniformizar idéias e ações do empresariado, não só reunia o grosso dos industriais, banqueiros e produtores rurais paulistas, mas **enfrentava em seu estado a maior concentração operária do país**. O Fórum, portanto, era obrigado a cuidar não só da proeminência paulista entre as elites do país e das relações do conjunto mais poderoso da economia nacional com o governo, mas da movimentação sindical mais intensa e organizada no meio urbano. **Enquanto a UB era o foro de articulação na questão da Constituinte, o Fórum Informal era o órgão e espaço de articulação para questões extra Constituinte** e até para enfrentar o governo sobre temas de interesse do empresariado. E retirava da órbita política mais ampla e da possível influência sob a Constituinte as reivindicações operárias e sindicais, ao levar a discussão para âmbitos paralelos e distanciados. **A questão sindical e trabalhista era esvaziada como foco de pressão sobre a Constituinte e sobre o governo, separando-se as questões imediatas (econômicas, sociais, sindicais e políticas) numa lateral do campo**. Desta forma, neutralizava-se a possível junção de tópicos restritos com globais, evitando-se o desgaste com o governo e da própria **UB, que passavam a ter espaço livre para cuidar do Congresso**. O Fórum era também o encarregado de negociações e vínculos com o 'sindicalismo de resultados' nas questões imediatas - como os reajustes salariais através da URP. (DREIFUSS, 1989, p. 124. Grifos nossos.)

Talvez uma das entidades cuja atuação fosse mais impactante tenha sido a UDR. Entidade nova, surgida em maio de 1985, a UDR nasceu com a proposta de ser alternativa às tradicionais associações de proprietários rurais. Mas somente na sua forma de organização esta entidade se propõe nova, pois a sua atuação comportava objetivos retrógrados e métodos violentos para fazer valer o que eles chamavam de "verdadeira política agrícola" para o país e contra as tentativas de desapropriação de terras para fins de reforma agrária no Brasil. Seus líderes mais expoentes eram Ronaldo Caiado, Altair Veloso e Salvador Sidney Farina, todos, obviamente, pecuaristas. Naquele momento, a concentração de terra no país tinha números alarmantes, que eles buscavam manter: "os dez maiores proprietários de terras no Brasil dispõem de uma área de 16.789.000 hectares, dos quais apenas 534 mil recebem alguma utilização produtiva. O restante, de 15.200.000 hectares, era mantido como 'reserva de valor'" (DREIFUSS, 1989, p. 70).

O que a UDR constatava era a desunião dos proprietários de terras e criadores de gado diante das ameaças representadas pela reforma agrária. Caiado, que também era o presidente da UDR Goiás, instava os proprietários rurais à participação política. A UDR também dirigia

críticas ao governo e à Igreja progressista. Caiado, no discurso de posse, advertia que a realidade brasileira impunha uma opção:

“Ou criamos instituições democráticas que, na medida do possível, façam com que a sociedade caminhe por si própria, fundada em princípios de eficiência, credibilidade e competência, ou assistiremos à esquerda radical, travestida de democrática, usar temas como a reforma agrária, para fomentar o desentendimento entre as classes do produtor e do trabalhador rural e, ao mesmo tempo, desestabilizar o regime e comprometer o Plano Cruzado”. Propugnando uma sociedade organizada que procuraria suprir e amparar as necessidades mínimas de seus cidadãos, assumindo maiores responsabilidades sociais, ressalva que “isto jamais poderá ser promovido permitindo-se que esta máquina estatal, a pretexto de expansão de seus ônus sociais, sonegue ou usurpe liberdades e direitos fundamentais, muito em especial o direito de propriedade”. E frisava que “os fazendeiros não admitem é que a fatura dos erros acumulados todos esses anos, somados com os vícios de tecnocratas de gabinete, tenha de ser resgatada de uma só vez e precisamente pela classe produtora rural, exatamente a que mais produz e que politicamente tem menor e mais dispersa representação. (DREIFUSS, 1989, p. 71)

Apesar de terem já um número significativo de parlamentares que eram fazendeiros, segundo o próprio Caiado e demais líderes da entidade: “Nós da UDR, não temos sustentação política no Congresso, apesar de mais da metade dos deputados e senadores serem fazendeiros”, eles entendiam que estes parlamentares não defendiam as causas dos proprietários rurais com afinco, acabando por votar “propostas eleitoreiras” e, para reverter este quadro, foi estabelecida como meta da entidade organizar-se em todo o país o mais rápido possível com o intuito de participar das eleições para o Congresso e obter uma representação significativa na Assembléia Constituinte. Para tal, vemos, mais uma vez, a importância da comunicação:

Como parte do seu esforço propagandístico, **a UDR iniciou a luta por um programa semanal de televisão, em cadeia nacional**, onde procuraria mostrar aos produtores rurais a necessidade de ‘participarem ativamente do momento democrático que o país vive’. Além disso, tentaria orientá-los a escolherem ‘os homens certos, defensores da livre iniciativa e, principalmente, do direito inalienável da propriedade privada. (DREIFUSS, 1989, p. 71. Grifos nossos.)

A UDR era uma entidade que, segundo seus membros, se nutria do trabalho de base. “O grande trunfo, no início do trabalho político da UDR, foi, no entender de seus líderes, que ‘em momento algum’ foram realizadas reuniões nas capitais ou em grandes salões. Ao contrário: seus dirigentes foram “ao campo mesmo”, não fazendo “entidades de cúpula” e “trabalhando as bases” (DREIFUSS, 1989, p. 73). Ela contava com sessões ou núcleos municipais, uma direção estadual que, por sua vez, alimenta a direção nacional.

Em sua atuação inicial ainda no ano de 1985, a UDR conseguiu sua primeira vitória ao atacar o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Governo Sarney, juntamente com as

instituições que dele participavam. A UDR acusou o governo de estar ouvindo apenas entidades que “não produzem”, que “não sabem diferenciar um pé de trigo de um pé de arroz” e, neste entrave, disparava suas críticas até mesmo à Igreja Católica, não só no Brasil, mas remetendo-se até ao papa que, segundo eles, deveria ter uma “assessoria de cardeais brasileiros para lhe dizer que a reforma agrária no Brasil se faz com justiça, e não com pressão da igreja” (DREIFUSS, 1989, p. 78). Com toda essa atuação, a questão da reforma agrária foi jogada para ser decidida na Constituinte, e eles se preparavam mais ainda para atuar também naquele momento.

A segunda vitória significativa da UDR foi na ocasião do congelamento de preços no Cruzado, que falamos no capítulo anterior. Esta ficou conhecida como “episódio do Boi Gordo”. Segundo os pecuaristas, o congelamento acabou por congelar preços que “não poderiam ser mantidos”, pois, segundo eles, congelou-se em valores de fim de safra, quando o boi atinge sua menor cotação. Sentindo-se prejudicados, pecuaristas, governo e até a Polícia Federal entraram num verdadeiro jogo de “esconde-esconde”, onde um alegava que não havia mais bois no pasto, recusando-se a fornecer carne à população e, nessa chantagem, quem acabou cedendo foi o governo, já que açougues começaram a ser fechados no Brasil inteiro por falta de estoque de carne.

A terceira vitória da UDR é que nos ateremos:

A terceira ação vitoriosa da UDR foi a eleição de constituintes, governadores e deputados estaduais “confiáveis”. Como parte de sua política classista, a entidade foi capaz de mobilizar sua fantástica estrutura, que na época contava com cerca de 50 mil filiados em 55 núcleos, procurando obter uma **significativa presença política no Congresso**, assim como nas legislaturas estaduais. (DREIFUSS, 1989, p. 81-82. Grifos nossos.)

Este esforço para eleição de Constituintes incluía o apoio a parlamentares de qualquer partido, com exceção do PT e PCB que eram expressamente vetadas pela entidade, desde que esses entendessem “que o direito de propriedade deveria ser mantido como estava na velha Constituição”.

Outra entidade era o MDU, Movimento Democrático Urbano, nasce como crítica ao governo já em um período em que os debates da Constituinte estavam avançados e esta denunciava que muitas entidades de direita estavam aderindo ao “peleguismo” e se exaurindo. Defendiam que era preciso que a direita se assumisse “como direita mesmo” e deixasse isso claro em suas ações. O MDU forma, junto à UDR um importante eixo político de direita na

Constituinte, uma representando o urbano e o outro rural. Enquanto eixos principais da entidade eram, além do combate à corrupção, segundo Rocha Azevedo, um dos fundadores da entidade e empresário:

[...] livre iniciativa: o direito de propriedade; "o restabelecimento da competitividade e da eficiência na vida econômica brasileira"; a "geração de novos empregos, independente do clientelismo do Estado", e, concomitantemente, a não-ingrência do Estado na economia. E ainda ressaltava a necessidade do Brasil se firmar como um país de capitalismo moderno, com a privatização das empresas públicas", condenando "este capitalismo selvagem que ainda perdura". O empresário propunha "um capitalismo com a participação do trabalhador e com a disseminação da propriedade, seja do Estado, seja da iniciativa privada". A seu ver, não seria um modelo "de direita verde-oliva". E assim, a plataforma do MDU foi elaborada por um grupo de pensadores e cientistas políticos e sociais, economistas, empresários e profissionais liberais, **entre os quais Homero Isaco Sanchez, ex-diretor da Rede Globo e especialista em marketing e opinião pública**, e Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. (DREIFUSS, 1989, p. 150. Grifos nossos.)

Como o MDU era um movimento urbano, deveria, obrigatoriamente lidar com os sindicatos e com as CEBs, Comunidades Eclesiais de Base e, sobre isto, Caiado recomendava: "Você tem que arrebentar com as CEBs. Foi isso que fizemos com as CPTs. Hoje, nós damos de dez a zero nelas" (DREIFUSS, 1989, p. 153).

Após essa caracterização individualizada das principais entidades e organizações da direita que atuavam no período do processo constituinte de 1987-1988 no Brasil, partiremos agora para ver como estas, concatenadas ou não, atuaram na Constituinte.

Essas entidades conseguiram constituir aquele que estamos citando há algum tempo sem de fato caracterizá-lo melhor: o grupo do Centrão, que correspondia ao ariete do setores de direita na Constituinte. Eram parlamentares que haviam se comprometido em defender os posicionamentos destes no Congresso e fazer suas pautas serem encaminhadas. Tudo isso, é claro, com uma pressão baseada majoritariamente no lobby.

O Centrão foi constituído além dessas entidades, também pelo próprio governo Sarney, como forma de garantir uma base governista confiável, principalmente diante das divisões do PMDB. Um dos eixos fundamentais da formação deste grupo foi a manutenção do presidencialismo e a defesa da proposta de cinco anos de mandato para Sarney. As associações empresariais apoiaram, obviamente, pois era um grupo conservador, mas haviam divergências a respeito da opção presidencialista e mesmo dos cinco anos para Sarney, como veremos com maiores detalhes a seguir.

Assim que o Centrão começou a se articular e atuar de forma mais efetiva no Congresso, suspeitas de que estaria sendo articulado um movimento conspiratório, de raízes ainda imprecisas, mas situadas, evidentemente, à direita foram levantadas por alguns governadores. Segundo Dreifuss:

O esforço de modelamento de opinião pública e congressional era tão evidente que o então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, acusou a UB e a UDR de articularem a desestabilização da Constituinte, 'até pela via do ridículo'. E acrescentou que as duas entidades faziam um discurso de 'nuances golpistas', visando, por força de manobras, a produção de uma Carta conservadora que colocaria o Brasil em 'em risco de desintegração e sujeito a golpe de direita'. (DREIFUSS, 1989, p. 183)

De fato tanto a UB quanto a UDR assumiram papéis marcantes, talvez mais do que as demais entidades no intuito de adequação da Constituinte aos seus interesses. Na ocasião de lançamento da UB, por exemplo, todos ali presentes receberam listas com nomes e telefones dos gabinetes de todos os parlamentares Constituintes para que pudessem manter uma relação a fim de exercer pressão sobre estes em relação a diversos temas de interesse daqueles empresários. Nesta pasta existiam informações e orientações para atuação na entidade e elas também serviriam de base para atuações junto à opinião pública, onde podemos perceber claramente o papel da grande mídia, como nos indica Drefuss: **"[...] com o desencadeamento de uma ofensiva através da mídia. A campanha pela televisão, jornais, revistas, emissoras de rádio e publicações específicas foi intensa e eficiente na montagem"** (DREIFUSS. 1989, p. 183. Grifos nossos).

A UB e a UDR em ações concatenadas sempre atuaram juntas na Constituinte, merecendo, inclusive, até elogios por parte de Delfim Netto que afirmara que "um novo país nascia da ascendência da UB sobre a CNI e da UDR sobre a CNA", já que, em sua interpretação, as novas organizações empresariais representavam avanços na luta para desestatizar a economia.

O empresariado tanto urbano quanto o rural elegeram duas 'áreas-problemas' que deveriam ser enfrentadas na batalha da Constituinte: a ordem social e a ordem econômica. Para enfrentá-las, atribuíram a tática de "orientar e dar apoio logístico" politicamente ao Centrão e ganhar também a opinião pública. Em relação à questão social, pode-se dizer que o temores destes eram, sobretudo, em relação à mudanças nos direitos dos trabalhadores, pois, pelo projeto da Comissão de Sistematização, os trabalhadores rurais passavam a ter direitos trabalhistas e previdenciários iguais aos dos trabalhadores urbanos; os trabalhadores só

podiam ser demitidos por falta grave ou por justa causa; as horas extras seriam pagas em dobro; a duração máxima da semana de trabalho passaria a ser de 44 horas (e não 48); o trabalhador poderia reclamar na justiça os direitos trabalhistas relativos a todo o período que trabalhou na empresa (e não somente os dos dois últimos anos de serviço); o período de licença da gestante passava a ser de 120 dias (e não de 90) a partir do parto; toda a intermediação de trabalho permanente ficava impedida, anulando-se, com isso, a base legal para a existência de 'gatos'. Além disso, o Estado não mais poderia interferir ou intervir em sindicatos, cuja criação, funcionamento ou extinção passariam a ser assuntos privativos de assembleias dos trabalhadores (e não mais dependendo da autorização do Ministério do Trabalho ou sujeitos à intervenção estatal); a greve seria livre para todas as categorias profissionais, sem restrições e sem julgamento de legalidade por tribunais; e as empresas com mais de 50 trabalhadores deveriam ter, no mínimo, 10% de empregados com mais de 45 anos de idade (DREIFUSS, 1989, p.185).

Então, diante de todas essas possibilidades de avanços nos direitos dos trabalhadores, a ofensiva da direita foi forte, conforme podemos perceber no relato de Dreifuss:

Em torno da questão da estabilidade no emprego, a UB, junto com organizações setoriais e regionais, deslanchou uma de suas mais impressionantes campanhas de pressão e **ação propagandística, cujo símbolo foi um anúncio publicados nos jornais (sugestivamente intitulado de "Alerta à Nação") e alguns clipes de televisão.** O empresariado de cada estado passou a exercer pressão individual juntos aos respectivos parlamentares, com manifestações regionais nos municípios de cada deputado e na própria Constituinte. A campanha incluiu advertências e sugestões, até culminar em novo anúncio dos empresários do Rio de Janeiro, sob o título 'Por uma Constituição Livre como a Livre Iniciativa', assinado por todas as associações e agremiações sindicais e políticas do empresariado fluminense. Nas últimas linhas, havia um recado de poucas palavras para bons entendedores: "A estes representantes do povo, hoje, o nosso reconhecimento. Amanhã, a nossa avaliação". (DREIFUSS, 1989, p. 188. Grifos nossos.)

Porém, na questão da estabilidade, o empresariado perdeu e foi neste contexto que membros PNBE e do MCRN sugeriu publicamente a suspensão dos trabalhos da Constituinte e renúncia imediata de Sarney. Estes afirmavam que a situação política do país estava descontrolada e por isso pediam a convocação mais rápida possível de nova eleição presidencial e de nova Constituinte.

Declarações deste tipo e como a de Murilo Mendes, da Construtora Mendes Júnior que chegou a afirmar que "uma Constituinte boa pode não resolver os nossos problemas, mas um texto ruim atrapalha um bocado", foram sendo cada vez mais frequentes entre o empresariado, produtores rurais aliados à direita. Até mesmo representantes de multinacionais começaram a

dar seus palpites quanto à Constituinte, como no caso do embaixador dos Estados Unidos Harry Schlaudermann que, em reunião com representantes de diversas multinacionais aqui instaladas pediu que estes ficassem atentos à nova Constituição que, segundo ele, "pendia mais do que o desejado para a esquerda. No encontro, ele chegou a propor que dali partissem fileiras lobistas para batalhar a favor dos interesses americanos" (DREIFUSS, 1989, p. 191).

Também em relação aos grandes proprietários de terras haviam queixas numerosas em relação ao encaminhamento dado pela Comissão de Sistematização à questão agrária. "Eram muitas as questões em pauta e o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, previa uma 'convulsão' no país, caso a Constituinte aprovasse a imissão imediata da posse de terra, no capítulo da Reforma Agrária". Outro representante da entidade, Kit Abdala, presidente regional da UDR no sudoeste do Paraná chegou a declarar que "se isto for aprovado, será mais uma lei a ser desrespeitada neste país". Caiado, acompanhado de 19 dirigentes regionais da entidade, chegou a ameaçar os parlamentares, em agosto de 87, com uma reação nacional dos produtores rurais (DREIFUSS, 1989, p. 194).

O texto de Bernardo Cabral acabou recebendo e aceitando duas emendas populares propostas pela Contag e pela CUT. Tal questão fez com que líderes da UDR ficassem se sentindo traídos pelo grupo do Centrão e ameaçaram, mais uma vez, pela voz de Ronaldo Caiado: "Vocês vão ver a partir de agora a maior mobilização já feita na história deste país. Vou peregrinar de norte a sul, de leste a oeste. Não perderei mais tempo no Congresso. Vou para a base. Não tem sentido continuar produzindo na terra, enquanto essa esquerdinha de boutique que estatizar o campo" (DREIFUSS, 1989, p. 195).

Apesar de todo o alarde feito pela direita sobre a Constituição indesejável que estava se formando, sabe-se que as esquerdas só conseguiram aprovar 24% das emendas apresentadas, enquanto que o PMDB e os partidos mais conservadores, componentes do Centrão, garantiram, respectivamente, 50% e 47%. Mesmo assim, as diversas associações, agremiações e lobbies empresariais passaram a cogitar a opção de rejeitar *in totum*, no plenário da Constituinte o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização ou de enfrentar, artigo por artigo, todos os itens considerados fundamentais, exercendo sobre o plenário um trabalho de convencimento. Para a primeira opção teria que levar em conta o inevitável o desgaste perante a opinião pública e as dificuldades de se juntar o 'bloco dos insatisfeitos' que reuniria parlamentares de várias tendência. A segunda opção também se mostrava onerosa, já

que a maioria de 280 para cada item não estaria assegurada automaticamente. Mas ganharam tempo para definir suas táticas quando o consultor geral da República, Saulo Ramos, ofereceu um anteprojeto completo de Constituição, como ponto de partida para a articulação do Centrão (DREIFUSS, 1989, p. 195).

Neste momento, algumas diferenças de táticas e opiniões das entidades acima citadas começam a aparecer de forma irremediável, assim, começam, então, a buscar formas alternativas de pressão. Portanto, havia que concatenar a direção, o sentido, as metas e recursos, para potencializar o seu resultado. E nisto, a presença da UB seria crucial. Enquanto os deputados afinados com as teses do empresariado arregimentavam apoio para o Centrão, os empresários juntavam dinheiro para a ofensiva final na Constituinte, num total que seria estimado em cinco milhões de dólares. A questão ficou mais entre Centrão e UB, portanto, enquanto a UDR também continuava fazendo suas articulações à sua maneira, uma maneira que nem sempre agradava os empresários urbanos que muitas vezes deixaram claro que não queriam ser confundidos com os métodos explicitamente violentos da UDR.

Neste momento, todos os pivôs políticos, mas, principalmente a UDR, começam a usar não só o lobby, mas também a deixar que parlamentares viajassem de seus estados para Brasília nos jatinhos particulares que a entidade tinha. Quando questionados a respeito disso, diziam que a única preocupação deles era que "as pessoas pudessem vir a Brasília votar". Porém, não só isso faria parte da ação, mas também, como sempre fez parte das manobras da direita, ação propagandística para tentar convencer também a população. Enquanto os pivôs político ideológicos cuidavam desta parte, o Centrão se reunia para discutir forma de começar efetivamente seu golpe.

A concatenação dos pivôs políticos ideológicos da direita tinha um caráter de emergência para "se reverter o quadro da Constituinte" e, para isto, eles elegeriam os principais temas que precisavam ser mudados; todos eles da comissões de ordem social e econômica, como: a manutenção da economia de mercado, a desestatização, o livre comércio, a eliminação de barreiras ao capital estrangeiro, a rejeição das medidas aprovadas para a área sindical, uma reorientação da política agrária e outros (DREIFUSS, 1989, p. 197).

Porém, para que o golpe que a direita estava planejando junto ao Centrão desse certo, primeiramente, ele teria que passar por uma mudança no próprio regimento, no próprio funcionamento da Constituinte. Outros passos teriam que ser dados, mas este era o mais

importante, pois foi a partir daí que realmente começou o famoso Golpe do Centrão. Foi a partir deste golpe ao regimento interno que a direita teve condição de continuar articulando outros golpes até o final da Constituinte e revertendo o quadro que até então estava mais favorável à classe trabalhadora. Portanto, era quase obrigatória em sua tática a mudança de regimento interno da Constituinte, que passaria a exigir a ratificação das questões aprovadas por maioria de 280 votos, abrindo o espaço para a apresentação de emendas, substitutivos e destaques da direita. Outra questão também seria “resolver por fora” a questão do mandato presidencial e do tipo de regime, que dividiam o Centrão. Isso também significou a reestruturação do Centrão, com a implantação de assessorias de cunho administrativo, jurídico e de divulgação. Segundo Dreifuss: “Assim, foram criadas mais de 100 funções para os 327 deputados e senadores que haviam assinado o documento que os transformou em pretenseiro das teses de direita” (DREIFUSS, 1989, p. 197).

A ofensiva e a preocupação com esta etapa da Constituinte era tão grande por parte da direita, que seus principais líderes acabaram “morando” em Brasília durante este período. Assim como a esquerda fazia análises do que estava acontecendo no Congresso e enviava as demais militantes, a direita também começou a fazer análises diárias do que acontecia no Congresso. Para tal, inventaram até uma classificação indicativa que mostrava “de que lado estava cada um dos parlamentares”. Além da pressão dos que estavam fazendo “plantão em Brasília” havia também a dos líderes regionais que foram orientados a se dirigirem tanto aos que já eram historicamente adeptos às teses da entidade quanto também os simpatizantes.

E, mesmo sendo em muito menor escala do que a direita, até mesmo pelas condições materiais, as publicações dos movimentos sociais começaram a incomodar lideranças como Ronaldo Caiado. Os outdoors e os informes que citavam nomes de parlamentares que haviam traído o povo foram também citados e ameaçados pelo líder da UDR, conforme nos mostra Dreifuss:

A intenção, segundo Caiado, era “reverter o quadro da Constituinte”, onde o líder uderista detectava “uma ação orquestrada e uma panfletagem nazifascista, patrocinadas por uma microminoria”. Para ele, esses grupos minoritários eram constituídos “pelos mesmos partidos e entidades que haviam espalhado cartazes pelo país, classificando como ‘inimigos do povo’ os constituintes que votaram contra as propostas defendidas pela esquerda”. E Caiado passou a centrar seus ataques no PT, na CUT e na Comissão Pastoral da Terra. “A falha foi nossa”, lamentou, “já que não estávamos dando contrapartida de apoio aos que nos apoiavam. [...] A meta da UDR era aprovar 18 itens no plenário da Constituinte. Entre eles, o artigo 218 do Capítulo da Ordem Econômica, que tratava do direito de propriedade rural e da função social

dos imóveis rurais, dois dos pontos mais caros à entidade (DREIFUSS, 1989, p. 209).

Porém, a direita sabia que, mesmo injetando muito dinheiro em seus intuitos no Congresso, eles precisariam também de ganhar e, principalmente, mostrar que eles também tinham a opinião pública ao seu lado. Para tal, não foram poupadas ações propagandísticas, ações concatenadas com a grande mídia, mas, também, surpreendentemente, levando pessoas pagas ou que sequer sabiam o que ali estavam fazendo para mostrarem que tinham também "força nas ruas" e convencer mais Constituintes a votarem com eles.

Como vimos e percebemos nas citações acima, a UDR acabou realizando ações concatenadas com outras entidades em determinados momentos, mas sempre agia muito sozinha também, com seus métodos mais "agressivos", muitas vezes rechaçados pelo empresariado urbano. Com a aprovação do texto do jeito que Caiado queria após votações, Ulysses Guimarães ainda ironizaria dizendo “O constituinte Ronaldo Caiado decidiu”. É que o líder uderrista, inteiramente à vontade, riscava de pauta de votação dos 559 parlamentares o texto que resultara de 80 horas de negociação (DREIFUSS, 1989, p. 211).

Após uma semana de discussões intensas e forte ação de convencimento dos constituintes *conserviológicos*, o Congresso decidiria que as terras produtivas, mesmo não cumprindo função social, não poderiam ser desapropriadas para efeito de reforma agrária. Nas pressões de última hora valeu tudo: visitas às casas dos parlamentares; telefonemas de deputados estaduais, prefeitos e vereadores; o empenho de membros do governo e ex-ministros; e, já com a sessão em andamento, o envio sugestivos bilhetinhos (DREIFUSS, 1989, p. 211).

Roberto Cardoso Alves, deputado federal pelo PMDB para elaborar a nova Constituição, destacou-se como principal articulador do Centrão, que garantiu, entre outras coisas, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Depois de promulgada a nova Constituição, o ministro Roberto Cardoso Alves foi convidado pelo presidente Sarney para ocupar a chefia do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, por sua vez, assim se pronunciou, a respeito da vitória: ‘Morreu. A terra produtiva é um santuário’. Era a forma delicada de dizer que a reforma agrária continuava sendo tabu e que a questão agrária servia de altar ao grande pacto social das elites urbanas e rurais. (DREIFUSS, 1989, p. 212).

Por fim, após várias e tensas negociações, chegou-se a um consenso em relação ao texto Constitucional. Após uma série de complicadas negociações entre o Centrão e os demais partidos, chegou-se a um acordo para iniciar a votação da Ordem Econômica. E dele, surgiu a fusão de um conjunto de emendas que resultaram num texto final, a meio caminho da

proposta do Centrão e da Sistematização. Veremos em tópicos seguintes deste trabalho como ficou, afinal, a nova Constituição brasileira.

E o texto final recebeu críticas até de Mailson da Nóbrega, à época, Ministro da Fazenda: “O texto não é tão bom quanto a proposta original do Centrão”. E acrescentou: “Mas pelo menos não joga o país no obscurantismo em relação ao papel do Estado e da criação de reservas injustificáveis” (DREIFUSS, 1989, p. 226).

Só que nem tudo saiu também como a direita queria. O Centrão cairia, sim, em um pouco de descrédito até mesmo entre os seus, visto que sua própria formação fez com que aumentasse a crise interna do PMDB, principalmente vinda as alas mais à esquerda deste partido, alguns chegaram a sair.

Por conta das negociações empreendidas pela esquerda, diversos direitos sociais passaram no 1º turno da votação. Segundo Maciel:

Entre fevereiro e junho, diversos direitos sociais foram aprovados com alterações, como a licença-maternidade de 120 dias, e não de 150 dias como alguns setores propunham; a licença-paternidade de apenas cinco dias, e não oito; a jornada de trabalho de 44 horas, e não de 40 horas; o pagamento das férias com 33% de acréscimo, e não com 100%; a penalização da demissão imotivada, com indenização a ser definida em lei ordinária, e não a estabilidade no emprego. A Emenda Lula, que restabelecia a estabilidade no emprego no texto constitucional, chegou a ir a votação, mas foi derrotada com 147 votos favoráveis contra 213 contrários; destes, nada menos que 114 eram do PMDB. O direito de propriedade foi garantido mediante cumprimento de sua função social, porém, em caso de desapropriação, a indenização deveria ser previamente paga em dinheiro, e não em títulos do governo; o direito de greve foi aprovado, mas sua aplicação nos chamados serviços essenciais passou a depender de legislação complementar, a ser definida posteriormente. O direito de greve do servidor público também foi remetido para legislação complementar, apesar de este ter conquistado o direito de associação sindical. Quando as forças de esquerda não quiseram negociar com o “Centrão” e colocaram suas emendas em votação, foram derrotadas, como no caso da estabilidade no emprego; do veto ao direito de intervenção das Forças Armadas na ordem interna; do fim pacífico para a atividade nuclear e do direito de desapropriação em terras produtivas que não cumprissem sua função social. Nesta última questão, graças à forte pressão exercida pela UDR, o “Centrão” conseguiu aprovar sua emenda sozinho, excluindo as terras produtivas da possibilidade de desapropriação (FSP, 1.7.1988; LOPES, 11.9.1988). Em outros pontos, as forças de esquerda conseguiram aprovar suas teses porque entre as frações do bloco no poder e no próprio “Centrão” não havia unanimidade em torno do tema. Nesta hora, o “Centrão” mostrou sua debilidade organizativa e seu perfil organicamente fisiológico e as entidades empresariais de ampla representatividade, como UB, Fiesp, CNI, SRB e UDR, não conseguiram manter sua unidade, pulverizando seus esforços entre inúmeros interesses corporativos localizados. As dissensões interburguesas e as contradições entre as diversas frações do capital foram decisivas para a vitória de propostas de cunho nacionalista e estatizante. (MACIEL, 2008, p. 277)

Para o segundo turno, a direita prometia vir forte, agora nem tanto se sustentando só no Centrão, mas com o lobby direto de suas organizações.

A questão do mandato do Sarney e duração deste que o presidente tanto se preocupava foi aprovado ainda em 1º turno, garantindo-lhe presidencialismo e cinco anos de mandato.

O medo que muitos tinham da pressão popular e do que isso acarretaria em suas futuras candidaturas fez com que ficassem na Constituição vários direitos à classe trabalhadora, mesmo com golpes, lobbies, etc.

3.2. A nova etapa da luta: a reação dos movimentos sociais à ofensiva conservadora

Após toda a luta que estamos demonstrando ao longo de todo este texto dos movimentos sociais por direitos na Constituinte e como isso se manifestava em sua comunicação popular, não poderia ser diferente neste momento crucial após o Golpe do Centrão e reta final para promulgação da Constituição. Vejamos, então, com as fontes, como foi esta reação.

A Comunicação Popular nesta reta final da Constituinte traz, por exemplo, o jornal "O povo na Constituinte", do Movimento Gaúcho da Constituinte, ligado ao Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). Analisaremos uma série de 10 exemplares deste mesmo jornal, isto devido a sua organização e periodicidade por nós acessada, mas que também porque nos mostra um quadro panorâmico acerca do debate da Constituinte na Comunicação Popular nesta reta final do processo. A edição de janeiro de 1988 faz um alerta quanto à possível tentativa de golpe da direita dizendo: "os últimos acontecimentos na ANC comprovam que pequenas conquistas a favor dos trabalhadores estão na mira dos detentores do poder econômico no nosso país" e indica que, por isso, era necessário "retomar com vigor a nossa luta para evitar que todo o esforço e trabalho do movimento popular, já desenvolvido, sejam desconsiderados por alguns setores minoritários da sociedade que, ao contrário de nós, mantêm o poder econômico", e que também era necessário "divulgar ao povo brasileiro quem são os verdadeiros traidores da classe trabalhadora". Para tal, eles indicam:

1 – Procure seu sindicato ou associação e proponha um ato de pressão em defesa dos interesses dos trabalhadores; 2 – Envie aerogramas, cartas e outras mensagens aos

deputados e senadores constituintes reivindicando seus direitos; 3 – Organize comitês de luta pelos direitos dos trabalhadores na Constituinte; 4 – Organize comissões para pressionar os constituintes nos aeroportos, nas cidades e nos bairros onde eles residem; 5 – Organize caravanas para ir a Brasília nos dias de votações dos temas mais importantes (DCPV 01/1988, p.1)

Ou seja, conforme vimos, os movimentos sociais ainda continuavam na perspectiva de continuar a luta, mesmo depois do golpe, só que agora para tentar garantir que alguns direitos que foram conquistados sejam assegurados. Os movimentos sociais tinham clareza do que era o Centrão e quais eram suas intenções de mudança do Regimento Interno ao indicar que:

[...] o Centrão encarregou-se de furar esse novo cronograma, emperrando o prosseguimento dos trabalhadores na ANC com o drama da mudança do Regimento Interno. Essa questão só foi resolvida no último dia 5 de janeiro, após 45 dias de discussões e desentendimentos que tiveram a finalidade de fazer as forças de direita ganharem tempo para se organizar melhor. Tanto é que foi aprovada na íntegra a proposta de Regimento do Centrão (DCPV 01/1988, p.2)

Posteriormente, na intenção de informar a população sobre o que estava acontecendo no Congresso e, sobretudo o que poderia acontecer após este golpe, explica:

O que muda com o novo Regimento Interno? Se falou muito do que o Anteprojeto de Constituição não é bem aquilo que o povo brasileiro esperava e necessitava, mas que é preciso reconhecer que neles estão incluídas conquistas populares significativas. Nas últimas semanas **os Meios de Comunicação estão tentando convencer a população de que as mudanças que o Centrão propõe não irão modificar muito o atual Anteprojeto**. Apenas uns 15% dos artigos seriam atingidos (cerca de 35 a 40 artigos do total de 271 do Anteprojeto). [...] Falando assim, em porcentagens, até que não parece tão fora do normal. Mas é preciso perguntar-se: **“Esses 15% de artigos que o Centrão quer mudar ou substituir, quais são do interesse de quem?”**. (DCPV 01/1988, p.2. Grifos nossos)

O documento explica ainda que este grupo "quer mexer apenas em questões polêmicas" e que "questões polêmicas para esse grupo, é tudo aquilo que não favorece ao grande capital: a estabilidade do emprego, a reforma agrária, hora extras pagas em dobro, a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas, etc." (DCPV 01/1988, p.2). E que, ao contrário do que afirma a grande mídia, de que esta mudança no Regimento, que na verdade é um golpe, mudaria sim o caráter da Constituinte e as lutas dos trabalhadores, pois: "15% dos artigos substituídos pode significar a eliminação de todas as conquistas conseguidas a suor e sangue pelo povo. É o que o Centrão quer e o que nós não podemos permitir que aconteça. E que acontecerá se não mobilizarmos" (DCPV 01/1988, p.2). Vemos aqui, portanto, claramente, a tentativa da Comunicação Popular de desmentir e explicar à população de que aquilo que é vinculado na grande mídia não corresponde à realidade. Mais uma vez, podemos perceber a batalhas das idéias entre essas duas formas de comunicação acontecendo, onde uma utiliza de padrões de manipulação, como o indicativo de porcentagens que iludem, enquanto a outra

tenta esclarecer o que são esses números de porcentagem e o que eles realmente representam para as lutas dos trabalhadores.

Em seguida, o mesmo documento responde afirmativamente à pergunta "O Centrão é direita mesmo?", após responder que sim, ainda alerta que "muitos constituintes, embora não inscritos na lista do Centrão, pensam dessa maneira. De modo que não podemos sequer pensar em deixar nossa mobilização cair. Seria nossa desgraça para os próximos 15 anos, pelo menos". E ainda diz que "o Centrão brasileiro pode ser qualquer coisa, menos Centro. Usam essa denominação para enganar ainda mais o povo que, em sua honesta ingenuidade, confunde “estar no Centro” como sinônimo de equilíbrio e bom senso; em exagerar para nenhum dos lados" (DCPV 01/1988, p.3).

O Centrão, é, sem sombra de dúvida, DIREITA. (...) Dos mais ou menos 280 Constituintes do Centrão, 162 são originários da ARENA e do PDS (...) Sabe-se que o Centrão está gastando muito dinheiro em publicidade tentando passar à população a imagem de que seus integrantes são moderados; de centro, mesmo. Afirmam que, radicais, teimosos e perigosos são os políticos dos pequenos partidos de Esquerda. Nessa conversa também não podemos cair! (DCPV 01/1988, p.3. Grifos presentes no documento.).

Por fim, afirma que, essa “virada de tapete” ocorreu porque o povo havia conseguido importantes conquistas, como a garantia de emprego contra as demissões imotivadas, a jornada de trabalho de 44 h, as horas extras a 100%, o fim da prescrição dos direitos trabalhistas, a aposentadoria integral e as eleições diretas em 1988. "Com a mudança do Regimento antes das votações decisivas no Plenário da Constituinte, o Centrão abriu caminho para derrubar todas essas conquistas. Foi um verdadeiro golpe contra os interesses da grande maioria do povo brasileiro" (DCPV 01/1988, p.3). E encerra dizendo: "A nossa proposta contra esses falsos representantes do povo só pode ser uma: denúncia de seus nomes à toda a população, especialmente onde têm as suas bases eleitorais" (DCPV 01/1988, p.4).

Outro jornal "O povo na Constituinte" desta mesma entidade (analisaremos uma série de dez edições deste mesmo jornal) também de janeiro de 1988 traz um calendário da Constituinte e explica:

A ANC continua trabalhando dentro do cronograma. Foi aprovado o novo Regimento Interno que o CENTRÃO QUERIA. Encerrou-se a etapa da entrega de Emendas. Das 2.045 Emendas, 29 são coletivas. Pelo novo Regimento Interno, Emendas coletivas, isto é com mais de 280 assinaturas, não poderão ser rejeitadas pelo Relator. Irão automaticamente para votação em Plenário e serão votadas com preferência antes de qualquer outra matéria. E, se não alcançarem os 280 votos necessários na primeira votação, terão a chance de uma segunda votação, 24 horas

depois. Percebe-se que o Centrão preparou muito bem as coisas para tentar sair vitorioso de qualquer forma (DCPV 02/1988, p.1. Grifos presentes no documento.).

Atentos à tênue relação entre Centrão e grande mídia, alerta: "O Centrão está ocupando todos os espaços que pode na grande imprensa" e também denuncia: "Há rumores de que alguns parlamentares do Centrão vêm cobrando algo como 300 mil cruzados para não dar quorum e 500 mil para comparecer e votar!" (DCPV 02/1988, p.2). E, mais uma vez, na tentativa de chamar a atenção da população para o que estava acontecendo e denunciar quem eram aqueles parlamentares daquele grupo, explica:

O Centrão são as forças mais identificadas com o regime de 1964. São as forças vinculadas ao grande empresariado urbano e rural, que não querem e não aceitam qualquer avanço democrático e social na Constituinte. O Centrão surgiu para tentar aprovar uma Constituição igual a de 1967 e até piorando algumas coisas. O Centrão também surgiu em função de alguns avanços conquistados nas Comissões temáticas e na Comissão de Sistematização, avanços parciais no terreno dos direitos sociais. Nós estamos aqui com as Emendas do Centrão e elas mostram claramente quais são seus objetivos. O Centrão veio para fazer no terreno da liberdade política uma Constituição de DIREITA; no terreno econômico, uma Constituição que negue qualquer direito à população trabalhadora (DCPV 02/1988, p.3. Grifos presentes no documento. Grifos presentes no documento.)

E orienta sobre o que se deve fazer contra este grupo:

Em primeiro lugar, o Movimento Popular deve DENUNCIAR; em todo lugar, em todas as divulgações o nome desse pessoal, como está votando e que é que estão fazendo. E, por último, o Movimento Sindical, o Movimento Popular e a sociedade devem organizar-se para reivindicar e para pressionar. Se a gente não criar um MOVIMENTO NACIONAL DE OPINIÃO PÚBLICA, DE DENUNCIA E MOBILIZAÇÃO, nós não vamos ter conquistas democráticas e sociais aprovadas na Comissão de Sistematização da Constituinte (DCPV 02/1988, p.4. Grifos presentes no documento.).

Já a edição deste mesmo jornal de fevereiro de 1988 já informa que: "a Constituinte está devagar. E tem muita gente interessada que continue devagar. Tem até aqueles que sugerem “ZERAR” o que foi feito até agora e começar tudo de novo; desde o começo. Que interesses se escondem atrás dessas manobras?". E continua o seu trabalho de denuncia dizendo "Centrão é a máscara atrás da qual se escondem os Constituintes da extrema direita conservadora, representando e defendendo interesses da grande burguesia nacional e multinacional". Alerta ainda para o fato de que "numa sociedade de classes, escandalosa e brutalmente desigual como no Brasil, há interesses muito fortes em jogo quando se trata de elaborar uma Constituição" (DCPV 03/1988, p.1).

Sobre a questão de financiamento de campanhas e lobbys diretos que vimos com maior clareza em Dreifuss no capítulo anterior, o documento também alerta: "Durante a

campanha eleitoral rolou muito dinheiro para financiar a campanha daqueles candidatos considerados de “confiança” da grande burguesia. Dos 559 constituintes eleitos, mais da metade são grandes proprietários de terras ou empresários em outras áreas” (DCPV 03/1988, p.1).

O movimento, através deste jornal, também reconhece que esse “engajamento tardio” da direita no processo Constituinte, teve um motivo: eles até então não tinha se atentado para o fato de que poderiam passar muitos direitos dos trabalhadores nesta e só com comissão de sistematização é que ficou claro que eles deveriam entrar neste que para a esquerda era um movimento e que para eles era um jogo:

Foi durante os trabalhos da Comissão de Sistematização que a direita começou a interferir mais direta e ostensivamente na orientação dos trabalhos Constituintes. A grande burguesia não gostou que a Sistematização tivesse incluído no Anteprojeto de Constituição 36 das 42 Emendas populares assinadas por mais de 12 milhões de brasileiros. A direita começou a agir. [...] Primeiro vieram as interferências indevidas do Procurador de República, Saulo Ramos. [...] Aliás, os empresários haviam-se reunido dias antes, em Brasília, criando a UBE (União Brasileira de Empresários), que, juntamente com a UDR, começaram a engordar uma “caixinha” com a finalidade de “convencer” Constituintes indecisos. [...] Começaram a distribuir favores e até **concessões de canais de rádio e televisão para atrair mais constituintes**. (DCPV 03/1988, p.2. Grifos nossos.)

Mas, segundo o documento, o período de glória do Centrão já estava acabando, eles mesmos estavam criando seus próprios meios para seu fiasco. Eles ocuparam o cenário político durante quase 3 meses, de novembro de 1987 a fevereiro de 1988. Neste período o eixo de poder se deslocou do Executivo para o Legislativo. Até mesmo o governo tão criticado de Sarney conseguiu se esconder neste período atrás da prepotência do Centrão, este, por sua vez, chegou a declarar publicamente o quanto estava gostando disso: “A vitória do Centrão foi o fato político mais importante de 1987. Parabéns, vocês criaram um país novo. Agora o país pode respirar aliviado” (DCPV 03/1988, p.2). Depois desta declaração vinda do próprio presidente da República, ainda veio o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto dizer que: “É natural que o Presidente prestigie as reivindicações provenientes de sua base política de sustentação”. Porém, essas declarações repercutiram tão mal na opinião pública que o Presidente Sarney, nesse mesmo dia, assina um decreto proibindo contratações no setor do funcionalismo público e requisitando uma verba de 2,6 bilhões de cruzados para veicular propaganda oficial com a finalidade de resgatar a confiança no governo e nas instituições.

Essas e outras declarações desastrosas marcaram, na visão destes movimentos sociais expressa nestes documentos, o início do fim do Centrão.

O tiro de misericórdia foi dado pelo "centrista" Daso Coimbra que, num desabafo aos repórteres disse que "muitos membros do Centrão exigiam vantagens para votar. Vazaram também notícias de que a “caixinha” que a UBE e UDR mantinham para “convencer” os Constituintes indecisos, estava operando “no vermelho”. Agora, o Centrão não é mais aquela maioria orgulhosa na ANC. (DCPV 03/1988, p.3)

Mas, mesmo assim, o movimento ainda continua firme e denunciando que: "hoje, pode não mais existir Centrão como maioria organizada. Mas os Constituintes que o integravam continuam lá. (...) Por isso fazemos novamente chamamento sobre a necessidade de não esfriarmos nossa mobilização. De todas as formas possíveis (DCPV 03/1988, p.3).

(...) Todos os avanços sociais conquistados na Comissão de Sistematização estão sob a ameaça da força reacionária no país representada pelo “Centrão”. (...) o “Centrão” hoje já tem o repúdio da opinião pública e em todos os Estados estão sendo feitos cartazes de denúncia dos Constituintes que o integram. Diante disso nós acreditamos que muitos membros do “Centrão” vão cair fora porque deram-se conta que estão entrando numa proposta que vai inviabilizar seu futuro político. Nós escrevemos no texto de Sistematização o melhor projeto de Constituição de toda história do país. Seguramente um dos melhor textos dentre todas as Constituições do mundo. (DCPV 03/1988, p.4)

Interessante notar esta opinião de que o Centrão estava acabado dos movimentos, porque, como vimos, o Centrão se manteve operante até o final, mas, o que aconteceu foi que a esquerda resolveu negociar uma série de propostas e assim evitar que elas fossem discutidas e rebatidas em plenário, incorporando assim diversas conquistas. Este, até certo ponto, otimismo expresso no documento indica não que eles não soubessem disso, mas, que queriam continuar impulsionando a luta, tanto é que eles continuam usando seus meios de comunicação em caráter de denuncia do que estava acontecendo em Brasília, como sempre fizeram.

A edição deste mesmo jornal de março de 1988 já começa com uma notícia mais otimista: “Foi retomada a direção política do processo democrático, e a ANC recupera a caminhada de negociações e perspectiva”. Mas, com certa cautela: "Todos conhecem os limites do processo Constituinte. Cada uma de nós terá a lamentar uma ou várias derrotas ao longo das decisões", porém, reitera a importância da Constituinte: "sem Constituição, porém, retorna à ‘lei da selva’, onde o Poder Constituído, as Armas, a Mídia e o Dinheiro costumam mostrar sua força selvagem e desmedida” (DCPV 04/1988, p.1). A seguir anuncia que "no preâmbulo da Constituição foi adotada integralmente a proposta de “Centrão”, mas, anuncia uma coisa boa: "é a primeira vez que uma Constituição brasileira fala de “Direitos Coletivos” (DCPV 04/1988, p.2). E destaca ainda com destaque os direitos e garantias conquistados no que diz respeito à novos recursos jurídicos: "(...) habeas corpus, mandato de segurança

coletivo, mandado de injunção (para exigir os direitos e liberdades assegurados na Constituição), habeas data (o direito de cada cidadão ter acesso as informações sobre sua pessoa), ação popular e júri popular" (DCPV 04/1988, p.2). Na questão dos direitos sociais afirma que: "é verdade que alguns desses direitos ficaram aquém do esperado. Mas não podemos negar que são significativos os Direitos incorporados na Nova Constituição. Precisamos conhecê-los e criar mecanismos para exigir seu cumprimento (DCPV 04/1988, p.3).

O jornal começa, então, a partir desta edição a exibir em cada uma delas uma entrevista com pessoas ligadas à Constituinte e aos movimentos sociais, sejam elas parlamentares, intelectuais, militantes, etc. Nesta edição a entrevista é com o deputado Haroldo Lima do PCdoB que afirma, entre outras coisas que:

O balanço que nós fizemos é que houveram mais ganhos. Agora houve uma perda, sem dúvida sensível, que foi a questão da estabilidade. A estabilidade foi derrotada. E mesmo a garantia no emprego contra a demissão imotivada também foi derrotada. Afora isso que foi a derrota mais significativa, houveram conquistas substanciais, das quais se destacam três: 1º A liberdade e autonomia sindical; 2º A unidade sindical; 3º O direito de greve. (...) O que pode acontecer é que eles vão tentar negar na prática essas conquistas, mas creio que isso abre um espaço de luta maior para os trabalhadores, que é lutar com respaldo da Constituição. (DCPV 04/1988, p.3-4)

A edição de abril de 1988 deste mesmo jornal começa com uma palavra de ordem: "Acorda Brasil, antes que abem com você!" e indica que este foi um grito entoado pela Frente Nacional de Entidades sindicais, democráticas e populares em sua reunião em Brasília, onde analisaram o projeto constitucional e a orientação dos trabalhos da ANC e constatou que o texto constitucional se afasta cada vez mais dos anseios do povo. "Hoje, dois meses depois, essa advertência continua atual. E mais séria. Porque, depois da desmoralização do Centrão, os interesses da classe dominante da nova Constituição estão sendo defendidos e garantidos através de negociatas, favores e acordos" (DCPV 05/1988, p.1). E alerta que: "nada melhor para os políticos profissionais do que a frustração e apatia popular. Quanto mais a população desacredita e se desinteressa pela política, tanto mais eles continuarão com o caminho livre" (DCPV 05/1988, p.2).

Aí está o perigo. Apesar da situação não ser fácil, nem tudo está perdido. Se continuarmos atentos e mobilizados, algumas conquistas conseguiremos assegurar. E vamos passar adiante o grito da Frente: "Acorda Brasil, antes que acabem com você". Esse você somos nós! (DCPV 05/1988, p.2)

Sobre a questão do mandato de Sarney, o jornal ainda denuncia que houve inclusive verba pública usada como lobby para esta votação:

Dia 22 de março, com grande estardalhaço, foi aprovado o Presidencialismo com mandato de 5 anos. Rolou muito dinheiro nessa votação. “O esquema de pressão contou com 72 jatinhos para buscar os Constituintes em qualquer parte do país e recebeu ajuda complementar de 6,3 bilhões de cruzados que o Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano liberou para as prefeituras onde esses parlamentares têm suas bases eleitorais, transformando-se na operação política mais cara de toda a história republicana no Brasil” (INESC – março de 88). E houve outros favorecimentos, como a concessão de dezenas de canais de televisão e estações de rádio. (DCPV 05/1988, p.2)

A entrevista do jornal desta edição é com Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, que diz, entre outras coisas na sua avaliação sobre a ANC, denunciando ao mesmo tempo a pressão exercida pelos militares em todos este processo concatenados com a atuação da grande mídia, que: "na ANC tinha-se uma prévia de que o parlamentarismo seria vencedor, mas devida a claras pressões militares, pouco divulgadas pela imprensa, os nossos constituintes capitularam vergonhosamente (DCPV 05/1988, p.3).

A edição de maio de 1988 começa com um chamado: "Estar presente" e começa contando:

Ele estava lá. As câmeras de TV, como sempre, o focalizaram. E no final da sessão, foi entrevistado. Só a presença dele já é suficiente para se ter uma idéia da importância das decisões que estão sendo votadas. Também fica claro quem está jogando tudo contra o povo brasileiro. Ele é o Ronaldo Caiado mandante geral da UDR. Estava na sessão da Constituinte que votasse texto do Centrão ditasse todas as normas econômicas para o país. O texto do Centrão não passou na votação. No dia seguinte houve um acordo e poucas, mas importantes, questões foram disputadas no voto em plenário. Quando estava sendo votada a Reforma Agrária, ele continuava na Constituinte. Isto nos mostra que, aqueles que querem perpetuar a concentração das terras no país na mão de poucos latifundiários, estão organizados. Ao final conseguiram deixar fora a possibilidade de desapropriação das propriedades produtivas o que, praticamente, inviabiliza a Reforma Agrária. Neste momento ele foi carregado nos braços de alguns, como vitorioso. (DCPV 07/1988, p.1)

Este trecho citado do relato dos movimentos sociais sobre a fatídica vitória da UDR na questão da Reforma Agrária também é narrado quase da mesma forma por Dreifuss. Caiado, quase como um Constituinte eleito, entrevistado de forma incisiva nas votações do Congresso e gostava, fazia de tudo e as câmeras também gostavam que ele aparecesse. Era polêmico, é claro, mas a intenção da grande mídia de mostrá-lo vitorioso desta forma, saindo carregado também era clara. O outro lado, os trabalhadores e manifestantes, que estavam, inclusive, do lado de fora do Congresso, não foram mostrados. A derrota sob a pauta da Reforma Agrária foi mostrada como uma vitória para "o progresso do campo brasileiro".

O jornal dos movimentos sociais ainda tenta explicar a concentração de terras no Brasil: 1% dos proprietários (grandes) tem 45% de todas as terras, enquanto 65% dos

proprietários (pequenos) têm 5% de todas as terras (DCPV 07/1988, p.1). E continua a denuncia: "[...], aliás, a presença nos momentos cruciais da Constituinte não é só dos latifundiários. Sabe-se de lobbies de grandes empresários e de multinacionais (que não aparecem) pressionando os constituintes" (DCPV 07/1988, p.2).

Após essa derrota, a edição de junho de 1988 já vem otimista: "Mobilizar dá resultados!", com uma edição inteira e com uma quantidade de páginas maior do que o normal (que era de quatro, este dobrou o número de páginas e foi de oito) dedicado à lutas dos indígenas, suas conquistas, comentários e, inclusive, com trechos inteiros do que foi aprovado na Constituição em relação aos seus direitos transcritos, e diz:

Um dos pontos que houveram mais avanços no Projeto de Constituição, que já está aprovado em primeiro turno, foi a questão dos índios. Isto é surpreendente porque, segundo depoimentos, mesmo de alguns deputados constituintes, esse tema era visto como dos mais insignificantes. Até se dizia que ficavam na sub-comissão temática das minorias, onde estava inserido o tema dos índios, aqueles deputados que não tinham expressão para as discussões sobre direitos dos trabalhadores, reforma agrária e outras. Com o desenvolvimento do processo constituinte o tema foi ganhando relevância. Chegando o momento de votação, obteve-se vitória razoável. A que se deveu a isto? Em parte às entidades que defendiam a causa dos índios, a ABA (Associação Brasileira de Antropólogos) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), por exemplo. Mas fundamentalmente, isto se deve aos próprios índios. Nos dois meses que precederam a votação cerca de 200 índios, representando 20 povos diferentes, estiveram em Brasília. Dia-após-dia, negociando, pressionando os parlamentares, entoando seus cantos de guerra, com tacape na mão e tudo mais, defenderam seus direitos. Os resultados poderiam ter sido melhores mas, na correlação de forças na ANC, foram até razoáveis, significando um grande avanço em relação a Constituição atual. Eles conseguiram sua própria vitória. (DCPV 08/1988, p.1)

Em relação a todas as propostas sobre indígenas na Constituição, o jornal considera uma vitória somente o fato deste capítulo ter entrado e sido discutido na Constituinte. E continua incentivando a luta:

Como se vê as conquistas que se teve foram na luta, pressionando e negociando para conseguir avanços em cada artigo, em cada parágrafo, em cada inciso onde os interesses indígenas estivessem em questão. E esta luta os próprios índios levaram avante. Eles visitaram praticamente o gabinete de todos os constituintes. Participaram de reuniões com suas entidades de apoio e promoveram suas próprias reuniões para avaliar a situação e traçar planos. Trouxeram à estas os líderes mais influentes dentre os parlamentares, alguns quase que forçados. Para se ter idéia das forças anti-indígenas que lá se articulavam, basta dizer que no dia 19 de maio um dos negociadores, representante do Centrão, Dep. Bonifácio de Andrada, declarou expressamente que sua posição a respeito do Capítulo sobre os índios seria determinada após a consulta ao Conselho de Segurança Nacional. Eram os mais fracos na escala social, inquietando e fazendo temer os mais fortes. Isto porque os interesses econômicos capitalistas dos "civilizados" voltaram-se fortemente contra os indígenas. Esses mais fracos, os índios, conseguiram, porém, avanços significativos como já foi dito. E só os conseguiram graças a sua mobilização. (DCPV 08/1988, p.4)

E toma a mobilização dos indígenas como exemplo:

O episódio dos índios na ANC encerra para nós uma lição: mobilização dá resultados. E esta lição é essencial para todos os setores populares do país e os que defendem os interesses da maioria da nação. Estamos agora no momento em que se prepara as votações em segundo turno. Os inimigos do povo e da nação, que querem aumentar a concentração da renda e abrir ainda mais nosso país às empresas transnacionais, farão de tudo para suprir os pequenos avanços que foram conquistados no primeiro turno. Especialmente se voltarão contra a jornada de trabalho de 44 horas semanais, a jornada de seis horas para quem tem turno ininterrupto, a licença de 120 dias para as gestantes e de oito dias para os pais. Só a maciça mobilização popular poderá garantir esses e outros avanços. Se ela for significativamente forte poderá resultar, ainda, na supressão de pontos que vão contra os interesses populares e nacionais como o que torna insusceptível de desapropriação para fins de reforma agrária as atividades produtivas. Temos ainda muita luta pela frente. Não podemos desanimar. Vamos aprender mais esta lição dos índios. (DCPV 08/1988, p.5)

A edição de junho de 1988 é toda dedicada novamente à questão da Reforma Agrária, e começa com uma comparação: "Abolição e Reforma Agrária", com dizeres como "A escravidão e a injusta estrutura fundiária que privilegia o latifúndio são nódoas que maculam a nossa história, como a expressão da dominação dos grandes proprietários sobre a nossa economia", ou ainda: "se a escravidão é um crime, o latifúndio é uma atrocidade" (DCPV 09/1988, p.1-2).

Ao invés de se avançar, agora, com mudanças na estrutura fundiária, a ANC recua, inviabilizando uma real, justa e autêntica reforma agrária; os latifundiários unidos ao capital financeiro e industrial, conseguiram mais uma vez impor a sua vontade contra o interesse de toda a nação: manter a propriedade como direito sagrado absoluto, a semelhança do negro do século passado – que era considerado coisa, propriedade intocável do seu senhor, tanto que inúmeras Câmaras Municipais e diversos fazendeiros não tiveram qualquer pejo, logo após a Lei Áurea, de postularem o pagamento de indenização pela alforria de seus escravos. Em 1988, no regime da dita Nova República, os constituintes ficaram muito aquém – num retrocesso histórico – do Estatuto da Terra, lei nº 4.504/64, promulgada nos albores do governo militar autoritário. Os argumentos de ordem social, de conteúdo humano, de corações endurecidos dos donos de terra ou de seus testas-de-ferro, como, também, não comoveram no passado, os escravocratas; só lutas concretas, só a ameaça de prejuízos econômicos poderão abrir caminho à reforma agrária. (DCPV 09/1988, p.2)

E então, começa a falar do grande inimigo do povo, dos trabalhadores, da Reforma Agrária: o Centrão.

O Centrão, controlado pela UDR, não deixou outra perspectiva que o confronto; entre a ordem jurídica injusta e a necessidade de sobrevivência de milhões de agricultores sem terra, prevalece legítima toda e qualquer luta pela terra. Muito já se vêm escrevendo com sangue, com vida, com perseguições a luta pela reforma agrária; por certo, hoje, como consequência do texto da nova Constituição, milhares de outros – agricultores sindicalistas, trabalhadores e agentes da Igreja – venham também a tornar vítimas da violência dos fazendeiros e da repressão do Estado a serviço do latifúndio. Um dia, porém, celebrar-se-a a libertação da terra, o fim da

escravidão do absolutismo da propriedade e, então, se exaltarão os que lutaram e, talvez, se erga um monumento oficial ao Padre Josimo – justamente no segundo aniversário de sua morte, a Constituinte votava o texto do Centrão, impedindo a desapropriação das “terras produtivas” – ou a muitos outros que se tornaram símbolo de uma luta em prol de um novo Brasil, já sem nenhuma escravidão. (DCPV 09/1988, p.2-3)

A entrevista desta edição do jornal é com Regina Prado, coordenadora da Secretaria Nacional dos Plenários Pró-participação popular na Constituinte, e merece ser destacada. Quando perguntada se terminando o 1º turno de votações na ANC, qual era a avaliação dela sobre a Constituição que estava para ser aprovada em 2º turno, ela responde:

Comparada com o atual texto constitucional, inegavelmente a Constituição aprovada em primeiro turno avançou em muitos pontos. Não somente nos pontos relativos às afirmações dos direitos e garantias individuais e dos direitos sociais mas, também, em outros títulos e capítulos. Por exemplo, no que diz respeito à reforma tributária, à competência da União, dos Estados e dos Municípios, o princípio da descentralização, dando sentido federativo e maior autonomia aos Estados. Outro avanço significativo foi a consagração no texto do princípio da participação popular. Eu acho que o processo constitucional, até nos seus resultados, foi rico porque houve a participação popular. Nesse sentido, é importante que dentro do próprio texto constitucional foram consignadas portas abertas para a participação popular. Por outro lado, a avaliação do texto constitucional nos leva também a uma avaliação do movimento popular. Ou seja, se nós conseguimos isto com uma mobilização não tão grande quanto a gente queria, mas através de setores de alguns movimentos, cabe a nós agora, daqui para a frente, termos um trabalho construído de maneira muito mais aprofundada e com um projeto bastante nítido, para que este texto não se torne uma letra morta. Porém, evidentemente, alguns pontos fundamentais, que transformariam a estrutura da produção no Brasil, foram mantido. Essa, que foi a nossa grande derrota e não sabemos ainda como vai ficar no texto constitucional, foi um desastre momentâneo, digamos, porque a nossa luta continua. Agora, para o 2º turno e para as leis complementares, é que a gente precisa ver inclusive como recuperar essa questão que foi a grande dor deste texto constitucional. (DCPV 09/1988, p.4)

Posteriormente, quando perguntada quais eram as tarefas imediatas que ela achava que os movimentos populares deveriam ter no sentido da mobilização para o segundo turno, Regina nos dá mais uma informação sobre como era a atuação falseadora da grande mídia neste período e contexto e exalta o papel da informação popular para se contrapor a isto:

Eu acho que dá para ver muito bem que nós sofremos uma grande influência dos meios de comunicação, da grande imprensa. E essa grande imprensa não trás aquilo que deveria ser dito em termos de avanços e em termos de recuos. Pelo contrário, ela inclusive joga areia no trabalho constitucional e no processo legislativo para legitimar o executivo contra a vontade nacional e em detrimento do legislativo. Então, eu acho que a grande necessidade que temos é de informação. Nós temos que construir canais próprios de informação. E, imediatamente. Não dá para A ou B dizer se ela foi boa ou ruim, boa neste aspecto, ruim em outro, sem trabalharmos imediatamente para informação. Precisamos mostrar, didaticamente, os pontos que são inegociáveis, nos quais não podemos admitir qualquer recuo, e os pontos importantes, que devem ser mantidos neste texto constitucional. Temos que trabalhar, além disso, a denúncia na questão principal da reforma agrária. Não com o caráter de crucificar eternamente os constituintes que

votaram contra, mas para alertá-los de que eles ainda têm um tempo, uma oportunidade para se recuperar. (DCPV 09/1988, p.4. Grifos nossos)

O exemplar de agosto de 1988 tem o título: "Pacto Social?" e tenta responder à pergunta: "Por que a idéia do pacto social no Brasil não prospera?", para tal resposta, levanta a hipótese de que:

[...] porque se quer um pacto onde participem todos os setores. Isto é impossível. O pacto social costuma ser proposto em momentos de extrema crise política ou econômica. Ocorre que as crises não acontecem por acaso. Elas não caem do céu. Elas são geradas por causas que dependem de pessoas e grupos que as provocam. Ora, se a crise é provocada, em última análise, por grupos ou pessoas e se se busca um pacto para solucioná-la, logo aquelas pessoas ou grupos que a geraram não podem participar. Sua participação irá, certamente, arruinar todo o processo, pois seu interesse está em manter ou aprofundar a crise e não solucioná-la. (DCPV 10/1988, p.1)

O documento então identifica que, na verdade, o grande pacto social brasileiro deveria ser, por definição, a própria Constituição, mas indica que isto também não foi possível, afinal, os trabalhadores também não foram contemplados neste "pacto":

[...] a Constituinte e seu resultado – a Constituição – deveriam ser o grande pacto social desde país? Pois é, veja bem, os que sempre ganharam, neste país, continuaram ganhando no 1º turno. Principalmente, através inviabilização da Reforma Agrária – “são insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as terras produtivas”... – e da manutenção da tutela militar sobre o Estado. Pois bem, o mínimo dos mínimos que os trabalhadores ganharam, que foram alguns direitos trabalhistas e sociais – de resto já assegurado em todos os países desenvolvidos – eles querem tirar. Isto é, além de os próprios geradores deste caos em que vivemos estarem na direção do que deveria ser o pacto – a Constituição – ainda querem que os trabalhadores, que sempre perderam, continuem perdendo. Não se conformam com o mínimo de avanço nos direitos dos trabalhadores, tanto é que José Lourenço – líder do Centrão – e o próprio Presidente Sarney pressionaram a ANC para anular todo o processo e voltar tudo à estaca zero. (DCPV 10/1988, p.2)

Terminadas as edições às quais tivemos acesso deste jornal a que nos atemos nas últimas páginas ("O povo na Constituinte"), passaremos, então, para a análise de algumas publicações do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo. E edição de 15 de março de 1988 traz informes do Encontro Estadual dos Plenários do Estado de São Paulo que contou com a presença de diversos "plenarinhos" (como eram chamados os plenários em nível municipal). O primeiro informe diz respeito à fala do assessor jurídico da bancada do PT na Constituinte, Pedro Dallari, que falou sobre o andamento do processo constituinte e ressaltou três pontos, entre eles destaca-se: "a socialização de todas as informações referentes à nova Constituição, principalmente os avanços que os meios de comunicação fazem questão de criticar" (DCPV 12/1988, p.1). Mais uma vez, vemos a importância dada pelos movimentos sociais a questão de se contrapor ao que era veiculado

pela grande mídia. Ao final do informe, entre outras deliberações, o encontro também decidiu pela formação de grupo de trabalho para fazer uma análise comparativa entre o que foi proposto pelas emendas populares, o que foi aprovado na Comissão de Sistematização e o que foi aprovado no Plenário Constituinte, indicando a necessidade de se manter na luta, se manter informado e se manter estudando sobre o tema.

A seguir, há um quadro com um texto cujo título é: "Constituinte: não é hora de perder a esperança", onde tentam dizer que, apesar das derrotas sofridas até então no processo, não se devia perder as esperanças ou desistir da luta, que deviam ficar atentos, pois: "O discurso mais perigoso, agora, é o de desmoralizar também a Constituinte, Se entrarmos nessa, o passo seguinte será aplaudir a chegada dos tanques" (DCPV 12/1988, p.1). E indica que já foi bastante trabalhoso aumentar o número dos que acreditaram que a promulgação de uma nova Constituição abriria portas para a solução de problemas tão cotidianos, "mas com as emendas populares um riquíssimo processo mobilizatório aconteceu". E, mais uma vez, alerta para a grande mídia:

No entanto, depois de mais de um ano de Constituinte bombardeada permanentemente nos seus defeitos e pouquíssimo enaltecida no que teve e está tendo de contribuição positiva, não se pode pretender que os meios de comunicação de massa de repente invertam seu posicionamento. (DCPV 12/1988, p.1)

Ou seja, novamente, vemos a denuncia da tentativa de desmoralização do processo constituinte estabelecido pela grande mídia, como a Revista Veja, que vimos no capítulo anterior, a Globo, etc. Esta desmoralização tinha claro sentido de fazer com que a população também desacreditasse deste processo e deixasse que os parlamentares "trabalhassem em paz" com seus lobbys e negociatas. E, o tempo todo, além de todo o trabalho de formação e informação desempenhado pela comunicação popular, com todas as suas dificuldades logísticas de funcionamento, ainda tinha que desempenhar o papel de denunciante de outros meios de comunicação.

O documento ainda alerta para o fato de que "o segundo turno pode ainda ser extremamente perigoso, ao possibilitar somente emendas supressivas". Por fim, apresenta o documento "Duas Palavras", um manifesto de defesa da Constiuinte:

Por legítimas pressões da sociedade civil, o plenário da Constituinte está avançando substancialmente, no sentido da obtenção das garantias sociais. Com isso, novamente, forças conservadoras procuram desmoralizar a Constituinte, já que o grupo incumbido de frear os avanços, isto é, o Centrão, acabou falecendo por incompetência. As críticas agora feitas procuram demonstrar que a Constituinte não é soberana, e suas decisões podem ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, e

chegam mesmo no limite de propor que tudo o que foi feito até agora esteja zerado. Contra estas teses absurdas, diversas entidades e personalidades divulgaram na semana passada um manifesto de apoio à Constituinte, reproduzido no verso deste boletim. (DCPV 012/1988, p.1)

Com a exposição destes documentos, podemos concluir que a nova etapa da luta pós-golpe do Centrão é uma etapa árdua de continuar pressionando, mesmo sem tanta credibilidade mais neste processo, mas ainda tentando garantir que os direitos sociais fossem mantidos, negociando, denunciando e alertando a população. Mais uma vez, é este o caráter partidário desta imprensa popular que pode ser apreendido em todo o processo. O trecho acima do manifesto de apoio à Constituinte é um dos exemplos claros do que estamos falando, a luta por direitos e contra as perspectivas de zerar a Constituição, e o caráter de denuncia das tentativas de desmoralização desta.

3.3. Os movimentos sociais e a nova Constituição

Relataremos a seguir a opinião de diversos estudiosos e militantes sobre o tema Constituinte e suas opiniões sobre como ficou a Constituição para, depois, mostrar como os movimentos sociais avaliaram sua luta, seus resultados e a própria Constituição. Também procuraremos mostrar como eles redirecionaram sua luta após o cinco de outubro de 1988.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entidade bastante atuante em todo o processo constituinte, ao final de todo o processo lançou uma nota em que ressalta, e este parece ser o posicionamento dos que atuaram naquele momento histórico, que este processo como um todo foi um esforço bem sucedido de educação política da classe trabalhadora. Em entrevista com uma das militantes daquele momento histórico, podemos ressaltar a seguinte fala:

Evidentemente, houve dificuldades, muito trabalho. Acho que dá pra dizer que milhares de pessoas se mobilizaram em centenas de municípios pra poder fazer esse trabalho. Foi uma experiência muito rica, no sentido de conseguir fazer um negócio a nível nacional de uma forma conjunta, numa mesma época e trabalhando de uma maneira parecida. Então isso criou um estímulo, um entusiasmo muito grande por parte de todos os companheiros que, em todo esse processo, assumiram certas tarefas. A comissão nacional dos rurais sempre esteve presente [...] esse aspecto que era difícil mudar a lei através de um simples abaixo-assinado, ou sensibilizar os constituintes porque já tínhamos uma idéia clara de quem eram os deputados. Já sabíamos que a UDR tinha eleito 72 constituintes. Nós, nenhum diretamente. Sabíamos que a nossa força lá era muito fraca. Então jogamos todo peso político no processo de coletar assinaturas. **Compreendemos que a maior vitória política ia resultar do aprendizado político, do processo de conscientização, de educação, de toda essa mobilização, de todos esses recursos humanos que foram**

mobilizados. Isso é que era fundamental e não simplesmente imaginar que só porque fizemos um abaixo-assinado massivo, aí os deputados iam respeitar. **Foi acertada a nossa posição de priorizar o processo de discussão e não a questão formal da assinatura de qualquer um. Não catamos qualquer assinatura. Demos prioridade para lavradores e lavradoras.** Todos os nossos títulos de eleitor, e os companheiros revisando as planilhas vão ver quantos analfabetos têm, mas todos os que assinaram são assinaturas de lavradores. (MICHILES, 1989, p. 97. Grifos nossos.)

É comum de todos os relatos presentes, por exemplo, no livro de Michiles, que atuou no processo constituinte e recolheu estes depoimentos e dados para a obra, esta mesma fala de que, de todo o processo, o que precisa ser ressaltado entre a esquerda e os lutadores sociais é a questão da participação ímpar até então e da campanha feita para conscientizar a população.

Mesmo com toda a articulação da direita em torno do Centrão, os interesses fisiológicos que desde cedo eram levantados acabaram por aparecer neste momento, o que quebrou a confiança das articulações que foram formadas em torno destes. Alguns ainda prosseguiram com seus jogos e conchavos, mas, à exemplo de Ronaldo Caiado e sua UDR, como também o Fórum Informal e outras entidades, como vimos anteriormente, começaram a agir por conta própria. Desiludidos com a UB e o Centrão, algumas multinacionais reuniram-se no Rio de Janeiro e também fizeram seu esquema próprio, chegando a sair na mídia a intenção destas de chegar a gastar dois milhões de dólares para reverter as votações que não tinham sido favoráveis a eles no primeiro turno. Nesta etapa valeu de tudo: dinheiro investido, alianças com sindicatos pelegos, a exemplo do que fez a Fiesp e a CNI. Isso tudo acabou gerando uma situação de mal estar entre parlamentares, população e até a grande mídia, que já não conseguia esconder tamanhas manobras que estavam sendo feitas por estes no Congresso. O presidente da Fiesp teve que soltar nota oficial esclarecendo a situação, mas não adiantou muito. A incredulidade da população em relação ao final dos trabalhos na Constituinte já era muito alta.

No final das contas, mesmo com a atuação monetária e fisiológica da direita, poucos foram os setores que saíram plenamente satisfeitos da Constituinte. A Constituição acabara saindo conservadora demais para a esquerda, e esquerdista demais para a direita.

Já os militares haviam obtido uma vitória ampla, geral e irrestrita: A função militar foi mantida nos termos estipulados pela caserna, não perdendo nem mesmo o direito de intervir na ordem interna. A anistia foi negada aos cassados.

Sarney também é outro que saiu relativamente vitorioso, mas, sem dúvida alguma satisfeito com as resoluções que diziam respeito especificamente ao seu mandato. “O presidencialismo de cinco anos e o longo mandato do presidente Sarney foram assegurados no clima de pressão militar” (DREIFUSS, 1989, p. 247).

A direita ainda garantia que sua atuação não se restringiria à Constituinte. Antônio Oliveira Santos coordenador da UB garantiu que sua entidade “até pela força da inércia” nas próximas eleições para os governos estaduais, Câmara dos Deputados e o Senado, segundo ele, o apoio seria aos candidatos identificados com os princípios do livre mercado. “A UB nunca será partidária, mas já tem vida política”, ressaltou (DREIFUSS, 1989, p. 247).

Porém, sem dúvida alguma, se teve um setor que saiu mais contemplado na Constituinte, estes foram os latifundiários da UDR:

Só a União Democrática Ruralista, plenamente satisfeita com a nova Carta, preparou-se para a disputa municipal, garantindo que iria eleger a maioria dos prefeitos e vereadores dos 24 estados do país. Depois, seria a vez de pensar na sucessão presidencial. Caiado chegou a alardear: “Vamos colocar na presidência da República um homem com o perfil traçado pela UDR”. Afinal, ‘a entidade de classe politicamente mais bem organizada no Brasil’, segundo seu líder, era ‘uma máquina muito bem lubrificada, revisada permanentemente, e sempre pronta a entrar em ação’ (DREIFUSS, 1989, p. 248).

Na visão de Gelsom Rozentino de Almeida, na Constituinte, ninguém saiu totalmente vitorioso ou totalmente derrotado: “No balanço da Constituição de 1988, pode-se afirmar que todos os setores demonstraram descontentamento com o resultado final. Desagradando a gregos e troianos, não houve nenhum grupo que pudesse louvar a sua vitória plena, nem reclamar de uma perda total”. Porém, Gelsom ainda concorda com Dreifuss em relação à UDR: “entre aqueles que obtiveram o maior número ou as mais importantes propostas atendidas, destaca-se a UDR com a vitória da contra-reforma agrária”. Já os trabalhadores urbanos também obtiveram algumas conquistas importantes sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Já o empresariado urbano:

Apesar da intensa articulação preparatória, os empresários não obtiveram êxitos em várias reivindicações, seja por suas divisões internas, dificuldades com seus representantes ou o pouco interesse do governo. O lobby da UB não conseguiu dar uma virada de página: perdeu na reserva de mercado, perdeu na definição de empresa nacional, perdeu no uso do subsolo, perdeu na regulamentação dos direitos trabalhistas e organização sindical, etc. (ALMEIDA, 2011, p. 330)

E, se a UDR pode ser considerada uma vitoriosa de todo este processo, o outro lado, os trabalhadores rurais podem se considerar derrotados? Para Almeida:

Entre aqueles que poderiam se considerar derrotados, com certeza destacam-se os trabalhadores rurais (ou camponeses), liderados pela Contag, CUT e MST, sobretudo em relação à proposta de reforma agrária. Dito de outra maneira, houve sim uma derrota dos setores populares na Constituinte. (ALMEIDA, 2011, p. 331)

Mas o autor enxerga que diante de todo este processo, é importante que se destaque a atuação dos setores populares, sobretudo do partido que mais os representou no Congresso: o PT:

Contudo, a derrota quanto ao resultado da Constituinte - na qual as principais conquistas eram pontuais e indicativas - não ocultava o fato de que um partido com pequeníssimo número de representantes havia conseguido estabelecer uma liderança expressiva e polarizar, de fato, o debate político no país. (ALMEIDA, 2011, p. 331)

O fato é que é corrente entre as opiniões mais apuradas acerca da Constituição de 1988 que esta acabou sendo uma Constituição liberal com várias contradições até mesmo para os liberais. Como afirma Miguel Reale em "A ordem econômica liberal na Constituição de 1988":

Encontramos nessa Constituição dois pólos antagônicos: de um lado é uma Carta Constitucional que a chega a minúcia estatizante de fixar a taxa de juros reais (12%); do outro lado, opta, sem sombra de dúvida, pela iniciativa privada como base da vida econômica. (REALE, p. 19, op. cit. ALMEIDA, 2011, p. 332)

Já na visão de Michiles, dos movimentos sociais e populares, da esquerda de uma forma geral e de todos aqueles atores sociais a que nos dedicamos a falar neste trabalho através de sua comunicação popular e atuação na Constituinte, esta fez reaparecer com intensidade a questão da participação.

A experiência do processo constituinte denunciou o enorme distanciamento das formas de representação jurídica dos interesses da cidade e fez com que, inusitadamente, a participação direta e ampliada da população acontecesse desde a fase de elaboração do regimento interno da constituinte. [...] Tomou-se a Constituinte, mesmo com seus limites, como motivação pedagógica de mobilização e oportunidade rara para se discutir os problemas nacionais e avançar na formação da cidadania do povo brasileiro. Não se poderia passar este momento sem se estimular as expressões da sociedade. E mais, que se registrasse a forma que a população encontrou para fazer valer sua aspiração de sujeito participante numa formação histórica que sempre adiou a presença popular nas decisões. [...] No conteúdo da Carta estão escritas algumas graves derrotas do movimento popular. mas estão presentes muitas de suas propostas e algumas de suas bandeiras. Que seria da Constituição e do país se o processo tivesse acontecido com a absoluta ausência popular e sem qualquer tipo de discussão ou de proposta da sociedade civil? (MICHILES, 1989, p. 389-390)

Para David Maciel, aquela que seria chamada de Constituição Cidadã havia incorporado muitas conquistas democráticas, mas não havia substituído totalmente a institucionalidade autoritária:

Em cinco de outubro de 1988, a nova Constituição era promulgada pelo Congresso Nacional. Alcinhada de “Constituição cidadã”, ela se tornava o marco legal fundamental da nova institucionalidade democrática, criada em substituição à institucionalidade autoritária reformada. Este novo marco legal incorporava uma série de conquistas democráticas e direitos sociais, sintonizados em muitos pontos com o que havia de mais avançado nas democracias burguesas mais amplas e participativas. No entanto, ao contrário do que possa parecer, a velha institucionalidade autoritária, criada pela Ditadura Militar, não foi simplesmente abolida pela nova legalidade, pois o caráter conservador do processo de transição democrática e o predomínio das forças políticas autocráticas nos trabalhos constituintes permitiram a conservação de uma série de seus elementos centrais, mesmo que metamorfoseados. (MACIEL, 2008, p. 299)

Aos movimentos sociais, após as lutas na Constituinte Federal, restava agora mais uma batalha: as Constituintes estaduais.

A edição que tivemos acesso para esta pesquisa do jornal do Plenário pro participação popular na Constituinte. Boletim nº. 40. São Paulo, de 21 de outubro de 1988, quando a Constituição já havia sido promulgada e, por este motivo, com este documento, podemos fazer um breve mapeamento de como passaram a atuar os movimentos sociais que tanto lutaram na Constituinte quando esta foi promulgada.

O documento começa informando que, mesmo após a promulgação da Constituição Federal, o trabalho ainda não tinha se acabado, tendo em vista que a partir dali viriam os debates para as Constituições Estaduais: "Aprovada a Constituição Federal que estabelece as leis básicas para o país, seu desdobramento natural e a Constituição Estadual, que tem o prazo de um ano para ser elaborada" (DCPV 14/1988, p.1). E, para tal, apresenta como tática do movimento após a promulgação da Constituição:

Para os Plenários Pró-participação Popular é tarefa primordial agora garantir que a participação popular na elaboração da Constituição Estadual – e posteriormente na Municipal – se aprofunde e amplie. Duas frentes se abrem para pessoas, grupos, entidades, associações: - a “batalha” para que o regimento interno abra espaço para a participação popular, ao estabelecer as regras de funcionamento da Assembléia Constituinte Estadual; - a “batalha” para que os subgrupos de trabalho que começam a preparar um anteprojeto de Constituição acolham as sugestões dos segmentos organizados da sociedade, seguindo o exemplo das Comissões Temáticas da Constituinte Federal. [...] O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte está elaborando a plataforma mínimo para os candidatos a vereadores, prefeitos e vices, a exemplo do que foi feito em 1986, com os candidatos a deputado. (DCPV 14/1988, p.1)

Sobre a Constituição Federal, a opinião expressada pelo jornal é que:

Enfim promulgada a nova Constituição, não temos sequer tempo de comemorar ou lamentar o que foi conseguido. Na verdade, o trabalho começa agora, com o esforço de fazer valer o que foi conquistado. A grande luta é evitar interpretações antipopulares, a exemplo do que vem fazendo vários grupos de interesse, como a

FIESP e o Dr. Saulo Ramos. A cartela com as principais votações e o posicionamento dos constituintes está sendo atualizada e brevemente será enviada. O Plenário Pró-Participação Popular está pensando em organizar um seminário sobre a utilização prática dos instrumentos de participação popular. A partir de agora, nosso papel é fazer a ler valer. (DCPV 14/1988, p.1)

Neste mesmo sentido, temos a publicação "Intercarta - Cidadão 30000, uma publicação a serviço da iniciativa constituinte popular", de São Paulo, de janeiro e fevereiro de 1988 que traz em um quadro explicativo a pergunta "O que fazer depois de promulgada a Constituição?", quando esta ainda não tinha sido promulgada, ou seja, ele antecipa uma orientação e um comportamento que os movimentos vão procurar ter depois. A resposta dada pelo documento à esta pergunta é:

A pergunta é prematura? Há os que acham que não. Antes pelo contrário. Em muitos lugares surgiram, durante 86 e 87, grupos, movimentos, comitês, plenários pró-participação popular na Constituinte. A fase de trabalho mais intenso foi a de coleta de assinaturas, Agora será necessário um último empurrão, para assegurar nossas conquistas. E depois? Jogamos fora tudo o que se organizou? Teremos logo em seguida as constituintes estaduais e municipais. E ao mesmo tempo, poderemos consolidar o conquistado e lutar para avançar mais. Algumas das tarefas: divulgar ao máximo a Constituição Federal aprovada, para que um número crescente de brasileiros conheça seus direitos e as regras que regerão o funcionamento do país; montar postos de assistência jurídica, para apoiar os que considerem que seus direitos previstos na Constituição estão sendo desrespeitados, ou para usar plenamente os novos instrumentos de defesa dos interesses coletivos criados pela Constituição aprovada, ou mesmo emendando-a no que não der para esperar (usando os direitos de "iniciativa popular legislativa" ou "de emenda à Constituição"). Ou seja, não será para agora a desativação. Nem será o caso de criarmos movimentos ou nos diluirmos em partidos, Poderemos simplesmente transformar nossos atuais agrupamentos em "plenário pró-cidadania", "plenários de defesa da cidadania", "plenário da cidadania", ou outro nome que queiramos dar. Mantendo-os no seu caráter de fórum aberto, supra-partidário, onde entidade e pessoas possam articular iniciativas políticas, contanto com uma infra-estrutura de prestação contínua de serviços. Como instrumento de luta permanente, para a conquista da cidadania para todos os brasileiros. Uma rede de Plenários em todo o Brasil, empurrando a frente nossa democracia. Estas idéias estão amadurecendo nas reuniões do Plenário de São Paulo. É preciso discuti-las, aprofundá-las, melhorá-las, concretizá-las. Intercarta - Cidadão 3000 poderá ser útil nesse debate. (DCPV 14/1988, p.5)

Ou seja, mesmo com tantas batalhas, derrotas, algumas vitórias, anos de luta, os movimentos sociais ainda não podiam descansar, pois mesmo com a Constituição promulgada e com aqueles direitos expressos na Carta Magna do país, ainda teriam que ficar vigilantes para que os mesmos fossem cumpridos. Haveriam que pautar leis ordinárias, leis de regulamentação de direitos já conseguidos. E ainda lutar nas Constituintes Estaduais que coincidiriam com uma eleição presidencial, mais uma batalha! E para essa batalha, o jornal já traz um "que fazer":

As entidades devem trazer, a partir de agora, aos subgrupos suas propostas, e por outro lado, o Plenário de Pró-Participação Popular deve marcar sua presença e

intensificar sua pressão junto às lideranças, para assegurar a participação popular ao longo do processo constituinte municipal. Os grupos organizados, plenarinhos, comitês e as entidades devem se manifestar junto aos deputados estaduais, sobretudo às lideranças, através de telegramas ou aerogramas apoiando a conclamação do Plenário entregue em 28/09 e exigindo que se estabeleçam normas para a participação da sociedade no processo constituinte. (DCPV 14/1988, p.1)

Segundo Michiles, esta é a quarta fase da atuação dos movimentos na Constituinte. Houve uma primeira fase que vai de 1977 à aprovação em novembro de 1985 da emenda constitucional que convocou a Constituinte, que foi a fase de sensibilização para a participação organizada e de início da articulação, a nível nacional, na luta por uma Constituinte eleita especificamente para este fim, a segunda que foi formular propostas para a Nova Constituição, combinada com a mobilização com vistas às eleições do Congresso Constituinte e ao engajamento de candidatos na defesa das propostas populares e a terceira que foi a de incorporar a “iniciativa popular” no regimento interno da Constituinte. Lembrando que o autor escreve em 1989, ou seja, esta era a fase que estava ocorrendo até então naquele momento, quando, passado o debate do processo constituinte, iniciavam-se as lutas para a consolidação das conquistas que haviam sido garantidas na Constituição Federal e as lutas nas constituintes estaduais que estavam para começar.

A Constituição, após promulgada, no fim das contas, apesar de garantir diversos direitos à classe trabalhadora, não podemos ver nela uma demonstração de democracia em seu sentido literal, como regime político onde o contraditório tem direito a ser sujeito político, disputar a hegemonia, sentar para negociar. Na Constituinte, quando este direito foi dado, logo foi retirado à duros golpes. À isso, Florestan Fernandes usa o termo “ditadura dissimulada ou democracia restrita”, o que podemos também chamar de institucionalidade autoritária reformada, onde a transição brasileira não representou em nenhuma medida, uma mudança do caráter do Estado autocrático brasileiro. Foi mantida a supremacia do Executivo sobre o Legislativo e Judiciário. A tutela militar, a maior herança da característica autocrática foi mantida. A estrutura partidária vigente é a mesma da Ditadura, com a única diferença da liberdade de criação de novos partidos, mas com a mesma legislação eleitoral aparelhista, montado para favorecer as forças conservadoras, bem como a estrutura sindical, que permaneceu estatal. A tutela milita é tão explícita que apenas um mês e três dias após a promulgação da Constituição, Sarney chamou o Exército para reprimir trabalhadores numa greve na CSN, onde 3 trabalhadores foram assassinados (MACIEL, 2008, p. 248).

Em relação à estrutura sindical, para Armando Boito Jr., estudioso do movimento sindical brasileiro na década de 80, a Constituição de 1988:

A constituição de 88 elevou os principais elementos da estrutura sindical que anteriormente eram normas contidas na CLT à condição de normas constitucionais. A constituição manteve, no seu artigo 8º., a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios; nos seus artigos 111, 112, 113 e 114 manteve a mesma estrutura básica da Justiça do Trabalho e a sua tutela sobre o movimento sindical. Duas novidades na Constituição de 88 consagraram a superação do modelo ditatorial no sindicalismo de Estado. O inciso primeiro do artigo 8º estabelece que são vedadas ao "poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical". A letra da lei está, nesse ponto, em flagrante contradição, como todos os demais pontos do mesmo artigo, uma vez que estabelecer o sindicato único, a organização por categoria, as contribuições sindicais obrigatórias, etc. significa a intervenção do "Poder Público na organização sindical". Mas no seu espírito, o texto não é contraditório: os legisladores e sindicalistas entendem por intervenção apenas e tão-somente as intervenções próprias do modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado. (BOITO, 1991, p. 73-74)

Por fim, podemos dizer que a Constituição foi promulgada, trazendo em sua bagagem uma história rica em manifestações, participações e lutas populares, bem como uma atuação também bastante presente das forças conservadoras que se mobilizaram para garantir seus interesses. De um lado, setores das classes subalternas que se mobilizavam a duras penas, com dificuldades de variados tipos e contando com a comunicação e imprensa popular para informar e ser informado. Do outro, a grande mídia que, mesmo não tendo sido o objeto de análise mais aprofundado deste trabalho, pudemos perceber na análise da comunicação popular em contraposição a esta, que seu papel foi de, utilizando seus conhecidos padrões de manipulação, ocultar as lutas sociais ou até mesmo ridicularizá-las. O instrumento, portanto, que os movimentos sociais contaram para darem suas notícias, explicar até mesmo o que era Constituição, formarem e informarem denunciarem, enfim, a comunicação popular cumpriu, em todo este contexto, o papel educativo. A veiculação deste tipo de imprensa, em contraposição a grande mídia, promoveu uma politização no processo Constituinte alcançando mudanças, mesmo que conjunturais, na realidade e no bojo do debate político, pois dentro da correlação de forças naquele momento, e tendo como mecanismo de controle empreendido pela burguesia amparada pelos militares, a constituição de um Congresso Constituinte, que também contribuiu para a despolitização do processo, coube aos movimentos sociais e partidos de esquerda que através da imprensa popular empreenderam um amplo esforço contra-hegemônico dentro do processo Constituinte, o que possibilitou a incorporação de alguns direitos sociais na Constituição, como: direito de greve, licença maternidade, multa de

40% do FGTS para demissões sem justa causa, estatuto da criança e do adolescente, função social da propriedade, monopólio estatal dos recursos naturais, eleições diretas para cargos executivos e legislativos, etc.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho de dissertação onde tivemos acessos às principais questões que perpassaram a classe trabalhadora no processo constituinte brasileiro para a confecção da Constituição de 1988, a última até então promulgada no país, que está em vigência até os dias atuais, percebemos que este não foi um debate feito apenas entre os magistrados ou políticos. A sociedade civil participou através de suas entidades, com propostas e pautas e, sobretudo, com a produção de vasto material a respeito, que iam desde cartilhas explicativas sobre questões básicas da Constituição à jornais periódicos que davam notícias para diversas partes do país sobre o que acontecia em Brasília.

Trabalhamos, sobretudo, ao longo deste trabalho com a perspectiva dos movimentos sociais em relação à Constituinte e como essa era manifestada na Comunicação Popular produzida por estes. Para tratar sobre Comunicação, usamos conceitos importantes, principalmente de Antonio Gramsci, Cicília Peruzzo, Regina Festa e Perseu Abramo.

Vimos que, à princípio, a proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte, ainda no final da década de 70, sob a égide dos militares em sua transição lenta, gradual e segura, representava uma alternativa à essa transição, porque se constituía como uma interrupção da institucionalidade autoritária, ou seja, ela seria uma nova institucionalidade e não uma reforma na institucionalidade autoritária como era a pretensão dos militares e forças conservadoras. Porém, a proposta da Constituinte ainda na Ditadura não foi vitoriosa e esta proposta nem era consenso entre os movimentos sociais à época ainda. Muitos ainda buscavam outros meios para a transição, como, por exemplo, a luta pelas Diretas. Vários debates ocorreram desde 1977 a 1985, em outras palavras, desde quando o debate começou a emergir, posteriormente ao Pacote de Abril de 77, até a unificação das oposições antiautocráticas em torno da pauta da Constituinte com o lançamento do Movimento Nacional pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1985. Mas, se os setores antiautocráticos conseguiram se unificar em 1985 em torno desta pauta, devemos lembrar que não era só essa oposição que existia no Brasil no contexto de transição e pós ditadura. Outros setores da sociedade também pautavam a Constituinte, muitos com objetivos e perspectivas bem diferentes do que aquelas levantadas pelos sujeitos históricos oriundos das classes subalternas. Vimos que os mais progressistas defendiam a Assembléia de representantes

eleitos com função exclusiva de elaborar a nova Constituição, por esta ter maior representatividade e soberania. Porém, outros defendiam o Congresso Constituinte onde atuariam os deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986 e senadores eleitos em 1982, com acumulação de funções de congressistas e de constituintes, ou seja, uma Constituinte que não seria exclusiva, como era proposta dos trabalhadores, e que seria definida por um processo partidário e eleitoral favorável às forças conservadoras. Vimos, então, que esta foi a proposta aprovada, o que significou uma primeira grande derrota aos movimentos sociais em relação à Constituinte.

A Comunicação Popular nos períodos que antecederam a convocação para o Congresso Constituinte era feita de forma a alertar a população para o processo político que estava por vir, explicar alguns conceitos que tangeriam este debate, falar sobre a história das demais Constituições do Brasil numa perspectiva formativa, levantando a preocupação que estes movimentos tinham em denunciar o processo constituinte controlado pelo governo e pelas classes dominantes, como haviam sido nos demais processos brasileiros.

Com as reformas implementadas por Sarney em 1985 e a certeza de que a Constituinte seria via Congresso, o caráter destas publicações também muda passando agora não só a explicar conceitos, etc, mas também denunciar o caráter excludente de um processo feito via congressual, executando denúncias, já que, para os movimentos sociais, convocar uma Assembléia Constituinte e não um Congresso Constituinte era uma forma de romper com a transição lenta, gradual e segura. Mas, sem cessar a luta, começa-se a partir daí a pensar e produzir cartas de intenções a serem entregues aos candidatos ao Congresso, tentando obter destes garantias de que, se eleitos, lutariam lá dentro pelas pautas elaboradas pelos movimentos populares.

Em novembro de 1986 ocorreram as eleições para Congresso e o PMDB, bem como demais partidos ligados às forças conservadoras, foi o grande vencedor, isto porque foi amparado pelo Plano Cruzado, cuja aprovação popular era alta, mas que já beirava seu colapso próximo às eleições, porém foi mantido artificialmente para o que o governo garantisse maioria no Congresso. Sendo assim, muitos daqueles candidatos para os quais os movimentos sociais haviam entregado suas cartas de intenções não ganharam. A luta, mais uma vez, não parou, mesmo com mais essa derrota. Neste momento, a batalha seria, então, pelo regimento interno. E esta foi uma batalha vitoriosa. Os movimentos sociais conseguiram

implementar no Congresso uma dinâmica que contemplasse suas demandas, com a aprovação da possibilidade de protocolarem Emendas Populares. A Comunicação e o movimento popular, neste contexto, então, entram em mais uma nova fase: a de formulações de propostas em assembléias e reuniões e posterior recolhimento das assinaturas para que estas fossem validadas no Congresso. O trabalho, novamente, foi árduo e a Comunicação Popular cumpriu o papel agora de noticiar as propostas, colher outras, dar informes de como este processo estava sendo feito em outras regiões do país, explicar o que eram essas Emendas e, sobretudo, impulsionar a busca por assinaturas, já que estas, segundo os relatos dos sujeitos que atuaram neste processo, nunca eram meros autógrafos, como propagandeado pela Grande Mídia à serviço das forças conservadoras, elas eram fruto de um trabalho de base de debates e convencimentos em diversas esferas da organização popular, com o recolhimentos destas feito em igrejas, sindicatos ou até mesmo, de casa em casa ou ainda no campo. Deste período há relatos riquíssimos como, por exemplo, de comunidades indígenas no Pará, cuja maioria era de analfabetos e que, portanto, para assinarem, deveriam colocar suas digitais e essas eram colhidas com tinta feita de açaí, produzida pela própria comunidade.

Momentos significativos nas mobilizações populares também são percebidos nos relatos sobre as caravanas à Brasília para entrega das emendas e assinaturas. Eram pilhas de papéis que seriam entregues ao Congresso e pessoas que iriam até lá para, não só entregá-las, mas fazer disto um ato político.

E estas pautas das emendas populares eram extremamente variadas, tendo em vista que os trabalhos no Congresso foram divididos em oito comissões e dentro destas existiam três subcomissões que tratavam de temas como da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher, da organização do Estado, da organização dos poderes e sistema de governo, da organização eleitoral, partidária e garantia das instituições, do sistema tributário, orçamento e finanças, da ordem econômica, da ordem social, da família, da educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia e da comunicação, isso citando apenas os temas das comissões. Destas, a recordista de emendas foi a de ordem social, manifestando as reivindicações pungentes da população sobre esta área.

O tempo todo, também, além de todas as demandas anteriormente citadas, a Comunicação Popular do período tinha que tratar também da batalha ideológica sempre travada em relação à Grande Mídia, que, como muitas emissoras eram de forças

conservadoras, ligadas à direita, muitas vezes não noticiava o trabalho dos movimentos sociais e quando o fazia, era desqualificando-o.

Com todo este trabalho e mesmo com a desqualificação proferida pela Grande Mídia, o texto do 1º anteprojeto, graças a mobilização popular, trouxe diversos avanços para a classe trabalhadora. Nele já estavam contidos direitos como estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a unificação do salário-mínimo nacionalmente, a ampliação da licença-maternidade para 120 dias, entre outros. Mas estes avanços não ficariam incólumes, pois estava sendo preparado um golpe por parte da direita, o Golpe do Centrão, grupo de parlamentares organizados pelo próprio governo Sarney em consonância com diversas entidades ligadas às forças conservadoras que tinham o objetivo de desfazer estas conquistas empreendidas pelos trabalhadores na Constituinte até então. A partir deste golpe, muita coisa foi mudada no texto e na atuação dos movimentos sociais. A Comunicação Popular deste período passa, então, a denunciar as práticas do Centrão. As caravanas à Brasília começam a serem barradas, pois o Centrão conseguiu, através de seu golpe de mudança de regimento interno barrar até a entrada de setores populares no Congresso. À estes lutadores sociais, restava a opção de negociar para não perder o que já haviam conseguido. Negocia-se, então diversas pautas, principalmente de as de ordem econômica e social, justamente as recordistas de emendas populares e as que eram,, declaradamente, alvo do Centrão.

A Constituição de 1988, portanto, após sua promulgação em cinco de outubro de 1988, se torna dual em seu teor, tendo em vista que o texto final, ao observarmos concessões às camadas populares como direito da infância e do adolescente, extinção do conselho de segurança nacional, criação do SUS, criação do habeas data, criação do mandato de segurança coletivo, etc., a configuram como uma Constituição com caráter democrático liberal em alguns aspectos. Na opinião de diversos estudiosos sobre o tema que citamos ao longo deste trabalho, ninguém saiu plenamente satisfeito com a nova Carta, nem mesmo os setores ligados às forças conservadoras.

Apesar de garantir diversos direitos à classe trabalhadora, e de um certo caráter democrático liberal, não podemos ver nela uma demonstração de democracia em seu sentido literal, como regime político onde o contraditório tem direito a ser sujeito político, disputar a hegemonia, sentar para negociar. Na Constituinte, quando este direito foi dado, logo foi

retirado à duros golpes, assim a supremacia do Executivo sobre o Legislativo e Judiciário foi mantida, bem como a tutela militar, a maior herança autocrática do período de Ditadura. A estrutura partidária só se difere daquela vigente durante a Ditadura por causa da liberdade de criação de novos partidos, mas permanece com a mesma legislação eleitoral aparelhista.

Após este estudo, especificamente em relação à Comunicação Popular, respondendo à nossa hipótese de pesquisa, podemos observar que esta, em contraposição a grande mídia, promoveu uma politização no processo Constituinte, atuando de maneira formativa e informativa, como escola de adultos e com uma atuação partidária, formulando ações e visões de mundo, o que fez com que fossem alcançadas mudanças, mesmo que conjunturais, na realidade e no debate político. Mesmo com a correlação de forças daquele momento e com os mecanismos de controle da burguesia amparada pelos militares, bem como até mesmo a sua forma de elaboração através de um Congresso Constituinte, que também contribuiu para a despolitização do processo, coube aos movimentos sociais a mobilização e a produção da Comunicação Popular para empreenderam um esforço contra-hegemônico dentro do processo Constituinte.

Após a Constituição o horizonte ainda era de luta, pela regulamentação de direitos, pelas Constituintes Estaduais e nas eleições presidenciais que estavam por vir. E foi isso que os movimentos sociais fizeram.

Ainda hoje diversos direitos garantidos em Constituição ainda não saíram do papel. Alguns outros já foram modificados por diversas emendas constitucionais implementadas por governos neoliberais que se seguiram no país. Muitos daqueles direitos, que nem foram todos conquistados pelos movimentos sociais à duras penas naquela época, hoje são letras mortas. É comum, até mesmo por parte de juristas, a opinião de que “examinando apenas o conteúdo do texto constitucional, podemos ver um país de alto desenvolvimento na sociedade, na economia e na cultura, com modelo social democrático e uma democracia aperfeiçoada”, como é o caso da opinião do professor de Teoria do Estado da USP e de Teoria do Direito no curso de pós-graduação da PUC-SP, Marcelo Neves (2008). Ele considera ainda que “o texto é de país hiperdesenvolvido, mas a prática constitucional é de um país subdesenvolvido” e complementa dizendo que “no Brasil, uma ampla massa da população é excluída das garantias e direitos fundamentais consagrados pela nossa Lei Maior”¹⁶. Esta observação do jurista nos parece pertinente e complementamos que esta é uma característica de países periféricos,

¹⁶Entrevista concedida ao site Última Instância. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/7258/apoiadores.php>

conforme nos orienta Florestan Fernandes em suas conceituações sobre autocracia burguesa, onde a extrema concentração de riqueza aliada à formas pré-capitalistas garantem uma super exploração do trabalho ao mesmo tempo em que o Estado cria uma blindagem institucional contra a influência das classes subalternas.

A Constituição de 1988 apresenta, então, direitos às classes subalternas, mas muitos deles nunca foram implementados e outros reformados. E, de todo este processo, foi nosso intuito mostrar que, mesmo com esta blindagem institucional às classes subalternas oferecida pelo Estado autocrático burguês no Brasil, estas foram atuantes na elaboração da Carta Magna, na tentativa de se tornarem sujeitos históricos que pautassem o processo, e essa atuação se deu, especialmente, através da Comunicação Popular que integrou, formou e atuou partidariamente nestes movimentos sociais de luta na Constituinte.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 3ª edição.

ARBEX JR., José. O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

BAAKLINI, Abdo. O Congresso e o sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BIZ, Osvaldo; GUARESCHI, Pedrinho. Mídia, Educação e Cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOITO JR., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001.

CAMPOS, Maria Regina Machado de. CARVALHO, Maria Aparecida de. A Educação nas Constituições Brasileiras. Campinas, SP. Pontes, 1991.

CHACON, Vamireh. Vida e Morte das Constituições Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ. Forense, 1987.

CHINEM, Rivaldo. Jornalismo de Guerrilha: a Imprensa Alternativa brasileira da Ditadura à Internet. São Paulo: Disal, 2004.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DREIFUUS, René. O Jogo da Direita. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

DURÃO, Fabio; VAZ, Alexandre; ZUIN, Antônio (orgs.). A Indústria Cultural hoje. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org). Comunicação Popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA, Francisco. O Consenso Forjado: A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2005.

FRIZZARIN, Maria Goreti Juvencio Sobrinho. O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política, UNICAMP, Campinas-SP. 2003.

FUNDEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público. O Nordeste e a Constituinte. Seminário, Natal-RN, Fundação José Augusto, 26 e 27 de agosto de 1987, 1987.

GARCIA, Marília. O que é Constituinte. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: v.2: Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere: v.4: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere: v.6: Literatura. Folclore. Gramática. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

HERNANDES, Nilton. A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre-RS: Tchê Editora Ltda, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. Constituintes e Constituições Brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JOSÉ, Emiliano. Imprensa e Poder: Ligações perigosas. Salvador - São Paulo: EDUFBA – HUCITEC, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

LEVI, Edmundo Fernandes. O Partido Político nas Constituições Brasileiras. Brasília, DF. Senado Federal Centro Gráfico, 1976.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011.

MACIEL, David. A argamassa da ordem – da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

_____. De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). Tese de Doutorado. Goiânia-Go: UFG, 2008.

_____. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. ISSN: 2177-9503. UEL. Londrina-PR, 2010.

_____. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. In: História Revista. Goiânia: Editora do mestrado em História/UFG, v. 11, n. 2, jul./dez. 2006, pg. 273-299.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAMOU, Yves. “A culpa é da Impensa!” Ensaio sobre a fabricação da informação. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MARINHO, Marcelo Benfica. A Imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás. Décadas de 70/80: da resistência à Cidadania. Goiânia: UCG/Kelps, 2009.

MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro. Fase. 1989.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e governos no Brasil contemporâneo: 1985-1997. São Paulo. Paz e Terra, 1998.

MESSEMBERG, Débora. A Elite Parlamentar do Pós-Constituinte: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MICHILES, Carlos (et al.). Cidadão Constituinte: a saga das Emendas Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos Movimentos Populares. A participação na construção da Cidadania. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19806/1/Cicilia+Peruzzo+.pdf>. 2006.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o socialismo. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 149)

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. Constituições. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). História da televisão no Brasil – do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Marly. A década de 80 no Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1984.

SADER, Emir (org.). Constituinte e Democracia no Brasil hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SETTON, Maria da Graça. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Carla Luciana. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Cascavel-PR: Edunioeste, 2009.

TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. A luta da classe trabalhadora no processo da Assembleia Nacional Constituinte na Revista Veja. Monografia. UNIOESTE, 2009.

WELMOWICKI, José. Cidadania ou Classe? O Movimento Operário na Década de 80. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004.

Referências dos Documentos do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (DCPV)¹⁷

¹⁷Roteiro e dados para se verificar a referência dos documentos: Todos os documentos foram coletados em janeiro de 2010 no Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro e lá estão separados por pastas de organização própria da entidade. A catalogação para este trabalho seguiu uma ficha própria elaborada onde constam dados como: 1) Entidade; 2) Local; 3) Data; 4) Principais informações. Os documentos estão enumerados de acordo com as fichas de catalogação e referenciados com a sigla DCPV e o número do documento ao longo do texto. Serão indicados nas referências: 1º) Nome do documento; 2º) Autor e/ou entidade que o produziu (nem todos indicam autor ou data, geralmente os documentos anteriores a 1985 não indicam, por se tratarem, algumas vezes, de entidades até mesmo clandestinas); 3º) Local onde foi produzido (o que não quer dizer que sua circulação foi somente neste local, pois a maioria eram de circulação mais ampla); 4º) Data

1985 e anos anteriores:

Doc. 01 – O povo e a constituinte. Gilvan Souza dos Santos. Movimento de Participação Popular na Constituinte. Curitiba-PR. Junho de 1985.

Doc. 02 – Você é a constituinte. Projeto Universidade e Constituinte. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA. 1986.

Doc. 03 – Constituinte: o que é isso? Caderno de Educação Popular. Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS). São Paulo-SP. Junho de 1985.

Doc. 04 – A constituinte interessa aos trabalhadores rurais? Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Belo Horizonte-MG. Abril de 1985.

Doc. 05 – A Constituição e os trabalhadores. DIEESE – Educação Sindical. São Paulo-SP. 1985.

Doc.06 – Os trabalhadores e a constituinte. Centro de Estudos Sindicais (CES). São Paulo-SP. 1985.

Doc. 07 – Cartilha da constituinte. Federação Nacional dos Engenheiros. Porto Alegre-RS. Setembro de 1985.

Doc. 08 – Eventos sobre a constituinte no país acontecidos em 1985. Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV). São Paulo-SP. Agosto de 1986.

Doc. 09 – Boletim do MPPC. Movimento de Participação Popular na Constituinte (MPPC). Não informa local onde foi feito. Trata-se de documento de circulação nacional. Junho de 1985.

Doc. 10 – Constituinte, Política Energética e Participação Popular. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Erechim-RS. Não informa data no documento, porém, foi coletado pelo CPV em 02/12/1985.

Doc. 11 – Os 10 motivos pelos quais o PT não deve abraçar a bandeira da constituinte. Partido dos Trabalhadores – Articulação PT e luta de massas. Não indica local (porém, sabe-se que foi de circulação nacional). Não indica data.

Doc. 12 – CETRA Responde: O que é constituinte. Centro de Estudos do trabalho e assessoria ao trabalhador (CETRA). Fortaleza-CE. Setembro de 1985.

em que foi produzido (nem todos os documentos possuem data ou data completa).

Doc. 13 – Constituinte: Lançamento público do Comitê Goiano. Diretoria Provisória do Comitê Goiano Pró-Assembléia Nacional Constituinte. Goiânia-GO. Junho de 1985.

Doc. 14 – Constituinte? Trabalhadores não podem ficar de fora! Diversos Sindicatos e Pastoral Operária de Caçador. Caçador-PR. 1985.

Doc. 15 – Os trabalhadores e a Constituinte. Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo-SP. 1985.

Doc. 16 - De olho. Caderno do CEAS. Salvador-BA. Maio/Junho de 1985.

Doc. 17 – Por uma Assembléia Constituinte? José Dirceu (PT-SP). São Paulo-SP. Não indica data.

Doc. 18 – Sobre a Constituinte: União da classe operária ou união da burguesia (O começo de um debate). Não indica a entidade. São Paulo-SP. Maio de 1977.

Doc. 19 – Porque lutar por uma Constituinte livremente eleita, democrática e soberana. Curso Politécnico. Não indica local. 1977.

Doc. 20 – Cuidado! Plim, plim, Televisão e Constituinte. Sérgio Ferreira de Mattos (artigo de professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina). Santa Catarina. 1985.

1986

Doc. 01- Constituinte e Constituição – Como pensa o favelado. Movimento de defesa dos direitos dos favelados.

Doc. 02- O democratismo da classe operária e a Constituinte - Que Assembléia Constituinte interessa à classe operária. Ronald Rocha. Publicado na revista Teoria e Política. Nº 1. Ed. Brasil Debates.

Doc. 03- Informa sobre a nova constituição. Comissão Nacional de Artes Cênicas-pró-constituinte. Julho/1986. Rio de Janeiro.

Doc. 04- Sociedade de estudos Constitucionais. Agosto/1986. São Paulo.

Doc.05- Ao Sr. Presidente da República José Sarney. Petição Popular. Pela convocação de Assembléia Nacional Constituinte.

Doc. 06- Os trabalhadores e a Comunicação na Constituinte. Laurindo Filho. Palestra de abertura do 1º encontro de trabalhadores sobre comunicação. Carta de Brasília – Resoluções do Encontro Nacional dos Jornalistas. 1986. Recife.

Doc. 07- Vamos botar a boca no mundo.

Doc. 08- Mural 446. Constituinte. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Junho/1986. São Paulo.

Doc. 09- Propostas para a nova Constituição. Animação dos cristãos no meio rural. Recife-PE.

Doc. 10- Agora, a luta decisiva dos índios na Constituinte. Coordenação Nacional da Campanha Povos Indígenas na Constituinte. São Paulo.

Doc. 11- Agora, a luta decisiva dos índios na Constituinte. Coordenação Nacional da Campanha Povos Indígenas na Constituinte. São Paulo.

Doc. 12- Documento com reivindicações indígenas. Campanha índios na Constituinte. CIMI-Regional Sul. Xanxerê-SC.

Doc. 13- Quem é Quem no DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília-DF.

Doc. 14- O que é Constituinte – Qual sua importância para os trabalhadores. ECOS- Equipe de Comunicação Sindical.

Doc. 15- O trabalhadores e a Constituinte. CGT Educação. 1ª Plenária Nacional. O que é Constituinte? Central Geral dos Trabalhadores. Dezembro/1986. São Paulo.

Doc. 16- Textos básicos para discussão da comunidade escolar de Goiás. Centro dos Professores de Goiás. Março/1986. Goiânia-GO.

Doc. 17- Trabalhador: Participe de um amplo debate sobre a Constituinte. Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás e Distrito Federal.

Doc. 18- Jornal da Constituinte. Fórum Sindical e Popular. Projeto da Constituição da República Democrática e Federativa do Brasil.

Doc. 19- Os dez mandamentos e a Constituição hoje. Região episcopal do setor industrial. 1986. Belo Horizonte-MG.

Doc. 20- Participar para mudar. Mudando a nossa vida com uma nova Constituição. Equipe de pastoral comunitária da Diocese de Montes Claros-MG.

Doc. 21- Quem deve ser eleito para a Constituinte? Equipe Constituinte – Cáritas. São Luis-MA.

Doc. 22- Jovem e Constituição – Nossos pitacos. Pastoral de Juventude do Meio Popular. Arquidiocese de Natal-RN.

Doc. 23- Constituinte do Povo – Um projeto de Deus. Subsídio para reflexão em grupo. Edições Paulinas.

Doc. 24 – Boletim da Constituinte – DIAP. ° 06. abril/1987. /Brasília-DF.

Doc. 25- Por um povo constituinte. Nº 1. Projeto Educação popular para a Constituinte. CEDAC; CEDI; CPO; CPT; IBASE; SEP. maio/1986. Rio de Janeiro/RJ

Doc. 26- Por um povo constituinte. Nº 2. Projeto Educação popular para a Constituinte. CEDAC; CEDI; CPO; CPT; IBASE; SEP. junho/1986. Rio de Janeiro/RJ

Doc. 27- Movimento de participação popular na Constituinte. Nº 6. setembro/1986. Curitiba-PR.

Doc. 28- Histórico do movimento pró-participação popular na Constituinte, Secretaria Executiva Diocesana. Lages-SC

Doc. 29- Plenário Pró-Participação popular na Constituinte. Boletim 17. janeiro/1986. São Paulo-SP.

Doc. 30- Plenário Pró-Participação popular na Constituinte. Boletim 21. maio/1986. São Paulo-SP.

Doc. 31- Plenário Pró-Participação popular na Constituinte. Boletim 00. fevereiro/1986. Natal-RN.

Doc. 32- O PT e a Constituinte. Documento básico.

Doc. 33- Constituinte: Propostas do PCdoB. Editora Anita Garibaldi.

Doc. 34- A Conjuntura política e econômica do Congresso Constituinte, o Ascenso da social-democracia e as tarefas dos trabalhadores no Brasil. Nº 3. agosto/1986.

1987

Doc. 01- Enquanto isso em Brasília, uma cruzada Constituinte contra o aborto. Comissão de Mulheres do PT/SP. São Paulo. Junho de 1987.

Doc. 02- A Constituinte e nós. SIN – Repasse de informações. Nº.

Doc. 03- Assembléia Nacional Constituinte. Ano I, nº. 145. Brasília, outubro de 1987.

Doc. 04- Constituinte Urgente. CIMI, regional sul. Xanxerê/SP. Julho de 1987.

Doc. 05- Constituinte Urgente. Comissão de acompanhamento à Constituinte do Distrito III – CEDIB – Centro de Estudos, Documentação e Informação de Base. Março/1987.

Doc. 06- Você votaria neles de novo? Movimento de participação popular na Constituinte. Curitiba/PR. Nº 3. outubro/1986.

Doc. 07- Plantão Constituinte. Boletim nº 1. Piracicaba/SP. Abril/1987.

Doc. 08- Plantão Constituinte. Boletim nº 2. Piracicaba/SP. junho/1987.

Doc. 09- Plantão Constituinte. Boletim nº 4. Piracicaba/SP. novembro/1987.

Doc. 10- Notícias-Constituinte. Encarte no Boletim da CNBB (20.08.87). Comissão de Acompanhamento à constituinte. Brasília-DF. 1987.

Doc. 11- O povo - Poder Constituinte? Informativo CECA. Ano III. Nº 9.

Doc. 12- Para você ler e discutir sobre Constituinte e política no Brasil. CNBB. Recife-PE. Informe nº. 3. novembro/1986. SEDIPO.

Doc. 13- Questão agrária e Constituinte. CEDEC (apoio do Departamento de Sociologia da UnB). Nº 02. março/1987.

Doc. 14- Reforma Agrária: desapropriação, participação, preservação, distribuição, exploração, produção, titulação, terra.???

Doc. 15- Jornal do DIAP. Informativo 03. Brasília-DF. Maio/1987.

Doc. 16- Não tem

Doc. 17- Notícias da Constituinte. Informativo da comissão do Amapá. Pro- participação popular na Constituinte (ligada ao movimento nacional). Nº 3. abril/1987.

Doc. 18-. Notícias da Constituinte. Informativo da comissão do Amapá. Pro- participação popular na Constituinte (ligada ao movimento nacional). Nº 6. julho/1987.

Doc. 19- Notícias da Constituinte. Informativo da comissão do Amapá. Pro- participação popular na Constituinte (ligada ao movimento nacional). Nº 2. março/1987.

Doc. 20- Conversando sobre constituinte. Nº 2.

Doc. 21- Conversando sobre Constituinte. O que há por trás deles 8 a 23/9. nº 4.

Doc. 22- Conversando sobre Constituinte. Reforma Agrária. 23 a 7/10. nº 5.

Doc. 23- Conversando sobre Constituinte. Gastando assim, ou já roubou ou vai roubar. 7 a 21/10. nº 6.

- Doc. 24- Conversando sobre Constituinte. Nº. 7. dezembro/1986.
- Doc. 25- Conversando sobre Constituinte. 23/2 a 9/3/1987. n 9.
- Doc. 26- Conversando sobre Constituinte. 30/03 a 13/04/1987. nº 11.
- Doc. 27- Conversando sobre Constituinte. Especial – 13 a 27/04. nº. 12.
- Doc. 28- Conversando sobre Constituinte. nº. 19. Comitê Municipal pró-participação popular na Constituinte. Juiz de Fora-MG
- Doc. 29- Conversando sobre Constituinte. nº. 20. Comitê Municipal pró-participação popular na Constituinte. Juiz de Fora-MG
- Doc. 30- Conversando sobre Constituinte. O povo está sendo enganado outra vez. nº. 22. Comitê Municipal pró-participação popular na Constituinte. Juiz de Fora-MG
- Doc. 31- Conversando sobre Constituinte. Comitê Municipal pró-participação popular na Constituinte. Juiz de Fora-MG. nº. 1. 1986
- Doc. 32- FUP na Constituinte. Boletim informativo da Frente de Unidade Popular. Ano 0, nº 01. Janeiro/1987. Osasco-SP.
- Doc. 33- FUP na Constituinte. Boletim informativo da Frente de Unidade Popular. Ano 1, nº 6. maio/1987. Osasco-SP.
- Doc. 34- Cidadão Constituinte. Como utilizar a iniciativa popular constituinte. CEDI – Centro Ecumênico de documentação e informação. Rio de Janeiro.
- Doc. 35- Plenário pró-participação popular na constituinte. Boletim 27. Janeiro/1987. São Paulo.
- Doc. 36- Plenário pró-participação popular na constituinte. Boletim 29. Abril/1987. São Paulo.
- Doc. 37- Plenário pró-participação popular na constituinte. Boletim 30. Junho/1987. São Paulo.
- Doc. 38- O Povo na Constituinte. Ano I. nº. 1. Maio/1987. Porto Alegre-RS.
- Doc. 39- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 2. maio/1987. Porto Alegre-RS.
- Doc. 40- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 3. junho/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 41- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 4. julho/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 42- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 5. julho/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 43- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 6. julho/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 44- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 7. julho/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 45- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 9. agosto/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 46- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 8. agosto/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 47- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 10 setembro/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 48- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 11 novembro/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 49- não tem.

Doc. 50- O Povo na Constituinte. Centro de Evangelização e Catequese e Movimento Gaúcho da Constituinte. Ano I. nº. 13. novembro/1987. Porto Alegre-RS.

Doc. 51- Por um povo Constituinte. Projeto Ed. Pop. Para a constituinte. CEDAC-CEDI-CPT-IBASE-PACS/CEMPLA-SEP. Nº 5. julho/1987. Rio de Janeiro.

Doc. 52- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.3 Brasília-DF.

Doc. 53- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.4 Brasília-DF.

Doc. 54- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.5 Brasília-DF.

Doc. 55- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.6 Brasília-DF.

Doc. 56- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.7 Brasília-DF.

Doc. 57- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.8 Brasília-DF.

Doc. 58- Todos somos Constituintes. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Ano I. nº.9 Brasília-DF.

Doc. 59- Todos somos Constituintes - Notícias. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. Setembro/1987. Brasília-DF.

Doc. 60- Todos somos Constituintes - Notícias. Centro de estudos e acompanhamentos da Constituinte. UnB. outubro/1987. Brasília-DF.

Doc. 61- O Caleidoscópio do Transitório. Equipe CEAC.

Doc. 62- O PT e a Constituinte. Maio/1986.

Doc. 63- Jornal da Constituinte.

Doc. 64- A luta faz a lei. Ano I, nº. 1. fevereiro/1987. São Paulo-SP.

Doc. 65- Rápidas da Constituinte. Secretaria Agrária Nacional do PT. Nº. 2. junho/1987. Brasília-DF.

Doc. 66- Na Luta da Constituinte. Banca do PT. Nº. 2. 04 a 19/08/1987. Brasília-DF.

Doc. 67- Resoluções da reunião de dirigentes da CUT e entidades filiadas, realizada em Brasília no dia 15 de setembro, sobre a Constituinte. Telex enviado de Pachalski para a CUT Nacional. Setembro/1987. Brasília-DF.

Doc. 68- Constituinte: um balanço inicial. Mandato Popular. Ano V. julho/1987. São Paulo-SP.

Doc. 69- Na Luta da Constituinte. Bancada do PT. Nº. 3. setembro/1987. Brasília-DF.

Doc. 70- Na Luta da Constituinte. Bancada do PT. Nº. 4. outubro/1987. Brasília-DF.

Doc. 71- Na Luta da Constituinte. Bancada do PT. novembro/1987. Brasília-DF.

Doc. 72- Na Luta da Constituinte. Bancada do PT. Nº. 5. novembro/1987. Brasília-DF.

Doc. 73- Assembléia Nacional Constituinte. Proposta Constitucional sobre Direitos dos Trabalhadores. Paulo Paim. Brasília-DF.

Doc. 74- O trabalhadores e a Constituinte. CUT- Regional Goiás.

1988

Doc. 01 – O povo na Constituinte. ano II, janeiro/88, nº. 14. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 02 – O povo na Constituinte. ano II, janeiro/88, nº. 15. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 03 – O povo na Constituinte. ano II, fevereiro/88, nº. 16. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 04 – O povo na Constituinte. ano II, março/88, nº. 17. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 05 – O povo na Constituinte. ano II, abril/88, nº. 19. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 06 – O povo na Constituinte. ano II, abril/88, nº. 20. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 07 – O povo na Constituinte. ano II, maio/88, nº. 21. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 08 – O povo na Constituinte. ano II, junho/88, nº. 22 e 23. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 09 – O povo na Constituinte. ano II, junho/88, nº. 24. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 10 – O povo na Constituinte. ano II, agosto/88, nº. 25. Ademir J. Wiederkehr. Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.

Doc. 11 – Notícias Constituinte – De olho neles! Comissão do Amapá pro participação popular na Constituinte. Nº 07. novembro/1987.

Doc. 12- Plenário pro participação popular na Constituinte. Boletim nº. 36. São Paulo, março de 1988

Doc. 13- Constituição – Seminário Nacional de Avaliação. Brasília, junho/1988.

- Doc. 14- Plenário pro participação popular na Constituinte. Boletim nº. 40. São Paulo, outubro de 1988.
- Doc. 15- Você na Constituinte. Ano 1, nº. 1. Brasília, janeiro de 1988.
- Doc. 16- Na luta da Constituinte. Nº. 8. Bancada do Partido dos Trabalhadores. Brasília, maio de 1988.
- Doc. 17- Na luta da Constituinte. Nº. 9. Bancada do Partido dos Trabalhadores. Brasília, julho de 1988.
- Doc. 18- Na luta da Constituinte. Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Julho de 1988.
- Doc. 19- Todos Somos Constituintes. Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte. Universidade de Brasília. Ano II, nº. 10.
- Doc. 20- Todos Somos Constituintes. Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte. Universidade de Brasília. Ano II, nº. 11.
- Doc. 21- Cartaz – De olho neles! Placar da Constituinte Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). São Leopoldo/RS.
- Doc. 22- Intercarta Cidadão 30.000. Associação para o desenvolvimento da intercomunicação. José Luiz Losnak. IEE/PUC. São Paulo.
- Doc. 23- Diário do Congresso Nacional. Ano XIII, n. 18. Brasília, março de 1988.
- Doc. 24- Mulher & Constituinte. Conselho Estadual da Condição Feminina. São Paulo.
- Doc. 25- Conquistas populares e os avanços nos direitos e liberdades do cidadão na nova Constituição brasileira. Mirian Delgado, Consultora do INESC. Brasília
- Doc. 26- Boletim da Constituinte – DIAP. Nº. 13. novembro de 1987. Brasília.